ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[Logo Novo Mercado - Provisório]

SENIOR SISTEMAS S.A.

CNPJ/ME nº 80.680.093/0001-81
NIRE: 42300033189
Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder
CEP 89012-001 - Blumenau, SC
Código ISIN: "**[•]**"
Código de negociação das Ações na B3: "**[•]**"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Senior Sistemas S.A**. (**"Companhia"**) e os acionistas vendedores identificados na seção "Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos", na página 47 deste Prospecto,, em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"** ou **"Coordenador Líder")**, o **Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"** ou **"Agente Estabilizador")**, o **Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"**) e o **Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"** e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, os **"Coordenadores da Oferta"**), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livre e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores (**"Ações"** e **"Oferta"**, respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública **(i)** primária de[, inicialmente,] **[•]** novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia (**"Oferta Primária"** e **"Ações da Oferta Base Primária"**); e **(ii)** secundária de[, inicialmente,] **[•]** ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto Preliminar (**"Oferta Secundária"** e **"Ações da Oferta Base Secundária"**, sendo que Ações da Oferta Base Secundária e as Ações da Oferta Base Primária serão denominadas em conjunto **"Ações da Oferta Base"**), a ser realizada em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021 (**"Ofício-Circular CVM/SRE"**), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor e expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (**"ANBIMA"** e **"Código ANBIMA"**, respectivamente), o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (**"B3"** e **"Regulamento do Novo Mercado"**, respectivamente), bem como os demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Morgan Stanley & Co. LLC e pelo Santander Investment Securities, Inc. (em conjunto, **"Agentes de Colocação Internacional"**), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional (**"Contrato de Colocação Internacional"**), **(i)** nos Estados Unidos da América (**"Estados Unidos"**), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (**"SEC"**), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933 (***"Securities Act"***) e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e **(ii)** nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos da *Regulation S*, editada pela *SEC*, no âmbito do *Securities Act* (**"Regulamento S"**), e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, **"Investidores Estrangeiros"**) e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (**"CMN"**), pelo Banco Central do Brasil (**"BACEN"**) e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 (**"Resolução 4.373"**) e da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 (**"Resolução CVM 13"**), ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962 (**"Lei 4.131"**), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *SEC*.

Exceto pelos registros da Oferta a ser concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, na *SEC*, e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou se a operação for realizada de acordo com uma isenção de registro, nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.*" (**"Anúncio de Início"**), a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério [da Companhia {OU} dos Acionistas Vendedores {OU} da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até **[•]** [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar {OU} ações ordinárias, sendo (i) **[●]** novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base (**"Ações Adicionais"**).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até **[•]** [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar {OU} ações ordinárias, sendo **(i)** **[●]** novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e **(ii)** **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base (**"Ações Suplementares"**), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia {OU} pelos Acionistas Vendedores {OU} pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas exclusivamente para a prestação dos serviços relacionados à atividade de estabilização (**"Opção de Ações Suplementares"**).

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (**"Procedimento de *Bookbuilding*"**), e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*..

Na hipótese de o Preço por Ação (conforme abaixo definido) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações (**"Lei das Sociedades por Ações"**). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação.....	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária.....	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5].....	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]

[1] Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa
[2] Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, considerando apenas as Ações da Oferta Base.
[3] Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
[4] Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto.
[5] Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "*Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos*" na página 47 deste Prospecto.]

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3 regulado pelo Regulamento do Novo Mercado (**"Novo Mercado"**), bem como a reforma do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (**"JUCESC"**) sob o nº **[•]** e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022.

A realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (**"Lei das Sociedades por Ações"**), bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a JUCESC sob o nº **[•]** e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESC e publicada no "Jornal de Santa Catarina" na data de divulgação do Anúncio de Início.

[Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM no Brasil, a ser realizado em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de **[•]** de **[•]** de 2022, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo pelo subscritor/adquirente após o início do [Prazo de Distribuição] (conforme definido neste Prospecto).

"OS REGISTROS DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2022.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição ou aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 91, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "*4. FATORES DE RISCO*" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 313, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Coordenadores da Oferta

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2022

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos a negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **7**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **8**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **10**
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **25**
SUMÁRIO DA OFERTA **27**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **45**
Composição do capital social 45
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 46
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 47
Características Gerais da Oferta 47
Descrição da Oferta 47
Aprovações societárias 48
Preço por Ação 49
Quantidade, montante e recursos líquidos 50
Custos de Distribuição 51
Instituições Consorciadas 52
Público Alvo 52
Cronograma Estimado da Oferta 52
Procedimento da Oferta 53
Oferta Não Institucional 54
Oferta do Segmento Private 55
Oferta de Varejo 59
Oferta Institucional 62
Prazos da Oferta 65
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 65
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 66
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 68
Estabilização de Preço das Ações 69
Violações de Normas de Conduta 69
Direitos, vantagens e restrições das Ações 70
Negociação das Ações na B3 70
Contratação de Formador de Mercado 71
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up)* 71
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 72
Inadequação da Oferta 72
Condições a que a Oferta esteja submetida 72
Informações adicionais 72
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 74
Instituições Consorciadas 74
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **76**
Coordenador Líder 76
BTG Pactual 77

Morgan Stanley 78
Santander 79

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA..... 82

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 82
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 84
Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley 85
Relacionamento entre a Companhia e o Santander 86

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA..... 90

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual..... 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley..... 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander 90

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 91

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS..... 98

Ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação 98

CAPITALIZAÇÃO 100

DILUIÇÃO 101

Planos de Remuneração Baseados em Ações 102
Incentivos de Longo Prazo - Plano de Concessão de Ações Restritas de 2022 103
Histórico do Preço de Emissão de Ações 104

ANEXOS 105

ANEXO 01 ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 107

ANEXO 02 ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2022, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 137

ANEXO 03 MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA..... 143

ANEXO 04 DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 147

ANEXO 05 DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 151

ANEXO 06 DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 157

ANEXO 07 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019 163

ANEXO 08 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480..... 287

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Senior Sistemas” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Senior Sistemas S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “*Sumário da Oferta*” deste Prospecto.

Acionistas Controladores	EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., NGR Administradora de Bens Ltda**.,** Guido Heinzen e Nesio Gilberto, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	[●]
Acionistas Originais	EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., Guido Heizen, NGR Adminsitradora de Bens Ltda. e Nesio Gilberto Roskowski, considerados em conjunto.
Acionistas Relevantes	Agnaldo Montibeler, Eliege Montibeler, Mayara Montibeler Gottardo, Alencar Berwange, Berwanger Administradora de Bens Ltda., Cacio Packer, Alliance Adminsitradora de Bens Ltda., Carlênio Bezerra Castelo Branco, Castelo Branco Adminsitradora de Bens EIRELI, Carlo Eduardo Spethmann Corrêa, Grade Adminsitradora de Bens Ltda., Hevertom Fischer, Juarez Santos Moyses, Sapiens Adminsitradora de Bens Ltda. e Solaris Administradoradora de Bens Ltda, considerados em conjunto.
Acionistas Signatários	Acionistas Relevantes e Acionistas Originais, considerados em conjunto.
Acordo de Acionistas	Acordo de Acionistas celebrado entre os Acionistas Originais e os Acionistas Relevantes, tendo a Companhia na qualidade de interveniente anuente, em 29 de janeiro de 2022, cuja vigência somente se iniciária na data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Morgan Stanley & Co. LLC e pelo Santander Investment Securities, Inc., em conjunto.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
API	*Applications Protocol Interface* é um conjunto de padrões e protocolos que permite a integração de soluções especialistas de forma oficial nas plataformas.

Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CAC	Custo de aquisição de cliente.
CAGR	Taxa de crescimento anual composta.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Companhia ou Senior Sistemas	Senior Sistemas S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado entre [●], na qualidade de doador[es], e o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a

	realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Banco Itaú BBA S.A., o Banco BTG Pactual S.A, o Banco Morgan Stanley S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A, em cojunto
Covenix	Convenix Benefícios Corporativos Ltda.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Dia(s) Útil(eis)	Qualquer dia, exceto sábados, domingos, feriados nacionais declarados e/ou dias em que não haja expediente na B3.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
Dívida Bruta	A Dívida Bruta é representada pelo somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e participações societárias a pagar (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS emitidas pelo *IASB*, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde à Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS emitidas pelo *IASB*, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
DOESC	Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA ("Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações") é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações

	financeiras, em consonância com a Instrução CVM 527 e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas (receitas) financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS emitidas pelo *IASB*, e não representa os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
End-users	Usuários finais dos clientes da Companhia, que são gerenciados por meio das soluções criadas pela Senior Sistemas.
ERP	*Enterprise Resource Planning,* é um sistema de gestão empresarial, por meio do qual se oferecem soluções de otimização logística, gestão de pessoas, gestão de acesso e segurança, e serviços financeiros.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em [•] de [•] de 20[•].
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
IASB	*International Accounting Standard Board.*
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
JUCESC	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

KPI	*Key Performance Indicator* ou Indicador-Chave de Desempenho
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.
Margem EBITDA	A Margem EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, calculada como o EBITDA dividido pela receita líquida. A Margem EBITDA não é uma medida de desempenho operacional ou liquidez definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS emitidas pelo *IASB*. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
Mega Sistema	Mega Sistemas Corporativos S.A.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Novasoft	Novasoft SAS.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
NPS	*Net Promote Score* é uma metodologia padrão de avaliação de serviços/companhias com base na opinião de seus consumidores, mediante atribuição de notas dentro de uma escala de 0 a 10. O índice é calculado como: (promotores - detratores) / total de respondentes.”
Obra Prima	Zero One Tecnologia de Informação Ltda.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2021/CVM/SRE, divulgado em 1º de março de 2021.
Prospecto Definitivo	O “Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	Este “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.

Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução CVM nº 35, de 26 de maio de 2021.
SaaS	*Software as a service,* serviço de desenvolvimento de soluções de software.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Senior Sistemas S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 80.680.093/0001-81, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESC sob o NIRE nº 42300033189.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em [•] de [•] de 2022.
Sede	Localizada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua São Paulo, 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua São Paulo, 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Alencar Berwanger. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (47) 3039-5013 e o seu endereço eletrônico é ri@senior.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no "Jornal de Santa Catarina".
Website	https://ri.senior.com.br/ As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele anexas e/ou incorporadas por referência.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações Adicionais*" na página 72 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", nas páginas 20 e 91, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência a partir das páginas 313, 373 e 417, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado de suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações acerca do futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e declarações acerca do futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e as declarações acerca do futuro não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de Coronavírus (COVID-19) (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;
- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de Coronavírus (COVID-19) em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos clientes em razão do surto de Coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- conjuntura socioeconômica, política e de negócios no Brasil e demais países da América Latina, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;
- fatores ou tendências que possam afetar nossos negócios, *market share*, condições financeiras, liquidez e resultados de nossas operações
- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que são aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e/ou que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias operacionais e seu plano de crescimento;
- as relações da Companhia com seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente;
- contínuo sucesso do *marketing* e esforços de venda da Companhia;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;

- dificuldades na manutenção e melhoria de nossas marcas e reclamações desfavoráveis de clientes, ou publicidade negativa, que afetem nossas marcas;
- aumento do custo da estrutura da Companhia;
- o ambiente econômico mundial e brasileiro em geral e os riscos associados à pandemia da COVID-19; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, nas páginas 20 e 91, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 313 a 352, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar ou ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 287, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 287, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto. Leia este Prospecto, o nosso Formulário de Referência e nossas demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas antes de aceitar a Oferta.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "*CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO*", "*PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*", CONSTANTES NAS PÁGINAS 8, 20 E 91 DESTE PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 287, ENFATIZANDO AS SEÇÕES "*3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS*", "*4. FATORES DE RISCO*", "*5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS*" E "*10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES*", BEM COMO NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DE NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NOS TERMOS NO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400.

Visão Geral

Somos a Senior Sistemas, uma companhia com 34 anos de experiência e foco na criação e desenvolvimento de soluções de software ("SaaS") que têm por finalidade promover a eficiência e viabilizar uma gestão assertiva e estratégica por nossos clientes de seus negócios e operações. Atuamos como um one-stop-shop, oferecendo soluções de gestão completas para nossos clientes e um amplo portfólio de produtos. Dessa forma, oferecemos soluções para gestão empresarial Enterprise Resource Planning ("ERP"), com forte atuação nos setores de Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, entre outros. No âmbito das nossas soluções de Gestão Empresarial ERP, oferecemos aos nossos clientes soluções de otimização logística, gestão de pessoas, gestão de acesso e segurança, e serviços financeiros.

Nossas soluções estão organizadas em três principais conjuntos de capacidades, as quais buscam potencializar os resultados dos nossos clientes: (i) *Capacidade de Gestão,* que envolve as aplicações core de gestão empresarial ERP, (ii) *Capacidade de Plataforma,* que habilita os nossos clientes a construir um ecossistema com soluções especialistas em torno do seu ERP, as quais podem ser integradas de forma oficial por meio de mais de 15 mil APIs *(Applications Protocol Interface - "API"s),* e a (iii) *Capacidade Financeira,* que visa prover serviços financeiros otimizados e integrados ao ERP e aos sistemas de Recursos Humanos.

A Senior Sistemas constituiu um considerável ecossistema tanto no Brasil quanto na Colômbia. Em 31 de dezembro de 2021, atendíamos aproximadamente 10 mil empresas e contávamos com 6,6 milhões de colaboradores e/ou usuários finais ("*End-users*") por meio das nossas soluções, conforme abaixo descrito:

- No Brasil, em 31 dezembro de 2021, superamos a marca de 8,9 mil clientes, atendendo a 30 das 100 maiores empresas de construção em 2021, conforme dados da INTEC[1], e 7 das 10 maiores empresas de agribusiness, em 2020, segundo a Forbes[2], utilizando nossas soluções, além de aproximadamente 6 milhões de *End-users.*

[1] Ranking INTEC 2021, que classifica as 100 maiores construtoras.
[2] Ranking das 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro de 2020 feito pela Forbes.

- Na Colômbia, contamos com 1,1 mil clientes em 31 dezembro de 2021, estando presentes com nossas soluções em 3 das 10 maiores empresas de auditoria em 2020, conforme dados do *La Nota Económica,* e, em 4 das 10 maiores empresas de emprego temporário em 2021, de acordo com *ranking* das 10 mil maiores empresas colombianas do *La Nota Económica.* Dessa maneira, nossas soluções servem de suporte para nossos clientes na gestão de seus mais de 600 mil *End-users na Colômbia.*

Além disso, em 31 de dezembro de 2021, contávamos com mais de 100 canais de distribuição e 52 parceiros conectados em nosso ecossistema, além dos nossos 2,2 mil colaboradores, distribuídos em nossas filiais em 9 estados brasileiros[3] e no Distrito Federal e uma filial na Colômbia.

Com relação aos nossos colaboradores, em 31 de dezembro de 2021, 34% (749) estão alocados para desenvolvimento constante de novas soluções, sendo 40 arquitetos de software, 625 líderes, desenvolvedores e analistas, 16 pesquisadores no time de Data Science, 68 analistas de negócios, em 8 centros de desenvolvimento[4].

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, registramos uma receita líquida de R$582,5 milhões e margem líquida (consiste no lucro líquido dividido pela receita líquida) de 17,8%, representando um crescimento anual composto - CAGR da receita operacional líquida de 2019 até 2021 de 23,9%.

Temos uma cultura interna centrada no cliente. Acreditamos que relacionamento próximo e atencioso com nossos clientes consiste em um grande diferencial no mercado de ERP que atuamos. Possuímos um índice de recomendação *Net Promote Score* ("NPS") 42 pontos, o qual é significativamente acima da média do NPS da indústria de tecnologia (30 pontos), conforme estudo divulgado pela Retently em 2021.

Fomos finalistas em 3 categorias (Melhor Assistente Virtual de Suporte, Melhor Coordenador de Suporte e Melhor Equipe de Suporte) do Troféu HDI Brasil 2021, prêmio referência de satisfação do cliente. Além disso, mantemos uma reputação sólida com os clientes, representada por um *churn* de 5,6% em 2021 e um tempo médio[5] de relacionamento com o cliente acima de 8,3 anos em 31 dezembro de 2021.

Os nossos conjuntos de capacidades, quais sejam, Capacidade de Gestão, Capacidade de Plataforma, e Capacidade Financeira, estão conectados de forma a gerar informações e insights importantes para os negócios e operações de nossos clientes, em especial na tomada de decisão baseada em dados, que consiste em uma ferramenta importante em uma era de transformação digital acelerada das empresas.

As soluções ofertadas por meio da Capacidade de Gestão consistem em nossa principal avenida de crescimento, uma vez que apresenta altos níveis de recorrência de receitas e de retenção de clientes. Além disso, por operarmos em setores da economia com potencial de mercado escalável, entendemos que nossos demais conjuntos de capacidades, Capacidade de Plataforma e Capacidade, funcionam como fontes complementares de receita, aumentando o valor agregado das nossas soluções de gestão empresarial.

A seguir, seguem abaixo as principais informações de um dos nossos conjuntos de capacidades.

Nosso Ecossistema

Capacidade de Gestão

Como nossa principal capacidade, destacamos a Capacidade de Gestão, por meio da qual buscamos prover as melhores soluções em gestão empresarial ERP para os setores estratégicos que atuamos e, em linha com o que entendemos ser o que há de mais moderno em tecnologia para gestão. Fornecemos um sistema que acreditamos ter grande capacidade de adequação aos processos de cada organização, preservando os seus diferenciais competitivos, e provendo a capacidade de integração com subsistemas/módulos especialistas, próprios do cliente ou de outros fornecedores, de forma transparente e segura, através do conceito de "plataforma", conforme abaixo descrito.

Aliado ao movimento de mercado de migração de sistemas de ERP para a nuvem, nossa experiência nos permite concluir que existe uma busca por soluções cada vez mais especializadas para cada setor das empresas, exigindo uma capacidade de integração dos ERP's cada vez maior à atividade e particularidade de cada setor de atuação das empresas.

[3] Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro.
[4] Os centros de desenvolvimento estão localizados no (i) Brasil, nas cidades de Blumenau, Joinville, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Itu e (ii) na Colômbia, na cidade de Bogotá.
[5] Calculado com base na média unitária, excluindo operação Obra Prima e Novasoft.

Essas necessidades de flexibilização funcional e maior capacidade de integração com subsistemas especialistas se tornam ainda mais complexas de serem atendidas quando falamos de soluções na nuvem, pois exige uma arquitetura tecnológica nova, que consiga (i) atender ao core de gestão dos clientes, (ii) absorver a demanda de personalizações e processos especialistas, sem afetar a performance da nuvem como um todo ou onerar custos operacionais para o fornecedor de ERP e ainda (iii) garantir os requisitos relacionados à segurança digital.

Implementamos em nossa arquitetura os conceitos de micro serviço[6] e mensageria *multitenant*[7] necessários para atender a estes pré-requisitos tecnológicos de escolha de software nos próximos anos.

Outro aspecto importante da nossa Capacidade de Gestão é a interface de interação com os usuários. O acesso à informação para tomada de decisão passa a ser, cada vez mais importante para todos os níveis da organização. A fim de democratizar ao máximo o acesso aos sistemas, implementamos em nosso ERP uma rede social corporativa com características mais intuitivas e conhecidas pelos diversos membros de uma organização, desde alta gerência até os níveis operacionais

Outra característica implementada neste sentido é o uso da SARA, *bot* de autoatendimento dos sistemas Senior que pode sanar dúvidas e responder a perguntas sobre a operação, em linguagem natural do ser humano, tanto pelo sistema quanto pelo *Whatsapp* e *Google Assistant*. A SARA também pode emitir alertas de situações de risco da operação, como uma quebra de fluxo de caixa futura, ou ainda um alerta de inovação de área restrita por pessoal não autorizado.

Todos os processos de negócios do sistema estão catalogados em um repositório de dados para serem utilizados em fluxos de automação de processos e autorizações, como *Workflows.* Essa característica tem por finalidade fornecer ao cliente a capacidade de gerenciar os processos e regras de acordo com suas diretrizes e garantir a governança da sua organização de forma simplificada. Dessa forma, a título exemplificativo, apresentamos algumas soluções utilizadas no âmbito do ERP:

- *CRM.* Aplicamos esse conjunto de tecnologia em processos de negócios de forma a construir uma jornada fluida, integrada e agregadora de valor ao longo da cadeia de uma organização Quando potencializamos a capacidade de gestão com nossa tecnologia, consideramos como destaques a solução de CRM- gestão de clientes nativa do ERP Senior e integrada com soluções de marketing digital do mercado, permitido à organização expandir para novas regiões e novos mercados de forma estruturada, em um movimento providencial considerando as necessidades de adaptação dos negócios.
- WMS *(Warehouse Managemente System)* e TMS *("Transport Management System").* Para atendermos a jornada de expansão a novos mercados, principalmente considerando as dimensões e as condições de infraestrutura dos países que atendemos, temos soluções em otimização logística no mercado brasileiro. Tanto para gestão de centros de distribuição, onde temos grandes players de e-commerce do Brasil como clientes, por exemplo, quanto no que diz respeito à gestão de fretes e transportes, entendemos que nossas soluções atendem ao ciclo completo de suprimento da cadeia onde nosso cliente está inserido.

  Desde a matéria-prima até o consumidor final, estamos presentes em empresas nas diversas etapas da cadeia produtiva e nos mais variados setores, como: manufatura, agronegócio, construção civil e pesada, logística, incorporação e urbanismo, atacado & varejo, portos e recintos alfandegados.
- *HCM.* Com relação a gestão de pessoas, o Human Capital Management ("HCM") da Senior se mostra como uma solução para empresas que desejam atuar com um RH Digital. O HCM viabiliza: (i) assertividade e agilidade em atração e retenção de talentos, (ii) praticidade ao lidar com alto volume de folhas de pagamentos, (iii) simplicidade para tratar assuntos relacionados a férias e benefícios, além de ser (iv) um apoio estratégico na prestação de contas necessárias para o eSocial. Por meio de um RH digital, o time de gestão de pessoas se posiciona de forma mais estratégica.
- *Acesso e Segurança.* Para controle e segurança do negócio, o Ronda Senior é a solução projetada para atender às políticas de segurança de empresas de diferentes setores, e ao mesmo tempo

[6] Micro serviço consiste em uma pequena porção de software que roda de maneira independente, focada em um único e pequeno conjunto de funcionalidades dentro de um conjunto de serviços muito maior, formando uma arquitetura de micro serviços.

[7] Multitenant consiste na multilocação de software, é uma arquitetura de software na qual uma única instância do software é executada em um servidor e atende a vários locatários. Os sistemas projetados dessa maneira são "compartilhados".

proporcionar fluidez e circulação de pessoas. Com essa tecnologia é possível validar e monitorar o acesso a áreas restritas, ter visibilidade em tempo real da entrada e saída de visitantes, colaboradores e todos que circulam pela empresa. Além disso, o Ronda também pode ser usado para monitorar veículos de colaboradores, terceiros ou visitantes, através do controle de estacionamentos e garagens. Com isso a Companhia disponibiliza uma tecnologia de (i) gestão de credenciais; (ii) reconhecimento facial; (iii) controle de nível e *anti-passback;* e (iv) controle de permissão de entrada e saída de colaboradores, o que pode inclusive auxiliar a reduzir passivos trabalhistas.

Pelo grande número de soluções integradas ofertadas em nosso ecossistema, geramos fortes oportunidades de *cross-selling.* Como resultado, em 31 de dezembro de 2021 ao menos 36%[8] dos clientes possuem mais de uma solução Senior em seus portfólios. Além de serem atraídos pela completude do nosso ecossistema, aumentamos a fidelidade dos nossos clientes pela quantidade de ofertas disponíveis no *marketplace* de soluções do ecossistema de parceiros, reforçando a estratégia de *one-stop-shop.* Com isso, possuímos um *churn* rate médio de 5,6%.

Capacidade de Plataforma

A Plataforma SeniorX é um ecossistema que oferece uma experiência completa de gestão e diversos ativos tecnológicos para nossos clientes, de forma a gerar valor por meio da transformação digital de seus negócios. Utilizando uma tecnologia 100% *cloud,* baseada em micro serviços e APIs, a plataforma é integrada com nossas soluções de gestão, possibilitando criar, automatizar e modificar soluções de acordo com a demanda de cada cliente.

Nossa plataforma conta com uma estrutura *low-code / no-code*[9]*:* podendo ser utilizada e customizada por usuários, sem que haja necessidade de conhecimento prévio e específico de programação. Os ativos tecnológicos que fazem parte da nossa plataforma são:

- Social Network: a plataforma possui uma rede social corporativa totalmente integrada a todos os demais ativos tecnológicos da plataforma, permitindo uma maior fluidez nas trocas de informações e interação entre os diversos departamentos e equipes, especialmente para operações distribuídas em modelo *home office* ou híbrido;
- BPM Studio: a plataforma possui um motor completo de BPM (*business process management*) que é utilizado pelos nossos clientes para digitalizarem seus processos de negócio, fluxos de revisão, aprovação, integração entre áreas etc. O motor de BPM é também utilizado pelas nossas soluções de gestão que já entregam aos nossos clientes fluxos de negócio desenhados e integrados;
- BOT Studio: a plataforma possui também uma solução para construção e configuração de BOTs que permitem a construção de interfaces conversacionais (*CHATBOTS*) completamente integrados às nossas soluções de gestão. É possível assim, que um cliente configure um BOT que passa a interagir e responder em linguagem natural com seus clientes ou seus fornecedores sobre o status de seus pedidos de venda/compra;
- RPA Studio: a plataforma possui uma solução para construção e configuração de RPA (*robotic process automation*) que permite aos nossos clientes a automatização de processos de negócio em nossas soluções de gestão, reduzindo tempo, custos e erros de processos repetitivos;
- DOC Studio: a plataforma possui uma solução para gestão eletrônica de documentos (GED) que permite aos nossos clientes fazer toda a gestão do ciclo de vida de seus documentos, controle de alteração, leitura, distribuição etc. Esta solução integrada às soluções de gestão permite automatizar e digitalizar todo o fluxo de informação comumente em papel como contratos, pedidos, documentos de contratação, entre outros;
- CMS Studio: integrado à solução de DOC/GED e de *Social Network*, o CMS Studio permite aos clientes a configuração e personalização das informações que serão apresentadas a cada público, gerando assim uma experiência personalizada de uso da plataforma;

[8] Considera apenas a Senior. Não considera Obra Prima e Novasoft.

[9] "Low-code / no-code" consiste respectivamente em (i) uma plataforma de desenvolvimento de baixo código que fornece um ambiente de desenvolvimento usado para criar software aplicativo por meio de uma interface gráfica de usuário, em vez da programação de computador tradicional codificada à mão e (ii) uma plataforma sem código permite que programadores e pessoas sem conhecimento de programação criem software aplicativo usando interfaces gráficas e configurações em vez da programação de computador tradicional.

- SIGN Studio: nossa plataforma possui uma solução de assinatura digital com *blockchain*, que, integrada às soluções de BPM e GED, por exemplo, permite digitalizar todo e qualquer fluxo de negócio que envolva a revisão, aprovação e assinatura;
- Analytics Studio: a plataforma possui ainda uma solução de *analytics* que permite ao cliente personalizar os *dashboards* de informações de gestão ou ainda criar seus próprios, mesclando informações das soluções Senior com outros dados.

Todos estes ativos tecnológicos da plataforma SeniorX estão integrados ao nosso portfólio de softwares de gestão, entregando assim uma experiência de uso fluida e integrada aos nossos clientes e permeada de inovação tecnológica.

Recentemente a Senior decidiu abrir a plataforma para que desenvolvedores, canais, parceiros de *software*, e até mesmo os colaboradores das empresas, consigam criar soluções sobre a plataforma, integradas ou não às soluções de gestão da Senior.

Os desenvolvedores que optarem por desenvolver suas soluções sobre a plataforma SeniorX além de contar com toda a capacidade e robustez da plataforma (todos os ativos tecnológicos acima listados), contam ainda com um *marketplace*, em que as companhias ou desenvolvedores podem comercializar suas soluções personalizadas para outros usuários dentro do nosso ecossistema. Dessa forma, os clientes podem ter acesso aos benefícios das soluções personalizadas em nossa plataforma sem necessariamente desenvolvê-las internamente. Enxergamos assim claros efeitos de rede, uma vez que estão presentes desenvolvedores consistentemente criando e adicionando novas funcionalidades às soluções existentes e trazendo novas soluções e aplicativos para nossa base de clientes integrada na plataforma.

Até 31 dezembro de 2021, a plataforma SeniorX contava com 417 mil usuários ativos e 845 milhões de solicitações mensais de usuários *(user request).*

Capacidade Financeira

Nosso Wiipo app é responsável por ofertar as soluções financeiras a nossos clientes, consistindo em um ecossistema completo tanto para o colaborador quanto para a empresa. Operando em um formato de plataforma, conectamos diversas *fintechs,* bancos e estabelecimentos parceiros, buscando oferecer soluções financeiras para nossa base de clientes.

As soluções financeiras disponíveis para colaboradores consistem em folha de pagamento digital, antecipação salarial, crédito consignado e benefício flexíveis.

Dentro da folha de pagamento digital, ofertamos ferramentas tanto para o colaborador quanto para o time de Recursos Humanos das empresas, com integração do relatório de ganhos e férias no mesmo espaço.

Por meio do Wiipo App, os colaboradores podem realizar contratações de crédito consignado oferecidas por bancos e *fintechs* integrados no Wiipo app e já conectado com o portal de RH, para fins de acompanhamento eficiente dos clientes das contratações realizadas. Até 31 de dezembro de 2021, foram concedidos mais de R$ 8 milhões em créditos dentro da plataforma

Com relação aos benefícios, contamos com a Convenix Benefícios Corporativos Ltda. ("Convenix"), empresa que adquirimos em 2021, que opera uma plataforma de benefícios corporativos com gestão automatizada e flexível (Wiipo Clube). Integrada ao Wiipo app, a plataforma de benefícios acima referida, consiste em um clube de vantagens via débito em folha, o qual conta mais de 955 instituições ativas conectadas em dezembro de 2021, e permite a cada empresa uma escolha personalizada dos benefícios para seus colaboradores de forma integrada com as práticas de HCM. Adicionalmente, ofertamos o Wiipo Flex, um cartão que consolida os benefícios a serem oferecidos (como por exemplo, benefícios de vale-alimentação, vale-refeição, vale transporte, vouchers para atividades culturais, *vouchers* para atendimento de necessidade de home office e voucher para promoção de bem-estar), observado que a empresa cliente possui autonomia e flexibilidade para escolher os benefícios que melhor se adequam aos seus colaboradores. Por consequência, ao adicionar novas ofertas e benefícios, entendemos haver o aumento do *take rate* (taxa cobrada sobre o valor transacionado) por colaborador quando comparado aos ganhos por usuário com somente as soluções de gestão.

Adicionalmente, para a empresa cliente oferecemos soluções que englobam: antecipação de recebíveis via parceiros e gestão de boleto automatizada integrados com nosso ERP, pagamento pré-agendado, reconciliação automática, conta digital no ERP, agendamento de PIX, transferências e pagamentos, tudo totalmente *online.*

Em 31 dezembro de 2021, atingimos uma avaliação de 4,9/5,0 do Wiipo na *Apple Store,* com 4.800 avaliações. Além disso, possuíamos mais de 1.000 empresas-clientes conectadas ao Wiipo App e 397 mil usuários ativos em 2021.

Expansão das Capacidades

Com nossas soluções de gestão sendo a base do modelo de negócios, objetivamos a expansão do modelo de monetização atual a partir do oferecimento da Capacidade de Plataforma e da Capacidade Financeira para nossos clientes, acreditando no *upselling* e *cross-selling* de nossas soluções como grande avenida para crescimento. Nos beneficiamos de efeitos de rede e escala a partir do crescimento dentro da base existente de clientes, e, ainda, almejamos o aumento do *share of wallet* (porcentagem do orçamento do cliente que é gasto com nossas soluções) com baixo custo de aquisição de cliente ("CAC") adicional

Além disso, diferentemente das soluções de ERP que conhecemos até o momento, desenvolvidas em módulos e adquiridas separadamente de acordo com a necessidade de cada cliente, o surgimento de tecnologias como a computação em nuvem permitiu a criação do ERP *Composable*[10] Baseado em uma arquitetura de software com diversos micro serviços interconectados dentro do mesmo módulo, este se diferencia do ERP usual uma vez que os diversos módulos que eram adquiridos separadamente agora se tornam partes dentro do mesmo ERP.

Estes conceitos de micro serviços e ERP *Composable* serão fundamentais para viabilizar a transformação digital das empresas, uma vez que o movimento de migração de soluções de gestão para nuvem vai exigir uma nova arquitetura que permita a integração com outras soluções especialistas, antes realizada em ambiente interno nas organizações, sob domínio das mesmas, e agora estão em nuvens públicas em ambientes *multitenant*, que precisam endereçar questões de segurança da informação, performance e consumo de infraestrutura na nuvem.

A Companhia direciona sua atuação no segmento para soluções de ERP *Composable*, como estratégia, e acreditamos ser a principal empresa da América Latina com tal arquitetura, ofertada por meio da nova geração do nosso sistema ERP, denominado "ERP X".

Principais setores e indústrias de atuação

Atuamos em setores de alto crescimento e indústrias de tamanho considerável, e, que por conseguinte, oferecem oportunidades a serem exploradas:

- **Recursos Humanos**: O Brasil conta com 88 milhões de empregos, dos quais 53 milhões são trabalhadores formais, segundo dados de julho de 2021 do IBGE (sendo que, 42 milhões estão na iniciativa privada enquanto 11 milhões se encontram na esfera pública). Nossas soluções eram responsáveis pelo gerenciamento de 11% de todos os brasileiros formalmente empregados em setembro de 2021.
- **Logística**: O *e-commerce* na América Latina apresentou a maior taxa de crescimento do planeta, com 37% em 2020, de acordo com a *Insider Intelligence*. Nesse contexto, vemos que 35% das vendas do *e-commerce* na Black Friday em novembro de 2020 no Brasil passaram por nossas soluções[11]. Em 2021, 2 das 5 maiores empresas de *e-commerce* se beneficiam do nosso ecossistema de transformação digital.
- **Construção**: Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - Abrainc, houve 11.500 lançamentos imobiliários no segundo trimestre de 2021 no Brasil, o que representou um crescimento de 30% quando comparado com os lançamentos verificados no primeiro trimestre de 2021. Na data do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 287, atendemos 30 das 100 maiores empresas de construção do país, segundo ranking de 2021 da INTEC
- ***Agribusiness***: De acordo com o CEPEA-UESP, o setor de *agribusiness* teve um crescimento de 33% entre 2014 e 2020, representando em 2020, 27% do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil. Conforme dados da Forbes em 2020, 7 das 10 maiores cooperativas de agribusiness usufruem de nossas soluções.

[10] O Composable ERP consiste em uma estratégia de tecnologia adaptativa que permite que os recursos digitais administrativos e operacionais fundamentais para uma empresa acompanhem o ritmo das mudanças nos negócios. Essa estratégia oferece um núcleo de aplicativos que podem ser compostos e, como serviço, plataformas de software altamente configuráveis, interoperáveis e flexíveis para se adaptarem às futuras tecnologias modernas.

[11] Segundo dados da Ebit | Nielsen

Além dos setores citados acima, serviços, varejo e manufatura também possuem relevância no nosso portfólio.

Crescimento Orgânico e Inorgânico

Crescimento orgânico é aquele obtido pela Companhia por meio do desenvolvimento de novos produtos, ganho de *marketshare,* expansão de vendas por crescimento da economia ou aumento da demanda. Crescimento inorgânico é aquele realizado pela aquisição total ou parcial de outras empresas.

A Senior cresce organicamente pela evolução das soluções atuais, desenvolvimento de novos produtos, evolução tecnológica e expansão da força de vendas. Desde 2001, realizamos a (i) abertura de novas filiais em 9 estados brasileiros[12] e no Distrito Federal e uma filial na Colômbia; e (ii) alcançamos mais de 100 canais de distribuição espalhados em todo território brasileiro que comercializam e prestam suporte/serviços às soluções da Companhia.

Quanto ao crescimento inorgânico, adquirimos empresas para complementar o nosso portfólio de produtos, ampliar a nossa atuação geográfica, bem como consolidar a nossa atuação e entrar em novos mercados. Devido à capilaridade de nossa força de vendas, tanto direta como indireta, conseguimos ampliar a comercialização das soluções das empresas adquiridas. Possuímos um relevante *track record* em aquisições e investimentos, por meio de 25 operações desde 2011, das quais 18 se referiram a operações de M&A realizadas e 7 consistiram em investimentos em *startups.*

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aquisições por ano	1	1	1	1	1	3	2	2	1	1	4
Investimentos por ano	-	-	-	-	-	1	2	1	1	1	1

Apresentaremos a seguir algumas operações de destaque:

- **Mega Sistemas Corporativos S.A.** ("Mega Sistema"): A Mega Sistema atua em desenvolvimento de *software,* com foco no setor de construção. Com receita líquida pré-transação de R$45,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atingiu R$91,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um CAGR de 26,2% entre 2018 e 2021.
- **Zero One Tecnologia de Informação Ltda.** ("Obra Prima"): A Obra Prima atua em desenvolvimento de *software* para gestão de pequenas e médias construtoras. Com receita líquida pré-transação de R$848,5 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atingiu R$6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um CAGR de 97,9% entre 2018 e 2021.
- **Novasoft SAS** ("Novasoft"): A Novasoft é uma empresa sediada na Colômbia, adquirida em 2021, que atua em desenvolvimento de *software* para ERP e Recursos Humanos. A Novasoft apresentou uma receita líquida de R$ 21,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de 45,5% em relação ao exercício de 2020, em que apresentou uma receita líquida de R$ 14,6 milhões[13].

Vantagens Competitivas

Enxergamos diversas barreiras de entrada para atuais e novos *players*, as quais listamos abaixo.

Reputação: Reconhecimento de qualidade por nossos clientes e parceiros no oferecimento de soluções integradas. Alta satisfação dos clientes e relacionamentos sólidos, com NPS de 42 em 2021.

Tecnologia: Portfólio de produtos através de um ecossistema completo (Senior X + Wiipo), com uma tecnologia estado-da-arte baseada em micro serviços e APIs.

Capilaridade: Forte rede de distribuição no Brasil (+100 canais de distribuição), ao mesmo tempo com espaço de crescimento na América Latina.

Estratégia de Aquisições e de Investimentos: Expertise relevante por meio da realização frequente de M&As e investimentos nos últimos anos, tendo realizado um total de 25 operações desde 2011 (dos quais, 7 foram investimentos em *startups*).

Parcerias: Foco estratégico em setores segmentados e especializados em alto crescimento, através de relacionamentos fortes e duradouros com nossos mais de 50 parceiros.

[12] Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro.
[13] Utilizou-se o câmbio médio de 2020, a uma taxa de 0,0014 COP/BRL.

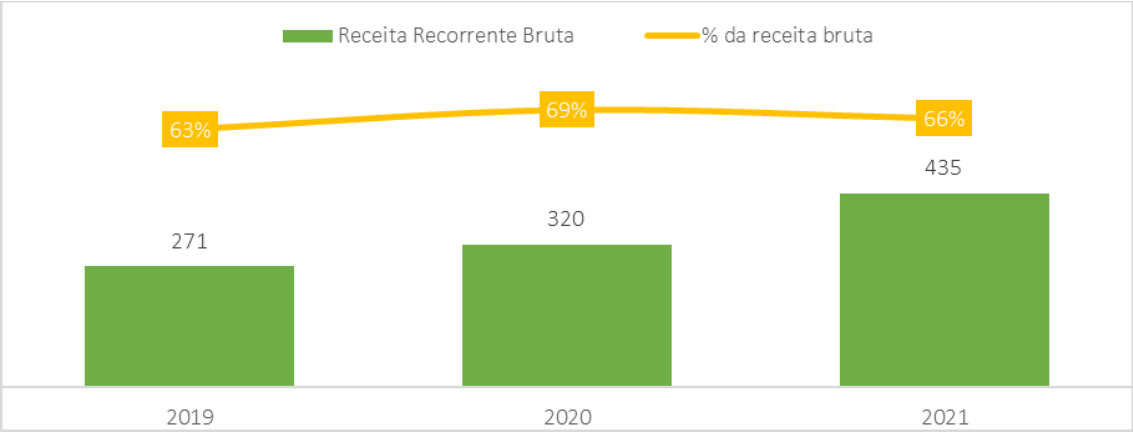
Ambiente de negócios: Companhia está adaptada às questões culturais, legais e fiscais nos países e regiões de atuação.

Obstáculos

Para uma descrição dos pontos fracos e eventuais obstáculos enfrentados pela Companhia, devem ser analisadas cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, em particular os riscos mencionados na "Seção 4.1 - Fatores de Risco", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas.

Indicadores Financeiros e Operacionais

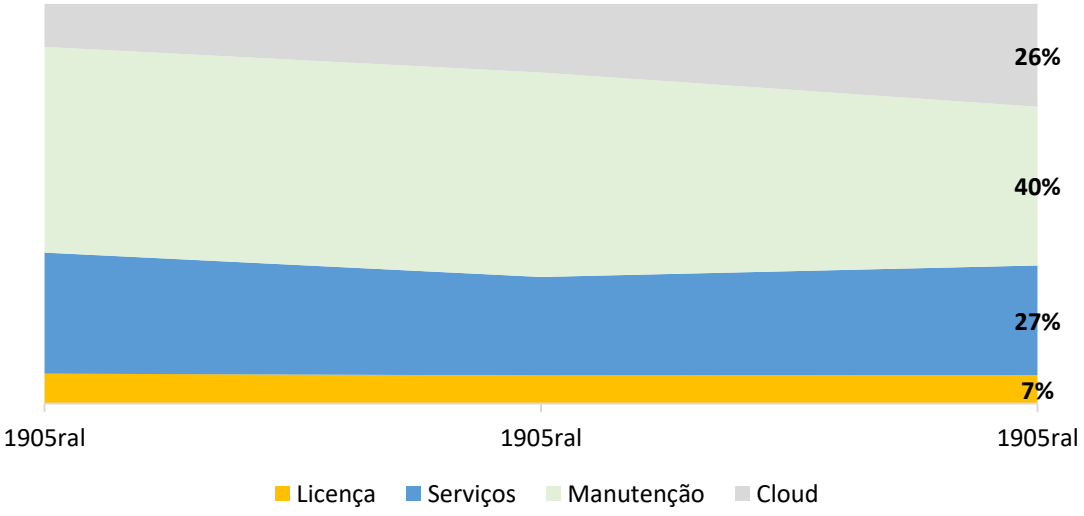
Devido ao nosso modelo de negócios, a maioria da nossa receita bruta é recorrente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o valor total da receita bruta recorrente foi de R$435,1 milhões, representando 66,2% do total da receita bruta. A receita recorrente, com uma característica de mensalidade decorrente de contratos com planos e assinaturas, vem crescendo a um crescimento anual composto - CAGR de 26,8% desde 2019 até 2021.



(1) Refere-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Valores informados estão apresentados em milhares de Reais.

A qualidade de nossas soluções e de nosso relacionamento com os clientes se prova pelo alto índice de renovação de contratos, que representou uma média de 94,4% em 2021, se mantendo acima de 99% em todos os meses desde 2020.

Adicionalmente, vemos as soluções de *Saas* direcionando nosso crescimento, representando 26% da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que impactou diretamente nas receitas recorrentes da Companhia, alcançando 66,2% de recorrência em 2021. Vimos um crescimento de 112,1% nesta avenida de 2020 para 2021, conjuntamente com a perda de espaço em receitas pontuais.



As tabelas a seguir apresentam um resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Para informações mais detalhadas sobre as variações patrimoniais, de resultado e fluxo de caixa da Companhia, veja a seção 10 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 417.

Indicadores Financeiros (Em milhares de R$, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			AH [1] 2021 X 2020	AH [1] 2020 X 2019
	2021	2020	2019		
Receita líquida	582.475	412.396	381.603	41,2%	8,1%
Lucro líquido	103.374	88.063	64.138	17,4%	37,3%
EBITDA [2]	162.031	136.235	98.449	18,9%	38,4%

[1] Análise Horizontal, por meio da qual são comparadas informações ao longo de um período.
[2] O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM 527/12. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não representa os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez, nem como como base para distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela ICVM 527/12 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA divulgado pela Companhia poderá não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras companhias. Para uma reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, veja o item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 302.

Indicadores Operacionais[2] (Em milhares de R$, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			AH [1] 2021 X 2020	AH [1] 2020 X 2019
	2021	2020	2019		
Receita recorrente bruta [3]	435.141	320.485	270.837	35,8%	18,3%
Renovação de contratos	94,4%	94,0%	92,1%	1,7%	2,0%
Regra dos 40 [4]	69,1%	41,1%	54,3%	68,1%	-24,3%

(1) Análise Horizontal, por meio da qual são comparadas informações ao longo de um período.
(2) Indicadores operacionais gerenciais provenientes de informações gerenciais da Companhia.
(3) Receita bruta com característica de mensalidade decorrente de contratos com planos e assinaturas
(4) Representa a soma da Margem EBITDA do ano com o crescimento da Receita Líquida (em %)

ESG - Meio ambiente, social e governança

Meio Ambiente

A computação na nuvem traz diversas economias, tanto financeiras como ecológicas, segundo estudo da *Accenture* (*The Green Behind the Cloud*) em 2020:

- Migração para nuvem pode reduzir a emissão de carbono global em 59 milhões de toneladas de CO2 por ano; e
- Equivale a uma redução de 5,9% na emissão total decorrente de TI.

Social

Com relação ao ambiente de trabalho, obtivemos uma satisfação geral de 88%, de acordo com dados de 2020 e 2021 da GPTW. Em adição, conquistamos o certificado altamente reconhecido de *"Great Place to Work"* em 2021, devido:

- Evolução de longo prazo e retenção
- DNA de inovação

- Treinamento constante

Acreditamos também gerar impactos positivos relevantes na comunidade em nossa volta:

- Por meio da promoção da diversidade e inclusão de funcionários e usuários finais, criação de empregos, engajamento civil, filantropia e aumento da performance da gestão da cadeia de suprimentos dos nossos clientes.

Governança

Somos uma Companhia liderada pelos fundadores e suportada por uma equipe de gestão experiente. O Conselho de Administração (o qual foi criado em 2012) é formado por 7 membros, sendo 3 deles nossos fundadores (Jorge José Cenci, presidente do Conselho de Administração, conjuntamente com Guido Heizen e Nésio Roskowski, que contam com mais de 25 anos de experiência no mercado), e 3 deles membros independentes, acima do exigido pelo critério de independência do Novo Mercado.

Possuímos uma remuneração variável direcionada por resultados e um programa de *partnership* para colaboradores.

Com *KPIs* individuais para cada área, transparência de dados e sendo auditada pelas *Big 4* desde 2018, apresentamos padrões de governança alinhados com as melhores práticas do mercado, evidenciado pelo ingresso da companhia no Novo Mercado, nível mais alto de governança da B3. Em adição, realizamos reuniões mensais com líderes, além de feedbacks, mentorias, treinamentos e novos programas de recrutamento.

A Companhia já contava em sua estrutura de governança com o Comitê de Pessoas e com o Comitê de Fusões e Aquisições, e, em janeiro de 2022, foi instalado o Comitê de Auditoria, em conformidade o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Estratégia para crescimento futuro

Nossa estratégia de crescimento será pautada pelo reforço do nosso core business, composto pelas nossas três capacidades: Capacidade de Gestão, Capacidade de Plataforma e Capacidade Financeira.

Capacidade de Gestão:

- Estabelecer presença em novas localidades no Brasil e na América Latina
- Expandir para novas indústrias de alto crescimento;
- Consolidar setores de atuação estratégicos, como RH, logística, construção e agribusiness;
- Desenvolver canais digitais e vocacionados; e
- Promover o *cross-selling* e *up-selling*

Capacidade de Plataforma:

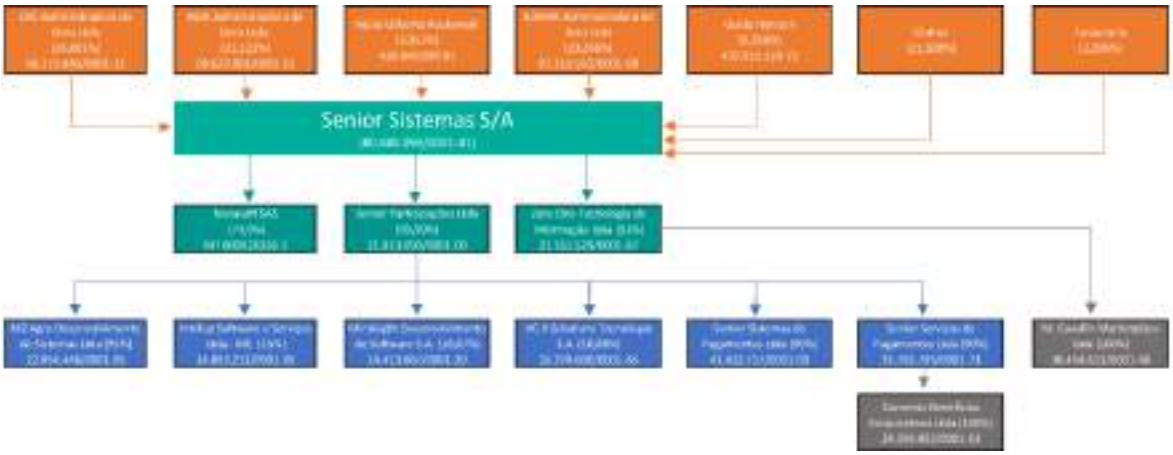
- Desenvolver soluções baseadas em dados;
- Investir em Venture Building em IoT, IA, Data e Blockchain;
- Aumentar as soluções complementares ao portfólio; e
- Fortalecer o ecossistema através da plataforma Senior X.

Capacidade Financeira:

- Monetizar os ativos da Senior (clientes e usuários);
- Expandir os serviços financeiros oferecidos
- Aumentar o volume de crédito consignado concedido; e
- Ampliar o leque de benefícios e recebíveis oferecidos.

Estrutura societária

Na data deste Prospecto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:



Na data de divulgação do Anúncio de Início, entrará em vigor o Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 29 de janeiro de 2022, o qual possui como signatários: EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., Guido Heizen, NGR Adminsitradora de Bens Ltda. e Nesio Gilberto Roskowski (em conjunto, os "Acionistas Originais") e Agnaldo Montibeler, Eliege Montibeler, Mayara Montibeler Gottardo, Alencar Berwange, Berwanger Administradora de Bens Ltda., Cacio Packer, Alliance Adminsitradora de Bens Ltda., Carlênio Bezerra Castelo Branco, Castelo Branco Adminsitradora de Bens EIRELI, Carlo Eduardo Spethmann Corrêa, Grade Administradora de Bens Ltda., Hevertom Fischer, Juarez Santos Moyses, Sapiens Adminsitradora de Bens Ltda. e Solaris Administradoradora de Bens Ltda. ("Acionistas Relevantes" e, em conjunto com os Acionistas Originais, os "Acionistas Signatários"), os quais são titulares de ações que representam, na data de celebração do Acordo de Acionistas, 92,58862% do capital social total e votante da Companhia. Celebrou, ainda, o Acordo de Acionistas, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia, incluindo sua composição societária, veja a seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 538 deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

As atividades, situação financeira, resultados operacionais e estratégias da Companhia estão sujeitos a diversos fatores de risco. Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que podem nos afetar de forma adversa e relevante. Para mais informações sobre os fatores de risco listados abaixo e sobre os demais fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir da página 91 deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência na página 313 deste Prospecto.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia, inclusive ocasionando riscos reputacionais e financeiros visto que, além de estar sujeita à rescisão antecipada de contratos com clientes, a Companhia estará obrigada a indenizar e/ou reembolsar os prejuízos financeiros causados aos clientes em razão dos danos causados pela indisponibilidade.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de software, data centers, internet, telecomunicações e de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, problemas de telecomunicações, vírus, *worms*, *ransomware* e outros *softwares* mal intencionados, entre outros fatores. Eventuais incidentes de

segurança da informação podem causar uma interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Qualquer incidente de segurança no ambiente computacional que resulte em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia podem sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades expressivas, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Ainda, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, poderá exigir investimentos financeiros significativos. Ademais, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo.

A infraestrutura de rede de hospedagem da Companhia é uma parte crítica das operações comerciais. Portanto, caso haja qualquer interrupção significativa, por qualquer tipo de incidente, nos serviços, produtos e/ou na estrutura da Companhia, a Companhia estará sujeita à rescisão antecipada de contratos e poderá figurar como parte passiva em ações de natureza indenizatória ajuizadas por clientes, além de custos operacionais e desvio de receitas, o que poderá afetar negativamente o resultado operacional e situação financeira da Companhia, bem como a sua imagem perante os clientes.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia, inclusive quanto à não realização de testes de vulnerabilidade e invasão de seus sistemas, poderá prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia poderá não obter o sucesso esperado em suas estratégias de negócios e inovações, bem como poderá falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes, o que poderá afetar adversamente seus resultados, a sua competitividade e o valor das ações de sua emissão.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de novos negócios e inovações depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes; (c) dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; e (e) criação de novos produtos, baseada na capacidade de detectar e incorporar tecnologias mais modernas.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas estratégias e inovações, inclusive em razão de seu planejamento acabar por não prever de forma adequada e/ou suficiente os recursos a serem destinados para inovação, diante de alterações nas circunstâncias acima e, portanto, não pode garantir que continuará mantendo os seus resultados em linha com os resultados de exercícios anteriores.

Também como consequência a Companhia poderá estar sujeita à insuficiência de mecanismos de captura de oportunidades em novos produtos e/ou melhoria dos produtos já existentes, assim como insuficiência de agilidade para aproveitá-las; sujeita à concorrência com empresas emergentes e/ou startups no setor de tecnologia; sujeita a equívoco/falha na construção anual do roadmap de produtos; sujeita a estruturar arquitetura tecnológica em desacordo com o exigido para novos produtos e/ou mercado.

Adicionalmente, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter um portfólio de softwares que atenda completamente às necessidades de seus clientes, assim como não é possível garantir que

novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e novas tecnologias, a sua competitividade e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não concretizar operações de M&A essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e o plano de crescimento inorgânico e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis em momento anterior a conclusão da aquisição, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

As operações de Fusões e Aquisições são elementos essenciais a estratégia de expansão de negócios e mercado, e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Outras empresas do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que pode aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de a Companhia ter sucesso na implementação de tal estratégia.

Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A partir do crescimento de *market share* e do desenvolvimento de novos produtos, determinadas operações societárias que venham a ser realizadas e/ou sejam pretendidas pela Companhia, poderão estar sujeitas à aprovação do CADE. Caso o CADE entenda que uma potencial aquisição e/ou associação da Companhia poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua, o CADE poderá rejeitar operações que a Companhia vier a realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos interesses da Companhia. Dessa forma, a Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira, a estratégia e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de acompanhar a evolução tecnológica de seu setor, modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica, aperfeiçoar os produtos, serviços e softwares já existentes, desenvolver novos produtos e serviços e promover a integração de novos produtos e serviços adquiridos, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de softwares, principal mercado em que a Companhia atua, em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento da infraestrutura de comunicações, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos.

A Companhia não pode garantir que será capaz de prever e desenvolver melhorias, de acompanhar a evolução tecnológica e a atualização da legislação, de aperfeiçoar e incrementar seus softwares e serviços oferecidos atualmente em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado ou ter a capacidade de integrar os novos produtos e serviços adquiridos aos seus atuais produtos. Os softwares da Companhia poderão se tornar obsoletos em comparação com os oferecidos pelos concorrentes, de modo que os clientes da Companhia poderão deixar de subscrever pelo uso do software e contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir a competição de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, bem como o atraso ou não adoção de novas tecnologias, inclusive aquelas consideradas disruptivas, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas e depende da qualificação dos seus profissionais para obter sucesso em seu negócio, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente

escassos no cenário atual, considerando a alta demanda do mercado para esses profissionais e a competição mais globalizada por esses talentos. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta e aos Consultores Legais Locais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Senior Sistemas S.A.
Rua São Paulo, 825, Bairro Victor Konder,
CEP 89012-001, Blumenau, SC
At.: Sr. Alencar Berwanger
Tel.: +55 (47) 3039-5013
ri@senior.com.br

Acionistas Vendedores

[•]

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.itau.com.br/itaubba-pt/

Banco BTG Pactual S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com

Banco Morgan Stanley S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 6º e 8º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.morganstanley.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP.
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
www.santander.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados

Rua Funchal, 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sr. Alexandre Barreto e Júlia Lobo Dutra
Tel.: +55 (11) 3089-6507
www.cesconbarrieu.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Milbank LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 5º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakai
Tel.: +55 (11) 3927-7781
www.milbank.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Pinheiro Neto Advogados	**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**
Rua Hungria, 1100 CEP 01455-906, São Paulo, SP At.: Sr. Fernando dos Santos Zorzo Tel.: +55 (11) 3247-8411 www.pinheironeto.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 7º andar CEP 04538-133, São Paulo, SP At.: Sr. Johann Mathias von Bermuth Tel.: +55 (11) 3147-1840 www.skadden.com

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Rua Dr. Amadeu da Luz, 100, sala 801
CEP 89010-910, Blumenau, SC
At.: Cleverson Luis Lescowicz
Tel.: +55 (47) 2111-0700
https://www.ey.com/pt_br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 157.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 91, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Controladores	EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., NGR Administradora de Bens Ltda**.,** Guido Heinzen e Nesio Gilberto, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	[•], considerados em conjunto.
Ações	As Ações da Oferta Base, Ações Adicionais e Ações Suplementares, consideradas em conjunto.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério [da Companhia {OU} dos Acionistas Vendedores {OU} da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até [•] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto {OU} ações ordinárias, sendo (i) [●] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.
Ações da Oferta Base	Ações da Oferta Base Primária e Ações da Oferta Base Secundária, consideradas em conjunto.
Ações da Oferta Base Primária	[•] novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações da Oferta Base Secundária	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas, Vendedores, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	São as ações ordinárias de emissão da Companhia, menos as de propriedade dos Acionistas Controladores, de diretores, de membros do conselho de administração e as em tesouraria. Considerando apenas a colocação das Ações da Oferta Base, estimamos que [●]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação após a realização da Oferta.

Para mais informações, veja seção "*Informações sobre a Oferta - Composição do Capital Social*" na página 45 deste Prospecto.

Ações Suplementares

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até [•] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto {OU} ações ordinárias, sendo (i) [●] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.

Agente Estabilizador ou BTG Pactual

Banco BTG Pactual S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.

Agentes de Colocação Internacional

O Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Morgan Stanley & Co. LLC e o Santander Investment Securities, Inc, considerados em conjunto.

Anúncio de Encerramento

Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" na página 74 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.

Anúncio de Início

Anúncio de Início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" na página 74 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" na página 74 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3 regulado pelo Regulamento do Novo Mercado ("Novo Mercado"), bem como a reforma do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

("JUCESC") em [•] de [•] de 2022 sob o nº [•] e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022.

A realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a JUCESC em [•] de [•] de 2022 sob o nº [•] e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESC e publicada no "Jornal de Santa Catarina" na data de divulgação do Anúncio de Início.

[Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, por um período de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador, ou da Corretora, de realizar operações bursáteis visando à estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso divulgado em [•] de [•] de 2022, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2022, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em

	conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" na página 74 deste Prospecto.
Companhia	Senior Sistemas S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$165.058.790,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.269.683 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para informações adicionais sobre o Capital Social da Companhia após a Oferta favor consultar "*Informações sobre a Oferta - Composição do Capital Social*", a partir da página 45 deste Prospecto.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado entre [●], na qualidade de doador[es], e o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na mesma data em que tiver início a negociação com as Ações de emissão da Companhia.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.

Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Morgan Stanley e o Santander, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações sobre a Oferta - Cronograma Estimado da Oferta*" na página 52 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, se aplicável, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, se aplicável, aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para (i) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas. A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência das Oferta Secundária, sendo que os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos delas resultantes. Para mais informações, ver seção "*Destinação dos Recursos*", na página 98 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 70 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações da Oferta Base por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Na medida que não será admitida distribuição*

parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações da Oferta Base", na página 91 deste Prospecto.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido no item 9 abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva. Para mais informações, veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores da Oferta Não Institucional, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta",* na página 91 deste Prospecto.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 20 e 91 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado e secundário[, no entanto, não houve a contratação de formador de mercado para esta Oferta]

{OU}

[Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, que será contratada para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário.]

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, se aplicável, que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, seja disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, se aplicável, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente

considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*". Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações".

Instituição Escrituradora Itaú Corretora de Valores S.A.

Instituições Consorciadas Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

Instituições Participantes da Oferta Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.

Instrumentos de *Lock-up* Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia, assinados pela Companhia, Acionistas Controladores e Administradores da Companhia.

Investidores Estrangeiros Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373 e da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *SEC.*

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores profissionais, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas e globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros
Investidores Não Institucionais	Investidores *Private* e Investidores de Varejo, considerados em conjunto
Investidores *Private*	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, em qualquer caso que (i) sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, (ii) não tenham realizado Pedidos de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo; (iii) realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento *Private*.
Investidores *Private Lock-up*	Investidores *Private* que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento *Private*.
Investidores *Private* Sem *Lock-up*	Investidores *Private* que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up,* de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento *Private*.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, e/ou Investidores Institucionais, em qualquer caso residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo.

Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up,* de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Lock-up* do Segmento *Private	Os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Ofertam do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidores Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up e da Oferta do Segmento Private Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 91 deste Prospecto.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central

Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Para maiores informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up e da Oferta do Segmento Private Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 91 deste Prospecto.

Negociação na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]3".

Oferta

A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.

Oferta do Segmento *Private*

Oferta aos Investidores Private, no montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações, a qual compreende a Oferta do Segmento *Private Lock-up* e a Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*.

Oferta do Segmento *Private Lock-up*

No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores *Private Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de investidores para a Oferta do Segmento Private *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estipulado estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio

Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*

No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores *Private* Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de investidores para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta de Varejo	Oferta aos Investidores de Varejo, no montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações, a qual compreende a Oferta de Varejo *Lock-up* e a Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.
Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de investidores para a Oferta de Varejo *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de investidores para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada aos Investidores Não Institucionais, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, [●]% e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [●]%, do total das Ações, realizada pelas Instituições Consorciadas, a qual compreende: (a) a Oferta de Varejo; e (b) a Oferta do Segmento *Private*.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de[, inicialmente,] [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de[, inicialmente,] [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada [pela Companhia {OU} pelos Acionistas Vendedores {OU} pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores], nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 e do Contrato de Colocação, ao Agente Estabilizador, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, se aplicável, as quais serão destinadas exclusivamente para a prestação dos serviços relacionados à atividade de estabilização.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2022 e se encerrará em [•] de [•] de 2022, para efetuar a colocação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, caso aplicável.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive e, [•] de [•] de 2022, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionaisl que sejam considerados Pessoas Vinculadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os respectivos Pedidos de Reserva automaticamente cancelados, exceto quanto aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculaas no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, os quais não serão cancelados.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) administradores, empregados, colaboradores, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente

envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e com Investidores Estrangeiros pelo Agente de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 91 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

Prospectos

Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores da Oferta Não Institucional e os Investidores Institucionais.

Rateio Oferta *Private Lock-up*

Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva para a Oferta do Segmento Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private no âmbito da Oferta do Segmento Private Lock-up, de modo que as Ações remanescentes, se houver,

poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Oferta *Private* Sem *Lock-up*

Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva para a Oferta de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante total de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*

Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*

Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Registro da Oferta

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de [•] de 2022, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Adicionais*" na página 72 deste Prospecto.

Restrição à Venda de Ações *(Lock-up)*

A Companhia, seus acionistas controladores, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

[As vedações listadas acima não se aplicarão a determinadas hipóteses previstas no Contrato de Colocação Internacional, dentre as quais: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o trust comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações de emissão da Companhia, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas*

	das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na página 91 deste Prospecto.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Termo de Aceitação	Documento de aceitação da Oferta Institucional aplicável aos Investidores Institucionais não contemplados pela dispensa prevista na Resolução CVM 27 no âmbito da Oferta Institucional.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento *Private*	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior a R$10.000.000,00.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior R$1.000.000,00.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$165.058.790,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.269.683 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R$1.500.000.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive, preço, quantidade, prazo e as condições de sua integralização, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição.

Antes da realização da Oferta, não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor (R$)**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias.....	1.269.683	165.058.790,00	[●]	[●]
Total	**1.269.683**	**165.058.790,00**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Com a dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [●]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor (R$)**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias.....	1.269.683	165.058.790,00	[●]	[●]
Total	**1.269.683**	**165.058.790,00**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Com a dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [●]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor (R$)**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias.....	1.269.683	165.058.790,00	[●]	[●]
Total	**1.269.683**	**165.058.790,00**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Com a dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais, mas sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente **[●]**% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor (R$)**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	1.269.683	165.058.790,00	[●]	[●]
Total	**1.269.683**	**165.058.790,00**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Com a dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente **[●]**% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outros	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	[•]	**100,0%**	[•]	**100,0%**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outros	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	[•]	**100,0%**	[•]	**100,0%**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outros	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	[•]	**100,0%**	[•]	**100,0%**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
[•].....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outros	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	[•]	**100,0%**	[•]	**100,0%**

Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

[•]

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "*15. Controle*" do Formulário de Referência, na página 538 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de[, inicialmente,] [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto, a ser realizada em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, o Regulamento do Novo Mercado, bem como os demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373 e da Resolução da CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *SEC*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério [da Companhia {OU} dos Acionistas Vendedores {OU} da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até [•] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto {OU} ações ordinárias, sendo (i) [●] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações da Oferta Base, ou seja, em até [•] [novas ações ordinárias de emissão da Companhia {OU} ações ordinárias de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto {OU} ações ordinárias, sendo (i) [●] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem por eles alienadas, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia {OU} pelos Acionistas Vendedores {OU} pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas exclusivamente para a prestação dos serviços relacionados à atividade de estabilização. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, caso aplicável, serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Exceto pelos registros da Oferta, a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, na *SEC*, e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou se a operação for realizada de acordo com uma isenção de registro, nos termos do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3 regulado pelo Regulamento do Novo Mercado ("Novo Mercado"), bem como a reforma do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") em [•] de [•] de 2022 sob o nº [•] e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022.

A realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022, cuja ata foi devidamente registrada perante a JUCESC em [•] de [•] de 2022 sob o nº [•] e publicada e no "Jornal de Santa Catarina" em 1º de fevereiro de 2022.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos

registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESC e publicada no "Jornal de Santa Catarina" na data de divulgação do Anúncio de Início

[Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

[Para mais informações, veja seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.*", constante deste Prospecto Preliminar a partir da página 91.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 91 deste Prospecto Preliminar.]

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

[Antes da realização da Oferta, [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [●]% de seu capital social, estavam em circulação no mercado.]Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares,

estima-se que, aproximadamente, [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [●]% de seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [●] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [●]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "*Informações sobre a Oferta - Composição do Capital Social*" na página 45 deste Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos(2)
Companhia.....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionistas Vendedores....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos(2)
Companhia.....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionistas Vendedores....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos(2)
Companhia.....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionistas Vendedores....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando o exercício da totalidade da Opção de Ações Suplementares e a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissão e Despesas	Recursos Líquidos[2]
Companhia.....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionistas Vendedores....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

[1] Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
[2] Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

[As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados da Companhia, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Os Acionistas Vendedores arcarão com as despesas dos seus respectivos advogados. Para mais informações sobre as despesas, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A Companhia arcará com todos os custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta*" constante na página 91 deste Prospecto.]

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor[1][2]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[1][2]	Custo por Ação[1][2]	% em Relação ao Preço por Ação[1][2]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta				
Comissão de Coordenação[3]	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Comissão de Colocação[4]	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[5] ..	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Comissão de Incentivo[6].....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
**Total de Comissões[7]..... **	**[●]**	**[●]%**	**[●]**	**[●]%**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxas de Registro na CVM.....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Custos da B3.....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Despesas com Auditor Independente.....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Despesas com Advogados e Consultores[8].....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
Outras despesas da Oferta[9][10].....	[●]	[●]%	[●]	[●]%
**Total de Despesas..... **	**[●]**	**[●]%**	**[●]**	**[●]%**
Total de Comissões e Despesas da Oferta...	**[●]**	**[●]%**	**[●]**	**[●]%**

[1] Com base no Preço por Ação de R$[●] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.
(3) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas; (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").
(4) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(5) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(6) A Comissão de Incentivo poderá ser de até [●]% sobre o produto de colocação da Oferta (quantidade total de Ações da Ofeta Base, Ações Adicionais e Ações Suplementares efetivamente colocadas, multiplicado pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, independentemente de parâmetros objetivos. O eventual pagamento pela Companhia e Acionistas Vendedores utilizará como parâmetro sua percepção acerca da atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para a Ofertante.
(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente às Ações ofertadas.
(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.
(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(10) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer*, entre outros.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Consorciadas

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data(1)
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	[•]/[•]/2022
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	[•]/[•]/2022
3	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•]/[•]/2022
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2022
5	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2022
6	Encerramento do Período de Reserva	[•]/[•]/2022
7	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) (2) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2022
8	Concessão dos registros da Oferta pela CVM	[•]/[•]/2022

#	Eventos	Data[1]
	Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	
9	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	[•]/[•]/2022
10	Data de Liquidação	[•]/[•]/2022
11	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2022
12	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•]/[•]/2022
13	Data de encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•]/[•]/2022
14	Data de encerramento do *Lock-up* do Segmento Private	[•]/[•]/2022
15	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]/[•]/2022

[1] Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

[2] A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (roadshow), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data da nova divulgação do Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do pagamentodo valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para mais informações sobre "*Procedimento de Distribuição na Oferta*", "*Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta*", "*Suspensão ou Cancelamento da Oferta*" e "*Inadequação da Oferta*", veja a página 72 deste Prospecto.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, e as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com Resolução CVM; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações da Oferta Base por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de

***Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Na medida que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações da Oferta Base*", na página 91 deste Prospecto.**

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo, junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento Private, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Ações da Oferta Base, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

No contexto da Oferta Não Institucional, e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [•]% da totalidade das Ações, e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [•]% do total das Ações será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, conforme o caso aplicável, de acordo com as condições ali previstas e os procedimentos indicados neste item.

(i) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações, será destinado à colocação pública para Investidores Private, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de investidores para a Oferta do Segmento Private *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estipulado estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de investidores para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo da seguinte forma:

(a) caso haja demanda de investidores para a Oferta de Varejo *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de investidores para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até [•]% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a [•]% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

No contexto da Oferta Não Institucional, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento Private, os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto, especialmente as seções "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 20 e 91 deste Prospecto, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência a ele anexo; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, os Investidores Private que desejarem adquirir Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento Private, por Investidor Private.

Os Investidores Private que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta do Segmento Private. Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção "Violação das Normas de Conduta" na página 69 deste Prospecto;

(ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento Private, sob pena de ser considerado um investidor Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;

(iii) os Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Private interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (d) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada;

(v) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta do Segmento Private;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações da Oferta Base, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados,

incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada;

(vii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva para a Oferta do Segmento Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private no âmbito da Oferta do Segmento Private Lock-up, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado o Rateio Oferta Private *Lock-up*. Caso haja Rateio Oferta Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(viii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private no âmbito da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado o Rateio Oferta Private Sem *Lock-up*. Caso haja Rateio Oferta Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(ix) até as 16h00 do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private, pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do rateio descrito nos itens (vii) e (viii) acima), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até as 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no item (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;

(xi) **na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os**

procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no item (x) acima;

(xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Private for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b), (c) e (d) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste item, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta, no caso de resilição do Contrato de Colocação, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor da Oferta do Segmento Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação de cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

<u>*Lock-up* do Segmento Private</u>. Os Investidores Private que adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidores Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações

ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* do Segmento Private, tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up e da Oferta do Segmento Private Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 91 deste Prospecto.

Oferta de Varejo

Observado o disposto neste item, os Investidores de Varejo que desejarem adquirir Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo, por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta de Varejo. Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii), (xiii) e na seção "*Violação das Normas de Conduta*" na página 69 deste Prospecto;

(ii) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um investidor da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(iii) cada Investidor de Varejo que decidir participar diretamente da Oferta poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de

Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (d) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada;

(v) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva na Oferta de Varejo;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Ações da Oferta Base, será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada;

(vii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva para a Oferta de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante total de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado o Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*. Caso haja Rateio na Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(viii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante total de Ações destinadas

à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado o Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*. Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(ix) até as 16h00 do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do rateio descrito nos itens (vii) e (viii) acima), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até as 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no item (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no item (x) acima;

(xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b), (c) e (d) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste item, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre

movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta, no caso de resilição do Contrato de Colocação, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação de cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Lock-up da Oferta de Varejo. Os Investidores de Varejo que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo, tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up e da Oferta do Segmento Private Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 91 deste Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada

Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia[, dos Acionistas Vendedores,] dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16h00 do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

No contexto da Oferta Institucional, e conforme dispõe a Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações por determinados Investidores Institucionais está dispensada da apresentação de documento de aceitação da Oferta. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição de Ações deverá ser formalizada mediante o preenchimento, assinatura e entrega do Termo de Aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual foi previamente submetido para análise da CVM e deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento contendo, no mínimo, (i) as condições de subscrição/aquisição e de integralização/liquidação das Ações, (ii) esclarecimento que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações por referidos Investidores Institucionais não dispensados da apresentação de documento de aceitação da Oferta será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, por meio do referido Termo de Aceitação e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Institucional poderá desistir da respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento (1) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Institucional for comunicado diretamente pelo Coordenador da Oferta sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação. No

caso da alínea (c) acima, após a divulgação do Anúncio de Retificação, o respectivo Coordenador da Oferta deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Institucional não informe sua decisão de desistência da intenção de investimento nos termos deste inciso, a intenção de investimento será considerada válida e o Investidor Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos acima e venha a desistir da intenção de investimento nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento da respectiva intenção de investimento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta, no caso de resilição do Contrato de Colocação, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de até três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, sendo permitida a colocação de Ações a Pessoas Vinculadas até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço da quantidade de Ações da Oferta Base, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimentos automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às eventuais instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por*

***Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 91 deste Prospecto. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia", bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima em [•] de [•] de 2022, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, caso aplicável. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações da Oferta Base, as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16h00 da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

A data de início da Oferta será anunciada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações da Oferta Base e Ações Adicionais, se aplicável, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 68 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos Auditores Independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, Acionistas Controladores e seus Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia assumiu a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia e os Acionsitas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", na página 91 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" na página 74 deste Prospecto.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia, os Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, na rede mundial de computadores, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional manifeste que está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Nessa hipótese, em relação ao Investidor Não Institucional que já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os

valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Ademais, caso ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, poderão os Investidores Não Institucionais desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada), nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for comunicado do Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia*" na página 91 deste Prospecto.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento da respectiva intenção de investimento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400. No caso de resilição voluntária ou involuntária do Contrato de Distribuição, deverá ser submetido à análise prévia da CVM pleito justificado de cancelamento do registro da Oferta, para que seja apreciada a aplicabilidade do artigo 19, §4º, da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento da respectiva intenção de investimento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos

incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização com os logotipos das Instituições Consorciadas, a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração e o cumprimento das condições precedentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais, se aplicável, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400, em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
BTG Pactual	[•]	[•]%
Morgan Stanley	[•]	[•]%
Santander	[•]	[•]%
Total	[•]	**100,0%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, se aplicável, que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, seja disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, se aplicável, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do

Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização de Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, por um período de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador, ou da Corretora, de realizar operações bursáteis visando à estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 72 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer, e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores

mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção item 11 deverá informar os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva imediatamente, sobre o referido cancelamento. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) direito ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, incluindo, observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado;

(f) direito de retirada dos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações; e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência da Companhia.

Negociação das Ações na B3

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "**[●]**".

A Companhia e a B3 celebrarão, oportunamente, o Contrato de Participação no Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data em que tiver início a negociação com as ações de emissão da Companhia na B3, por meio do qual a Companhia estará sujeita às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras

diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo no item "*12. Assembleia geral e administração*". Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência da Companhia, e do item "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", deste Prospecto Preliminar.

Contratação de Formador de Mercado

[Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado e secundário, no entanto, não houve a contratação de formador de mercado para esta Oferta].

{OU}

[Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, que será contratada para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário.

A Companhia contratou o [●] como formador de mercado ("Formador de Mercado"), por meio da celebração do Contrato de Formador de Mercado, celebrado entre a Companhia e o Formador de Mercado em [●] de [●] de 2022, tendo por objeto exercício da atividade de formador de mercado *(market maker)* das Ações, com a finalidade de fomentar a liquidez das Ações no mercado secundário mediante a existência de ordens firmes diárias de compra e venda para as Ações, por meio dos ambientes administrados e operacionalizados pela B3 - Segmento CETIP UTVM, pelo prazo de [●], contado da data de publicação do Anúncio de Encerramento.]

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up)*

[A Companhia, seus acionistas controladores, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]

[As vedações listadas acima não se aplicarão a determinadas hipóteses previstas no Contrato de Colocação Internacional, dentre as quais: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (iii)

transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações de emissão da Companhia, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 91 deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" e "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia*", a partir das páginas 91 e 20 respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Senior Sistemas S.A.
Rua São Paulolo, 825, Bairro Victor Konder
CEP 89012-001 - Blumenau, SC
At.: Sr. Alencar Berwanger
Tel.: +55 (47) 3039-5013
https://ri.senior.com.br/ (neste *website*, clicar em “Documentos CVM”, e em seguida em “Prospecto Preliminar”)

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste website, clicar em “Senior Sistemas S.A.” e, posteriormente, clicar em “2022” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em “Prospecto Preliminar”).

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste website acessar “Mercado de Capitais - Download”, depois clicar em “2022” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Senior Sistemas S.A.”, clicar em “Prospecto Preliminar”)

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º e 8º andar, Itaim Bibi
CEP 04538-132, São Paulo, SP.
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: +55 (11) 3048-6000
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste website, no item “Prospectos Locais”, acessar o link “Prospecto Preliminar” no subitem “Senior Sistemas S.A.”)

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP.
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
www.santander.com.br/prospectos (neste website, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO Senior Sistemas” e selecionar o link “Prospecto Preliminar”)

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

(i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.gov.br/cvm - neste website, acessar "Centrais de Conteúdo", na página inicial. Em seguida, acessar "Central de Sistemas da CVM" e clicar em "Ofertas Públicas". Na sequência, na tabela de "Ofertas Primárias em Análise na CVM", na linha referente a "Ações", clicar no campo "Volume em R$" e acessar "Volume em R$" na coluna referente a IPO. Por fim, clicar no link referente à "Senior Sistemas S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e

(ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas publicas/ofertas-em-andamento/ - neste website acessar "Ofertas em andamento", em seguida em "Senior Sistemas S.A., e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

COMPANHIA

Senior Sistemas S.A.
https://ri.senior.com.br/ (neste *website*, clicar em "Documentos CVM", e, em seguida, escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta)

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste website, clicar em "Senior Sistemas S.A." e, posteriormente, clicar em "2022" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)".

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste website acessar "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2022" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Senior Sistemas S.A.", clicar no título do documento correspondente).

Banco Morgan Stanley S.A.
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste website, no item "Prospectos Locais", acessar o link "Prospecto Preliminar" no subitem "Senior Sistemas S.A.").

Banco Santander (Brasil) S.A.
www.santander.com.br/prospectos (neste website, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Senior Sistemas" e selecionar o link do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou

das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam aos investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*" NAS PÁGINAS 20 e 91 DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em **[•]** de fevereiro de 2022.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi

reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP - Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Ecorodovias, Banco Inter, Rede D'or, DASA, Infracommerce, Lojas Renner, Meliuz, Soma e Magalu, assim como dos IPOs da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, GPS, G2D, Dotz, GetNinjas, BR Partners, CBA, Desktop , 3 Tentos, Livetech e Blau Farmacêutica.

Morgan Stanley

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de sales & trading e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime. Em 1986, abriu seu capital na New York Stock Exchange - NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um bank holding company e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma joint venture com Smith Barney, combinando seus negócios de wealth management.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) institutional securities, que engloba as atividades de investment banking (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, real estate e project finance); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) global wealth management group, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) asset management, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de hedge, fundos de fundos e merchant banking, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2019, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US$82,7 bilhões e ativos totais no valor de US$895,4 bilhões.

No mercado de emissão de ações global, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral entre 2010 e 2019, de acordo com a Bloomberg. Historicamente o Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2019, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como "Global Equity House".

Na América Latina, o Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em diversas operações de destaque entre 2010 e 2019 selecionadas pela IFR: a oferta de ações no valor de US$70 bilhões da Petrobras, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador; a oferta inicial de ações no valor de US$2,3 bilhões da XP Inc, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global; a oferta inicial de ações da C&A, no valor de US$434 milhões, na qual o banco atuou como líder e agente estabilizador; e também diversos outros IPOs e Follow-Ons no período.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupou a terceira posição em volume negociado de ações locais durante o ano de 2020, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 8,6%.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2020, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €5,1 bilhões no mundo, dos quais 63% nas Américas e 30% no Brasil. Na América Latina, em 2020, o Santander Brasil possuía mais de 2,1 mil agências e cerca de 45 mil funcionários.Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2020, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 27,9 milhões de clientes ativos, 3.564 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 36,7 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos que supera R$1,0 trilhão e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$76,9 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2020, possui uma participação de aproximadamente 30% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 50% no resultado do Grupo Santander na América.A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como bookrunner nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR

Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais do Grupo Mateus S.A. e da Rede D'Or São Luiz S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da MPM Corpóreos S.A., da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, da Jalles Machado S.A., da Focus Energia Holding Participações S.A., da SMARTFIT Escola de Ginástica e Dança S.A., da Armac Locação, Logística e Serviços S.A., da Brisanet Participações S.A., da Clear Sale S.A. e da Kora Saúde Participações S.A. e nas ofertas de follow-on da Light S.A., do Banco BTG Pactual S.A., da Petro Rio S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Lojas Renner S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Grupo de Moda SOMA S.A., do Magazine Luiza S.A, de Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., de AES Brasil Energia S.A. e de PET CENTER COMERCIO E PARTICIPACOES S.A.. Além disso, atuou como bookrunner nas ofertas públicas iniciais da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A., da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., da Eletromidia S.A., da CSN Mineração S.A., da Raízen S.A. e da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. e na oferta de follow-on da Diagnósticos da América S.A. e de TOTVS S.A.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

Senior Sistemas S.A.

- 1 (uma) operação de cartão de crédito, com data de início em 12 de junho de 2018, com data de vencimento em 20 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 40.340,28, em 31 de janeiro de 2022, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas;
- 1 (uma) operação de fiança BNDES, com data de início em 29 de janeiro de 2020, com data de vencimento em 31 de dezembro de 2099, no valor de R$ 13.515.913,40, com uma taxa efetiva de 0,85% [a.a.] e com garantia de aplicações financeiras e aval de pessoas físicas;
- Aplicações financeiras realizadas em operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB), no montante de R$83.873.128,39, em 31 de janeiro de 2022, realizadas entre abril de 2020 e janeiro de 2022, com vencimento entre agosto de 2022 e janeiro de 2024 e taxas entre 99,75% e 102,5% do CDI, não existindo garantias vinculadas;
- Serviços gerais de cobrança, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com uma quantidade média de cobranças de 230 mensal e um volume médio de R$ 1.600 mil mensal, com uma tarifa de R$ 1,38 mensal por cada evento, não existindo garantias vinculadas; e
- Serviços gerais de pagamentos, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com uma quantidade média de 1.700 pagamentos e um volume médio de R$ 49 milhões mensal, sem tarifa cobrada para boletos, TEF e PIX e com uma tarifa de R$ 1,80 por evento para TEDs, não existindo garantias vinculadas.
- 1 (uma) operação de cartão de crédito, com data de início em 23 de março de 2019, com data de vencimento em 17 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 1.134,56, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas, realizada com Alcis Log Ltda., empresa incorporada pelo Senior Sistemas S.A.
- 2 (duas) operações de cartão de crédito, com datas de início em 09 de junho de 2016 e 08 de outubro de 2010, com datas de vencimento em 09 de fevereiro de 2022 e 25 de fevereiro de 2022, nos valores de R$ 13.828,05 e R$ 1.756,98, respectivamente, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas, realizada com GKO Informática, empresa incorporada pela Senior Sistemas S.A.

Senior Serviços de Pagamentos Ltda.

- 1 (uma) operação de cartão de crédito, com data de início em 28 de setembro de 2020, com data de vencimento em 20 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 6.526,12, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas; e
- Serviços gerais de pagamento em folha e consignado para funcionários, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com uma quantidade média de 10 funcionários e um volume médio de R$ 45 mil mensal, sem taxa, não existindo garantias vinculadas.

Senior Sistemas de Pagamentos Ltda.

- 1 (uma) operação de cartão de crédito, com data de início em 26 de agosto de 2021, com data de vencimento em 20 de janeiro de 2022, no valor de R$ 101,80, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas.

- Serviços gerais de pagamento em folha e consignado para funcionários, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com uma quantidade média de 22 funcionários e um volume médio de R$ 80 mil mensal, sem taxa, não existindo garantias vinculadas.

Mindsight Desenvolvimento de Software S.A.

- Serviços de *cash management* (convênio de pagamentos), contratados em 14 de maio de 2018, com data de vencimento indeterminada, com um volume médio de R$ 28,00 mensais, e tarifas que variam de R$ 1,00 a R$ 7,00 por pagamento, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviços de investimento automático de recursos em conta corrente, contratados em 14 de maio de 2018, com data de vencimento indeterminada, com um saldo médio de R$ 2 milhões, e tarifas que variam de 1% a 100% do CDI de acordo com o prazo de permanência da aplicação financeira, não existindo garantias vinculadas.

VC-X Solutions Tecnologia S.A.

- 1 (uma) operação de cartão de crédito, com data de início em 11 de julho de 2019, sem data de vencimento determinada, no valor de R$ 50 mil, sem taxas efetivas e sem garantias vinculadas, com um saldo aberto atual de R$ 18 mil;

- 1 (uma) operação de caixa reserva, com data de início em 17 de janeiro de 2022, sem data de vencimento determinada, no valor de R$ 59,6 mil, com uma taxa efetiva de 5,83% [a.a.], com garantia de aval, sendo que, atualmente, não há saldo devedor em aberto para esta operação;

- 1 (uma) operação de LIS (limite para saque), com data de início em 28 de janeiro de 2022, sem data de vencimento determinada, no valor de R$ 98,4 mil, com uma taxa efetiva de 13,94% [a.a.], com garantia de aval, sendo que, atualmente, não há saldo devedor em aberto para esta operação;

- Serviços gerais de cobrança, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com um volume médio de R$ 170 mil mensal, com uma tarifa de R$ 1,83 mensal por cada evento, não existindo garantias vinculadas;

- Serviços gerais de PIX, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com um volume médio de R$ 30 mil mensal, com uma tarifa de R$ 3,60 mensal por cada evento, não existindo garantias vinculadas;

- Serviços gerais de TED, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com um volume médio de R$ 60 mil mensal, com uma tarifa de R$ 10,60 mensal por cada evento, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviços gerais de pagamentos, contratado em [•] de [•] de [•], [sem data de vencimento determinada], com um volume médio de R$ 430 mil mensal, sem tarifa cobrada, não existindo garantias vinculadas.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem eventualmente deter títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Itaú BBA e/ou por sociedades de seu conglomerado financeiro, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 51 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição" na página 51 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não possuem qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos e realizar operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões

de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro nele referenciado; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta, decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico podem adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

Ademais, nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico (i) não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia, e (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição" na página 51 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais

informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição" na página 51 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Santander e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Senior Sistemas S.A.

- Serviço de folha de pagamento para os funcionários da Companhia, contratado em novembro de 2017, com vencimento em novembro de 2022, assim como Convênio Consignado, contratado e com vencimento na mesma data, não existindo garantias vinculadas;

- Aplicações financeiras realizadas junto à Mesa/Tesouraria do Santander em operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB), no montante de R$ 40.740.801,49, em 31 de janeiro de 2022, realizadas entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, com vencimento entre novembro de 2022 e janeiro de 2024 e taxa entre 100% e 102,5% do CDI, não existindo garantias vinculadas;

- Serviços gerais de pagamentos como liquidação de TEDs, transferências entre contas Santander, boletos bancários e tributos, contratados em novembro de 2009, não existindo prazo determinado. O Santander realiza em média um volume de 401 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 60.000.000,00, não existindo garantias vinculadas;

- Serviço de cartão corporativo bandeira Santander Corporate Mastercard para compras, contratado em outubro de 2020, com limite de R$ 250.000,00, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas;

- Serviço de recebimento através de cobrança - emissão de boletos bancários, contratado em novembro de 2009, não existindo prazo determinado. O Santander emite em média 21.000 de boletos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de BRL 105.000.000,00. Deste

montante são liquidados em média 19.000 boletos por ano, o que resulta em um volume financeiro de BRL 95.000.000,00, não existindo garantias vinculadas;

- Serviços gerais de pagamentos como a liquidação de TEDs, transferências entre contas Santander, boletos bancários e tributos, contratado em outubro de 2009, não existindo prazo determinado. O Santander realiza em média um volume de 3.000 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 83.000.000,00, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviço de cartão corporativo bandeira Santander Corporate Mastercard para compras, contratado em outubro de 2020, com limite de R$ 250.000,00, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas.

Zero One Tecnologia da Informação Ltda.

- Serviço de folha de pagamento para os funcionários da Companhia, contratado em novembro de 2017, com vencimento em novembro de 2022, assim como Convênio Consignado, contratado e com vencimento na mesma data, não existindo garantias vinculadas;

- Serviço de recebimento através de cobrança -emissão de boletos bancários, contratado em julho de 2019, não existindo prazo determinado. O Santander emite em média 12.000 de boletos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 7.000.000,00. Deste montante são liquidados em média 10.000 boletos por ano, o que resulta em um volume financeiro de R$ 5.900.000,00, não existindo garantias vinculadas;

- Serviços gerais de pagamentos como a liquidação de TEDs, transferências entre contas Santander, boletos bancários e tributos, contratado em julho de 2019, não existindo prazo determinado. O Santander realiza em média um volume de 660 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 4.100.000,00, não existindo garantias vinculadas;

- Aplicações financeiras realizadas junto à Mesa/Tesouraria do Santander em ContaMax, no montante de R$ 50.000,00, realizadas em diversas datas, com vencimento em janeiro de 2023 e taxa de 5,0% do CDI, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviços de cartão corporativo bandeira Santander Corporate Mastercard para compras, contratado em outubro de 2020, com limite de R$ 150.000,00, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas.

Novasoft SAS

- Prestação de serviços de cash management com volume mensal aproximado de COP 70.000.000,00 junto ao Santander Colômbia, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas.

Convenix Benefícios Corporativos Ltda.

- Serviços gerais de pagamentos como a liquidação de TEDs, transferências entre contas Santander, boletos bancários e tributos, contratado em julho de 2019, não existindo prazo determinado. O Santander realiza em média um volume de 400 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 6.600.000,00, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviço de cartão corporativo bandeira Santander Corporate Mastercard para compras, contratado em julho de 2019, com limite de R$ 13.810,00, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas.

Mindsight Desenvolvimento De Software S.A.

- Serviços gerais de pagamentos como a liquidação de TEDs, transferências entre contas Santander, boletos bancários e tributos, contratado em outubro de 2019, não existindo prazo determinado. O Santander realiza em média um volume de 200 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$ 3.500.000,00, não existindo garantias vinculadas; e

- Serviço de cartão corporativo bandeira Santander Corporate Mastercard para compras, contratado em outubro de 2019 com limite de R$ 180.000,00, não existindo prazo determinado, e não existindo garantias vinculadas.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Santander e/ou sociedades do seu grupo econômico podem adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 51 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição" na página 51 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

[•]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

[•]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley

[•]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

[•]

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 313 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira adversa, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 313 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como o atual coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da

COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

O Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Nesse sentido, as novas variantes do vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações dos valores mobiliários da Companhia negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente o processo de formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

A emissão, a venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up,* poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia

A Companhia, seus administradores [e os Acionistas Vendedores] celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia *(Lock-Up),* por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante determinado período, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia e detidas pelos Acionistas Vendedores e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Podemos diluir a participação societária dos titulares de ações ordinárias de nossa emissão se optarmos por captar recursos por meio de oferta subsequente de ações ou pela emissão de títulos conversíveis em ações.

Podemos decidir expandir nosso negócio, agregando mais sócios por meio de oferta subsequente de ações de nossa emissão ou pela emissão de títulos conversíveis em ações. Nesses casos, como cada sócio detém uma parte percentual da empresa, quando entram novos sócios há uma diluição da fatia de cada um, em termos proporcionais. A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de nossa emissão pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas, podendo resultar na diluição da participação dos nossos acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil da participação dos nossos acionistas. Adicionalmente, ainda que sejam emitidas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de nossa emissão sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação em nosso capital social.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações e podem participar de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

Nossos Administradores são participantes de planos de remuneração baseados em ações, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia. O fato de os membros da nossa alta administração participarem de referido plano e, potencialmente, programas futuros, pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no médio prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o programa de pagamento baseado em ações da Companhia, ver o item 13.4 do Formulário de Referência.

Os interesses dos Acionistas Controladores podem entrar em conflito com os interesses de seus acionistas minoritários.

Os Acionistas Controladores têm poderes para, entre outras coisas, elegerem a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos Acionistas Controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações. Por fim, caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais Acionistas Controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitante com os interesses dos demais acionistas.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Um mercado ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las pelo preço e/ou na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo pelos fatores de risco mencionados no Formulário de Referência anexo a este Prospecto, ou por eventuais fatores de riscos aqui não contemplados, e/ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up,* diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo ou Investidores Private que subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* ou da Oferta de Segmento *Private Lock-up* não poderão, pelo prazo de [●] dias e [●] dias, respectivamente, contados da data da divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou Investidores de Varejo ou Investidores Private, por quaisquer motivos, venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo ou do *Lock-up* do Segmento Private, e tendo em vista a impossibilidade de tais Ações de sua titularidade serem oferecidas, vendidas, alugadas (emprestadas), contratadas a venda, dadas em garantia ou cedidas ou alienadas de outra forma ou a qualquer título, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta Não Institucional. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações da Oferta Base.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações da Oferta Base não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "*Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" na página 66 deste Prospecto.

[A Companhia arcará com todos os custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.

A Companhia acará com todos os custos e despesas da Oferta (exceto as comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles), incluindo os custos e despesas da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto.]

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no

exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos.

Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Investidores que adquirirem Ações na Oferta poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação, no âmbito da Oferta, poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações ordinárias emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em uma diluição imediata de [●]%, considerando apenas a colocação das Ações da Oferta Base. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 101 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante as Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão

devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Violações de Norma de Conduta*" a partir da página 69 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (hedge), tendo as Ações como referência (incluindo operações de total return swap) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R$[•] ([•] milhões), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição" na página 51 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, conforme descrito abaixo.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)(3)]**
		(em R$)
Ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação [(4)]	[•]%	[•]
Potenciais aquisições estratégicas[(5)]	[•]%	[•]
Total	**100,0%**	[•]

[(1)] Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
[(2)] Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
[(3)] Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
[(4)] Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação", abaixo.
[(5)] Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Potenciais aquisições estratégicas", abaixo.

Ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para amplicação da participação da Companhia e de suas sociedades controladas nos seus mercados de atuação, por meio: (i) da realização de investimentos no seu portfólio de produtos e pesquisa, estratégias de *marketing* e vendas; (ii) da realização de investimentos na ampliação dos times de produto e tecnologia da Companhia; (iii) lançamento de novos produtos e funcionalidades (*features)*; e (iv) pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

A Companhia está em constante avaliação de novos produtos e *features* para tais mercados, mas não pode prever o momento em que serão lançados e, por conseguinte, nem o valor destinado para cada um.

Potenciais aquisições estratégicas

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para potenciais aquisições a serem realizadas pela Companhia. A Companhia monitora constantemente e de forma seletiva, oportunidades no seu setor de atuação. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que não podemos garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseamos nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos líquidos captados na Oferta Primária poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento,

visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, caso haja, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária, serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 100 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivos de arrendamento (circulante e não circulante), participações societárias a pagar (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021, indicando a: (i) situação histórica em 31 de dezembro de 2021; (ii) posição ajustada para refletir Eventos Subsequentes (conforme definido na tabela a abaixo) às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, (iii) posição ajustada considerando os Eventos Subsequentes e o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em aproximadamente R$[•] mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$ [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Histórico" foram extraídas das nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, bem como em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a partir das páginas 301 e 417 deste Prospecto, respectivamente.

		Em 31 de dezembro de 2021	
	Histórico	**[Ajustado por Eventos Subsequentes][(1)]**	**Ajustado Pós-Oferta [e Eventos Subsequentes][(2)]**
	(em milhares de R$)	*(em milhares de R$)*	*(em milhares de R$)*
Empréstimos e financiamentos (circulante)	11.401	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	-	[•]	[•]
Passivos de arrendamento (circulante).....	4.412	[•]	[•]
Passivos de arrendamento (não circulante).....	21.309	[•]	[•]
Participações Societárias a Pagar (circulante)	10.784	[•]	[•]
Participações Societárias a Pagar (não circulante)	30.021	[•]	[•]
Total do Patrimônio Líquido	**250.599**	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[(2)(3)].....	**328.166**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir (i) [•] ("Eventos Subsequentes").
(2) Ajustado para refletir (i) os Eventos Subsequentes; e (ii) o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária estimados em R$[•] ([•] mil), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivos de arrendamento (circulante e não circulante), participações societárias a pagar (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] ([•]), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$250.599 mil e o valor patrimonial contábil por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$201,22. O referido valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão naquela data.

Considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•] e a dedução das comissões e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por Ação. Isso significa um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por Ação de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por Ação de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial por Ação imediatamente após a Oferta Primária. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", página 51 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor Patrimonial Contábil por Ação ordinária em 31 de dezembro de 2021[2]	201,22
Valor Patrimonial Contábil por Ação em 31 de dezembro de 2021ajustado para refletir a Oferta[1][2][3]	[•]
Aumento do Valor Contábil Patrimonial Líquido por Ação em 31 de dezembro de 2021 para os atuais acionistas[1][2][3]	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores considerando a Oferta[1][2][3][4]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[1][5]	**[•]%**

[1] Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
[2] O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2021.
[3] Considera a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.
[4] Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.
[5] O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 45 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do

Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Planos de Remuneração Baseados em Ações

Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") - Programas de 2019, 2020 e 2021

O Plano de Incentivo de Longo Prazo foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de abril de 2019, e tem como objetivo a retenção de profissionais estratégicos e sucessão de lideranças da Companhia. Em Assembleia Geral realizada em 15 de junho de 2020 foi aprovada a possibilidade conceder ações restritas aos participantes e que cabe ao Conselho de Administração, no ano do primeiro vesting de cada programa, decidir sobre a liquidação se dará em ações restritas ou fantasmas.

Esclarece-se que nos Programas de 2019, 2020 e 2021, foram adotados os mesmos termos e condições gerais do Plano de Incentivo de Longo Prazo. No âmbito destes programas foram aprovados, anualmente pelo Conselho de Administração as metas, os participantes e o formato de liquidação.

Os participantes são selecionados anualmente pela diretoria e pelo controller e apresentados pelo Diretor Presidente para o Conselho de Administração para aprovação final. Os critérios utilizados para tal seleção são o desempenho, a análise do potencial de carreira e sucessão, e o conhecimento estratégico e crítico para o negócio.

O plano permite a entrega de ações restritas ou ações fantasmas, mediante aprovação do Conselho de Administração. A definição ocorre por ocasião do vesting que inicia a partir do 2ª ano, com pagamentos realizados no mês de abril. Para cada programa que foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o valor limite em espécie a ser destinado aos participantes, considerando as metas estabelecidas. Por ocasião do primeiro *vesting* é calculado o número de ações, respeitado o limite aprovado. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia decidir sobre a liquidação em ações restritas ou fantasmas, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

O limite de investimento/teto de diluição do plano é pré-definido conforme valor aprovado para o ciclo e, caso não seja utilizado o total previsto, o valor restante permanece em tesouraria.

O beneficiário adquire o direito de receber as ações mediante o atingimento de meta atrelada ao EBITDA (50%) e à Receita (50%) do grupo Senior - o acionamento ocorre com o atingimento de 90% da meta.

O valor a ser recebido pelo beneficiário equivale aos múltiplos de remuneração. Os múltiplos podem variar de 2,5 a 9 vezes a remuneração, conforme o cargo. A forma de cálculo considera que cada (*) 1 ponto percentual acima de 90% do atingimento da meta, equivale a 6,6 % do valor referente aos múltiplos de remuneração do cargo do beneficiário. Após identificado o valor a ser recebido por cada beneficiário, para a definição da quantidade de ações a serem entregues, o método de valorização por ação aplicado é o de múltiplo de EBITDA de 12x, dividido pela quantidade de ações totais emitidas pela Companhia.

O plano permite a liquidação mediante a entrega de ações restritas ou ações fantasmas, sendo que a definição ocorre por ocasião do vesting de cada ciclo. Com o propósito de satisfazer a entrega de ações, a Companhia, sujeita à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada. Alternativamente, caso a Companhia não detenha em sua tesouraria ações ordinárias necessárias, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações.

O Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral de Acionistas podem impor restrições à transferência das Ações Restritas.

O Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral de Acionistas podem decidir pela liquidação ou encerramento antecipado do ILP sem prejuízo de quaisquer direitos eventualmente devidos aos participantes.

Até a data em que a propriedade das Ações Restritas for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Programa de Incentivo de longo prazo, respectivos Programas e Contratos Individuais, os participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas.

Incentivos de Longo Prazo - Plano de Concessão de Ações Restritas de 2022

O Plano de Incentivo de Longo Prazo - Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de setembro de 2021 ("Plano de Ações"). O Plano de Ações, entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2022, tendo a sua eficácia condicionada à efetiva realização da Oferta e permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2024, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

São elegíveis ao Plano de Ações os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas, eleitos pelo Conselho de Administração para participar do Plano de Ações, e que tenham manifestado a vontade de aderir ao Plano de Ações e ao respectivo Programa, mediante a celebração do Contrato Individual, em favor dos quais a Companhia entregará Ações Restritas ("Participantes").

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data da aprovação do Plano de Ações, o qual poderá ser ajustado nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

Com o propósito de satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano de Ações, a Companhia, sujeito à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada. Alternativamente, caso a Companhia não detenha em sua tesouraria ações ordinárias necessárias ao cumprimento do Plano de Ações, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia, como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano de Ações, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes. O Conselho de Administração também avaliará a necessidade de propor à Assembleia Geral ajustes no Plano de Ações ou realizar ajustes nos Programas, no caso de a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

Adicionalmente, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de entrega de ações restritas, poderá levar à revisão integral deste Plano de Ações, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Até a data em que a propriedade das Ações Restritas for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Plano de Ações, respectivos Programas e Contratos Individuais, os Participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas.

Cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às opções, de modo que os direitos conferidos ao participante de acordo com o Plano de Ações poderão ser extintos ou modificados conforme determinado no programa.

Programa Partnership:

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2021.

No âmbito do Programa Partnership, deverá ser considerado o limite de 75 (setenta e cinco) participantes, os quais serão selecionados anualmente e validados pelo Conselho Administração.

Poderão ser entregues aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 1,25% do capital social total da Companhia.

Já o valor a ser recebido pelo participante equivale aos múltiplos de remuneração, que seguem o mesmo critério do programa de remuneração variável de curto prazo e que podem variar conforme o cargo.

O período de vesting deste programa se inicia a partir do 2º ano com pagamentos realizados no mês de abril.

Programa Discricionário:

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2021. No âmbito do Programa Discricionário, poderão ser outorgadas até 9.523 ações restritas, representativas de 0,75% do capital Social da Companhia.

O direito do participante em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido e a Companhia transferirá as Ações Restritas se (i) a Companhia efetivamente realizar sua oferta pública inicial de ações (IPO); e (ii) se o participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle no período compreendido entre a data da outorga e as datas descritas a seguir:

O período de *vesting* deste programa se inicia a partir do 1ª ano após realização da oferta pública inicial de ações da Companhia

Para informações adicionias sobre o Plano de Ações, veja os itens 13.4 a 13.8 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 509 e 519 deste Prospecto.

Tendo em vista que a concessão de ações restritas no âmbito dos planos descritos acima será feita por meio de entrega de ações que venham a ser detidas em tesouraria pela Companhia ou mediante aquisição de ações pela Companhia, e não por meio da emissão de novas ações pela Companhia, não haverá diluição adicional aos investidores da Oferta em virtude de tais planos.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quando abaixo apresenta informações sobre nosso capital social subscrito e/ou adquirido nos últimos cinco anos por nós, por nossos administradores, controladores ou detentores de opções:

Data	Subscritor/Adquirente	Natureza da Operação	Quantidade Total de Ações	Valor Total	Forma de Integralização/liquidação	Valor por Ação
07.12.2021	Senior Sistemas S.A.	Aumento de capital social	25.394	3.301.220,00	Subscrição particular destinada à reserva de lucros	130
30.03.2021	Senior Sistema S.A.	Sem emissão de Ações	0	90.833.097,00	Reserva de lucros e reseva de capital	0
11.12.2018	Senior Sistemas S.A.	Aumento de capital social	8.259	470.763,00	Subscrição particular destinada à reserva de lucros	57,00
27.03.2018	Senior Sistemas S.A.	Sem emissão de Ações	0	56.033.365,68	Reserva de lucros	0
12.12.2017	Luiz Alberto de Freitas, Maria Sonia Gomes de Freitas, Gevana Cristina Gomes de Freitas dos Santos e Hudson Douglas Gomes de Freitas	Aumento de capital social	2.204	25.713,32	Conferência de crédito dos subscritores junto à Cia. em razão de Contrato de Compra e Venda de Quotas de Sociedade Empresarial (5 CNPJs empresas Prodama)	11,67
11.07.2017	Anisio Iahn e Marcelo Rodrigo Faccin Furtado	Aumento de capital social	1.452	16.940,00	Conferência de crédito dos subscritores junto à Cia. em razão de Contrato de Compra e Venda de Quotas de Sociedade Empresarial *(Work Labs)*	11,67

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do nosso capital social, veja o item "*17.2. Aumentos do Capital Social*" do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 566 deste Prospecto.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2022, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 01

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SENIOR SISTEMAS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME n.º 80.680.093/0001-81
NIRE 42.300.033.189

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A **SENIOR SISTEMAS S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua São Paulo, n° 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do país ou do exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a exploração das seguintes atividades:

a. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
b. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis;
c. Análise e desenvolvimento de sistemas;
d. Programação de sistemas;
e. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
f. Suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, exceto os serviços de implantação de sistemas;
g. Serviços de assistência técnica, manutenção e reparos em equipamentos eletrônicos e mecânicos, incluindo, mas não se limitando a catracas, relógios, cancelas e torniquetes;
h. Gerenciamento de projetos de segurança eletrônica e automação;
i. Instalações de sistemas de prevenção contra incêndio;
j. Comércio varejista de programas de computador não customizáveis, de equipamentos e suprimentos de informática e de equipamentos de vigilância e segurança;
k. Comércio varejista de capas e embalagens para computadores e equipamentos, crachás inteligentes para controle de acesso, ponto eletrônico e identificação pessoal;
l. Terceirização de serviços – Outsourcing;
m. Consultoria em tecnologia da informação;
n. Serviços de consultoria empresarial;
o. Treinamento em informática;
p. Exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros;
q. Locação de software e hardware, de máquinas e equipamentos, tais como

computadores e periféricos, reprodutoras de cópias, projetores e data show;
r. Aluguel de equipamentos de segurança tais como: controladores de acesso, leitores biométricos, leitores de cartão, câmeras de vigilância, centrais de alarme;
s. Serviços de acabamentos gráficos;
t. Processamento de dados;
u. Intermediação de negócios para terceiros;
v. Representação Comercial de programas de computador;
w. Participações em sociedades;
x. Comércio varejista de artigos do vestuário e de viagens, como malas, mochilas, bolsas e valises.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá participar no capital social de outras sociedades, como controladora ou não, as quais serão denominadas "Investidas" para os fins deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação vigente, será de profissionais habilitados.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 165.058.790,00 (cento e sessenta e cinco milhões, cinquenta e oito mil, setecentos e noventa reais) dividido em 1.269.683 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo. O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. Os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive

se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo. Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: **(i)** venda em bolsa ou subscrição pública; ou **(ii)** permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado, conforme faculta o Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 8º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Artigo 9º. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 10º. O prazo para exercício do direito de preferência, quando não excluído nos termos do Artigo 7º acima, será de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 11. As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral será instalada e presidida Pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer Diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o secretário da mesa, o qual poderá ser acionista

ou não da Companhia.

Parágrafo Quarto. Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, negando cômputo a votos proferidos com violação a tais acordos.

Parágrafo Quinto. Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral **(i)** documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física, ou atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; e **(ii)** comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e documento de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Parágrafo.

Parágrafo Sexto. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral, munido dos documentos referidos no Parágrafo Quinto acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Parágrafo Sétimo. As deliberações da Assembleia Geral de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei e no Regulamento do Novo Mercado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Oitavo. As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Nono. A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral de acionistas, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações

financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo primeiro do Artigo 6º deste Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste Estatuto Social;

(xii) deliberar sobre a abertura de capital das Subsidiárias da Companhia; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 13. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado, e sendo certo que a acumulação estará limitada a um prazo máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período mediante a deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 40 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro. Os administradores da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

Parágrafo Quarto. Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

Artigo 14. A Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes **(i)** os membros **(a)** do Conselho de Administração, **(b)** dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e **(c)** da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e **(ii)** os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas ("Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

Parágrafo Primeiro. Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados **(i)** fora do exercício regular de suas atribuições, **(ii)** com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude, ou **(iii)** em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. As condições e as limitações da indenização objeto deste Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é de competência do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos a serem realizados nos termos dos contratos de indenidade, observado que **(i)** o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos serão de sua competência e **(ii)** não poderão participar da respectiva deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

CAPÍTULO V
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleições.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Quarto. Não será permitida a eleição para cargos no Conselho de Administração da Companhia de empregados da Companhia, bem como empregados e administradores estatutários de suas Investidas, ou de Concorrentes da Companhia e/ou de suas Investidas, e/ou suas Partes Vinculadas.

Parágrafo Quinto. Caso não seja solicitada a adoção do processo de voto múltiplo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas deverá ser realizada por meio do sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos.

Parágrafo Sexto. Para concorrer à eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá ser formada uma ou mais chapas, e a administração da Companhia deverá divulgar as informações sobre os candidatos que compõem a(s) chapa(s), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. É facultado a qualquer acionista ou conjunto de acionistas propor chapa concorrente para a eleição dos membros do Conselho de Administração, sendo vedada, no entanto, a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou grupo de acionistas, observadas ainda a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Oitavo. As chapas deverão ser compostas pelo número de candidatos correspondente ao número de vagas disponíveis, devendo 1 (um) candidato ser indicado como provisório, o qual deixará de integrar a chapa caso seja adotado o procedimento de eleição em separado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Nono. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, e será declarada eleita a chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral de acionistas.

Parágrafo Décimo. Na hipótese de ser adotado o procedimento de eleição em separado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, tal procedimento deverá preceder a eleição por chapa de que trata o Parágrafo Quarto deste Artigo.

Artigo 16. Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, os remanescentes elegerão o substituto, que exercerá o cargo pelo tempo que faltar ao mandato do substituído, com exceção do cargo de Presidente, que, caso vago, passará a ser exercido pelo Vice-Presidente, hipótese em que os remanescentes elegerão o substituto do Vice-Presidente. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição, nos termos do art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Artigo 17. O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, bimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente, quando aplicável, inclusive a pedido da Diretoria, ou por quaisquer 2 (dois) conselheiros em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis.

Parágrafo Segundo. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo Primeiro acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. A convocação deverá indicar a data, a hora, o lugar e ordem do dia detalhada da reunião, bem como ser acompanhada de todos os documentos necessários para permitir que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas, preferencialmente, na sede social da Companhia.

Parágrafo Quarto. Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes.

Parágrafo Sexto. Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a um voto, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Sétimo. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Oitavo. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

(ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou teleconferência, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião.

Parágrafo Nono. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Oitavo, inciso (iii), deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou correio eletrônico (*e-mail*), conforme o caso, contendo o voto do conselheiro ser juntada ao referido Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Décimo. Deverão ser publicadas e arquivadas na Junta Comercial competente as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Décimo primeiro. O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer Conselheiro ou do Diretor Presidente da Companhia, poderá convocar consultores externos, membros dos comitês da Companhia, Diretores e/ou funcionários da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações de qualquer natureza, observado que em nenhuma hipótese as pessoas convocadas terão direito de voto.

Parágrafo Décimo segundo. Os membros do Conselho de Administração deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da

Companhia.

Artigo 18. Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as competências que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sejam privativas da Assembleia Geral, é de competência do Conselho de Administração da Companhia:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleição, substituição ou destituição do Diretores;

(iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas neste Estatuto Social;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

(v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

(vii) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(viii) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(ix) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;

(x) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xi) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(xiii) regimento do Conselho de Administração;

(xiv) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;

(xv) aprovação do plano de distribuição de resultados (PLR) da Companhia, do Programa de Ações

Restritas e da política de bônus da Companhia;

(xvi) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(xvii) emissão de **(a)** debêntures não conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e **(b)** debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;

(xviii) definição das funções e atribuições da área de auditoria interna da Companhia;

(xix) aprovação do orçamento do comitê de auditoria, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;

(xx) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(xxi) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, **(a)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, **(b)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, **(c)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e **(d)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

(xxii) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(xxiii) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxiv) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou quando o valor agregado das operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

(xxv) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia ("Investidas"), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xxvi) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xxvii) locação de bens imóveis pela Companhia ou por suas controladas, cujo valor anual de custo, individualmente, seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxviii) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, quando o valor agregado das transações entre a Companhia e as partes relacionadas à Companhia nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxix) listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia;

(xxx) aprovar o plano estratégico de fusões e aquisições da Companhia;

(xxxi) resolução dos casos omissos neste Estatuto Social;

(xxxii) aprovar o voto da Companhia nas seguintes deliberações societárias relativas às Investidas da Companhia (i) a eleição ou destituição de seus administradores, desde que a participação detida pela Companhia no capital social da Investida seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social total e, cumulativamente, a receita operacional bruta da Investida seja igual ou superior a R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) no 12 (doze) meses imediatamente anteriores, e (ii) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor agregado das operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

(xxxiii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Todos os valores estabelecidos neste Artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cada data de aniversário do presente estatuto social.

Artigo 19. O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA

Artigo 20. A Diretoria será composta por até 9 (nove) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Mercado, um Diretor de Marketing e Produto, um Diretor de Serviços, um Diretor de Desenvolvimento, um Diretor de Novos Negócios, um Diretor de Pessoas e Organização, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Financeiro, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Primeiro. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 21. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, e a reunião somente será instalada com a presença de, ao menos, a maioria dos seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro. Em caráter de urgência, as reuniões da Diretoria poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente sem a observância do prazo previsto no *caput* acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros da Diretoria.

Parágrafo Segundo. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Sétimo deste Artigo, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro. No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico (*e-mail*).

Parágrafo Quarto. O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Novos Negócios, em suas ausências ou impedimentos temporários e, no caso de vacância definitiva do cargo, o Diretor de Novos Negócios acumulará, interinamente, as funções do Diretor Presidente, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto. Em caso de vacância definitiva de cargo de Diretor que não seja o Diretor Presidente, compete ao Diretor Presidente indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Sexto. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sétimo. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta ou correio eletrônico (*e-mail*).

Parágrafo Oitavo. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sétimo deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta ou correio eletrônico (*e-mail*), conforme o caso,

contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo secretário da mesa da reunião da Diretoria.

Artigo 22. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada e à competência para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados no Parágrafo Primeiro abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

(i) elaborar e submeter para aprovação do Conselho de Administração diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico da Companhia;

(ii) buscar a ampliação do valor do Negócio, acompanhando os cenários interno e externo, bem como identificando tendências e oportunidades para aumentar a participação da Companhia no mercado;

(iii) assegurar competitividade, lucratividade e qualidade dos produtos/serviços oferecidos pela Companhia ao mercado, visando à maximização dos resultados e fortalecimento das marcas da Companhia;

(iv) direcionar ações que promovam a satisfação e fidelização de clientes da Companhia;

(v) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive no que se refere ao cumprimento do planejamento estratégico, promovendo o engajamento dos colaboradores no atingimento das metas estabelecidas;

(vi) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(vii) atuar visando a assegurar o retorno financeiro previsto nas teses de investimento em projetos, aquisições, novos negócios e demais iniciativas;

(viii) acompanhar o desempenho dos indicadores e resultados, estabelecer correções e, quando necessário, propor ao Conselho de Administração a revisão dos planos de negócios e/ou de investimentos;

(ix) disseminar a cultura organizacional e garantir que os programas de gestão de pessoas tenham foco na sustentabilidade da Companhia (capacitação, sucessão, participação nos resultados, desempenho

e clima);

(x) buscar a melhoria contínua da qualidade nos produtos e serviços da Companhia, visando a satisfação dos clientes;

(xi) observados o plano de negócios, o plano de investimentos, o orçamento e as deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, responsabilizar-se pela elaboração, acompanhamento e cumprimento das metas e do programa orçamentário da Companhia, visando à geração de valor;

(xii) assegurar que sejam implementados os procedimentos necessários para a segurança das pessoas, do patrimônio, das informações, bem como à confidencialidade da estratégia da Companhia;

(xiii) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(xiv) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

(xv) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração e as regras de representação da Companhia previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. Dependerão de deliberação favorável em reunião da Diretoria as seguintes matérias:

(i) aprovação do relatório da administração a ser apresentado anualmente;

(ii) aprovação de pedidos para convocação de reuniões do Conselho de Administração, ressalvada a competência individual do Diretor Presidente para realizar tais pedidos;

(iii) elaboração do plano de distribuição de resultados da Companhia e a política de bônus da Companhia, a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

(iv) definição de alçadas e políticas comerciais dos Diretores;

(v) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às Investidas da Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 18, inciso (xxxii) acima.

Parágrafo Terceiro. Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral da Companhia, observadas a política e a orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) formular solicitações para convocação de reuniões do Conselho de Administração;

(iii) exercer, em caso de empate nas reuniões da Diretoria, o voto de qualidade.

(iv) Submeter à aprovação do Conselho de Administração as estratégias de individualização da remuneração dos administradores da Companhia;

(v) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(vi) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive no que se refere à definição de diretrizes e execução dos planos de negócios da Companhia e planos de investimentos;

(vii) assegurar o cumprimento do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, bem como a utilização dos recursos da Companhia de forma responsável e visando à geração de valor;

(viii) avaliar a performance das Investidas, e implementar ações visando à sustentabilidade do negócio, quando necessárias;

(ix) aprovar as diretrizes de gestão econômico-financeiro, mercado e imagem, patrimônio humano, tecnologia, processos e compliance, considerando impactos na visão de longo prazo;

(x) participar de negociações estratégicas com clientes da Companhia;

(xi) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

(xii) avaliar a análise de riscos, retorno financeiro estimado e investimentos necessários nas oportunidades de negócio com fusões e aquisições.

Parágrafo Quarto. Competem ao Diretor de Mercado, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) definir estratégias e política comercial para o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios, antecipando tendências de mercado;

(ii) buscar constante evolução do modelo de gestão de canais de vendas, alinhado com tendências de mercado e visando ao atingimento das metas estabelecidas;

(iii) implementar políticas de relacionamento que promovam a fidelização de clientes;

(iv) direcionar ações visando à presença da Companhia nos mercados definidos como prioritários ou estratégicos;

(v) Garantir que as negociações comerciais sejam executadas conforme políticas vigentes, incluindo no que se refere a compliance, bem como observando limites de alçada previstos neste Estatuto Social, nas políticas da Companhia e/ou em deliberações do Conselho de Administração (incluindo plano de negócios e orçamento);

(vi) direcionar ações para implementar o *crosselling* entre as Investidas e linhas de produto;

(vii) responsabilizar-se pelas estratégias de segmentação da Companhia, considerando o contexto de mercado, diretrizes do planejamento e metas de faturamento.

Parágrafo Quinto. Competem ao Diretor de Marketing e Produto, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) direcionar as estratégias de produtos tendo como objetivo o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios;

(ii) buscar a ampliação do portfólio de soluções da Companhia através da gestão de alianças e parcerias;

(iii) buscar a geração de demandas e o executar um planejamento de vendas voltado para a prospecção de novos clientes e negócios;

(iv) responsabilizar-se pela estratégia e validação de recursos necessários para estimular a cultura da inovação na Companhia;

(v) garantir o monitoramento de mercado, detectando ameaças e oportunidades que possam produzir diferencial estratégico para as soluções da Companhia;

(vi) responsabilizar-se pelas campanhas desenvolvidas pelo marketing da Companhia, buscando retorno sobre o investimento através do reforço das marcas da Companhia e geração de receita;

(vii) responsabilizar-se pelo relacionamento institucional da Companhia, divulgando e promovendo o a Companhia e seu grupo econômico, visando ao posicionamento de mercado.

Parágrafo Sexto. Competem ao Diretor de Serviços, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) estabelecer diretrizes para a prestação de serviços da Companhia que assegurem o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios;

(ii) buscar o atingimento dos resultados estabelecidos e a satisfação dos clientes com a execução dos serviços de suporte, gerenciamento dos projetos, implantação customização, consultoria especializada, outsourcing e fábrica de software;

(iii) responsabilizar-se pelo cumprimento da receita de serviços, associado ao crescimento de mercado;

(iv) assegurar o fornecimento e disponibilidade de infraestrutura do ambiente de TI para a Companhia;

(v) direcionar ações para evolução da prestação de serviços monitorando tendências de mercado e promovendo a inovação;

(vi) buscar, junto a área de Novos Negócios, novas formas de atuação e novas ofertas de serviços em consonância às demandas do mercado e requisitos da economia digital;

(vii) assegurar o desenvolvimento dos canais de vendas no que se refere a suporte e serviços, padronizando e gerando um aumento de produtividade dos times, qualidade dos serviços e satisfação

dos clientes.

Parágrafo Sétimo. Competem ao Diretor de Desenvolvimento, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) responsabilizar-se pelo desenvolvimento de sistemas e as implementações atuais e futuras que garantam a competitividade da Companhia de acordo com as definições na gestão da release e planejamento estratégico;

(ii) assegurar a evolução do desenvolvimento dos sistemas, avaliar demandas, recursos, prioridades, complexidade e necessidade da capacidade instalada, para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos;

(iii) responder pelo desdobramento das intenções estratégicas, relacionadas à tecnologia, em projetos de sistemas, alinhando com as demais áreas;

(iv) assegurar que os processos de manutenção dos sistemas sejam realizados de acordo com os níveis de serviço, com busca contínua da melhoria da eficiência a fim de atender as necessidades do cliente;

(v) garantir que as metodologias utilizadas no desenvolvimento de sistema estejam alinhadas com o mercado e tenham foco em produtividade e satisfação do cliente;

(vi) responsabilizar-se pelo *roadmap* tecnológico da Companhia;

(vii) assegurar a pesquisa e prática das melhores estratégias para a evolução do desenvolvimento tecnológico, alinhado às tendências e diretrizes da organização.

Parágrafo Oitavo. Competem ao Diretor de Novos Negócios, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) prospectar novos negócios, identificando oportunidades de crescimento alinhados a estratégia da Companhia;

(ii) propor a estratégia de fusões e aquisições, com base no planejamento estratégico, para aprovação pelo Conselho de Administração;

(iii) responsabilizar-se pela evolução da gestão das novas Investidas de forma integrada com as outras estruturas da Companhia, cumprindo o planejamento estratégico e gerando crescimento do negócio;

(iv) promover e desenvolver estratégias de transição para o modelo de negócio alinhadas às tendências e demandas da economia digital;

(v) direcionar a busca e construção de relacionamentos e parcerias necessárias para o desenvolvimento de novas Investidas;

(vi) definir a estratégia e diretrizes para a internacionalização, em conjunto com as áreas responsáveis, de modo a expandir a atuação da Companhia em mercados e segmentos aderentes a estratégia;

(vii) buscar resultados de desempenho, atuação e evolução das Investidas nas quais a Companhia não possui participação majoritária;

(viii) buscar, nas oportunidades de negócio com fusões e aquisições e demais teses de investimento, o retorno financeiro estimado.

Parágrafo Nono. Competem ao Diretor de Pessoas e Organização, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) promover a cultura de alto desempenho, gestão do clima e ações para o bem-estar dos colaboradores alinhadas aos valores da Companhia e ao planejamento estratégico;

(ii) garantir que a gestão do orçamento de pessoal cumpra as diretrizes do plano de negócios e do orçamento, assegurando resultados sustentáveis;

(iii) assegurar o cumprimento da legislação trabalhista, bem como definir as estratégias de remuneração e benefícios, assegurando o equilíbrio interno e a competitividade externa;

(iv) assegurar que o plano de sucessão sustente o planejamento estratégico da Companhia;

(v) liderar ações relacionadas aos processos de gestão do conhecimento, através da formalização e padronização das informações e documentação técnica necessárias bem como efetivação das ações da Universidade Corporativa visando à sustentação das soluções da Companhia;

(vi) conduzir a elaboração e execução da estratégia de gestão por processos, garantindo o aprimoramento dos processos da Companhia bem como viabilizar a execução visando aumento na produtividade;

(vii) potencializar a solução de gestão de pessoas da Companhia através de recomendações de evolução do produto e serviços, antecipação de tendências, aderir às melhores práticas e manter relacionamentos com entidades e clientes.

Parágrafo Décimo. Competem ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com

investidores da Companhia.

Parágrafo Décimo primeiro. Competem ao Diretor Financeiro, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;

(ii) gerir as finanças da Companhia;

(iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como elaborar e revisar relatório anual da administração da Companhia, a ser submetido à aprovação em reunião da Diretoria, conforme o parágrafo segundo acima;

(iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;

(v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

(vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

(vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira; e

(ix) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Parágrafo Décimo segundo. Adicionalmente às competências fixadas por lei, pela regulamentação específica e por este Estatuto Social, as atribuições de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23. Observado o disposto nos parágrafos deste Artigo 22 e nas demais disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(i) pelo Diretor Presidente, isoladamente; ou

(ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou

(iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento; ou

(iv) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de

acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento.

Parágrafo Primeiro. A Companhia será obrigatoriamente representada pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor nas seguintes hipóteses:

(i) Contratação de empréstimos ou financiamentos bancários;

(ii) Transações de natureza financeira, a exemplo de empréstimos e mútuos com quaisquer terceiros, antecipação de recebíveis e arrendamento financeiro;

(iii) Aquisição, alienação e/ou oneração de bens imóveis;

(iv) Aquisição, alienação e/ou oneração de bens móveis em valores superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Segundo. As procurações deverão vedar o substabelecimento, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão permitir o substabelecimento. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Parágrafo Terceiro. As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores.

Parágrafo Quarto. A Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, desde que devidamente mandatado, na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

(i) assinatura de documentos que não criem obrigações de natureza financeira para a Companhia;

(ii) representação da Companhia em Assembleias Gerais e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e

(iii) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante a administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive para fins de participação da Companhia em procedimentos licitatórios.

Artigo 24. Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, tais como cauções, endossos e prestação de outras garantias em favor de terceiros, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos deste Estatuto Social, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes.

Artigo 25. Os Representantes da Companhia nas Investidas nas quais a Companhia detenha o controle e/ou tenha poderes para indicar membros da administração serão denominados como "Administradores das Investidas".

Parágrafo Primeiro. Os Administradores das Investidas serão indicados pelo Diretor Presidente, e deverão ser aprovados do Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO VII
CONSELHO FISCAL

Artigo 26. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 40 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

Artigo 27. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 28. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá trimestralmente, e sempre que necessário, nos termos da lei.

Parágrafo Primeiro. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Artigo 29. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

CAPÍTULO VIII
EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 31. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Único. Nos termos do Artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no *caput*.

Artigo 32. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados, antes de qualquer outra destinação, para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Parágrafo Primeiro. Após a destinação à reserva legal, uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. Do lucro que remanescer, ajustado pela destinação à reserva legal e pela eventual destinação à reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas acima, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, na forma da legislação e regulação aplicáveis.

Artigo 33. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá **(i)** levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou **(ii)** declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Primeiro. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 32 acima.

CAPÍTULO IX
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 34. Para fins deste Capítulo IX, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

(i) "Controle" (bem como seus termos correlatos "Controlador" e "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

(ii) "OPA" significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta, sujeita ou não a registro perante a CVM.

Artigo 35. A alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento

igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 36. É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, desde que **(i)** seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA, **(ii)** não haja prejuízo para os destinatários da oferta e **(iii)** seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação e regulação aplicáveis.

CAPÍTULO X
OFERTA PÚBLICA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 37. Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, investidor de outra natureza ou grupo de acionistas vinculados ou que atuem representando um mesmo interesse ("Grupo de Acionistas") que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste Artigo 37.

Parágrafo Primeiro. A Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo 37; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição das ações na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante.

Parágrafo Segundo. O preço de aquisição na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM ("Valor Econômico"); (ii) 140% (cento e quarente por cento) da maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores no período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento), nos termos previstos no *caput* e no Parágrafo Sétimo deste Artigo 37, devidamente corrigida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, devendo ser considerada, para tal, a data que ocorrer primeiro entre, incluindo, mas não se limitando: (1) a celebração de contrato de aquisição, ou (2) a formalização de instrumento que resultou na titularidade (ou que garantiu (a) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (b) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (c) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia ("Outros Direitos de Natureza Societária") ou direito de subscrição ou aquisição), ou (3) a liquidação da aquisição, quando esta tiver sido realizada em bolsa de valores sem a celebração de instrumento contratual, ou (4) a divulgação, por parte da Companhia, de fato relevante ou comunicado a mercado a respeito da referida aquisição ou do evento acima referido.

Parágrafo Terceiro. A realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto. A realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins dos quóruns de instalação e deliberação exigidos por este Parágrafo Quarto.

Parágrafo Quinto. O adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Sexto. Na hipótese de o adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo 37, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo 37, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia nos termos deste Artigo 37 por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo 37.

Parágrafo Sétimo. Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, Grupo de Acionistas, ou investidor de outra natureza que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia que deem direito a ações da Companhia representando 15% (quinze por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, nos termos descritos neste Artigo 37.

Parágrafo Oitavo. Em caso de alienação do controle da Companhia, a realização de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, nos termos deste Artigo 37, estará dispensada, ressalvada a obrigação do adquirente de realizar, conforme aplicável, a(s) oferta(s) públicas previstas no Artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e no Capítulo IX deste Estatuto Social.

Parágrafo Nono. O disposto neste Artigo 37 não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular

de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) da recompra ou do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança.

Parágrafo Décimo. Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste Artigo 37, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de recompra de ações, cancelamento de ações em tesouraria, de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, ou de eventual resgate ou reembolso de ações.

Parágrafo Décimo primeiro. O disposto neste Artigo 37 não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já eram titulares de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia anteriormente à data de aprovação do presente Estatuto Social.

CAPÍTULO XI
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 38. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado **(i)** ao presidente das Assembleias Gerais e ao presidente das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em acordos de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, e **(ii)** à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia.

CAPÍTULO XII
LIQUIDAÇÃO

Artigo 39. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 40. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a

resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 41. Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.

Artigo 42. As disposições contidas no(s) **(i)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 1º; **(ii)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 13; **(iii)** Parágrafo Segundo e Parágrafo Terceiro do Artigo 15; **(iv)** Parágrafo Segundo do Artigo 26; **(v)** Artigo 34; **(vi)** Artigo 35; **(vii)** Artigo 36; **(viii)** Artigo 37; e **(xix)** Artigo 40, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.

Artigo 43. Para todos os fins e efeitos deste Estatuto Social da Companhia, as seguintes expressões e termos definidos, iniciados em letra maiúscula, terão os significados indicados abaixo:

"Concorrente" significa qualquer Pessoa, que atue de forma direta e/ou indireta, no Negócio da Companhia e/ou de qualquer de suas Subsidiárias.

"Dia Útil" significa qualquer dia calendário, exceto sábado, domingo ou outro dia no qual seja autorizado que os bancos comerciais permaneçam fechados nas Cidades de Blumenau/SC e São Paulo/SP.

"Negócio" significa todas e quaisquer atividades relacionadas ao objeto social da Companhia e das suas Subsidiárias.

"Partes Vinculadas" significa as seguintes Pessoas relacionadas a determinada Pessoa (conforme aplicável): (i) ascendentes, descendentes e seus respectivos cônjuges; (ii) cônjuges, companheiros, ex-cônjuges e ex-companheiros e seus respectivos ascendentes ou descendentes; (iii) seus acionistas, sócios, suas Coligadas, controladas, sociedade sob Controle comum e seus Controladores; e (iv) sociedades cujos acionistas, quotistas e/ou administradores (quaisquer que sejam as denominações dos cargos) possuam a relação de parentesco indicada nos itens "i" e "ii" acima com a Pessoa em questão.

"Pessoa" significa qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como quaisquer entes desprovidos de personalidade jurídica, organizados de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, tais como, porém, sem se limitar a, trusts, fundos de investimento, joint ventures, consórcios, condomínios e/ou sociedades em conta de participação.

“Representante” significa qualquer pessoa física que a Companhia ou as Subsidiárias, direta ou indiretamente, eleger, ou indicar para ser eleito, para cargo de administração (assim entendido que “cargo de administração” deverá incluir, sem limitação, o cargo de membro do Conselho de Administração, diretor, membro de Conselho Fiscal e membro de qualquer outro comitê ou conselho estatutário, se existente).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 02

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2022, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

N° DO PROTOCOLO (Uso do órgao de registro JUCESC)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

22/683387-9

Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	N° DE MATRICULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO
42300033189	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILM° SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81200000159772
DBE não analisado.
Emitida em 27/01/2022 - V3

NOME: SENIOR SISTEMAS S.A.

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

N° DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	**017**			**ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO**
		017	**1**	**ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO**

BLUMENAU
27/01/2022

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: JORGE JOSE CENCI
Assinatura: _____
Telefone de contato: (47)21232500 guilherme.vinny@gmail.com

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____ ☐ NÃO ____/____/____ _____

Data Responsável Data Responsável

Processo em ordem.
À decisão.
____/____/____
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2° Exigência	3° Exigência	4° Exigência	5° Exigência
☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido. ____/____/____ _____

Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2° Exigência	3° Exigência	4° Exigência	5° Exigência
☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

____/____/____ _____ _____ _____

Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____Turma

OBSERVAÇÕES:

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjxY3M0C-PzlOK4-3_4MCndWtf-bbXUKGaSxsqv0o
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 25545434020-JORGE JOSE CENCI

SENIOR SISTEMAS S.A.

CNPJ/ME n.º 80.680.093/0001-81

NIRE 42.300.033.189

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos dias 24 do mês de janeiro de 2022, às 14:30 horas, na sede social da Senior Sistemas S.A. ("Companhia"), na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.012-001.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 17, §4º, do Estatuto Social da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Jorge José Cenci, Presidente, e o Sr. Nesio Gilberto Roskowski, Secretário.

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** a realização de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta; e **(iii)** a ratificação dos atos já realizados pela Diretoria da Companhia até a presente data.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. A realização da Oferta mediante a apresentação de pedido de registro da Oferta perante os órgãos reguladores e autorreguladores competentes, incluindo, mas não se limitando, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que compreenderá a distribuição pública primária e/ou secundária das Ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior compreendendo (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária") e/ou (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores a serem definidos oportunamente, conforme aplicável, nos documentos da Oferta ("Acionistas Vendedores").

5.2. A Oferta será realizada: (i) na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação no exterior, a ser coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco BTG Pactual S.A.("BTG Pactual"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta") e, ainda, com esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Morgan Stanley & Co. LLC e pelo Santander Investment Securities, Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), e por determinadas instituições financeiras contratadas; (ii) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *US. Securities Act de 1933*, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e, (iii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non*

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjxY3M0C-s3aKdEb0ELw&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 25545434020-JORGE JOSE CENCI|41884000991-NESIO GILBERTO ROSKOWSKI

U.S. persons), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act ("Regulamento S"), e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (sendo os investidores mencionados nas alíneas (ii) e (iii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução 4.373") e da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962 ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

5.3. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme a seguir definidas) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

5.4. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar").

5.5. A Oferta será realizada em conformidade com: (i) o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme aplicável) e os Coordenadores da Oferta e a B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Colocação"); (ii) o "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme aplicável) e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"); (iii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme aplicável), o agente estabilizador, a corretora e os demais Coordenadores da Oferta ("Contrato de Estabilização"); (iv) acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, com os Coordenadores da Oferta e Agentes de Colocação Internacional da Oferta ("Instrumentos de *Lock-Up*"); e (v) o contrato de prestação de serviços com a B3 e (vi) demais contratos e declarações que se façam necessários no âmbito da Oferta.

5.6. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

5.7. A Oferta será realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no inciso I do Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e no Artigo 7° do Estatuto Social, sendo que o aumento de capital social da Companhia em decorrência da Oferta será realizado dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6° do Estatuto Social.

5.8. Fica aprovada a eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações de emissão da Companhia no âmbito da Oferta conforme regulamentação da CVM aplicável.

5.9. As Ações serem emitidas nos termos das deliberações acima farão jus ao recebimento, de forma integral, de dividendos e juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias, conforme o caso, de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de

condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social e do Regulamento do Novo Mercado.

5.10. As Ações deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

5.11. As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Distribuição e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

5.12. Autorização para que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia possam praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados à realização da Oferta, incluindo mas não se limitando à (i) adoção de quaisquer providências necessárias perante a B3 e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA; (ii) à celebração do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional, Contrato de Estabilização e contrato de prestação de serviços da B3 e demais contratos necessários no âmbito da Oferta; e (iii) elaboração dos prospectos a serem arquivados na CVM, do *Preliminary Offering Memorandum* e do *Final Offering Memorandum*.

5.13. Ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, com vistas à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à contratação dos Coordenadores da Oferta, dos Agentes de Colocação Internacional, dos assessores legais e dos auditores independentes.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Jorge José Cenci – Presidente; e Nesio Gilberto Roskowski – Secretário. **Conselheiros presentes**: Jorge José Cenci, Guido Heinzen, Nésio Gilberto Roskowski, Hevertom Fischer, Rubens Abrahão Barhum e Claudia de Souza Ferris.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Blumenau, 24 de janeiro de 2022.

Jorge José Cenci	Nesio Gilberto Roskowski
Presidente	**Secretário**

ANEXO 03

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SENIOR SISTEMAS S.A.
CNPJ/ME n.º 80.680.093/0001-81
NIRE 42.300.033.189

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos dias [•] do mês de [•] de 2022, às [•] horas, na sede social da Senior Sistemas S.A. ("Companhia"), na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.012-001.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 17, §4º, do Estatuto Social da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Jorge José Cenci, Presidente, e o Sr. Nesio Gilberto Roskowski, Secretário.

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior, conforme os termos e condições aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022 ("Oferta" e "RCA da Oferta", respectivamente); **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, e a quantidade de Ações a serem emitidas, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, aprovada na RCA da Oferta, em conformidade com o disposto no inciso I, do Artigo 172, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o parágrafo primeiro do artigo 6° e o artigo 7º do Estatuto Social; **(iii)** a verificação da subscrição das Ações no âmbito da Oferta e a homologação do aumento de capital social da Companhia, **(iv)** a aprovação do Prospecto Definitivo e do *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; e **(v)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados até a presente data.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. A fixação do preço de emissão de R$[•] ([•]) por Ação ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o Artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação nos termos do Artigo 170, Parágrafo 1°, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido de acordo com

a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no âmbito da Oferta.

5.2. O aumento do capital social da Companhia, aprovado dentro do limite do seu capital autorizado, que passará dos então R$[•] ([•]), representado por [•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para os pretensos R$[•] ([•]), mediante a emissão para subscrição pública de [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$[•] ([•]) equivalente ao Preço por Ação deliberado nos termos do item "(i)" acima, totalizando R$[•] ([•]), passando o número de ações da Companhia para [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das ações objeto da Oferta, aprovada na RCA da Oferta, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e no parágrafo primeiro do artigo 6° e o artigo 7º do Estatuto Social. As Ações farão jus ao recebimento, de forma integral, de dividendos e juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início da Oferta e a todos os demais direitos e benefícios que vierem a ser conferidos às demais ações ordinárias, conforme o caso, de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social e do Regulamento do Novo Mercado, conforme determinado na RCA da Oferta.

5.3. A verificação da subscrição de [•] ([•]) ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e, consequentemente a homologação do aumento do capital social aprovado conforme item 5.2 acima, no montante de R$[•] ([•]).

5.4. O Prospecto Definitivo e o *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta.

5.5. A autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização das deliberações acima, incluindo a assinatura de quaisquer documentos necessários e a ratificação dos atos já realizados até a presente data.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Jorge José Cenci – Presidente; e Nesio Gilberto Roskowski – Secretário. **Conselheiros presentes**: Jorge José Cenci, Guido Heinzen, Nésio Gilberto Roskowski, Hevertom Fischer, Rubens Abrahão Barhum, Luis Augusto Lobão Mendes e Claudia de Souza Ferris.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Blumenau, [•] de [•] de 2022.

Jorge José Cenci	Nesio Gilberto Roskowski
Presidente	**Secretário**

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56
DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

SENIOR SISTEMAS S.A., sociedade por ações, com sede na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações"), compreendendo a distribuição (i) primária de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("Acionistas Vendedores"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pelo **Banco Itaú BBA S.A.** ("Coordenador Líder"), pelo **Banco BTG Pactual S.A.**("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), pelo **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e pelo **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, os "Coordenadores da Oferta"), incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, foi e está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em dezembro de 2021 ("Auditoria"), e que prosseguirá até a data de divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A* incluindo seus respectivos anexos ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CPC, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.,* incluindo seus respectivos anexos ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta, à Companhia e aos Acionistas Vendedores, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para a análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas, por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*" atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Blumenau, [●] de [●] de 2022.

SENIOR SISTEMAS S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO 05

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

[•], [qualificação], no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **SENIOR SISTEMAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações", respectivamente), sob a coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Coordenador Líder"), do **Banco BTG Pactual S.A.**("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), do **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e do **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, foi e está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em dezembro de 2021 ("Auditoria"), e que prosseguirá até a data de divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.*, incluindo seus anexos ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CPC, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.*, incluindo seus anexos ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta, à Companhia e aos Acionistas Vendedores, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para a análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pelo Acionista Vendedor por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*" atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e de quaisquer outras informações relevantes.

[•], [•] de [•] de 2022.

[•]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

[•], [qualificação], no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **SENIOR SISTEMAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações", respectivamente), sob a coordenação do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Coordenador Líder"), do **Banco BTG Pactual S.A.**("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), do **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e pelo **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) o Acionista Vendedor não é acionista controlador e nem integrante do bloco de controle da Companhia;

(B) a Companhia e o Acionista Vendedor constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(C) esta declaração tem como base as informações prestadas pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta e fornecidas aos Coordenadores da Oferta e seus assessores legais;

(D) o Acionista Vendedor, no que tange às suas informações, disponibilizou, por escrito, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus assessores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.*", incluindo seus anexos ("Prospecto Preliminar"), do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.*", incluindo seus anexos ("Prospecto Definitivo"); e

(E) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da

Oferta; e (b) as informações fornecidas pelo Acionista Vendedor ao mercado durante todo o prazo da distribuição, inclusive aquelas que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes a respeito do Acionista Vendedor necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta.

[•], [•] de [•] de 2022.

[•]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400/03

O **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, São Paulo, SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **SENIOR SISTEMAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua São Paulo, n° 825, Bairro Victor Konder, CEP 89012-001, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 80.680.093/0001-81 ("Ações" e "Companhia", respectivamente), compreendendo a distribuição (i) primária de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("Acionistas Vendedores"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pelo Coordenador Líder, pelo **Banco BTG Pactual S.A.**("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), pelo **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e pelo **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Morgan Stanley, os "Coordenadores da Oferta"), incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, foi e está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em dezembro de 2021 ("Auditoria"), e que prosseguirá até a data de divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.* ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015,

emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CPC, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Senior Sistemas S.A.* ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos incorporados por referência;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta e para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(E) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta, à Companhia e aos Acionistas Vendedores, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e a os Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para a análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*" atualmente em vigor; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [.] de [.] de 2022.

ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Senior Sistemas S.A.

31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Senior
Tecnologia para Gestão

RELATÓRIO DA ADMINSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Book de Resultados 2021

Blumenau, 31 de janeiro de 2022.

Mensagem da Administração

Nos últimos anos, a Senior criou estratégias importantes para alavancar os resultados da empresa. Desenvolveu pessoas, com o fortalecimento e criação de novas diretorias, adquiriu negócios, acompanhou a evolução tecnológica e diversificou portifólio de produtos, e dessa forma, esteve ainda mais presente nas frentes em que atua. Nesse cenário, 2021 foi especial para a Companhia devido à diversas ações que representaram grandes marcos para a Companhia durante este ano.

Um pilar importante para o crescimento da Companhia é a aquisição de novos negócios. Só em 2021, foram 4 aquisições, incluindo a abertura da Senior para o mercado internacional com a compra da empresa colombiana Novasoft. A estratégia dessa aquisição foi buscar a diversificação da receita além da expansão de mercado para um país que possui uma das maiores economias da América Latina. Além disso, essa aquisição viabiliza novas oportunidades de negócios na região Andina e abre um leque de ainda mais possibilidades de crescimento para a organização.

Desde 2011, a Senior já adquiriu 18 empresas e realizou 7 investimentos. Focada em aquisições que possuem soluções complementares ao que já é oferecido pela organização, o objetivo é o domínio do market share de negócios estratégicos em que já atua. É o caso das aquisições da GKO e Alcis, também realizadas em 2021. Ambas são do setor logístico, área em que a Senior já possui capilaridade.

Para contribuir com o bom desempenho da organização, a Senior investe com frequência em novos negócios. Em 2020 a Companhia lançou a wiipo, uma fintech da Companhia voltada a serviços financeiros e benefícios para empresas e pessoas.

Nesse ano, por meio da wiipo, a Senior realizou a aquisição da Convenix, especializada no mercado de gestão de benefícios, o que traz à wiipo ainda mais facilidade na gestão e no acesso aos benefícios oferecidos pelas empresas. Essa movimentação deu o start para a criação do wiipo flex, um cartão de benefícios flexíveis. Em dezembro o produto foi lançado para os colaboradores da Senior e será levado ao mercado a partir de janeiro de 2022.

O crescimento da Senior se dá também por meio da inovação. Recentemente, a Companhia liberou para o mercado o X Platform, uma plataforma de inovação low-code, que permite a criação de aplicações com alta produtividade mirando o desafio de transformação digital das empresas. Com a novidade, todos os clientes Senior que já utilizam software para gestão em nuvem, passam a contar com uma camada que permite expandir as capacidades destas soluções para atender as mais variadas necessidades de digitalização dos negócios. O foco é habilitar a produtividade e a colaboração que ajudam as empresas a enfrentar seus desafios de digitalização.

Outra via de evolução da Senior é o crescimento orgânico da companhia. Em 2021, as receitas recorrentes registraram um aumento de 35,8% na comparação com o ano anterior. Uma linha de produto que se destacou no ano passado foi logística, assim como também o desempenho comercial do Ronda Gestão de Acesso e Segurança, *Cloud* e Serviços também contribuíram com a alta da receita da Companhia. *Cloud* registrou 112,1% e Serviços, 58,1% de aumento na comparação com o exercício de 2020 . Outro dado importante é o número de novos clientes conquistados, em 2021 foram 650 novos clientes para a carteira da Companhia.

O ano de 2021 foi intenso. Por meio de muita colaboração e entregas representativas, a Senior entra em 2022 com o pé direito e pronta para oferecer aos clientes soluções que simplifiquem cada vez mais a rotina de pessoas e empresas.

A Administração

Senior gera uma receita líquida consolidada de R$ 582,5 milhões e um EBITDA de R$ 162,0 milhões.

Blumenau (SC), 31 de janeiro de 2022 – A Senior Sistemas S.A. ("Senior" ou "Companhia") divulga os seus resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores aqui apresentados são comparados com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, exceto se indicado de outra forma, e foram derivados das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

1 DESTAQUES

- Receita líquida consolidada totalizou R$ 582.475 mil, R$ 412.396 mil e R$ 381.603 mil, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+41,2% em 2021 com relação a 2020 e +8,1% em 2020 com relação a 2019);

- Lucro bruto consolidado de R$ 378.314 mil, R$ 284.828 mil e R$ 261.069 mil, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente (+32,8% em 2021 com relação a 2020 e +9,1% em 2020 com relação a 2019);

- EBITDA consolidado atingiu o valor R$ 162.031 mil, R$ 136.235 mil, e R$ 98.449, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+18,9% em 2021 com relação a 2020 e +38,4% em 2020 com relação a 2019);

- Lucro líquido consolidado de R$ 103.374 mil, R$ 88.063 mil e R$ 64.138 mil, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+17,4% em 2021 com relação a 2020 e +37,3% em 2020 com relação a 2019);

- Investimentos consolidados em ativo intangível, incluindo adquiridos em combinações de negócios, e no ativo imobilizado, totalizaram R$ 78.941 mil, R$ 43.380 mil e R$ 39.375 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+88,4% em 2021 com relação a 2020, e +6,54% em 2020 com relação a 2019);

- A receita recorrente foi de R$ 435.141 mil, R$ 320.485 mil e R$ 270.837 mil, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+35,8% em 2021 com relação a 2020, e +18,3% em 2020 com relação a 2019);

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 a Companhia realizou a aquisição das empresas Novasoft S.A.S., Alcis Log Ltda., GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda.

2 COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ANOS DE 2021, 2020 E 2019

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

R$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2021	2020	Δ %	2019	Δ %
Receita líquida	582.475	412.396	41,2%	381.603	8,1%
Lucro bruto	378.314	284.828	32,8%	261.069	9,1%
Margem Bruta	*64,9%*	*69,1%*	*-4,1p.p.*	*68,4%*	*+0,7p.p.*
EBITDA	162.031	136.235	18,9%	98.449	38,4%
Margem EBITDA	*27,8%*	33,0%	-5,2 p.p.	25,8%	+7,2 p.p.
Lucro líquido	103.374	88.063	17,4%	64.138	37,3%
Margem Líquida	*17,7%*	*21,4%*	*-3,7p.p.*	*16,8%*	*+4,6p.p.*
Lucro líquido, por ação ordinária – R$	*82,22*	*70,91*	*15,9%*	*51,53*	*37,6%*
Receita recorrente	*435.141*	*320.485*	*35,8%*	*270.837*	*18,3%*

3 COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

A receitas líquida da Companhia totalizou R$ 582.475 mil no exercício de 2021, representando um aumento de R$ 170.079 mil ou 41,2%, quando comparada ao exercício de 2020. A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 412.396 mil, aumento de R$ 30.793 mil ou 8,1%, quando comparada ao exercício de 2019.

A receita líquida da Companhia está assim distribuída:

Em milhares de reais	2021	AV %	2020	AV %	2019	AV %
Receita recorrente	**435.141**	**66,2%**	**320.485**	**69,0%**	**270.837**	**62,8%**
Licenças	9.863	1,5%	7.257	1,6%	6.750	1,6%
Manutenção	253.697	38,6%	231.938	49,9%	216.345	50,2%
Serviços	2.376	0,4%	1.519	0,3%	1.261	0,3%
Cloud	169.205	25,7%	79.771	17,2%	46.481	10,8%
Receita não recorrente	**222.041**	**33,8%**	**144.167**	**31,0%**	**160.452**	**37,2%**
Licenças	44.355	6,7%	31.112	6,7%	31.172	7,2%
Serviços	171.456	26,1%	108.421	23,3%	119.894	27,8%
Outros	6.230	0,9%	4.634	1,0%	9.386	2,2%
Receita bruta total	657.182	100,0%	464.652	100,0%	431.289	100,0%
Deduções sobre vendas	(74.707)	-11,4%	(52.256)	-11,2%	(49.686)	-11,5%
Total receita líquida	**582.475**	**88,6%**	**412.396**	**88,8%**	**381.603**	**88,5%**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a receita bruta recorrente apresentou crescimento de R$ 114.656 mil ou 35,8% em relação ao exercício anterior, representando 66,2% da receita bruta da Companhia. Esse crescimento deu-se, principalmente, na receita bruta de *cloud*, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de R$ 89.434 mil ou 112,1%. A receita bruta de manutenção também apresentou um crescimento de R$ 21.759 mil ou 9,4%, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, já considerando o mencionado processo de migração dos clientes atuais *on-premise* para soluções SaaS em Cloud.

Em 2020, comparada a 2019, a receita bruta recorrente que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um crescimento de 18,3% em relação ao exercício anterior, passando a representar 69,0% da receita bruta contra 62,8% no exercício de 2019. Esse crescimento deu-se, principalmente, na receita bruta de *cloud*, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de 71,6%, e na receita bruta de manutenção, com crescimento de 7,2%, também já considerando o processo migratório para as novas soluções SaaS em Cloud.

A receita bruta não recorrente apresentou uma queda de 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função dos impactos da pandemia, devido às postergações realizadas por alguns clientes para implantação e customização de ferramentas, no período inicial da pandemia, porém apresentou crescimento de 54,0% no exercício findo em 2021 com a retomada dos serviços.

Ao considerar a receita recorrente e não recorrente consolidadas por linha de produtos, o maior crescimento se refere às soluções HCM e ERP. Este crescimento foi observado devido ao incremento da receita da Mega Sistemas Corporativos S.A., que fornece principalmente soluções ERP para o setor de construção civil (setor este que registrou aquecimento significativo em 2020), superando expectativas e indicando a consolidação do produto. Outro destaque importante é o produto Gestão de Logística - WMS TMS, que vem se consolidando entre os líderes de mercado. Dessa forma, o aumento de 35,8% na receita recorrente no exercício findo de 2021 em relação à 2020, deriva, principalmente, da tendência de migração do mercado para soluções em cloud.

4 LUCRO BRUTO

R$ mil	2021	2020	Δ %	2019	Δ %
Receita Líquida	582.475	412.396	41,2%	381.603	8,1%
Custo dos Serviços Prestados	(204.161)	(127.568)	60,0%	(120.534)	5,8%
Lucro Bruto	**378.314**	**284.828**	**32,8%**	**261.069**	**9,1%**

O custo dos serviços prestados da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$ 204.161 mil, representando um aumento de R$ 76.593 mil ou 60,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 127.568 mil. Esse crescimento se deu principalmente (i) pelo aumento de despesas com pessoal de R$ 40.353 mil ou 70,9%, em decorrência de aumento de pessoal, correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados em função de maior atingimento de metas, além dos custos de pessoal referente as empresas adquiridas que representam 30,5% do aumento de despesas com pessoal; (ii) pelo aumento de custos com serviços de terceiros em R$ 22.905 mil ou 79,4% decorrente principalmente do maior volume de receita de serviços; e (iii) pelo aumento de custos de cloud em R$ 11.775 mil ou 79,1% decorrente principalmente de maior volume em receita de *cloud* no exercício de 2021.

O custo dos serviços prestados da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 127.568 mil, representando um aumento de 5,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 120.534 mil. A Companhia manteve uma gestão austera dos custos no exercício de 2020, o que permitiu uma eficiência operacional maior, onde a receita líquida cresceu 8,1%, mas o custo dos serviços prestados cresceu somente 5,8%, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os custos relacionados as receitas de manutenção e *cloud* envolvem custos variáveis em menor escala que as receitas relacionadas a serviços. Considerando que no exercício de 2020 houve crescimento nas receitas de manutenção e *cloud* e queda na receita de serviços, houve um menor custo gerado no ano.

O lucro bruto do exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 378.314 mil comparado com R$ 284.828 mil no exercício social de 2020, representando um aumento de R$ 93.486 mil ou 32,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de receita acima mencionado, parcialmente compensado pelo aumento dos custos.

O lucro bruto do exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 284.828 mil comparado com R$ 261.069 mil no exercício de 2019, representando um aumento de R$ 23.759 mil ou 9,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de receita acima mencionado, sem o aumento proporcional de nossos custos, que em função de uma melhor gestão teve crescimento em menor proporção que a receita.

5 DESPESAS OPERACIONAIS

R$ mil	2021	2020	Δ %	Δ R$	2019	Δ %	Δ R$	2021[1]	2020[1]	2019[1]
Despesas com vendas	(90.884)	(59.764)	52,1%	(31.120)	(64.273)	-7,0%	4.509	15,6%	14,5%	16,8%
Pesquisa e desenvolvimento	(73.317)	(62.989)	16,4%	(10.328)	(55.845)	12,8%	(7.144)	12,6%	15,3%	14,6%
Despesas gerais e administrativas	(74.981)	(45.367)	65,3%	(29.614)	(58.380)	-22,3%	13.013	12,9%	11,0%	15,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.998)	1.940	-203,0%	(3.938)	1.141	70,0%	799	0,3%	-0,5%	-0,3%
Total [2]	**(241.180)**	**(166.180)**	**45,1%**	**(75.000)**	**(177.357)**	**-6,3%**	**11.177**	**41,4%**	**40,3%**	**46,5%**

(1) Representatividade da despesa em relação à receita líquida.
(2) Antes dos efeitos de equivalência patrimonial

As despesas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 antes dos efeitos de equivalência patrimonial foram de R$ 241.180 mil comparado a R$ 166.180 mil no exercício social de 2020, representando um aumento de R$ 75.000 mil ou 45,1%. Esta variação é atribuída substancialmente à:

- **Despesas com vendas** – No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas aumentaram R$ 31.120 mil ou 52,1%, passando de R$ 59.764 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para R$ 90.884 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando 15,6% da Receita líquida no exercício de 2021, frente a 14,5% no exercício de 2020. O crescimento deu-se principalmente pelo: (i) aumento de despesas com pessoal de R$ 11.471 mil em decorrência de correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados em função de maior atingimento de metas; (ii) aumento de despesas com *marketing* de R$ 3.448 mil relativo a campanha e anúncios para divulgação dos produtos da Companhia; (iii) aumento de despesas de participações sobre as vendas dos canais de R$ 9.212 mil devido parte pela migração de clientes do modelo *on-premise* para *cloud* e parte pelo crescimento da receita; e (iv) aumento de despesas com vendas de R$ 5.185 mil relativo as empresas adquiridas no exercício de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas reduziram em 7,0%, passando de R$ 64.273 mil, no exercício findo de 2019, para R$ 59.764 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando 14,5% da Receita líquida no exercício de 2020, frente a 16,8% no exercício de 2019, confirmando o ganho de escala e de eficiência, e gestão austera de despesas principalmente de viagem com redução em relação ao exercício 2019, ocorridas devido "novo normal" com eventos e atendimentos remotos e suspensão de viagens.

- **Pesquisa e desenvolvimento** – No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R$ 10.328 mil ou 16,4%, passando de R$ 62.989 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para R$ 73.317 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando 12,6% da Receita líquida no exercício de 2021, frente a 15,3% no exercício de2020, mantendo investimentos em inovação e desenvolvimento de novos produtos como ferramentas de marketplace Senior X, desenvolvimento do APP da wiipo, desenvolvimento de ferramentas de gestão de logística, desenvolvimento de ofertas baseadas em dados e *machine learning*, entre outras. Os projetos que atendem ao critério de capitalização de acordo com o CPC 04 (IAS 38) são classificados como ativos intangíveis, e, portanto, não são lançados na rubrica de pesquisa e desenvolvimento do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em 12,8%, passando de R$ 55.845 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para R$ 62.989 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando 15,3% da Receita líquida no exercício de 2020, frente a 14,6% no exercício de 2019, mantendo o nível de investimentos em inovação e desenvolvimento de novos produtos.

- **Despesas gerais e administrativas** – No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R$ 29.614 mil ou 65,3%, passando de R$ 45.367 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para R$ 74.981 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando 12,9% da receita líquida do exercício de 2021, frente a 11,0% no exercício de 2020. Esse aumento deve-se principalmente ao: (i) aumento de despesas com pessoal e remuneração da administração de R$ 7.961 mil em decorrência de correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados e bônus da diretoria em função de maior atingimento de metas; (ii) aumento de despesas com amortização de R$ 4.721 mil referente aos ativos intangíveis relativos as aquisições e ativos de direito de uso; (iii) aumento de despesas com provisão para contingências de R$ 3.450 mil relacionadas à processos cíveis discutindo questões comerciais; (iv) baixa de impostos não recuperáveis e doações à projetos culturais no montante de R$ 1.575 mil e R$ 515 mil, respectivamente; e (v) aumento de despesas administrativas de R$ 6.856 mil relativo as empresas adquiridas no exercício de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram em 22,3%, passando de R$ 58.380 mil, no exercício de 2019, para R$ 45.367 mil, no exercício

findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução se deu, principalmente, em razão do controle das despesas nas contas de manutenção de equipamentos e instalações e utilidades e serviços, gerando uma economia em relação ao ano anterior. Esse controle de despesas foi desencadeado como uma medida de enfrentamento aos possíveis impactos causados pela pandemia do COVID-19. Adicionalmente, no exercício de 2019 houve a provisão para perda de impairment (redução ao valor recuperável do intangível) de R$ 3.332 mil, despesa essa que não ocorreu no exercício de 2020, contribuindo para o menor valor de despesas nesse grupo no exercício de 2020.

- **Outras receitas e despesas operacionais líquidas** – No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia passaram a representar uma despesa de R$ 1.998 mil, comparado com uma receita de R$ 1.940 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R$ 3.938 mil. Essa variação ocorreu principalmente pela (i) baixa de depósito judicial no montante de R$ 1.650 mil referente processo em que a Companhia como parte teve perda no processo; (ii) reconhecimento de despesa dos planos baseados em ações no montante de R$ 1.946 mil; e (iii) baixa de investimento de participação societária na empresa Social Base que gerou uma perda de R$ 475 mil.

6 EBITDA

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2021	2020	Δ %	Δ R$	2019	Δ %	Δ R$
Receita líquida total	582.475	412.396	41,2%	170.079	381.603	8,1%	30.793
Lucro líquido	103.374	88.063	17,4%	15.311	64.138	37,3%	23.925
(-/+) Receitas e Despesas financeiras	(1.310)	2.256	-158,1%	(3.566)	1.267	78,1%	989
(+) Depreciações e Amortizações	24.809	17.610	40,9%	7.199	15.832	11,2%	1.778
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	35.158	28.306	24,2%	6.852	17.212	64,5%	11.094
(=) EBITDA[1]	162.031	136.235	18,9%	25.796	98.449	38,4%	37.786
Margem EBITDA[2]	27,8%	33,0%	-15,8%		25,8%	28,0%	

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), consistindo no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas (receitas) financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA é calculada como o EBITDA dividido pela receita líquida.

(3) O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado.

O EBITDA totalizou R$ 162.031 mil (R$ 136.235 mil em 2020 e R$ 98.449 mil em 2019), apresentando um aumento de R$ 25.796 mil ou 18,9%, em relação a 2020. A comparação de EBITDA de 2020 em relação a 2019 demonstra um aumento de R$ 37.786 mil ou 28,0%. A margem EBITDA de 2021 foi de 27,8%, ante 33,0% em 2020 e 25,8% em 2019.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA, como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita serem medidas práticas para medir desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que correspondem, conforme aplicável, a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

7 POSIÇÃO DO CAIXA

A Senior busca manter uma posição de caixa relevante como parte de nossa estratégia de gestão de capital.

A geração de caixa operacional de R$ 140.614 mil em 2021 resulta, principalmente, do resultado do exercício. As atividades de investimentos observadas em 2021, estão diretamente ligadas as aquisições de imobilizado e intangível, e de desembolso referente aquisição de empresas efetuadas pela Companhia. As atividades de financiamento podem ser resumidas pelo pagamento de dividendo e juros sobre capital próprio aos sócios na ordem de R$ 68.886 mil em 2021 e R$ 27.865 mil em 2020.

A geração de caixa operacional de R$ 129.633 mil no exercício de 2020 resulta, principalmente, do lucro exercício. As atividades de investimentos observadas em 2020, estão diretamente ligadas as aquisições de imobilizado e intangível para a operação, e de desembolso referente aquisição de empresas efetuadas pela Companhia nos períodos anteriores. As atividades de financiamento podem ser resumidas em captação de R$ 11.000 mil em 2020, pagamentos de empréstimos de R$ 14.408 mil em 2020 e R$ 9.090 mil em 2019, e pagamento de dividendo aos sócios na ordem de R$ 27.865 mil em 2020 e R$ 21.987 mil em 2019.

8 EVENTOS, NOTÍCIAS E PREMIAÇÕES

CERTIFICAÇÃO GREAT PLACE TO WORK (GPTW)

Através da pesquisa realizada em 2021, a Companhia foi reconhecida pela quarta vez consecutiva como uma das 30 melhores grandes companhias de tecnologia para se trabalhar segundo a entidade internacional Great Place To Work (GPTW).

A Great Place to Work é uma autoridade global no mundo do trabalho e especialista, não somente em auxiliar organizações a serem excelentes locais de trabalho, mas em construir uma sociedade melhor para todos transformando cada organização. O instituto publica anualmente mais de 40 rankings, premiando as Melhores Empresas para Trabalhar em âmbito nacional, regional, setorial (como TI e Saúde) e temático (Melhores Empresas para Mulheres).
O GPTW tem como objetivo destacar as boas práticas de empresas brasileiras na gestão de pessoas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados a auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor, adotando, como procedimento assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar a independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) procedimentos previamente acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia; (iii) consultoria relativa a estruturação societária relativa ao processo de IPO; (iv) consultoria relativa diagnóstico de riscos corporativos; e (v) auditoria das demonstrações financeiras da Novasoft SAS, controlada da Companhia com sede em Bogotá-Colômbia. O montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de: 1) serviços de auditoria descritos no item (i): R$564.121,00; 2) serviços relativos aos procedimentos previamente acordados descritos no item (ii): R$1.300.000,00; 3) serviços adicionais descritos nos itens (iii) e (iv): R$274.000,00; e 4) serviços de auditoria da Novasoft SAS descritos no item (v): R$133.000,00.

Avisos legais

Algumas das afirmações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis na data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação, assim, totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Senior
Tecnologia para Gestão

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais 8
Demonstrações dos resultados 10
Demonstrações dos resultados abrangentes 11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
Demonstrações do valor adicionado 14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 15

Building a better working world

Edifício California Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º andar - conj. 801 - Centro
89010-910 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Senior Sistemas S/A.
Blumenau- SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Senior Sistemas S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better
working world

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.29, devido ao aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas e em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita – prestação de serviços

A Companhia reconhece suas receitas recorrentes e não recorrentes de vendas de softwares, decorrentes de serviços de licenciamento, manutenções, implementação, personalização, treinamentos e outros, os quais são reconhecidos conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa 18 as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 541.405 mil na controladora e R$ 582.475 mil no consolidado, essas receitas com prestação de serviços são reconhecidas ao longo do tempo em que o serviço é prestado. Considerando este fato, entendemos que existe certa suscetibilidade de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência. Levando em consideração o volume de transações e a magnitude dos valores envolvidos, definimos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, além das diferentes formas de receita, que aumentam a subjetividade no reconhecimento para satisfazer a obrigação de performance dos contratos com os clientes, bem como que assegure que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do período contábil adequado após o aceite dos clientes, impactando os valores das contas a receber e receitas relacionados nas demonstrações financeiras.

Building a better
working world

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: i) entendimento dos controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita; ii) avaliação das políticas relacionadas ao processo de reconhecimento de receita; iii) teste documental "corte" do reconhecimento de receita de serviços de licenciamento, manutenções, treinamentos, implementações e personalização dos *softwares*, através do confronto das notas fiscais emitidas, com pedidos de serviços e aceite do cliente da entrega da prestação dos serviços, para avaliação dos critérios utilizados pela Companhia para o reconhecimento de serviços; iv) teste de acurácia e integridade dos relatórios extraídos do sistema utilizados no cálculo da receita de serviços; v) obtenção de confirmação de confirmação junto a clientes ao longo do exercício e exames de recebimentos subsequente; vi) exames documentais da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com inspeção de contratos de clientes e faturas emitidas; e vii) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria que efetuamos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de reconhecimento das receitas são aceitáveis, assim como, as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida

De acordo com a nota explicativa 10, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2021, os montantes consolidados de R$ 183.879 mil, dos quais, R$ 107.113 mil são referentes aos ágios e mais valias provenientes de diversas aquisições de negócios. Na data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade dos saldos e concluiu que não havia a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável destes ativos.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade dos ativos intangíveis através de projeções de resultados, considerando a expectativa de lucros futuros, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas com base na revisão do plano de negócios e fundamentadas com base em premissas de geração de resultados futuros. Tais projeções envolvem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o plano de realização.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos e ao processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos intangíveis ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade relacionado às premissas e projeções de resultados futuros.

Building a better
working world

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, na avaliação de fluxos de caixa futuros preparadas pela diretoria, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado, tendo o envolvimento de profissionais especialistas em projeções financeiras; e análise das divulgações realizadas na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras. Ainda, foram efetuados testes específicos relacionados à consistência dos valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela diretoria; realizada a comparação das projeções elaboradas pela diretoria com as expectativas de mercado de setor equivalente ao que a Companhia atua; e analisada a razoabilidade do cálculo aritmético envolvido na elaboração das projeções.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na elaboração das projeções que suportam a análise de recuperação do ativo intangível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de janeiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SC000048/F

Cleverson Luis Lescowicz
Contador CRC-SC 027535/O-0

Senior Sistemas S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	**115.121**	133.332	80.212	**121.642**	136.227	84.602
Contas a receber	5	**45.952**	28.892	28.957	**51.646**	29.979	31.319
Estoques		**826**	869	277	**826**	869	1.224
Impostos a recuperar	6	**1.665**	4.140	7.084	**2.945**	4.471	7.305
Adiantamentos		**4.737**	3.827	2.639	**6.172**	4.122	2.658
Aplicação financeira	4.b	**4.097**	-	-	**4.097**	-	-
Outros ativos		**2.533**	678	406	**2.464**	696	706
Total do ativo circulante		**174.931**	171.738	119.575	**189.792**	176.364	127.814
Não circulante							
Contas a receber	5	**1.219**	1.197	1.510	**1.219**	1.208	1.533
Empréstimos concedidos a controladas e coligadas	7.1	-	6.902	3.519	-	454	454
Depósitos judiciais	16.1	-	1.672	2.345	-	1.672	2.345
Outros ativos		**11**	596	11	**22**	596	11
Ativo fiscal diferido	21.2	-	-	2.974	-	-	2.974
		1.230	10.367	10.359	**1.241**	3.930	7.317
Investimentos	8	**28.425**	8.455	7.539	**649**	476	96
Imobilizado	9	**18.184**	40.260	39.051	**19.258**	40.518	39.170
Intangível	10	**161.058**	117.711	117.039	**183.879**	120.843	118.634
Ativo de direito de uso	11.1	**24.094**	3.350	7.007	**24.876**	3.350	7.007
		231.761	169.776	170.636	**228.662**	165.187	164.907
Total do ativo não circulante		**232.991**	180.143	180.995	**229.903**	169.117	172.224
Total do ativo		**407.922**	351.881	300.570	**419.695**	345.481	300.038

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	**11.401**	356	6.576	**11.401**	356	6.576
Participações societárias a pagar	13	**10.184**	18.576	21.429	**10.784**	18.576	21.429
Passivos de arrendamento	11.2	**3.553**	1.293	1.660	**4.412**	1.293	1.660
Fornecedores		**4.075**	3.108	2.291	**4.528**	3.248	2.571
Salários e encargos sociais	14	**51.755**	32.778	26.144	**54.040**	33.488	26.875
Obrigações tributárias	15	**7.097**	5.623	3.972	**8.104**	5.835	4.283
Juros sobre capital próprio e dividendos	17.3	**2.554**	20.934	15.213	**2.554**	20.934	15.213
Outras contas a pagar		**628**	690	1.262	**2.760**	708	1.303
Total do passivo circulante		**91.247**	83.358	78.547	**98.583**	84.438	79.910
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	**-**	11.017	8.069	**-**	11.017	8.069
Passivos de arrendamento	11.2	**21.309**	2.470	5.820	**21.309**	2.470	5.820
Participações societárias a pagar	13	**28.021**	20.725	36.375	**30.021**	20.725	36.375
Parcelamentos tributários		**-**	-	458	**-**	-	458
Outras contas a pagar		**689**	1.619	668	**530**	1.639	668
Empréstimos obtidos de controladas e coligadas	7.2	**-**	5.104	-	**-**	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	**8.540**	4.738	5.013	**8.540**	4.738	5.013
Provisão para passivo a descoberto em investida	8	**-**	3.547	2.558	**430**	445	278
Passivo fiscal diferido	21.1	**10.466**	2.182	-	**9.683**	2.182	-
Total do passivo não circulante		**69.025**	51.402	58.961	**70.513**	43.216	56.681
Patrimônio líquido							
Capital social	17.1	**165.059**	70.924	70.924	**165.059**	70.924	70.924
Ações em tesouraria	17.1	**(5.329)**	(4.873)	(3.535)	**(5.329)**	(4.873)	(3.535)
Ágio na emissão de ações	17.1	**2.916**	6.140	5.994	**2.916**	6.140	5.994
Reserva legal	17.2	**19.280**	14.185	10.103	**19.280**	14.185	10.103
Reserva para pagamento baseado em ações	17.4	**1.946**	1.019	-	**1.946**	1.019	-
Reservas de lucros	17.5	**64.607**	129.726	79.576	**64.607**	129.726	79.576
Outros resultados abrangentes		**(829)**	-	-	**(829)**	-	-
Patrimônio líquido controladores		**247.650**	217.121	163.062	**247.650**	217.121	163.062
Participação de não controladores		**-**	-	-	**2.949**	706	385
Total do patrimônio líquido		**247.650**	217.121	163.062	**250.599**	217.827	163.447
Total do passivo e patrimônio líquido		**407.922**	351.881	300.570	**419.695**	345.481	300.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2021	2020 (reapresentado)	2019 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)	2019 (reapresentado)
Receita líquida	18	**541.405**	404.020	319.228	**582.475**	412.396	381.603
Custo dos serviços prestados	19	**(189.135)**	(124.716)	(96.597)	**(204.161)**	(127.568)	(120.534)
Lucro bruto		**352.270**	279.304	222.631	**378.314**	284.828	261.069
Despesas com vendas	19	**(83.880)**	(58.175)	(54.312)	**(90.884)**	(59.764)	(64.273)
Pesquisa e desenvolvimento	19	**(66.454)**	(61.453)	(45.361)	**(73.317)**	(62.989)	(55.845)
Despesas gerais e administrativas	19	**(65.152)**	(43.237)	(49.329)	**(74.981)**	(45.367)	(58.380)
Equivalência patrimonial	8	**883**	17	5.497	**88**	(23)	(1.095)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas		**(2.570)**	1.533	1.040	**(1.998)**	1.940	1.141
		(217.173)	(161.315)	(142.465)	**(241.092)**	(166.203)	(178.452)
Lucro antes do resultado financeiro		**135.097**	117.989	80.166	**137.222**	118.625	82.617
Despesas financeiras	20	**(6.486)**	(6.990)	(7.682)	**(7.170)**	(7.063)	(8.224)
Receitas financeiras	20	**8.286**	4.717	6.398	**8.480**	4.807	6.957
		1.800	(2.273)	(1.284)	**1.310**	(2.256)	(1.267)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		**136.897**	115.716	78.882	**138.532**	116.369	81.350
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	**(29.190)**	(22.742)	(12.032)	**(30.128)**	(23.150)	(14.710)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	**(5.813)**	(5.156)	(2.796)	**(5.030)**	(5.156)	(2.502)
Lucro líquido do exercício		**101.894**	87.818	64.054	**103.374**	88.063	64.138
Atribuível aos:							
Acionistas controladores					**101.894**	87.818	64.054
Acionistas não controladores					**1.480**	245	84
					103.374	88.063	64.138
Lucro básico e diluído por ação	22				**92,22**	70,91	51,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**101.894**	87.818	64.054	**103.374**	88.063	64.138
Outros resultados abrangentes							
Ajustes que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado							
Ajuste de conversão de controlada no exterior		**(829)**	-	-	**(829)**	-	-
Resultado abrangente do exercício		**101.065**	87.818	64.054	**102.545**	88.063	64.138
Atribuível aos:							
Acionistas controladores					**101.894**	87.818	64.054
Acionistas não controladores					**651**	245	84
					102.545	88.063	64.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

				Reserva de capital		Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio na emissão ações	Reserva legal	Reserva de plano de opções	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		70.924	-	5.964	6.900	-	11.136	33.938	-	-	128.862	96	128.958
Redução de capital		(3.535)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.535)	-	(3.535)
Ações em tesouraria adquiridas	17.1	3.535	(3.535)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	64.054	-	64.054	84	64.138
Destinações do resultado do exercício:										-			
- Reserva Legal	17.2	-	-	-	3.203	-	-	-	(3.203)	-	-	-	-
- Dividendos adicionais de 2018	17.3	-	-	-	-	-	(11.136)	-	-	-	(11.136)	-	(11.136)
- JCP e dividendos mínimos de 2019	17.3	-	-	-	-	-	-	-	(15.213)	-	(15.213)	-	(15.213)
- Constituição de reservas de lucros		-	-	-	-	-	-	45.638	(45.638)	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	235	235
Saldos em 31 de dezembro de 2019		70.924	(3.535)	5.964	10.103	-	-	79.576	-	-	163.062	385	163.447
Redução de capital		(1.338)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.338)	-	(1.338)
Ações em tesouraria adquiridas	17.1	1.338	(1.338)	146	-	-	-	-	-	-	146	-	146
Transações com pagamento baseados em ações	17.4	-	-	-	-	1.019	-	-	-	-	1.019		1.019
Dividendos adicionais de 2019	17.3	-	-	-	-	-	-	(12.652)	-	-	(12.652)	-	(12.652)
Destinações do resultado do exercício:										-			
- Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	87.818	-	87.818	245	88.063
- Reserva legal	17.2	-	-	-	4.082	-	-	-	(4.082)	-	-	-	-
- JCP e dividendos mínimos de 2020	17.3	-	-	-	-	-	-	-	(20.934)	-	(20.934)	-	(20.934)
- Constituição de reservas de lucros		-	-	-	-	-	-	62.602	(62.602)	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	76
Saldos em 31 de dezembro de 2020		70.924	(4.873)	6.140	14.185	1.019	-	129.726	-	-	217.121	706	217.827
Ações em tesouraria adquiridas		-	(650)	-	-	-	-	-	-	-	(650)	-	(650)
Aumento de capital social	17.1	94.135	-	(6.140)		-	-	(87.995)	-	-	-	-	-
Ações emitidas para manutenção em tesouraria	17.1	-	(3.301)	-	-	-	-	3.301	-	-	-	-	
Ações em tesouraria vendidas e cedidas	17.1	-	3.495	2.916	-	(1.019)	-	-	-	-	5.392	-	5.392
Redução pela cisão parcial	17.5	-	-	-	-	-	-	(26.718)	-	-	(26.718)	-	(26.718)
Transações com pagamento baseados em ações		-	-	-	-	1.946	-	-	-	-	1.946	-	1.946
Ajuste de conversão de controlada no exterior	6	-	-	-	-	-	-	-	-	(829)	(829)	-	(829)
Dividendos adicionais 2020	17.3.b	-	-	-	-	-	-	(17.441)	-	-	(17.441)	-	(17.441)
Destinações do resultado do exercício:													
- Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	101.894	-	101.894	1.480	103.374
- Reserva Legal	17.2	-	-	-	5.095	-	-	-	(5.095)	-	-	-	-
- Dividendos adicionais do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(5.865)	-	(5.865)	-	(5.865)
- JCP e dividendos mínimos de 2021	17.3.b	-	-	-	-	-	-	-	(24.208)	-	(24.208)	-	(24.208)
- Constituição de reservas de lucros	17.5	-	-	-	-	-	-	63.734	(63.734)	-	-	-	-
Outras transações com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	763	763
Saldos em 31 de dezembro de 2021		165.059	(5.329)	2.916	19.280	1.946	-	64.607	-	(829)	247.650	2.949	250.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes do imposto sobre a renda		**136.697**	115.716	78.882	**138.532**	116.369	81.350
Depreciações e amortizações	19	**23.741**	17.346	14.814	**24.809**	17.610	15.832
Redução ao valor recuperável do intangível	10	-	-	3.332	-	-	3.332
Baixas do ativo permanente e arrendamentos		**(309)**	130	1.007	**(147)**	473	1.857
Provisão juros de arrendamento		**963**	489	515	**963**	489	688
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	**1.506**	1.347	1.428	**1.506**	1.347	1.552
Provisão de juros sobre aquisição de investimentos		**2.323**	1.347	1.270	**2.323**	1.347	1.270
Provisão para perdas com clientes	5	**(2.202)**	(296)	250	**(1.741)**	(349)	(1.028)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	**2.579**	(275)	843	**2.579**	(275)	843
Provisão para pagamento baseado em ação		**1.946**	1.019	-	**1.946**	1.019	-
Outras provisões		-	-	(600)	-	-	(600)
Equivalência patrimonial		**(883)**	(17)	(5.497)	**88**	(23)	1.095
		166.561	136.806	96.244	**170.858**	136.007	106.191
Variações nos ativos e passivos							
Redução das contas a receber		**(13.902)**	674	7.522	**(12.762)**	2.014	9.924
Redução / (aumento) dos estoques		**43**	(592)	25	**43**	355	136
Redução / (aumento) dos impostos a recuperar		**3.659**	2.944	(3.558)	**3.293**	2.834	(2.885)
Redução / (aumento) de outros ativos		**1.291**	3.784	(482)	**(1.084)**	3.433	(1.205)
Aumento / (redução) de fornecedores		**849**	817	(39)	**753**	677	(1.091)
Aumento / (redução) de obrigações sociais e trabalhistas		**16.049**	6.634	(3.041)	**18.219**	6.613	(1.050)
Aumento de obrigações tributárias		**1.442**	1.651	68	**623**	1.552	709
Aumento de outros passivos		**4.532**	2.920	2.971	**(991)**	5.085	4.866
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(35.003)**	(27.898)	(12.032)	**(35.156)**	(28.306)	(14.709)
Juros de empréstimos e contas a pagar de aquisições pagos	12/13	**(3.181)**	(2.631)	(3.407)	**(3.181)**	(2.631)	(3.449)
Variação nos saldos de ativos e passivos		**(23.921)**	(11.697)	(11.973)	**(30.243)**	(8.374)	(8.754)
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais		**142.640**	125.109	84.271	**140.615**	129.633	97.437
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Mútuos com partes relacionadas		**(7.620)**	1.721	(446)	**454**	-	(454)
Caixa incorporado / adquirido		**259**	-	9.520	**3.099**	-	-
Aquisição de investimentos	8/13	**(56.204)**	(23.353)	(21.702)	-	(23.353)	(21.702)
Aquisições de imobilizado		**(6.985)**	(5.166)	(5.513)	**(7.903)**	(5.688)	(5.836)
Aquisições do intangível		**(13.681)**	(10.563)	(12.218)	**(70.494)**	(14.339)	(13.176)
Dividendos recebidos		**290**	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras		**(4.097)**	-	-	**(4.097)**	-	-
Venda de instrumentos financeiros		-	-	407	-	-	1.793
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(88.038)**	(37.361)	(29.952)	**(78.941)**	(43.380)	(39.375)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Captação de empréstimos e financiamentos		-	11.000	2.837	-	11.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	12	**(76)**	(14.408)	(7.583)	**(3.522)**	(14.408)	(9.090)
Pagamento de arrendamento	11	**(3.201)**	(2.163)	(1.795)	**(3.201)**	(2.163)	(2.646)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	17	**(68.886)**	(27.865)	(21.989)	**(68.886)**	(27.865)	(21.989)
Ações em tesouraria adquiridas		**(650)**	(1.338)	(3.535)	**(650)**	(1.338)	(3.535)
Ágio na emissão de ações		-	146	-	-	146	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(72.813)**	(34.628)	(32.065)	**(76.259)**	(34.628)	(37.262)
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(18.211)**	53.120	22.254	**(14.585)**	51.625	20.800
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		**133.332**	80.212	57.958	**136.227**	84.602	63.802
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		**115.121**	133.332	80.212	**121.642**	136.227	84.602
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(18.211)**	53.120	22.254	**(14.585)**	51.625	20.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senior Sistemas S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Receitas	**624.753**	460.677	371.278	**671.048**	471.472	441.255
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**610.984**	455.040	361.355	**657.182**	464.652	431.289
Outras receitas	**15.438**	8.928	11.966	**15.701**	10.275	12.009
Provisão/reversão de créditos liquidação duvidosa	**(1.669)**	(3.291)	(2.043)	**(1.835)**	(3.455)	(2.043)
Insumos adquiridos de terceiros	**(150.940)**	(92.480)	(91.833)	**(161.101)**	(95.819)	(113.969)
Custos serviços vendidos	**(30.759)**	(21.079)	(8.053)	**(31.026)**	(21.792)	(13.910)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(117.061)**	(71.180)	(79.180)	**(125.918)**	(73.472)	(94.758)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	**(2.016)**	(1.324)	(5.162)	**(3.161)**	(1.324)	(5.949)
Outros	**(1.104)**	1.103	562	**(996)**	769	648
Valor adicionado bruto	**473.813**	368.197	279.445	**509.947**	375.653	327.286
Retenções	**(23.741)**	(17.346)	(14.814)	**(24.809)**	(17.610)	(15.832)
Depreciação e amortização	**(23.741)**	(17.346)	(14.814)	**(24.809)**	(17.610)	(15.832)
Valor adicionado líquido produzido	**450.072**	350.851	264.631	**485.138**	358.043	311.454
Valor adicionado recebido em transferência	**9.169**	4.734	11.895	**8.568**	4.784	5.862
Resultado de equivalência patrimonial	**883**	17	5.497	**88**	(23)	(1.095)
Receitas financeiras	**8.286**	4.717	6.398	**8.480**	4.807	6.957
Valor adicionado total a distribuir	**459.241**	355.585	276.526	**493.706**	362.827	317.316
Distribuição do valor adicionado	**459.241**	355.585	276.526	**493.706**	362.827	317.316
Pessoal	**247.499**	183.933	150.890	**274.212**	188.954	181.131
Remuneração direta	**197.257**	147.147	120.269	**211.844**	150.939	143.870
Benefícios	**35.874**	25.341	21.431	**47.281**	26.315	25.836
FGTS	**14.368**	11.445	9.170	**15.087**	11.700	11.425
Impostos, taxas e contribuições	**100.127**	75.944	53.085	**105.428**	77.581	63.028
Federais	**86.604**	66.001	45.300	**90.956**	67.247	53.558
Estaduais	**174**	125	1	**174**	198	281
Municipais	**13.349**	9.818	7.784	**14.298**	10.136	9.189
Remuneração de capitais de terceiros	**9.721**	7.890	8.487	**10.692**	8.229	9.019
Juros	**5.528**	4.423	5.263	**6.123**	4.459	5.550
Aluguéis	**1.251**	901	815	**1.773**	1.166	791
Outras	**2.942**	2.566	2.429	**2.796**	2.604	2.678
Remuneração de capitais próprios	**101.894**	87.818	64.054	**103.374**	88.063	64.138
Juros sobre o capital próprio e dividendos	**33.065**	20.934	15.213	**33.065**	20.934	15.213
Lucros retidos do exercício	**68.829**	66.884	48.841	**68.829**	67.052	48.690
Participação de não controladores nos lucros retidos	**-**	-	-	**1.480**	77	235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações sobre a Companhia

A Senior Sistemas S.A. ("Senior" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede à Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

A Senior tem por objetivo o desenvolvimento de programas sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, análise e desenvolvimento de sistemas, programação de sistemas, licenciamento ou cessão de direito de uso de programa de computação, suporte técnico em informática, comércio varejista de programas de computador, terceirização de serviços "*outsourcing*", consultoria em TI e treinamento em informática. Os principais softwares desenvolvidos e comercializados pela Senior são aplicativos tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e possuem a finalidade de integrar sistematicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária (cliente), permitindo a criação de fluxos e rotinas de informação que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária (cliente) do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Senior são: recursos humanos, finanças, contábil/fiscal, administração e operações industriais.

1.1. Impactos causados pela pandemia da COVID-19

A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigadoras adotadas em 2020 em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações.

Destacamos que a Companhia não adotou medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do COVID-19 e em atendimento aos Ofícios Circulantes CVM/SNC/SEP/n° 02/2020 e n° 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

1.1.1. Avaliação de provisão para perda esperada

A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas.

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.1. Impactos causados pela pandemia da COVID-19--Continuação

1.1.2. Receita de serviços de implantação

As receitas de serviços de implementação e customização de softwares tiveram impacto relativamente reduzido, tendo em vista a aceitação da grande maioria dos clientes pela execução dos serviços de forma remota.

1.1.3. Recuperabilidade dos ativos

A recuperabilidade dos ativos, em particular os ativos com vida útil indefinida, é revisada anualmente. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo COVID-19, não afetou as projeções de lucros futuros, permitindo a recuperabilidade dos ativos.

1.1.4. Principais fatores de risco relacionados a pandemia

Os principais riscos que a pandemia representou aos negócios da Companhia são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades *(lockdown)* mais rigoroso; e o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Conforme mencionado acima, até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado. A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas subsidiárias seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em suas atividades e não revelou nenhum potencial risco à continuidade.

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2. Transações societárias relevantes

Aquisição de negócios

No exercício findo em 31 de dezembro 2021 a Companhia adquiriu as empresas Novasoft S.A.S., Alcis Log Ltda, GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda. e, através de suas controladas Senior Sistemas de Pagamentos S.A. e Zero One Tecnologia da Informação Ltda., adquiriu as empresas Convenix Benefícios de Pagamentos Ltda. e M. Cavallin Marketplace Ltda. A empresa Novasoft S.A.S., com sede na Colombia traz expertise no mercado colombiano que coincide com os interesses de negócios da Companhia, especialmente pela atuação com sistemas de gestão dentro das legislações locais, o que viabiliza trazer outras soluções complementares para a gestão dessas empresas. A empresa Alcis Log Ltda. de software para logística (WMS), foi adquirida com objetivo de consolidar a Senior no mercado de soluções para armazéns logísticos da indústria e varejo, ampliando o portfólio, já que armazenagem frigorificada é uma das expertises da adquirida. As empresas GKO Informática e GKO Sistemas adquiridas em abril de 2021, também foram adquiridos como parte da estratégia da Senior de consolidar o mercado de softwares de gestão de logística e armazenagem, segmentos que tendem a crescer com a maior demanda por entregas de produtos comprados pela internet. A aquisição da Convenix teve como objetivo agregar serviços do segmento de benefícios a funcionários ao portfólio de produtos da Companhia e a aquisição da M.Cavallin deu-se pela estratégia de incorporar uma plataforma de marketplace às soluções ofertadas pela Companhia no segmento de construção civil.

As empresas Alcis Log Ltda, GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda foram incorporadas mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2021, a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados a empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre a data de aquisição e a data de incorporação, foi somado as demonstrações de resultado e consolidados para fins de demonstração financeira consolidada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 não houve aquisições de empresas. Em 2020 a Companhia adquiriu da Next Desenvolvimento de Sistemas Ltda, a carteira do Canal Next Brasil, especializado em soluções da Mega Sistemas. A transação foi no montante de R$3.343, que será liquidado em 19 parcelas mensais, mais montante residual.

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2 Transações societárias relevantes--Continuação

Reestruturações societárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia exerceu a opção de venda da totalidade de sua participação na SocialBase Soluções em Tecnologia S/A pelo valor de R$ 1,00, previsto na cláusula 4.7 do acordo de acionistas de 26 de setembro de 2017, reconhecendo uma baixa de investimento e o ágio alocado na aquisição no valor de R$ 475, à rubrica de outras despesas operacionais.

Em 30 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial de bens imóveis da Companhia, representados pelo terreno e imóvel (R$ 24.718) em que está estabelecida a sua sede administrativa além de um valor em moeda corrente nacional (R$ 2.000). O acervo cindido foi avaliado em R$ 26.718. Após a cisão a Companhia arrendou o terreno e o imóvel pelo período de 10 anos, tendo o contrato iniciado em 1º de outubro de 2021. Na mesma data também aprovou-se a Incorporação das empresas Alcis Log Ltda, GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda. Em 30 de abril de 2021 os acionistas aprovaram a incorporação da controlada Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda.

	Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda.	Alcis Log Ltda.	GKO Sistemas Logísticos Ltda.	GKO Informática Ltda.
Caixas e equivalentes de caixa	96	91	20	53
Contas a receber	280	229	3	465
Impostos a recuperar	26	5	14	1.139
Outros ativos	2.017	1.610	262	172
Imobilizado, intangível, direito uso	19	319	15	2.945
Fornecedores	(2)	(116)	(4)	(155)
Salários, obrigações sociais e trabalhistas	(204)	-	-	(1.501)
Imposto a pagar	(12)	(19)	(1)	-
Outros passivos não operacionais	-	(2.879)	-	(727)
Provisões para litígio	-	(1.222)	-	(6)
Outros passivos	(10)	(1.116)	-	-
Total do acervo líquido incorporado	**2.210**	**(3.098)**	**309**	**2.385**

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2 Transações societárias relevantes--Continuação

No exercício findo em 2021 a controlada Senior Participações Ltda. utilizou a participação societária que possuía na controlada Conta Mínima Desenvolvimento de Sistemas Ltda. para a aquisição de 16,88% do capital da VC-X Solution Tecnologia S.A. a valor patrimonial.

Em 19 de fevereiro de 2021, a controlada Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda foi extinta.

Em 1º de novembro de 2019 a controladora efetuou as incorporações das empresas SNR 100 Participações Ltda., SNR 200 Participações Ltda., SNR 300 Participações Ltda, SNR 400 Participações Ltda., SNR 500 Participações Ltda. (empresas que controlavam a Mega Sistemas Corporativos S/A.).

	Mega Sistemas Corporativos Ltda.	SNR 100 Participações Ltda.	SNR 200 Participações Ltda.	SNR 300 Participações Ltda.	SNR 400 Participações Ltda.	SNR 500 Participações Ltda.
Caixas e equivalentes de caixa	9.520	-	-	-	-	-
Contas a receber	2.017	-	-	-	-	-
Outros ativos	2.845	82	-	-	-	-
Investimentos	-	1.605	1.766	533	2.972	2.972
Imobilizado, intangível, direito uso	6.561	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debentures	(1.290)	-	-	-	-	-
Fornecedores	(355)	-	-	-	-	-
Folha de pagamento, obrigações sociais e trabalhistas	(5.351)	-	-	-	-	-
Imposto a pagar	(1.750)	-	-	-	-	-
Outros passivos não operacionais	-	-	(36)	-	(1)	-
Provisões para litígio	(141)	-	-	-	-	-
Outros passivos	(2.147)	-	-	-	-	-
Total do acervo líquido incorporado	**9.909**	**1.687**	**1.730**	**533**	**2.971**	**2.972**

Todas as incorporações foram a valores de livros, reconhecidas com base em laudos de avaliação dos acervos líquidos

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2 Transações societárias relevantes--Continuação

Em 2020 a controlada Senior Participações Ltda. adquiriu 16,67% do capital social da Mindsight Desenvolvimento de Software S.A. pelo valor de R$1.700.

Em 2016 a controlada Senior Participações celebrou contrato de aceleração com a Intelup e em 2019 os aportes de aceleração acumulados de R$ 65 foram convertidos em participação societária.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A Companhia está reapresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (*impairment*). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas no Conselho de Administração, realizada em 31 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Senior avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

		% participação					
		2021		2020		2019	
Nome	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Senior Participações Ltda [1]	Brasil	99,99	-	99,99	-	99,99	-
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda [2] (a)	Brasil	-	-	99,00	-	99,00	-
Head Com. de Equip. de Segurança Ltda [3] (b)	Brasil	-	-	99,99	0,01	99,99	0,01
Zero One Tecnologia da Informação Ltda [2]	Brasil	51,00	-	51,00	-	51,00	-
M2Agro Desenvolvimento de Sistemas Ltda [2]	Brasil	-	95,00	-	95,00	-	95,00
Conta Mínima Desenvolvimento de Sistemas Ltda [2] (c)	Brasil	-	-	-	56,26	-	56,26
Senior Serviços de Pagamentos Ltda [4]	Brasil	-	90,00	-	90,00	-	-
Senior Sistemas de Pagamentos Ltda [2]	Brasil	-	90,00	-	90,00	-	-
Novasoft S.A.S. [2]	Colômbia	74,90	-	-	-	-	-
Convenix Benefícios Corporativos Ltda [4]	Brasil	-	100,00	-	-	-	-
M. Cavallin Marketplace Ltda. ("Obra Play") [2]	Brasil	-	100,00	-	-	-	-

[1] Holding não operacional
[2] Desenvolvimento e licenciamento de software
[3] Revenda de equipamentos
[4] Fintech

(a) Em 30 de abril de 2021, a controladora efetuou a incorporação da empresa Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados a empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre 01 de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2021 foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Em 19 de fevereiro de 2021, a controlada Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda foi extinta.

(c) Em 2021 a controlada Senior Participações, realizou troca de participação societária que possuía na controlada Conta Mínima com a investida VC-X.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado, e sua participação proporcional na movimentação das reservas pós-aquisição é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. A Companhia possui participação nas seguintes coligadas:

			% participação					
			2021		2020		2019	
Nome	Principal atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
SocialBase Soluções em Tecnologia S/A (1)	Deserv. e comerc. de software	Brasil	-	-	25,00	-	25,00	-
Intelup Software e Serviços Ltda. (2)	Deserv. e comerc. de software	Brasil	-	**15,00**	-	15,00	-	15,00
Mindsight Desenvolvimento de Software S.A.(3)	Deserv. e comerc. de software	Brasil	-	**16,67**	-	16,67	-	-
VC-X Solution Tecnologia S.A. (4)	Deserv. e comerc. de software	Brasil	-	**16,88**	-	-	-	-
Conta Mínima Desenvolvimento de Sistemas (4)	Deserv. e comerc. de software	Brasil	-	-	-	53,26	-	53,26

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia exerceu a opção de venda da totalidade de sua participação na SocialBase Soluções em Tecnologia S/A pelo valor de R$ 1,00, previsto na cláusula 4.7 do acordo de acionistas de 26 de setembro de 2017, reconhecendo uma baixa de investimento e o ágio alocado na aquisição no valor de R$ 475, à rubrica de outras despesas operacionais.

(2) Em 2016 a controlada Senior Participações celebrou contrato de aceleração com a Intelup e em 2019 os aportes de aceleração acumulados de R$ 65 foram convertidos em participação societária.

(3) A controlada Senior Participações realizou investimento na Mindsight em 2020 no valor de R$1.700.

(4) Em 2021 a controlada Senior Participações, realizou troca de participação societária que possuía na controlada Conta Mínima com a investida VC-X.

2.4. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida a valor justo em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As contabilizações dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, foram feitas com base na avaliação do valor justo, realizadas por avaliador independente contratado pela Companhia.

As empresas adquiridas são do mesmo segmento da Companhia, portanto, complementando e ampliando o portfólio de produtos e de clientes da Companhia.

Durante o curso de 2021 a Companhia adquiriu as seguintes empresas:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio--Continuação

	Novasoft S.A.S*	Alcis Log Ltda**	GKO Sistemas Logísticos Ltda	GKO Informática Ltda	Convenix	M. Cavallin ("Obra Play")
Data de aquisição	10/02/2021	01/01/2021	13/04/2021	13/04/2021	17/06/2021	16/08/2021
Porcentagem adquirida do capital votante	74,90%	100%	100%	100%	100%	100%
Adquirente	Senior Sistemas	Senior Sistemas	Senior Sistemas	Senior Sistemas	Senior Sistema Pagamentos	Zero One
Caixas e equivalentes de caixa	1.270	75	232	1.488	25	-
Contas a receber	4.137	591	57	2.390	16	-
Impostos a recuperar	784	51	15	937	-	-
Outros ativos	189	10	-	24	526	-
Imobilizado, intangível, direito uso	470	-	17	2.694	-	-
Empréstimos e financiamentos	(5)	(112)	-	(3.329)	-	-
Fornecedores	-	(527)	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(740)	(490)	-	(1.097)	(6)	-
Imposto a pagar	(532)	(860)	(10)	(243)	(1)	-
Outros passivos não operacionais	(1)	(1.815)	-	-	-	47
Provisões para litígio	-	(2.166)	-	-	-	-
Outros passivos	(2.772)	(37)	(4)	(124)	(329)	-
Total do acervo líquido	**2.780**	**(5.280)**	**307**	**2.740**	**231**	**47**
Contraprestação transferida a valor justo	**17.260**	**10.568**	**4.050**	**22.950**	**2.700**	**700**
Ativos intangíveis identificados						
Marca	3.250	476	43	1.031	51	-
Acordo de não competição	459	825	358	1.417	-	-
Software	3.164	3.913	200	4.888	1.098	-
Carteira de clientes	1.520	2.051	456	1.107	-	-
Total dos ativos intangíveis identificáveis	**8.393**	**7.265**	**1.057**	**8.443**	**1.149**	**-**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**6.087**	**8.583**	**2.686**	**11.767**	**1.320**	**653**

* Foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo de ativos intangíveis identificáveis, cujo, saldo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 2.471 mil.

** O preço originalmente negociado com o vendedor, R$14.500, foi posteriormente reduzido para R$10.568 com base em ajuste final de preço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 não houve aquisições relevantes de empresas, houve somente aquisição de carteira de clientes, conforme descrito na nota explicativa 10. O método utilizado e premissas para avaliação da marca, acordo de não competição, software e carteira de clientes estão divulgados na nota explicativa 3.11.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio--Continuação

A vida útil estimada para os ativos foi assim definida:

Intangível – Marca

	2021				
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sistemas	GKO Informática	Convenix
Vida útil	29 anos	4 anos	4 Anos	4 anos	5 anos

Intangível – Acordo de não competição

	2021			
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sistemas	GKO Informática
Vida útil	2 anos	4 anos	5 Anos	5 anos

Intangível – Software

	2021				
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sistemas	GKO Informática	Convenix
Vida útil	5 anos	5 anos	5 Anos	5 anos	5 anos

Intangível – Carteira de cliente

	2021			
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sistemas	GKO Informática
Vida útil	6 anos	14 anos	18 Anos	15 anos

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio--Continuação

Custos incorridos

A Companhia incorreu em custos relacionados às aquisições no valor de R$ 1.174 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como Despesas administrativas na demonstração de resultado.

Informações sobre o desempenho operacional

Os montantes das receitas líquidas e dos resultados líquidos do período de cada adquirida a partir da data da aquisição que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado está abaixo indicado:

	Resultado das adquiridas em 2021 a partir da data de aquisição					
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sist. Log. Ltda	GKO Infor. Ltda	Convenix	M.Cavallin
Receita líquida vendas	20.579	7.249	175	5.798	275	1
Lucro (prejuízo) líquido	3.478	(932)	3	(355)	(35)	(4)

Abaixo demonstramos as receitas e o resultado do período das adquiridas combinadas, como se a data da aquisição, para todas as combinações ocorridas durante o exercício de 2021, fossem em 1º de janeiro de 2021:

	Resultado das adquiridas em 2021 caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021 (Não auditado)					
	Novasoft S.A.S	Alcis Log Ltda	GKO Sist. Log. Ltda	GKO Infor. Ltda	Convenix	M.Cavallin
Receita líquida vendas	21.319	7.249	346	9.736	370	8
Lucro (prejuízo) líquido	2.983	(932)	80)	233	(32)	(68)

2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora.

2.6.1. Operações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Distribuição de lucros

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societário. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.8. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

b) *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.8. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença dos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.11. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário. O valor da perda esperada de recebimento é registrado como uma redução das receitas líquidas.

2.12. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

2.13. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por *impairment*, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. As vidas úteis do ativo imobilizado estão abaixo sumariadas:

- Edificações - 50 anos;
- Veículos e computadores - 5 anos;

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Imobilizado--Continuação

- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. As vidas úteis do ativo intangíveis estão abaixo sumariadas:

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.14. **Ativos intangíveis**--Continuação

- Softwares - 5 anos;
- Ágio - vida útil indefinida (sua recuperabilidade é testada anualmente);
- Ativos intangíveis gerados em combinação de negócio - vida útil determinada pelo laudo do perito independente;
- Outros ativos intangíveis - vida útil determinada com base em documentos contratuais.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Neste critério determinado acima, a Companhia possui alguns gastos com desenvolvimento de softwares que estão sendo capitalizados ao ativo intangível. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos desenvolvidos internamente equivale ao ciclo de vida das versões destes softwares, que geralmente são definidas entre 3 e 5 anos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Propriedades com prazo determinado:

- Utilizado o prazo do contrato que varia 1 a 10 anos

Propriedades com prazo indeterminado (aonde o ativo é considerado indispensável):

- 25 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.15. **Arrendamentos**--Continuação

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa utilizada pela Companhia foi de 8,85% a 15,01% a.a.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

<u>Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor</u>

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 30 de setembro com projeção do orçamento para 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.17. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.18. Empréstimos e financiamentos

2.18.1. Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.18. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

2.18.2. Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

2.19. **Provisões**

2.19.1. Provisões gerais

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.19.2. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19.3. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, qualquer alteração é mensurada e reconhecida no resultado de acordo com o CPC 48/IFRS9.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Receita de contrato com cliente

As receitas da Companhia são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente, as obrigações de desempenho identificadas tenham sido atendidas, for provável que benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos bens ou serviços para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas apresenta as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma:

Receitas recorrentes

- Receita de licenciamento/cloud: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso de forma temporária. A licença vendida com disponibilização de forma temporária (i) pode ser instalada no servidor do cliente, o qual passa a pagar uma mensalidade para que sua chave de acesso continue a ter validade, ou (ii) pode ser instalada nos servidores contratados e mantidos pela Companhia, assim os aplicativos em uso pelo cliente passam a rodar em ambiente Cloud, onde o cliente paga uma mensalidade para ter acesso ao servidor virtual.

- Receitas de manutenções: são receitas relacionadas a suporte e atualização tecnológica. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

Receitas não recorrentes

- Receita de licenciamento: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso permanente.

- Receitas de serviço: compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento e outros serviços, bem como consultorias de negócios. As receitas de serviços de implantação e personalização são reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de treinamentos e consultorias são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes - controladora e investimentos relevantes

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os resultados apurados na subsidiária no exterior estão sujeitos à tributação do país onde está sedia, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis, cuja alíquota atual de imposto sobre renda é de 31%. A Companhia analisa o resultado da subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.21. **Tributos**--Continuação

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Tributos--Continuação

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% ou 1,65%, a depender da atividade;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% ou 7,6%, a depender da atividade;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%, a depender do serviço e jurisdição; e
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%.

2.22. Ação em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em Reservas de Lucro em conta de ágio na emissão ações.

2.23. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

A Companhia oferece como programa de incentivo de longo prazo para executivos da Companhia o plano classificado como Restricted Stock Units (RSU), com características de pagamentos baseados em ações, nos quais os executivos prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

2.23.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 17.4) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em Reserva para pagamento baseado em ações), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

2.23.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito.

Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados.

Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

2.24. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.25. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados e todas as decisões relacionadas ao planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e investimentos de fundos são tomadas de forma consolidada; e a Administração concluiu que a Companhia e suas subsidiárias operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de tecnologia.

2.26. Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

2.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

<u>Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência</u>

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados nas taxas de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não impactaram as demonstrações tomadas em conjunto da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

Alterações ao CPC 06 (R2): Benefícios relacionados a COVID-19, concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto da Companhia.

2.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.28.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

2.28.2. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.28.3. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação desse normativa.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.29. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração do valor adicionado e resultado por ação e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas.

Adicionalmente, a administração identificou a necessidade de reclassificar valores originalmente classificados como custo de serviços vendidos para despesas operacionais Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações de resultado desses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. O quadro a seguir demonstra as reclassificações realizadas:

	Controladora					Consolidado				
	2020 Original	Reclassificado (a)	(b)	(c)	2020 Reapresentado	2020 Original	Reclassificado (a)	(b)	(c)	2020 Reapresentado
Receita	404.020		-	-	**404.020**	412.396			-	**412.396**
Custo dos serviços prestados	(189.775)	9.881	59.007	**(3.829)**	**(124.716)**	(194.526)	10.303	60.484	**(3.829)**	**(127.668)**
Lucro bruto	214.245	9.881	59.007	**(3.829)**	**279.304**	217.870	10.303	60.484	**(3.829)**	**284.728**
Despesas com vendas	(59.740)	(9.881)	2.440	-	**(66.179)**	(51.960)	(10.303)	2.565	-	**(59.704)**
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(61.453)	-	**(61.453)**	-	-	(62.989)	-	**(62.989)**
Despesas gerais e administrativas	(47.066)	-	-	**3.829**	**(43.237)**	(49.196)	-	-	**3.829**	**(45.367)**
Equivalência patrimonial	17	-	-	-	**17**	(23)	-	-	-	**(23)**
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	1.533	-	-	-	**1.533**	1.940	-	-	-	**1.940**
	(95.256)	**(9.881)**	**(59.007)**	**3.829**	**(161.315)**	(99.245)	(10.303)	(60.484)	**3.829**	**(165.203)**
Lucro antes do resultado financeiro	117.989	-	-	-	**117.989**	118.625	-	-	-	**118.625**
Despesas financeiras	(6.990)	-	-	-	**(6.990)**	(7.063)	-	-	-	**(7.063)**
Receitas financeiras	4.717	-	-	-	**4.717**	4.807	-	-	-	**4.807**
	(2.273)	-	-	-	**(2.273)**	(2.256)	-	-	-	**(2.256)**
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	115.716	-	-	-	**115.716**	116.369	-	-	-	**116.369**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.742)	-	-	-	**(22.742)**	(23.150)	-	-	-	**(23.150)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.156)	-	-	-	**(5.156)**	(5.156)	-	-	-	**(5.156)**
Lucro líquido do exercício	87.818	-	-	-	**87.818**	88.063	-	-	-	**88.063**

2. Políticas contábeis--Continuação

2.29. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	2019 Original	Reclassificado (a)	Reclassificado (b)	2019 Reapresentado	2019 Original	Reclassificado (a)	Reclassificado (b)	2019 Reapresentado
Receita	319.228		-	**319.228**	381.603		-	**381.603**
Custo dos serviços prestados	(152.073)	10.115	45.361	**(96.597)**	(187.220)	10.841	55.845	**(120.534)**
Lucro bruto	167.155	10.115	45.361	**222.631**	194.383	10.841	55.845	**261.069**
Despesas com vendas	(44.197)	(10.115)	-	**(54.312)**	(53.432)	(10.841)	-	**(64.273)**
Pesquisa e desenvolvimento	-		(45.361)	**(45.361)**	-		(55.845)	**(55.845)**
Despesas gerais e administrativas	(49.329)		-	**(49.329)**	(58.380)		-	**(58.380)**
Equivalência patrimonial	5.497		-	**5.497**	(1.095)		-	**(1.095)**
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	1.040		-	**1.040**	1.141		-	**1.141**
	(86.989)	**(10.115)**	**(45.361)**	**(142.465)**	(111.766)	(10.841)	(55.845)	**(178.452)**
Lucro antes do resultado financeiro	80.166		-	**80.166**	82.617		-	**82.617**
Despesas financeiras	(7.682)		-	**(7.682)**	(8.224)		-	**(8.224)**
Receitas financeiras	6.398		-	**6.398**	6.957		-	**6.957**
	(1.284)		-	**(1.284)**	(1.267)		-	**(1.267)**
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	78.882		-	**78.882**	81.350		-	**81.350**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(12.032)		-	**(12.032)**	(14.710)		-	**(14.710)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.796)		-	**(2.796)**	(2.502)		-	**(2.502)**
Lucro líquido do exercício	64.054		-	**64.054**	64.138		-	**64.138**

(a) Referem-se a despesas de comissão pagas aos canais de distribuição que revendem soluções da Companhia e que estavam classificadas indevidamente classificadas como custo de serviços prestados.

(b) Gastos com pesquisa e desenvolvimento que foram indevidamente classificadas nas demonstrações do resultado relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 como "Custo de Serviços Prestados" e "Despesas de Vendas".

(c) A amortização de determinados sistemas de tecnologia construídos pela Companhia haviam sido reconhecia à rubrica de Despesas gerais e administrativas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.29. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A administração também identificou reclassificações que afetam as demonstrações de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Essas reclassificações foram entre linhas de apresentação das atividades de geração de caixa, conforme os quadros a seguir demonstram os ajustes e reclassificações supramencionados.

	Controladora			Consolidado		
	2020 Original	Reclassificado	2020 Reapresentado	2020 Original	Reclassificado	2020 Reapresentado
Caixa gerado das atividades operacionais	129.459	(4.350)	125.109	130.343	(710)	129.633
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(40.506)	3.139	(37.361)	(42.878)	(502)	(43.380)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(35.839)	1.211	(34.628)	(35.849)	1.212	(34.628)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	53.120	-	53.120	51.625	-	51.625

	Controladora			Consolidado		
	2019 Original	Reclassificado	2019 Reapresentado	2019 Original	Reclassificado	2019 Reapresentado
Caixa gerado das atividades operacionais	84.466	(195)	84.271	97.668	(231)	97.437
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(28.757)	(1.195)	(29.952)	(38.172)	(1.203)	(39.375)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(33.456)	1.390	(32.066)	(38.696)	1.434	(37.262)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**22.254**	-	**22.254**	**20.800**	-	**20.800**

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.1. Arrendamentos - Determinação do prazo de arrendamento

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

3.2. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, são detalhadas em nota explicativa.

3.4. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota explicativa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.5. Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

3.6. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios.

3.7. Custos de desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a ser capitalizados, a Administração adota premissas sobre expectativa de geração futura de caixa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.8. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de reporte. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza um modelo de Black Scholes Merton para o Plano de Opções de Ações a Funcionários.

3.10. Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem a vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações me relação aos valores alocados quando da combinação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

3.11. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios

Como determinado pelo CPC 15 (IFRS 3) – combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

Receitas: Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável.

Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável.

Investimentos de capital: Os investimentos foram estimados com base nos planos de negócio das empresas adquiridas, sendo aqueles necessários para suportar e manter o crescimento da adquirida.

Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.11. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios--Continuação

Ativos imobilizados: Quando aplicável, foi utilizado a abordagem de custo, utilizando o método de comparação de mercado: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Intangível — Marca e Softwares: O método utilizado para a avaliação da Marca e Softwares foi o de Relie-from-Royalty. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca ou seu software. Como a propriedade da Marca e do Software existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (royalties), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos são evitados. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de royalties (Royalties rate) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA (Weighted Average Return on Assets) formado pelo WACC (Weighted Average Capital Cost) adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) Vida útil esperada.

Intangível — Acordo de não competição: O método utilizado para a avaliação, do acordo de não competição foi o With and Without. Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas a competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) Vida útil, considerando o prazo contratual de não competição estabelecido em cada operação.

Intangível - Carteira de cliente: Foi utilizado o método de renda Multi-Period Excess Earnings Method — MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (churn rate), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) Vida útil estimada.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Caixa	**40**	43	51	**45**	42	55
Bancos conta corrente	**7.953**	2.906	6.415	**11.731**	3.688	6.648
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**107.128**	130.383	73.746	**109.866**	132.497	77.899
	115.121	133.332	80.212	**121.642**	136.227	84.602

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. Companhia possui políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliário de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração das aplicações varia entre 99,25% a 101% do CDI.

b. Aplicação financeira

Refere-se ao contrato de fidúcia mantido pela Companhia com instituição no exterior para pagamento de aquisição da Novasoft no montante de R$ 4.097. A aplicação é corrigida pelo Índice de Preço do Consumidor da Colômbia IPC.

5. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Clientes	**53.317**	37.953	36.324	**59.513**	39.310	38.884
Provisão para perdas de créditos esperadas	**(5.356)**	(7.414)	(5.411)	**(5.858)**	(7.599)	(5.512)
Ajuste a valor presente	**(790)**	(450)	(446)	**(790)**	(524)	(520)
	47.171	30.089	30.467	**52.865**	31.187	32.852
Circulante	**45.952**	28.892	28.957	**51.646**	29.979	31.319
Não circulante	**1.219**	1.197	1.510	**1.219**	1.208	1.533

5. Contas a receber--Continuação

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, que por idade de vencimento é assim apresentado:

	Controladora			Consolidado		
	2021	**2020**	**2019**	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	**41.691**	27.819	24.077	**47.887**	29.176	26.637
Vencidos até 30 dias	**5.711**	4.056	5.603	**5.711**	4.056	5.603
Vencidos entre 31 há 60 dias	**745**	326	697	**745**	326	697
Vencidos 61 há 90 dias	**122**	85	550	**122**	85	550
Vencidos 91 há 180 dias	**491**	342	523	**491**	342	523
Vencidos 181 há 360 dias	**361**	899	1.514	**361**	899	1.514
Vencidos há mais de 360 dias	**4.196**	4.426	3.360	**4.196**	4.426	3.360
	53.317	37.953	36.324	**59.513**	39.310	38.884

A movimentação da provisão para perdas esperadas foi realizada conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2021	**2020**	**2019**	**2021**	**2020**	**2019**
Saldo no início do exercício	**(7.414)**	(5.411)	(3.638)	**(7.599)**	(5.512)	(5.454)
Constituição de provisão	**(2.439)**	(1.650)	(2.043)	**(2.439)**	(1.663)	(2.043)
Baixa por perdas	**-**	(2.299)	(360)	**-**	(2.436)	(1.086)
Reversão de provisão	**4.641**	1.946	1.793	**4.180**	2.012	3.071
Saldo de controladas incorporadas	**(144)**	-	(1.163)	**-**	-	-
Saldos no final do exercício	**(5.356)**	(7.414)	(5.411)	**(5.858)**	(7.599)	(5.512)

6. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2021	**2020**	**2019**	**2021**	**2020**	**2019**
Imposto de renda	**761**	3.424	6.069	**881**	3.575	6.133
Contribuição social	**608**	584	882	**664**	656	939
Outros tributos	**296**	132	133	**1.400**	240	233
	1.665	4.140	7.084	**2.945**	4.471	7.305

7. Partes relacionadas

7.1. Empréstimos concedidos a controladas e coligadas

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Mútuo a receber - Senior Participações	-	6.435	2.995	-	-	-
Mútuo a receber - Social Base	-	454	449	-	454	449
Mútuo a receber - Zero One	-	13	75	-	-	5
	-	6.902	3.519	-	454	454

Os empréstimos foram concedidos às controladas e coligadas sem prazo de vencimento definido em contratos e sem previsão de incidência de juros. Durante o exercício de 2021 a Companhia utilizou o saldo existente a receber de suas controladas e coligadas para aumentar o capital social das respectivas sociedades, encerrando as operações de mútuo mantidos com estas.

7.2. Empréstimos obtidos de controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2020 na controladora havia o montante de R$ 5.104 devido a controlada Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. O empréstimo foi tomado sem prazo de vencimento definido em contrato e sem previsão de incidência de juros. Esta controlada foi extinta durante o exercício de 2021, sendo a transação de mútuo liquidada entre as partes.

7.3. Remuneração da administração

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Salários, honorários e encargos sociais	7.488	6.403	6.603	8.819	7.491	8.465
Benefícios diretos e indiretos	393	287	298	393	287	298
Bônus variáveis	7.401	3.004	3.074	7.401	3.004	3.074
Plano com base em ações	1.429	650	-	1.429	650	-
	16.711	10.344	9.975	18.042	11.432	11.837

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionadas com os membros-chave da Administração. Os diretores não executivos não recebem benefícios de pensão da Companhia.

7. Partes relacionadas --Continuação

7.4. Contrato de aluguel

Em outubro de 2021, a Companhia acordou o aluguel do imóvel da sua sede administrativa no valor mensal de R$ 320, pelo prazo contratual de 120 meses. Esse contrato foi celebrado com a Senior Imóveis Ltda, atual proprietária do imóvel, após a Cisão citada na nota 17.1, a Administração da Companhia tomou as devidas diligências quanto a celebração do contrato, num ambiente de transações entre partes relacionadas, prevalecendo as condições usuais e praticadas no mercado, entre empresas independentes.

7.5. Remuneração baseada em ações

Como mencionado na nota 17.4 os executivos da Companhia são participantes de plano de benefícios de longo prazo, representado por um plano de entrega de ações mediante atingimento de metas estabelecidas no plano.

7.6. Outras transações

As receitas com vendas intragrupo representaram (R$376 em 2020 e R$321 em 2019). Não houve outras operações, incluindo juros e despesas, com impacto relevante no resultado de 2021.

8. Investimentos

	Controladora			Consolidado		
	2021	**2020**	**2019**	**2021**	**2020**	**2019**
Investimentos em controladas e coligadas	**11.619**	7.837	6.831	**649**	476	96
Ágio aquisição societária	**6.938**	399	399	**-**	-	-
Ativos intangíveis advindos de combinação de negócios	**9.868**	219	309	**-**	-	-
	28.425	8.455	7.539	**649**	476	96

Os ativos intangíveis advindos de combinação de negócios são amortizados de acordo com vidas úteis estimadas por especialistas quando da elaboração de laudo de alocação do preço de compra, sendo a amortização registrada em despesas administrativas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor amortizado totalizou R$ 1.214 (R$ 90 em 2020 e R$ 89 em 2019). No consolidado os valores de ágio e intangíveis são apresentados no grupo do ativo intangível.

8. Investimentos--Continuação

8.1. Investimentos em controladas e coligadas

		% participação								Equivalência patrimonial			Valor patrimonial do investimento		
		2021		2020		2019									
Nome	Invest.	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Patrimônio líquido em 2021	Resultado do exercício em 2021	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Senior Participações Ltda	Controlada	99,99	-	99,99	-	99,99	-	**5.718**	**(3.835)**	**(3.834)**	(822)	(958)	**5.718**	(3.102)	(2.280)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda (b)	Controlada	-	-	99,00	99,00	99,00	99,00	-	**(121)**	**(120)**	486	884	-	2.330	1.844
Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda (c)	Controlada	-	-	99,99	0,01	99,99	0,01	-	**216**	**215**	215	1.500	-	4.888	4.673
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	Controlada	51,00	-	51,00	-	51,00	-	**2.100**	**1.455**	**742**	305	(5)	**1.071**	619	314
Novasoft S.A.S.	Controlada	74,90	-	-	-	-	-	**6.448**	**4.444**	**3.329**	-	-	**4.830**	-	-
Corwenix Benefícios Corporativos Ltda	Controlada	-	100,0	-	-	-	-	**154**	**(35)**	-	-	-	-	-	-
M2Agro Desenvolvimento de Sistemas Ltda	Controlada	-	95,00	-	95,00	-	95,00	**(288)**	**(4)**	-	-	-	-	-	-
Conta Mínima Desenvolvedora de Sistemas Ltda	Controlada	-	-	-	56,26	56,26	56,26	-	**(2)**	-	-	-	-	-	-
Senior Serviços de Pagamentos Ltda	Controlada	-	90,00	-	90,00	-	90,00	**3.582**	**(2.015)**	-		-	-	-	-
Senior Sistemas de Pagamentos Ltda	Controlada	-	90,00	-	-	-	-	**(190)**	**(1.451)**	-	-	-	-	-	-
SocialBase Soluções em Tecnologia S/A	Coligada	-	-	25,00	25,00	25,00	25,00	-	**(114)**	**(29)**	(167)	(395)	-	(445)	(278)
Intelup Software e Serviços Ltda.	Coligada	-	15,00	-	15,00	-	15,00	**1.230**	**1.167**	-		-	-	-	-
VC-X Solutions Tecnologia S.A.	Coligada	-	16,68	-	-	-	-	**(924)**	**(427)**	-	-	-	-	-	-
Mindsight Desenvolvimento de Software S.A.	Coligada	-	16,67	-	16,67	-	-	**1.859**	**804**	-		-	-	-	-
Alcis Log Ltda (a)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	**932**	**932**	-	-	-	-	-
GKO Informática Ltda (a)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	**(355)**	**(355)**	-	-	-	-	-
GKO Sistemas Ltda (a)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	**3**	**3**	-	-	-	-	-
SNR 100 Participações Ltda (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	721	-	-	-
SNR 200 Participações Ltda (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	793	-	-	-
SNR 300 Participações Ltda (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244	-	-	-
SNR 400 Participações Ltda (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.343	-	-	-
SNR 500 Participações Ltda (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.343	-	-	-
Mega Sistemas Corporativos S/A (d)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-
Total										**883**	17	5.497	**11.619**	4.290	4.273
Investimento - Ativo não circulante													**11.619**	7.837	6.831
Provisão de inv. - Passivo não circulante													-	(3.547)	(2.558)

(a) Em 30 de setembro de 2021, a controladora efetuou a incorporação das empresas Alcis Log Ltda, GKO Informática Ltda e GKO Sistemas Ltda a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados a empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre data da aquisição a 30 de setembro de 2021 foi somado as demonstrações de resultado e consolidados para fins de demonstração financeira consolidada.

8. Investimentos--Continuação

8.1. Investimentos em controladas e coligadas--Continuação

(b) Em 30 de abril de 2021, a controladora efetuou a incorporação da empresa Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados a empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre 01 de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2021 foi somado as demonstrações de resultado e consolidados para fins de demonstração financeira consolidada.

(c) Em 19 de fevereiro de 2021, a controlada Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda foi extinta.

(d) Em 01 de novembro de 2019, a controladora efetuou as incorporações das empresas SNR 100 Participações Ltda. (anteriormente Batista Ferraz Participações Eireli), SNR 200 Participações Ltda. (anteriormente Sugamosto Participações Ltda), SNR 300 Participações Ltda (anteriormente JCJ Participações Eireli), SNR 400 Participações Ltda.(anteriormente Bittencourt Participações Eireli), SNR 500 Participações Ltda. (anteriormente Scaravelli Participações Ltda), Mega Sistemas Corporativos S/A, a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados na empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre 01 de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2019 foram somadas as demonstrações de resultado e consolidados para fins de demonstração financeira consolidada.

(e) Em 30 de junho de 2019, a controlada Mega Sistemas Corporativos S/A efetuou as incorporações das empresas Neo Partner Serviços de Informática Ltda e Mega Nordeste Consultoria de Sistemas Ltda a valores de livros. Os ativos e passivos foram incorporados a empresa controladora, que sucedeu nos direitos e obrigações. O resultado entre 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019 foram somados as demonstrações de resultado e consolidados para fins de demonstração financeira consolidada.

8.2. Controladora (Controladas diretas)

Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2021

Nome	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Senior Participações Ltda	52	6.289	-	623	5.718	-	(3.835)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	-	-	-	-	-	626	(121)
Head Com. de Equip. de Segurança Ltda	-	-	-	-	-	-	216
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	2.246	1.067	1.109	104	2.100	6.577	1.455
Novasoft S.A.S	10.844	2.796	7.192	10	6.448	20.580	4.444
Nois Log Ltda	-	-	-	-	-	7.249	932
GKO Informática Ltda	-	-	-	-	-	5.796	(355)
GKO Sistemas Ltda	-	-	-	-	-	175	3

8. Investimentos--Continuação

8.3. Controladora (Controladas diretas)

Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2020

Nome	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Senior Participações Ltda	73	3.653	-	6.828	(3.102)	-	(822)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	2.647	33	326	-	2.354	(3.211)	490
Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	137	5.104	353	-	4.888	(664)	210
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	1.170	347	271	32	1.214	(3.584)	598

Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2019

Nome	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Senior Participações Ltda	75	901	-	3.256	(2.280)	-	(968)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	2.135	52	324	-	1.863	3.263	893
Head Com. de Equip. de Segurança Ltda	5.413	23	763	-	4.673	8.644	1.500
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	367	479	161	70	615	1.167	(11)

8. Investimentos--Continuação

8.4. Movimentação dos investimentos

Nome	2020	Resultado de Equivalência	Aquisição de negócios	Aumento de capital c/ mútuo	Variação cambial	Aumento de capital	Ajuste de ágio	Baixa por incorporação	Dividendo	Amortização	2021
Senior Participações Ltda	(3.102)	(3.834)	-	12.654	-	-	-	-	-	-	**5.718**
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	2.330	(120)	-	-	-	-	-	(2.210)	-	-	-
Haad Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	4.888	216	-	-	-	-	-	(5.104)	-	-	-
Zero One Teonologia da Informação Ltda	619	742	-	-	-	-	-	-	(289)	-	**1.072**
Novasoft S.A.S	-	3.330	2.779	-	(829)	-	(450)	-	-	-	**4.830**
Alcis Log Ltda	-	932	(5.280)	-	-	1.250	-	3.098	-	-	-
GKO Informática Ltda	-	(356)	2.740	-	-	-	-	(2.365)	-	-	-
GKO Sistemas Ltda	-	2	307	-	-	-	-	(309)	-	-	-
SocialBase Soluções em Tecnologia S/A	(445)	(30)	-	-	-	-	-	475	-	-	-
Ágio advindo de aquisição de negócios	399	-	6.538	-	-	-	-	-	-	-	**6.937**
Ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	219	-	10.863	-	-	-	-	-	-	(1.214)	**9.868**
	4.908	883	17.947	12.654	(829)	1.250	(450)	(6.435)	(289)	(1.214)	**28.425**
Investimento - Ativo não circulante	8.455										**28.425**
Passivo a descoberto - Passivo não circulante	(3.547)										-

8. Investimentos--Continuação

8.4. Movimentação dos investimentos--Continuação

Nome	2019	Resultado de Equivalência	Baixa por Incorporação	Amortização	2020
Senior Participações Ltda	(2.280)	(822)	-	-	(3.102)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	1.844	486	-	-	2.330
Head Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	4.673	215	-	-	4.888
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	314	305	-	-	619
SocialBase Soluções em Tecnologia S/A	(278)	(167)	-	-	(445)
Ágio advindo de aquisição de negócios	399	-	-	-	399
Ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	309	-	-	(90)	219
	4.981	17	-	(90)	4.908
Investimento - Ativo não circulante	7.539				8.455
Passivo a descoberto - Passivo não circulante	(2.558)				(3.547)

Nome	2018	Resultado de Equivalência	Baixa por Incorporação	Amortização	2019
Senior Participações Ltda	(1.322)	(958)	-	-	(2.280)
Work Labs Tecnologia e Sistemas Ltda	960	884	-	-	1.844
Head Comércio de Equipamento de Segurança Ltda	3.173	1.500	-	-	4.673
Zero One Tecnologia da Informação Ltda	320	(6)	-	-	314
SocialBase Soluções em Tecnologia S/A	117	(395)	-	-	(278)
SNR 100 Participações Ltda	966	721	(1.687)	-	-
SNR 200 Participações Ltda	938	793	(1.731)	-	-
SNR 300 Participações Ltda	288	244	(532)	-	-
SNR 400 Participações Ltda	1.629	1.343	(2.972)	-	-
SNR 500 Participações Ltda	1.629	1.343	(2.972)	-	-
Mega Sistemas Corporativos S/A	31	28	(59)	-	-
Ágio advindo de aquisição de negócios	399	-	-	-	399
Ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	398	-	-	(89)	309
	9.526	5.497	(9.953)	(89)	4.981
Investimento - Ativo não circulante	10.848				7.539
Passivo a descoberto - Passivo não circulante	(1.322)				(2.558)

9. Imobilizado

Controladora	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Terrenos		-	-	-	1.910	2.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.663	(1.338)	2.325	1.942	2.023
Móveis e utensílios	10%	5.735	(3.502)	2.233	2.490	2.836
Veículos	20%	751	(451)	300	622	918
Equipamentos de processamento de dados	20%	24.943	(13.240)	11.703	7.705	5.480
Imóveis	2%	-	-	-	23.139	23.693
Instalações	10%	2.598	(1.108)	1.490	1.592	1.708
Imobilizações em andamento		133	-	133	860	299
		37.823	(19.639)	18.184	40.260	39.051

Consolidado	Taxa de Depreciação	Custo	Deprec. acum.	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Terrenos		-	-	-	1.910	2.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.663	(1.338)	2.325	1.942	2.023
Móveis e utensílios	10%	5.739	(3.503)	2.236	2.510	2.853
Veículos	20%	751	(451)	300	624	919
Equipamentos de processamento de dados	20%	26.503	(13.931)	12.572	7.940	5.579
Imóveis	2%	202	-	202	23.140	23.694
Instalações	10%	2.598	(1.108)	1.490	1.592	1.708
Imobilizações em andamento		133	-	133	860	300
		39.589	(20.331)	19.258	40.518	39.170

9. **Imobilizado**--Continuação

Controladora - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício

	Saldos em 2020	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	Incorporado	Saldos em 2021
Terrenos	1.910	-	(1.910)	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros[a]	1.942	18	(18)	(437)	786	34	2.325
Móveis e utensílios	2.490	183	(52)	(492)	-	104	2.233
Veículos	622	-	(117)	(205)	-	-	300
Equipamentos de processamento de dados	7.705	6.649	(181)	(2.530)	-	60	11.703
Imóveis	23.139	-	(22.808)	(368)	37	-	-
Instalações	1.592	-	-	(102)	-	-	1.490
Imobilizações em andamento	860	135	(39)	-	(823)	-	133
	40.260	6.985	(25.125)	(4.134)	-	198	18.184

(a) Baixa por cisão como descrito na Nota 1.2, sendo o valor residual baixado de R$1.910 relativamente a terreno e R$22.808 a construções.

	Saldos em 2019	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	Saldos em 2020
Terrenos	2.096	-	(186)	-	-	1.910
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.023	-	(10)	(327)	256	1.942
Móveis e utensílios	2.836	223	(14)	(555)	-	2.490
Veículos	918	-	(6)	(290)	-	622
Equipamentos de processamento de dados	5.480	4.126	(67)	(1.834)	-	7.705
Imóveis	23.693	-	-	(554)	-	23.139
Instalações	1.706	-	(10)	(104)	-	1.592
Imobilizações em andamento	299	817	-	-	(256)	860
	39.051	5.166	(293)	(3.664)	-	40.260

9. Imobilizado--Continuação

Controladora - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício--Continuação

	Saldos em 2018	Adições	Baixas liquidas	Depreciação	Transferência	Incorporado	Saldos em 2019
Terrenos	2.096	-	-	-	-	-	2.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.037	-	(37)	(239)	1.253	9	2.023
Móveis e utensílios	2.011	806	(82)	(412)	215	298	2.836
Veículos	797	586	(173)	(292)	-	-	918
Equipamentos de processamento de dados	4.361	2.145	(47)	(1.412)	2	431	5.480
Imóveis	23.812	-	-	(552)	433	-	23.693
Instalações	1.810	-	-	(104)	-	-	1.706
Imobilizações em andamento	868	1.317	(9)	-	(1.903)	26	299
	36.792	4.854	(348)	(3.011)	-	764	39.051

Consolidado - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício

	Saldos em 2020	Adições	Saldos advindos de combinação de negócios	Baixas liquidas	Depreciação	Transferência	Saldos em 2021
Terrenos [a]	1.910	-	-	(1.910)	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.942	15	37	(18)	(436)	785	2.325
Móveis e utensílios	2.510	171	115	(68)	(492)	-	2.236
Veículos	624	-	-	(118)	(206)	-	300
Equipamento de processamento de dados	7.940	7.584	487	(236)	(3.203)	-	12.572
Imóveis [a]	23.140	-	227	(22.833)	(369)	37	202
Instalações	1.592	-	-	-	(102)	-	1.490
Imobilizações em andamento	860	133	-	(38)	-	(822)	133
	40.518	7.903	866	(25.221)	(4.808)	-	19.258

(a)Baixa por cisão como descrito na Nota 1.2, sendo o valor residual baixado de R$1.910 relativamente a terreno e R$22.808 a construções.

9. Imobilizado--Continuação

Consolidado - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício--Continuação

	Saldos em 2019	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	Saldos em 2020
Terrenos	2.096	-	(186)	-	-	1.910
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.023	-	(10)	(327)	256	1.942
Móveis e utensílios	2.853	228	(14)	(557)	-	2.510
Veículos	919	1	(6)	(290)	-	624
Equipamentos de processamento de dados	5.579	4.643	(407)	(1.875)	-	7.940
Imóveis	23.694	-	-	(554)	-	23.140
Instalações	1.706	-	(10)	(104)	-	1.592
Imobilizações em andamento	300	816	-	-	(256)	860
	39.170	5.688	(633)	(3.707)	-	40.518

	Saldos em 2018	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	Saldos em 2019
Terrenos	2.096	-	-	-	-	2.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.037	9	(37)	(239)	1.253	2.023
Móveis e utensílios	2.030	1.105	(82)	(415)	215	2.853
Veículos	797	587	(173)	(292)	-	919
Equipamentos de processamento de dados	4.471	2.609	(62)	(1.441)	2	5.579
Imóveis	23.813	-	-	(552)	433	23.694
Instalações	1.810	-	-	(104)	-	1.706
Imobilizações em andamento	868	1.344	(9)	-	(1.903)	300
	36.922	5.654	(363)	(3.043)	-	39.170

10. Intangível

Demonstrativo de custo de aquisição, amortização acumulada e valor líquido.

Controladora	Taxa de Amort.	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Softwares	20%	40.450	(18.696)	21.754	15.869	19.449
Ágio aquisição societária	20%	108.536	(12.068)	96.468	74.280	74.501
Marca	33%	3.614	(1.353)	2.261	1.376	1.720
Tecnologia	20%	391	(88)	303	347	170
Carteira de clientes adquirida	13,7-20%	27.803	(15.935)	11.868	9.474	9.711
Software desenvolvimento Interno	20-33%	37.886	(9.482)	28.404	16.365	11.488
		218.680	(57.622)	161.058	117.711	117.039

Consolidado	Taxa de Amort.	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Softwares	20%	45.831	(20.426)	25.405	16.155	19.902
Ágio aquisição societária	20%	119.181	(12.068)	107.113	76.266	75.300
Marca	33%	6.984	(1.528)	5.456	1.399	1.765
Tecnologia	20%	503	(155)	348	414	260
Carteira de clientes adquirida	13,7-20%	32.492	(16.530)	15.962	9.607	9.890
Software desenvolvimento Interno	20-33%	39.131	(9.536)	29.595	17.002	11.517
		244.122	(60.243)	183.879	120.843	118.634

10. Intangível--Continuação

Controladora - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício

	Saldos em 2020	Adições	Baixas líquidas	Amortização	Transferência	Incorporado	Saldos em 2021
Softwares	15.869	**11.296**	**(248)**	**(5.588)**	**-**	**425**	**21.754**
Ágio aquisição societária	74.280	**23.026**	**(1.142)**	**-**	**304**	**-**	**96.468**
Marca	1.376	**1.549**	**-**	**(664)**	**-**	**-**	**2.261**
Tecnologia	347	**-**	**-**	**(44)**	**-**	**-**	**303**
Carteira de clientes adquirida	9.474	**6.525**	**(8)**	**(3.819)**	**(304)**	**-**	**11.868**
Software desenvolvimento interno	16.365	**14.964**	**-**	**(5.571)**	**-**	**2.646**	**28.404**
	117.711	**57.360**	**(1.398)**	**(15.686)**	**-**	**3.071**	**161.058**

	Saldos em 2019	Adições	Amortização	Transferência	Saldos em 2020
Softwares	19.449	437	(4.017)	-	15.869
Ágio aquisição societária	74.501	-	-	(221)	74.280
Marca	1.720	-	(344)	-	1.376
Tecnologia	170	-	(44)	221	347
Carteira de clientes adquirida	9.711	3.343	(3.580)	-	9.474
Software desenvolvimento interno	11.488	8.706	(3.829)	-	16.365
	117.039	12.486	(11.814)	-	117.711

10. Intangível--Continuação

Controladora - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício--Continuação

	Saldos em 2018	Adições	Baixas líquidas	Amortização	*Impairment*	Incorporado	Saldos em 2019
Softwares	25.175	412	-	(6.356)	-	218	19.449
Ágio aquisição societária	75.839	317	-	-	(3.332)	1.677	74.501
Marca	2.064	-	-	(344)	-	-	1.720
Tecnologia	-	-	-	-	-	170	170
Carteira de clientes adquirida	11.294	-	-	(3.361)	-	1.778	9.711
Software desenvolvimento interno	-	11.488	-	-	-	-	11.488
	114.372	12.217	-	(10.061)	(3.332)	3.843	117.039

Consolidado - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício

	Saldos em 2020	Adições	Saldos advindos de combinação de negócios	Baixas Liquidas	Amortização	Transferencia	Saldos em 2021
Softwares	16.155	**15.923**	**100**	**(248)**	**(6.525)**	-	**25.405**
Ágio aquisição societária [a]	76.266	**31.751**	-	**(1.208)**	-	**304**	**107.113**
Marca	1.399	**4.849**	**1**	-	**(793)**	-	**5.456**
Tecnologia	414	-	-	-	**(66)**	-	**348**
Carteira de clientes adquirida	9.607	**10.974**	-	**(8)**	**(4.307)**	**(304)**	**15.962**
Software desenvolvimento interno	17.002	**15.824**	**2.372**	-	**(5.603)**	-	**29.595**
	120.843	**79.321**	**2.473**	**(1.464)**	**(17.294)**	-	**183.879**

(a) A baixa de ágio ocorrida no exercício refere-se a ajustes de alocação definitiva do ágio.

10. Intangível--Continuação

Consolidado - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício--Continuação

	Saldos em 2019	Adições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferência	Saldos em 2020
Softwares	19.902	495	(3)	(4.239)	-	16.155
Ágio aquisição societária	75.300	1.187	-	-	(221)	76.266
Marca	1.765	-	-	(366)	-	1.399
Tecnologia	260	-	-	(67)	221	414
Carteira de clientes adquirida	9.890	3.344	-	(3.627)	-	9.607
Software desenvolvimento interno	11.517	9.314	-	(3.829)	-	17.002
	118.634	14.340	(3)	(12.128)	-	120.843

	Saldos em 2018	Adições	Baixas Líquidas	Amortização	Impairment	Saldos em 2019
Softwares	26.033	423	-	(6.554)	-	19.902
Ágio aquisição societária	78.820	317	(505)	-	(3.332)	75.300
Marca	2.131	-	-	(366)	-	1.765
Tecnologia	282	-	-	(22)	-	260
Carteira de clientes adquirida	13.300	-	-	(3.410)	-	9.890
Software desenvolvimento interno	18	11.499	-	-	-	11.517
	120.584	12.239	(505)	(10.352)	(3.332)	118.634

10. Intangível--Continuação

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Ativos com vida útil definida

A Companhia avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade *(impairment)* para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,3% composta pelo média ponderada de capital, denominada WACC e representa aproximadamente uma taxa de 17,1% antes dos impostos (11,8% e 12,7% em 2020 e em 2019, respectivamente).

Com base nos testes efetuados a Companhia concluiu que o *carrying amount* destes ativos quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

10. Intangível--Continuação

Demonstrativo do ágio adquirido.

Controladora

Negócio adquirido (a)	2021	2020	2019
Mega	**70.344**	70.344	70.565
Softran	**3.098**	3.098	3.098
SocialBase	**-**	838	838
GKO	**14.443**	-	-
Alcis	**8.583**	-	-
	96.468	74.280	74.501

Consolidado

Negócio adquirido (a)	2021	2020	2019
Mega	**70.344**	70.344	70.565
Softran	**3.098**	3.098	3.098
Mindsight	**1.187**	1.187	-
SocialBase	**-**	838	838
Zero One	**399**	399	399
M2Agro	**335**	335	335
Conta Mínima	**-**	65	65
GKO	**14.443**	-	-
Alcis	**8.583**	-	-
Novasoft	**6.539**		
VC-X Solution	**214**	-	-
Convenix	**1.320**	-	-
Obra Play	**651**	-	-
	107.113	76.266	75.300

(a) *Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), sendo caracterizado por uma linha de soluções específicas para atendimento ao mercado, ou região, no caso específico da Novasoft, baseada na Colômbia. Para cada UGC há controles detalhados sobre a geração de caixa individual por ativo. Não houve mudanças no conjunto de ativos utilizado para identificar a unidade geradora de caixa desde a estimativa anterior.*

11. Arrendamentos

11.1. Direito de uso (ativo de arrendamentos)

Controladora

	Taxa de Amort.	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Ativo de direito de uso	Contratual	**28.237**	**(4.143)**	**24.094**	3.350	7.007
		28.237	**(4.143)**	**24.094**	3.350	7.007

Consolidado

	Taxa de Amort.	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	2019 Líquido
Ativo de direito de uso	Contratual	**29.019**	**(4.143)**	**24.876**	3.350	7.007
		29.019	**(4.143)**	**24.876**	3.350	7.007

Movimentação dos saldos:

Controladora

	Saldos em 2020	Adições	Baixas líquidas	Amortização	Remensuração	Saldos em 2021
Ativo de direito de uso	3.350	**23.954**	**(905)**	**(2.707)**	**402**	**24.094**
	3.350	**23.954**	**(905)**	**(2.707)**	**402**	**24.094**

	Saldos em 2019	Adições	Baixas líquidas	Amortização	Remensuração	Saldos em 2020
Ativo de direito de uso	7.007	-	(1.686)	(1.777)	(194)	3.350
	7.007	-	(1.686)	(1.777)	(194)	3.350

	Saldos em 2018	Adições	Baixas líquidas	Amortizaçãc	Remensuração	Incorporado	Saldos em 2019
Ativo de direito de uso	-	7.642	(920)	(1.651)	(18)	1.954	7.007
	-	7.642	(920)	(1.651)	(18)	1.954	7.007

11. **Arrendamentos**-Continuação

11.1. **Direito de uso (ativo de arrendamentos) – controladora e consolidado**--Continuação

Consolidado	Saldos em 2020	Adições	Baixas Liquidas	Amortização	Remensuração	Saldos em 2021
Ativo de direito de uso [a]	3.350	24.736	(905)	(2.707)	402	24.876
	3.350	24.736	(905)	(2.707)	402	24.876

	Saldos em 2019	Adições	Baixas Liquidas	Amortização	Remensuração	Saldos em 2020
Ativo de direito de uso	7.007	-	(1.686)	(1.777)	(194)	3.350
	7.007	-	(1.686)	(1.777)	(194)	3.350

	Saldos em 2018	Adições	Baixas Liquidas	Amortização	Remensuração	Saldos em 2019
Ativo de direito de uso	-	10.381	(920)	(2.436)	(18)	7.007
	-	10.381	(920)	(2.436)	(18)	7.007

(a) Principal adição ocorrida no período refere-se a locação da sede administrativa conforme citado na nota 7.4.

Informações adicionais

Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo nominal de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo real x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial. A taxa incremental adotada para 2021 foi de 13,70% e 8,85% a.a. em 2020 e 2019, respectivamente).

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos (PIS e COFINS).

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020, uma vez que não teve ajustes de termos ou valores por conta da crise causada pela Pandemia do Covid-19.

11. **Arrendamentos**-Continuação

11.2. Passivo de arrendamentos

Descrição	Prazo	Taxa de desconto nominal	Controladora 2021	2020	2019
Arrendamento IFRS 16	3 a 25 anos, conforme contrato	8,85% a 15,01% a.a.	**24.862**	3.763	7.480
			24.862	3.763	7.480
		Circulante	**3.553**	1.293	1.660
		Não circulante	**21.309**	2.470	5.820

Descrição	Prazo	Taxa de desconto nominal	Consolidado 2021	2020	2019
Arrendamento IFRS 16	3 a 25 anos, conforme contrato	8,85% a 15,01% a.a.	**25.721**	3.763	7.480
			25.721	3.763	7.480
		Circulante	**4.412**	1.293	1.660
		Não circulante	**21.309**	2.470	5.820

Cronograma de amortização	Controladora 2021	2020	2019
2020	-	-	1.660
2021	-	1.293	1.074
2022	3.553	1.027	838
2023	2.907	622	520
2024	2.703	145	598
2025	2.458	676	2.790
A partir de 2026	13.241	-	-
	24.862	3.763	7.480

Cronograma de amortização	Consolidado 2021	2020	2019
2020	-	-	1.660
2021	-	1.293	1.074
2022	4.412	1.027	838
2023	2.907	622	520
2024	2.703	145	598
2025	2.458	676	2.790
A partir de 2026	13.241	-	-
	25.721	3.763	7.480

11. Arrendamentos-Continuação

11.2. Passivo de arrendamentos --Continuação

Movimentação dos saldos:

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	**3.763**	7.480	-	**3.763**	7.480	-
Adições de novos contratos	**23.954**	-	7.624	**24.736**	-	10.554
Acréscimo de juros	**963**	489	496	**963**	489	496
Remensuração	**402**	(194)	-	**479**	(194)	-
Pagamentos	**(3.201)**	(2.163)	(1.795)	**(3.201)**	(2.163)	(2.650)
Baixas de contratos	**(1.019)**	(1.849)	(920)	**(1.019)**	(1.849)	(920)
Saldos incorporados	-	-	2.075	-	-	-
Saldos no final do exercício	**24.862**	**3.763**	**7.480**	**25.721**	**3.763**	**7.480**

12. Empréstimos e financiamentos

Credores	Venc.	Finalidade	% de encargos	Controladora e consolidado 2021	2020	2019
BNDES	jul/22	Investimentos	TJLP + 2,32% a.a.	-	-	14.489
FINAME	set/22	Aquisição de itens de imobilizado	TJLP + de 2,50% a.a. até 5,7% a.a.	-	78	152
BNDES	fev/22	Investimentos em desenvolvimento	TLP + 1,55% a.a.	**11.401**	11.295	-
Outros	fev/20	Aquisição de veículos e equipamentos	15,25% a.a. até 19,56% a.a.	-	-	4
				11.401	11.373	14.645
			Circulante	**11.401**	356	6.576
			Não circulante	-	11.017	8.069

Cronograma de amortização	Controladora e Consolidado 2021	2020	2019
2020	-	-	6.576
2021	-	356	5.108
2022	**11.401**	2.035	2.961
2023	-	2.200	-
2024	-	2.200	-
A partir de 2025	-	4.582	-
	11.401	11.373	14.645

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos saldos:

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	11.373	14.645	18.064	11.373	14.645	23.616
Captação de recursos	-	11.000	2.837	-	11.000	-
Provisão de juros	1.506	1.347	1.428	1.506	1.347	1.552
Pagamento de principal	(76)	(14.408)	(7.584)	(3.522)	(14.408)	(9.090)
Pagamento de juros	(1.402)	(1.211)	(1.391)	(1.402)	(1.211)	(1.433)
Saldos incorporados/ advindos de combinação de negócios	-	-	1.291	3.446	-	-
Saldos no final do exercício	**11.401**	**11.373**	**14.645**	**11.401**	**11.373**	**14.645**

O contrato de empréstimo e financiamento junto ao Banco BNDES não possui cláusula restritiva vinculadas à índices financeiros.

Garantias: BNDES: O contrato com o BNDES está garantido por uma carta fiança junto ao Banco Itaú, no montante de R$11 milhões.

13. Participações societárias a pagar

			Controladora		
Vencimento	Finalidade	% de encargos	2021	2020	2019
jan/23	Aquisição participação societária	100% CDI	**38.205**	37.361	57.665
dez/20	Aquisição carteira clientes	100% INPC	-	1.940	139
			38.205	39.301	57.804
		Circulante	**10.184**	18.576	21.429
		Não circulante	**28.021**	20.725	36.375

			Consolidado		
Vencimento	Finalidade	% de encargos	2021	2020	2019
jan/23	Aquisição participação societária	100% CDI	**40.805**	37.361	57.665
dez/20	Aquisição carteira clientes	100% INPC	-	1.940	139
			40.805	39.301	57.804
		Circulante	**10.784**	18.576	21.429
		Não circulante	**30.021**	20.725	36.375

13. Participações societárias a pagar--Continuação

Cronograma de amortização:

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
2020	-	-	21.429	-	-	21.429
2021	-	18.576	17.125	-	18.576	17.125
2022	**10.184**	15.857	15.273	**10.784**	15.857	15.273
2023	**16.020**	4.293	3.977	**18.020**	4.293	3.977
2024	**4.189**	575	-	**4.189**	575	-
A partir de 2025	**7.812**	-	-	**7.812**	-	-
	38.205	39.301	57.804	**40.805**	39.301	57.804

Movimentação dos saldos:

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	**39.301**	57.804	78.086	**39.301**	57.804	78.086
Novos compromissos assumidos	**58.714**	4.923	3.853	**61.314**	4.923	3.853
Provisão de juros	**2.323**	1.347	2.710	**2.323**	1.347	2.710
Pagamentos de juros	**(1.779)**	(1.420)	(2.016)	**(1.779)**	(1.420)	(2.016)
Pagamentos de principal – em caixa	**(54.954)**	(23.353)	(24.829)	**(54.954)**	(23.353)	(24.829)
Pagamentos de principal – em ações	**(5.400)**	-	-	**(5.400)**	-	-
Saldos no final do exercício	**38.205**	39.301	57.804	**40.805**	39.301	57.804

Os investimentos adquiridos nos períodos anteriores não foram totalmente liquidados. O saldo a pagar está registrado o passivo circulante e não circulante, e correspondem ao valor da obrigação com os vendedores.

14. Salários e encargos sociais

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Salários	**7.366**	5.382	3.762	**8.466**	5.733	3.875
PLR (participação nos lucros)	**18.444**	9.960	6.669	**18.444**	9.960	6.738
Provisão de férias e encargos	**19.489**	12.593	11.335	**20.563**	12.841	11.741
Contribuição a sindicato	**3**	11	29	**4**	12	32
INSS	**2.070**	1.520	1.496	**2.141**	1.571	1.579
FGTS	**1.669**	1.189	1.162	**1.705**	1.223	1.193
INSS LEI 12.546	**2.714**	2.123	1.691	**2.717**	2.148	1.717
	51.755	32.778	26.144	**54.040**	33.488	26.875

15. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Impostos retidos	**4.826**	3.236	2.893	**4.978**	3.316	2.956
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**595**	1.069	-	**1.311**	1.133	119
PIS e COFINS a pagar	**282**	246	127	**306**	257	182
ISS a pagar	**1.279**	967	810	**1.324**	1.003	846
Parcelamentos tributários	**75**	75	125	**75**	75	125
Outros	**40**	30	17	**110**	51	55
	7.097	5.623	3.972	**8.104**	5.835	4.283

16. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões previdenciárias, trabalhistas, cíveis e comerciais, registrando provisões para litígios conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	2021	2020	2019
Tributárias	**353**	616	254
Cíveis e Comerciais	**5.712**	2.309	1.703
Trabalhistas	**2.475**	1.813	3.056
	8.540	4.738	5.013

	Controladora e Consolidado		
	2021	2020	2019
Saldo no início do exercício	**4.738**	5.013	4.170
Constituição de provisão	**3.450**	1.484	2.601
Atualização de saldo	**593**	636	466
Reversões	**(1.464)**	(2.395)	(2.224)
Saldos incorporados/advindo de combinação de negócios	**1.223**	-	-
Saldo no final do exercício	**8.540**	4.738	5.013

Para os valores considerados como perdas possíveis pela administração da Companhia, amparada na opinião dos assessores jurídicos, não constituiu provisões e estão assim distribuídas:

	Controladora e Consolidado		
	2021	2020	2019
Tributárias (a)	**4.968**	1.869	734
Cível (b)	**8.600**	9.637	10.229
Trabalhista (c)	**4.912**	5.406	2.722
	18.480	16.912	13.685

16. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas --Continuação

a) Tributárias (INSS)

Refere-se a notificação expedida pela Receita Federal do Brasil - RFB referente ao INSS sobre participação nos resultados distribuída a funcionários, sem respaldo em acordo homologado no sindicato. A RFB pleiteia também, multas por preenchimento incorreto de obrigações acessórias.

b) Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança de pedido de indenização.

A Companhia figura como ré em processo movido por prestador de serviço que entende ser devida a cobrança de determinados honorários em função de serviços efetuados por este à Companhia, bem como a realização de protesto indevido.

c) Trabalhistas

A Companhia figura como ré em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução horas extras e equiparação salarial e outras verbas trabalhistas.

16.1. Depósitos judiciais

Alguns dos processos judiciais em curso tiveram determinação de bloqueios judiciais de contas corrente. Ao final de 2020 o saldo em depósitos judiciais totalizava R$1.672 (R$2.345 em 2019), sendo que em 31 de dezembro de 2021 não há saldos em aberto.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 165.059 (R$70.924 em dezembro de 2020 e 2019) dividido em 1.269.683 ações ordinárias (1.244.289 em 2020 e 2019), sem valor nominal.

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.1. Capital social--Continuação

Em 30 de março de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no montante de R$ 90.834, com parte do saldo da reserva de capital no montante de R$ 6.140 e R$ 84.694 com parte do saldo de reserva de retenção de lucros.

Em 07 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão de 25.394 ações ordinárias no montante de R$ 3.301, com base na reserva de retenção de lucros. Na mesma data os acionistas aprovaram manter as ações emitidas em tesouraria, desta forma o montante de ações destinados à tesouraria foram registrados à rubrica "ações em tesouraria" em contrapartida à "reservas de lucro".

17.1.1 Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria que podem ser utilizadas para fazer frentes ao plano que pagamento baseado em ações ou como parte de pagamento de aquisição de empresas. A movimentação das ações em tesouraria está assim demonstrada:

	Quantidade de ações (unidades)	Valor	Preço médio por ação (em reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.301**	**3.535**	**666,85**
Utilização	(369)	(243)	658,49
Compras	1.757	1.581	899,87
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.689**	**4.873**	**728,51**
Utilização	(4.571)	(3.495)	764,82
Compras	500	650	1.300,00
Emissão	25.394	3.301	130,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**28.012**	**5.329**	**193,66**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recomprou 1.757 ações em circularização para manter em tesouraria pelo valor total de R$ 1.581. No decorrer do exercício de 2020 a Companhia utilizou 369 ações para pagamento de plano baseado em ações no valor de R$ 357, gerando um ágio de R$ 146 mantido em Reservas de Capital.

Em 2021 a Companhia recomprou 500 ações em circulação para manter em tesouraria pelo valor total de R$ 1.300 e emitiu 25.394 ações pelo valor patrimonial de R$ 130,00 reais cada, totalizando uma emissão de R$ 3.301. Houve ainda utilização de 4.571 ações para pagamentos de aquisições e plano baseado em ações pelo no valor total de R$ 6.412 e que gerou um ágio de R$ 2.916 mantido em Reservas de Capital.

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2021 foi constituída a reserva de R$5.095 (R$4.082 em 2020 e R$3.203 em 2019), totalizando reserva legal acumulada de R$19.280 (R$14.185 em 2020 e R$10.103 em 2019).

17.3. Juros sobre capital próprio e dividendos

a) Juros sobre capital próprio

	2021	2020	2019
Juros sobre capital próprio	**9.190**	7.616	6.399
(-) IRRF sobre juros sobre capital próprio apropriados	**(1.378)**	(1.143)	(960)
	7.812	6.473	5.439

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R$ 9.190 (R$7.616 em 2020 e R$ 6.399 em 2019). Os valores de JSCP apurados em 2021 foram pagos ao longo do exercício. Os valores de JSCP de 2019 e 2020 foram pagos em 2020 e 2021, respectivamente. Os juros sobre capital próprio são imputados aos valores a serem pagos a título de dividendos mínimo obrigatório.

b) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme o estatuto da Companhia e a Lei das Ações, como segue:

	Cálculo dos dividendos		
	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**101.894**	87.818	64.054
Reserva legal - 5%	**(5.095)**	(4.082)	(3.203)
Base de cálculo	**96.799**	83.736	60.851
Dividendos mínimos conforme estatuto	**25%**	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**24.200**	20.934	15.213
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos e dividendos mínimos pagos	**24.200**	20.934	15.213
Dividendo adicional ao mínimo	**8.865**	-	-
Total líquido destinados aos acionistas	**33.065**	20.934	15.213

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.3. Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

O estatuto da Companhia prevê o pagamento do dividendo mínimo obrigatório na proporção de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, sendo assim, a Companhia destinou como dividendo mínimo obrigatório o montante de R$ 24.200 (R$20.934 em 2020 e R$15.213 em 2019), da respectiva forma: (i) R$ 7.812 referente a JCP líquido destacados em 2021 (R$6.473 em 2020 e R$5.439 em 2019) e (ii) R$16.388 referente aos dividendos adicionais para o complemento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2021 (R$ 14.461 em 2020 e R$9.774 em 2019). Ainda em 2021 foram destinados R$ 8.865 de dividendos adicionais.

	2021	2020	2019
Saldo inicial de JCP e dividendos	20.934	15.213	10.853
JCP e dividendos pagos referente a períodos anteriores	(20.934)	(27.865)	(10.853)
Dividendo adicional de anos anteriores proposto no ano corrente	17.441	12.652	11.136
JCP imputados aos dividendos mínimos e dividendos mínimos	24.200	20.934	15.213
Dividendos adicionais destinados	8.865	-	-
Dividendos e JSCP pagos no exercício	(47.952)	-	(11.136)
Saldo final de JCP e dividendos	2.554	20.934	15.213

17.4. Reserva para pagamento baseado em ações

	Data da outorga	Vesting period	Método de avaliação	Total das ações outorgadas	Valor justo da ação pelo método	Total do valor justo do plano	Total provisionado em 31/12/2021
1º Plano	15/06/2020	30/04/2024	Black-Scholes-Merton	1.667	1.054,51	1.756	527
2º Plano	30/06/2020	31/12/2024	Black-Scholes-Merton	2.498	1.036,50	2.589	518
3º Plano	31/03/2020	31/12/2025	Black-Scholes-Merton	2.707	1.665,54	4.509	901
Saldo em 31/12/2021							1.946

	Data da outorga	Vesting period	Método de avaliação	Total das ações outorgadas	Valor justo da ação pelo método	Total do valor justo do plano	Total provisionado em 31/12/2020
1º Plano	15/06/2020	30/04/2024	Black-Scholes-Merton	1.667	1.054,51	1.755	342
2º Plano	31/12/2020	31/12/2024	Black-Scholes-Merton	2.764	1.225,28	3.387	677
Saldo em 31/12/2020							1.019

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.4. Reserva para pagamento baseado em ações--Continuação

Em 23 de abril de 2019, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas para o Programa 2019-2023. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita.

O Programa emitido pela Companhia é classificado como Restricted Stock Units (RSUs), pois representa uma promessa de entrega de ações ao participante, numa data futura se certas condições de aquisição forem atendidas. Os participantes do plano são definidos anualmente pelo presidente, validados pelo conselho de administração conforme critérios do programa vigente no ano. O limite de participantes do programa considera o valor aprovado e número máximo pessoas aprovadas pelo Conselho de Administração. Para o programa 2019/2023 foram convidados 20 executivos.

Metas de desempenho (performance condition): O acionamento do programa é realizado quando o atingimento das metas for superior a 90%. As metas estabelecidas são baseadas na margem EBITDA (representa uma ponderação de 50% no peso) e receita (representa uma ponderação de 50% no peso) do resultado consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2019. As condições de desempenho (performance) foram classificadas como condição de "Não Mercado". Adicionalmente, na data da outorga as condições de desempenho já haviam sido atingidas. Desta forma estas condições não tiveram efeito sobre os cálculos do valor justo, conforme CPC10(R1) que corresponde ao IFRS2.

Vesting: inicia a partir do 2ª ano com pagamento no mês de abril. Prazo final: O prazo máximo para transferência das ações é de 5 anos. Período de aquisição de direito (vesting period): As ações serão transferidas após o período de carência/retenção a contar da data de assinatura do Instrumento Particular de Outorga (o Instrumento), em parcelas definidas como: (i) 20% a partir do 2ª ano, com transferência no mês de abril, ou seja, entre 31/12/2020 a 30/04/2021; (ii) 20% a partir do 3ª ano, com transferência no mês de abril, ou seja, entre 31/12/2021 a 30/04/2022; (iii) 30% a partir do 4ª ano, com transferência no mês de abril, ou seja, entre 31/12/2022 a 30/04/2023; (iv) 30% a partir do 5ª ano, com transferência no mês de abril, ou seja, entre 31/12/2023 a 30/04/2024.

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.4 Reserva para pagamento baseado em ações--Continuação

Considerando que: (i) não foram identificadas opções semelhantes negociadas no mercado; (ii) o plano não permite o exercício antecipado do direito de receber a ação; (iii) a transferência da ação ocorre dentro de um período curto de tempo (de até 4 meses) entre a data da aquisição e a data da transferência (conforme CPC10(R1)/IFRS2.B5); (iv) as taxas de rescisões contratuais históricas são baixas, o que também poderia caracterizar exercido antecipado (conforme CPC10(R1)/IFRS2.B17); (v) os participantes do plano possuem cargos executivos, o que tende a fazer menos uso de um possível exercício antecipado; (vi) as opções foram outorgadas para um único grupo de funcionários, todos eles com pouca propensão ao exercício antecipado, foi selecionado o Black-Scholes-Merton é considerando como modelo apropriado para a respectiva avaliação. Devido a homogeneidade dos participantes, foi realizado uma única avaliação/modelo.

As principais premissas utilizadas no modelo Black-Scholes-Merton

Preço de exercício da opção: O modelo de programa de remuneração escolhido pela Administração da Senior não requer que o participante pague pela ação, transferindo-os de forma gratuita a ação ao final do plano, se atingidas as condições de desempenho (performance condition) e o período de aquisição de direito (vesting period). Desta forma o preço de exercício é equivalente a zero, e simbolicamente representado por R$0,0001 para efeitos de cálculo.

Vida da opção: A carência foi modelada para observe quatro "tranches" de opções, sendo ano 2 e 3 com 20% do total e o ano 4 e 5 com 30% do total. As opções de cada tranchem não podem ser exercidas antes do término do respectivo período de carência.

Preço corrente das ações subjacentes: A Senior é uma Companhia de capital fechado. O valor da ação foi determinado como um participante de mercado determinaria, sendo utilizado a abordagem de Market approach, pelo método de Múltiplos de mercado. A abordagem de empresas comparáveis estima o valor de uma entidade, através de múltiplos de avaliação observados em empresas comparáveis. Este método consiste em: (i) Identificar empresas comparáveis; (ii) Calcular os múltiplos econômico-financeiros para as empresas selecionadas; (iii) Selecionar os múltiplos apropriados para que a empresa seja estudada, e (v) aplicá-los aos ganhos da entidade a ser estudada. Nossos estudos consideraram que o múltiplo apropriado para a avaliação da Companhia é de 12 vezes. Após obter o valor da empresa (BEV Business Enterprise Value), foi identificado a dívida liquida e os ativos e passivos não operacionais para identifica o valor justo do Patrimônio Líquido (Equity Value). Posteriormente foi dividido o Equity Value pela quantidade de ações emitida pela Companhia.

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.4 Reserva para pagamento baseado em ações--Continuação

Volatilidade esperada do preço da ação: Para o cálculo da volatidade esperada, considerando que a Senior é uma Companhia de capital fechado, utilizamos a volatilidade apurada por empresas comparáveis

Dividendos: Como a opção não é protegida contra dividendos, o beneficiário sofre os decréscimos no preço da ação causados pela distribuição de dividendos. A taxa de pagamento de dividendos foi estimada com base em informações da Companhia. A taxa de dividendos (*dividend yield*) foi fornecida pela Companhia foi de 2,26% na média dos últimos 5 anos.

Taxa de juros livre de risco: Foi utilizado a curva do DI futura, estimada na data da avaliação, para cada período de carência. A taxa para o prazo da opção foi obtida da curva publicada pela BM&F-Bovespa na data de outorga.

Diluição: Os efeitos da emissão de ações para entrega pelo exercício de opções e a decorrente diluição devem ser considerados. O exercício das opções levará a Companhia a emitir ações ou vender ações de tesouraria, o que tem efeitos potenciais de diluição.

Taxa de desligamento da Companhia: A Companhia nos informou que não há expectativa de perda de vínculo ("exit rate") de seus executivos. Destaca-se que a taxa de retenção histórica para este grupo de executivos é de 90,73%, taxa que utilizamos em nosso cálculo.

Plano de Entrega de Ações Restritas

Em 30 de setembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Entrega de Ações Restritas da Companhia, que entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2022, tendo a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia e permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2024, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Dois programas foram aprovados no âmbito do referido plano de ações, sendo: (i) Programa Partnership, em que poderão ser entregues aos participantes ações representativas de, no máximo, 1,25% do capital social total da Companhia, com período de vesting iniciando a partir do 2º ano da realização do IPO com pagamentos realizados no mês de abril, sendo 20% no 2º e no 3º ano, e 30% no 4º e no 5º ano. Não houve outorga desse programa e, portanto, não atende aos requesitos de mensuração do valor justo; (ii) Programa Discricionário, em que poderão ser entregues ações representativas de 0,75% do capital social total da Companhia com período de vesting iniciando a partir do 1º ano após realização da oferta pública, com pagamentos realizados 20% após a data do IPO e 20% nos próximos 4 aniversários do IPO.

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.4 Reserva para pagamento baseado em ações--Continuação

A Companhia estimou que o valor justo deste plano de opções (programa partnership e discricionário) totaliza R$ 15.033, e afetará o resultado de acordo com o período de vesting.

Considerando que: (i) existem diversos eventos protocolares a serem endereçados para o evento de IPO, (ii) a decisão de abertura de capital caberá exclusivamente ao acionista e não a administração, e (iii) a decisão do acionista em seguir dependerá da janela de oportunidade e precificação; a Companhia avaliou que a probabilidade do evento de IPO, na data da emissão destas demonstrações financeiras, é considerada como possível e não provável, e desta forma, compreende que o valor de R$ 509 não cumpre os requerimentos para que a provisão seja constituída entre patrimônio líquido e demonstração do resultado. A probabilidade será revisada a cada fechamento de balanço e a provisão será reconhecida à medida que o evento de IPO se torne provável.

17.5. Reserva de lucros retidos

A proposta da Administração é que o lucro do exercício, após pagamento de dividendos e constituição da reserva legal, seja destinado para à reserva de lucros retidos, no montante de R$ 63.734 (R$62.802 e R$45.638 em 2020 e 2019. respectivamente). O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$64.607 (R$129.726 e R$79.576 em 2020 e 2019, respectivamente).

Adicionalmente, em consonância com o artigo 199 da Lei 6.404/76, relacionado ao limite máximo da constituição de reservas de lucros, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de março de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 90.833 mil, com parte do saldo da reserva legal no montante de R$ 6.140 e R$ 84.693 com parte do saldo de reserva de retenção de lucros.

Em 30 de setembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial do capital da Companhia em R$ 26.718. A cisão teve como objetivo de transferir os bens imóveis da Companhia para uma empresa de administração de ativos imobiliários.

18. Receita

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Receita recorrente	**404.696**	312.729	228.320	**435.141**	320.485	270.837
Manutenção	**241.991**	231.827	179.534	**253.697**	231.938	216.345
Cloud	**152.223**	72.122	41.446	**169.205**	79.771	46.481
Licenças	**8.106**	7.259	6.368	**9.863**	7.257	6.750
Serviços	**2.376**	1.521	972	**2.376**	1.519	1.261
Receita não recorrente	**206.288**	142.311	133.035	**222.041**	144.167	160.452
Serviços	**160.716**	106.976	105.928	**171.456**	108.421	119.894
Licenças	**40.003**	31.300	26.034	**44.355**	31.112	31.172
Outros	**5.569**	4.035	1.073	**6.230**	4.634	9.386
Receita bruta total	**610.984**	455.040	361.355	**657.182**	464.652	431.289
ISS	**(13.522)**	(9.943)	(7.785)	**(14.457)**	(10.334)	(9.470)
PIS e COFINS	**(24.174)**	(17.635)	(13.378)	**(25.089)**	(18.057)	(16.611)
INSS desoneração	**(27.428)**	(20.467)	(16.212)	**(28.475)**	(20.878)	(18.931)
Ajustes a valor presente - AVP	**(2.016)**	(1.324)	(2.709)	**(4.247)**	(1.324)	(2.631)
Perdas estimadas com vendas	**(2.439)**	(1.651)	(2.043)	**(2.439)**	(1.663)	(2.043)
Deduções sobre vendas	**(69.579)**	(51.020)	(42.127)	**(74.707)**	(52.256)	(49.686)
Total receita líquida	**541.405**	404.020	319.228	**582.475**	412.396	381.603

A natureza das receitas está descrita na nota 2.20.

19. Custos e despesas por natureza e função

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Custo dos produtos e serviços	**(189.135)**	(124.716)	(96.597)	**(204.161)**	(127.568)	(120.534)
Despesas com vendas	**(83.880)**	(58.175)	(54.312)	**(90.884)**	(59.764)	(64.273)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	**(66.454)**	(61.453)	(45.361)	**(73.317)**	(62.989)	(55.845)
Despesas gerais e administrativas	**(65.152)**	(43.237)	(49.329)	**(74.981)**	(45.367)	(58.380)
Total custos e despesas por natureza	**(404.621)**	(287.581)	(245.599)	**(443.343)**	(295.688)	(299.032)

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Salários e encargos	**(232.535)**	(175.224)	(139.402)	**(259.000)**	(179.633)	(169.643)
Serviços de terceiros	**(57.223)**	(34.616)	(35.743)	**(60.777)**	(34.798)	(40.962)
Custo dos softwares, hardware e cloud	**(32.647)**	(22.529)	(8.720)	**(34.099)**	(23.526)	(14.475)
Participações das vendas	**(19.094)**	(9.881)	(10.115)	**(19.189)**	(10.303)	(10.841)
Despesas com viagens	**(4.176)**	(3.434)	(9.577)	**(4.584)**	(3.483)	(11.860)
Marketing e eventos	**(10.990)**	(7.078)	(8.256)	**(11.688)**	(7.351)	(9.571)
Impairment ágio	-	-	(3.332)	-	-	(3.332)
Depreciação e amortização	**(23.741)**	(17.346)	(14.814)	**(24.809)**	(17.610)	(15.832)
Recuperação/(Perda por inadimplência)	**770**	(1.641)	(249)	**604**	(1.739)	(662)
Manutenção	**(6.277)**	(5.814)	(3.291)	**(7.685)**	(6.243)	(3.918)
Outras	**(18.706)**	(10.018)	(12.094)	**(22.116)**	(11.002)	(17.936)
Total custos e despesas por função	**(404.621)**	(287.581)	(245.599)	**(443.343)**	(295.688)	(299.032)

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Despesas bancárias e de cobrança	**(453)**	(320)	(332)	**(506)**	(352)	(466)
Juros sobre financiamentos e participações societárias a pagar	**(4.564)**	(3.933)	(4.736)	**(5.138)**	(3.958)	(4.862)
Juros sobre arrendamento	**(964)**	(489)	(515)	**(985)**	(501)	(688)
Descontos concedidos	**(226)**	(750)	(618)	**(237)**	(751)	(700)
IOF	**(279)**	(360)	(152)	**-**	(363)	(173)
Outras despesas financeiras	**-**	(1.138)	(1.327)	**(304)**	(1.138)	(1.335)
Total despesas financeiras	**(6.486)**	(6.990)	(7.682)	**(7.170)**	(7.063)	(8.224)
Juros recebidos	**1.135**	1.101	969	**1.252**	1.129	1.155
Descontos obtidos	**188**	332	192	**188**	332	228
Rendimento sobre aplicações	**5.287**	1.912	3.539	**5.346**	1.973	3.895
Receita financeira de AVP	**1.676**	1.320	1.674	**1.675**	1.320	1.674
Outras receitas financeiras	**-**	52	4	**19**	53	5
Total receitas financeiras	**8.286**	4.717	6.398	**8.480**	4.807	6.957
Resultado financeiro	**1.800**	(2.273)	(1.284)	**1.310**	(2.256)	(1.267)

21. Impostos sobre a renda correntes e diferidos

21.1. Ativo e passivo fiscal diferido

Composição dos impostos	Controladora 2021	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias - ativo	**9.777**	10.424	8.048	**10.522**	10.424	8.048
- Impairment	**1.133**	1.133	1.133	**1.133**	1.133	1.133
- Ágio	**-**	1.141	1.107	**-**	1.141	1.107
- Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	**2.704**	1.229	1.546	**2.704**	1.229	1.546
- Receitas antecipadas	**3.118**	4.618	3.987	**3.118**	4.618	3.987
- Ajuste a valor presente (CPC 12)	**269**	152	-	**269**	152	-
- Direito de uso (CPC 06 R2)	**261**	126	-	**261**	126	-
- Pagamento baseado em ações (CPC 10)	**662**	347	-	**662**	347	-
- Outros	**1.630**	1.678	275	**2.375**	1.678	275
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias - passivo	**(20.244)**	(12.606)	(5.074)	**(20.205)**	(12.606)	(5.074)
- Software desenvolvido internamente	**(8.758)**	(5.564)	(3.906)	**(8.758)**	(5.564)	(3.906)
- Amortização ágio fiscal	**(11.486)**	(5.875)	-	**(11.447)**	(5.875)	-
- Outros	**-**	(1.167)	(1.168)	**-**	(1.167)	(1.168)
Tributos diferidos líquidos (Passivo)/Ativo	**(10.466)**	(2.182)	2.974	**(9.683)**	(2.182)	2.974

21.2. Reconciliação da alíquota efetiva

Reconciliação da alíquota efetiva	Controladora 2021	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resultado antes dos tributos	**136.897**	115.716	78.882	**138.532**	116.369	81.350
Alíquota nominal de IR & CS	**34%**	34%	34%	**34%**	34%	34%
Tributos	**(46.545)**	(39.344)	(26.820)	**(47.101)**	(39.565)	(27.658)
Diferenças permanentes						
- Exclusão incentivo fiscal lei do bem (a)	**8.759**	8.036	6.508	**8.759**	8.036	6.508
- Exclusão juros sobre o capital próprio	**3.125**	2.589	2.175	**3.125**	2.589	2.175
- Equivalência patrimonial	**54**	6	1.869	**54**	6	1.276
- PAT - Lei nº 6.321/76	**882**	707	562	**882**	707	562
- Outros	**(1.278)**	108	878	**(877)**	(79)	(75)
Total IR e CS	**(35.003)**	(27.898)	(14.828)	**(35.158)**	(28.306)	(17.212)
Impostos correntes	**(29.190)**	(22.742)	(12.032)	**(30.128)**	(23.150)	(14.710)
Impostos diferidos	**(5.813)**	(5.156)	(2.796)	**(5.030)**	(5.156)	(2.502)
Alíquota efetiva	**26%**	24%	19%	**25%**	24%	21%

(a) Incentivo Fiscal Lei do Bem: A Companhia usufruiu do benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

22. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico:

	Controladora		
	2021	**2020**	**2019**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**101.894**	87.818	64.054
Média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (ações *)	**1.239.247**	1.238.487	1.242.989
Lucro básico por ação - R$	**82,22**	70,91	51,53

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

23.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

23.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Risco de mercado;

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, tanto na controladora quanto no consolidado, como demonstrado na nota explicativa 5, para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito, atuando de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado de primeira linha.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2021	**2020**	**2019**	**2021**	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	**115.121**	133.332	80.212	**121.642**	136.227	84.602
Contas a receber de clientes	**53.317**	37.953	36.324	**59.513**	39.310	38.884
Aplicação financeira	**4.097**	-	-	**4.097**	-	-
	172.535	171.285	116.536	**185.252**	175.537	123.486

Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nas datas dos balanços os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no Consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	Consolidado			
	2021			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	4.528	-	-	4.528
Empréstimos e financiamentos	11.458	-	-	11.458
Participações societárias a pagar	23.640	14.241	6.052	43.933
Passivos de arrendamento	5.815	10.729	36.301	52.845
	45.441	24.970	42.353	112.764

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

b) Risco de Liquidez--Continuação

	Consolidado 2020			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	3.248	-	-	3.248
Empréstimos e financiamentos	357	6.453	4.596	11.406
Participações societárias a pagar	18.878	21.459	595	40.932
Passivos de arrendamento	1.421	1.747	2.237	5.405
	23.904	29.659	7.428	60.991

	Consolidado 2019			
	Até um ano	De uma a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	2.571	-	-	2.571
Empréstimos e financiamentos	15.619	-	-	15.619
Participações societárias a pagar	21.730	38.820	-	60.550
Passivo de arrendamento	2.173	2.728	6.722	11.623
	42.093	41.548	6.722	90.363

c) Risco de Mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no boletim FOCUS de dezembro de 2021 foi extraído a projeção do indexador TJLP / CDI para o ano de 2022 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para as sensibilidades de 2020 e 2019 se adotou indicadores efetivamente incorridos.

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta, respectivamente, não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações e fluxo de vencimentos de contrato programado os próximos 12 meses.

		Controladora					
Operação	**Risco**	**31/12/2021**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	**107.128**	**2.368**	**3.557**	**4.735**	**5.924**	**7.103**
Participações societárias a pagar	CDI	**(38.205)**	**(844)**	**(1.268)**	**(1.689)**	**(2.113)**	**(2.533)**
		68.923	**1.524**	**2.289**	**3.046**	**3.811**	**4.570**
Aplicação financeira	IPC	**4.097**	**114**	**172**	**229**	**287**	**344**
Empréstimos e financiamentos	TLP	**(11.401)**	**(234)**	**(351)**	**(467)**	**(584)**	**(701)**
		(11.401)	**(234)**	**(351)**	**(467)**	**(584)**	**(701)**
Exposição líquida		**61.619**	**1.404**	**2.110**	**2.808**	**3.514**	**4.213**
Indexador	CDI		**2,21**	**3,32**	**4,42**	**5,53**	**6,63**
	TLP		**2,05**	**3,08**	**4,10**	**5,13**	**6,15**
	IPC		**2,80**	**4,20**	**5,60**	**7,00**	**8,40**

		Consolidado					
Operação	**Risco**	**31/12/2021**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	109.866	2.428	3.642	4.856	6.070	7.284
Participações societárias a pagar	CDI	(40.805)	(902)	(1.353)	(1.804)	(2.254)	(2.705)
Aplicação financeira	IPC	4.097	115	172	229	286	344
		73.158	**1.641**	**2.461**	**3.281**	**4.102**	**4.923**
Empréstimos e financiamentos	TLP	(11.401)	(234)	(351)	(467)	(584)	(701)
		(11.401)	**(234)**	**(351)**	**(467)**	**(584)**	**(701)**
Exposição líquida		**61.757**	**1.407**	**2.110**	**2.814**	**3.518**	**4.222**
Indexador	CDI		2,21	3,32	4,42	5,53	6,63
	TLP		2,05	3,08	4,10	5,13	6,15
	IPC		2,80	4,20	5,60	7,00	8,40

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

Risco de taxa de juros—Continuação

		Controladora					
Operação	**Risco**	**31/12/2020**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	130.383	3.540	5.310	7.080	8.850	10.620
Participações societárias a pagar	CDI	- 37.361	- 1.014	- 1.522	- 2.029	- 2.536	- 3.043
		93.022	2.526	3.788	5.051	6.314	7.577
Participações societárias a pagar	INPC	- 1.940	- 70	- 105	- 140	- 175	- 210
Empréstimos e financiamentos	TJLP	- 78	- 2	- 3	- 4	- 5	- 6
Empréstimos e financiamentos	TLP	- 11.295	- 200	- 300	- 400	- 500	- 600
		- 11.373	- 202	- 303	- 404	- 505	- 606
Exposição líquida		**79.709**	**2.254**	**3.380**	**4.507**	**5.634**	**6.761**
Indexador	CDI		2,72	4,07	5,43	6,79	8,15
	INPC		3,61	5,41	7,21	9,01	10,82
	TJLP		2,40	3,60	4,8	6,00	7,20
	TLP		1,77	2,66	3,54	4,43	5,31

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

Risco de taxa de juros—Continuação

		Consolidado					
Operação	**Risco**	**31/12/2020**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	132.497	3.597	5.396	7.195	8.993	10.792
Participações societárias a pagar	CDI	(37.361)	(1.014)	(1.522)	(2.029)	(2.536)	(3.043)
		95.136	2.583	3.874	5.166	6.457	7.749
Participações societárias a pagar	INPC	(1.940)	(70)	(105)	(140)	(175)	(210)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(78)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Empréstimos e financiamentos	TLP	(11.295)	(200)	(300)	(400)	(500)	(600)
		(11.373)	(202)	(303)	(404)	(505)	(606)
Exposição líquida		**81.823**	**2.311**	**3.466**	**4.622**	**5.777**	**6.933**
Indexador	CDI		4,13	6,19	5,43	10,31	12,38
	INPC		3,61	5,41	7,21	9,01	10,82
	TJLP		2,40	3,60	4,8	6,00	7,20
	TLP		1,77	2,66	3,54	4,43	5,31

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

		Controladora					
Operação	Risco	2019	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	73.746	701	1.051	1.401	1.751	2.102
Contas a pagar de aquisições	CDI	(57.665)	(548)	(822)	(1.096)	(1.370)	(1.643)
		16.081	153	229	305	381	459
Contas a pagar de aquisições	INPC	(139)	(4)	(6)	(8)	(9)	(11)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(14.645)	(357)	(535)	(714)	(892)	(1.070)
Exposição líquida		1.297	(208)	(312)	(417)	(520)	(622)
Indexador	CDI		0,95	1,43	1,90	2,38	2,85
	INPC		2,73	4,09	5,45	6,81	8,18
	TJLP		2,44	3,65	4,87	6,09	7,31
	TLP		0,92	1,37	1,83	2,29	2,75

		Consolidado					
Operação	**Risco**	**2019**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	77.899	740	1.110	1.480	1.850	2.220
Participações societárias a pagar	CDI	(57.665)	(548)	(822)	(1.096)	(1.370)	(1.643)
		20.234	192	288	384	480	577
Participações societárias a pagar	INPC	(139)	(4)	(6)	(8)	(9)	(11)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(14.645)	(357)	(535)	(714)	(892)	(1.070)
Exposição líquida		5.450	(169)	(253)	(338)	(421)	(504)
Indexador	CDI		0,95	1,43	1,90	2,38	2,85
	INPC		2,73	4,09	5,45	6,81	8,18
	TJLP		2,44	3,65	4,87	6,09	7,31
	TLP		0,92	1,37	1,83	2,29	2,75

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

Risco de taxa de cambio

Risco de taxas de câmbio decorre da possibilidade de oscilações por conta de flutuações nas taxas de câmbio, principalmente o peso colombiano (COP), que aumentem os passivos decorrentes de participações societárias a pagar ou reduzam os ativos decorrentes da garantia de investimentos de participações societárias.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (não havia saldos em moeda estrangeira nos exercícios anteriores) os saldos dos ativos são superiores aos saldos negativos expostos conforme demonstrado abaixo:

	2021
Garantia de investimento – Fundo Accion	4.097
Participação societária a pagar	(4.028)
	69

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros—Continuação

d) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora						
	2021		2020		2019		Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo - Custo Amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	**115.121**	**115.121**	133.332	133.332	80.212	80.212	Nível 1
Contas a receber	**47.171**	**47.171**	30.089	30.089	30.467	30.467	Nível 2
Aplicação financeira	**4.097**	**4.097**					
Passivo - Custo Amortizado							
Fornecedores	**4.075**	**4.075**	3.108	3.108	2.291	2.291	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	**11.401**	**11.401**	11.373	11.373	14.645	14.645	Nível 2
Participações societárias a pagar	**38.205**	**38.205**	39.301	39.301	57.804	57.804	Nível 2
Passivos de arrendamento	**24.862**	**24.862**	3.763	3.763	7.480	7.480	Nível 2

	Consolidado						
	2021		2020		2019		Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo - Custo Amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	**121.642**	**121.642**	136.227	136.227	84.602	84.602	Nível 1
Contas a receber	**52.865**	**52.865**	31.187	31.187	32.852	32.852	Nível 2
Aplicaçao financeira	**4.097**	**4.097**					
Passivo - Custo Amortizado							
Fornecedores	**4.528**	**4.528**	3.248	3.248	2.571	2.571	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	**11.401**	**11.401**	11.373	11.373	14.645	14.645	Nível 2
Participações societárias a pagar	**40.805**	**40.805**	39.301	39.301	57.804	57.804	Nível 2
Passivos de arrendamento	**25.721**	**25.721**	3.763	3.763	7.480	7.480	Nível 2

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados nas datas dos balanços.

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

d) Instrumentos financeiros - valor justo--Continuação

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a custo amortizado baseado no valor provável de realização.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - incluem encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

e) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de suportar os negócios, garantir continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

Os indicadores de gestão de dívida liquida (ou caixa liquido) estão apresentados abaixo:

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros--Continuação

e) Gestão de capital--Continuação

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	**11.401**	11.373	14.645	**11.401**	11.373	14.645
Contas a pagar de aquisições	**38.205**	39.301	57.804	**40.805**	39.301	57.804
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(115.121)**	(133.332)	(80.212)	**(121.642)**	(136.227)	(84.602)
(-) Aplicações financeiras	**(4.097)**	-	-	**(4.097)**	-	-
Dívida líquida	**(69.612)**	**(82.658)**	**(7.763)**	**(73.533)**	**(85.553)**	**(12.153)**

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

A Companhia não mantém, na data dos balanços, operações com derivativos em seus contratos com as instituições financeiras.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes.

Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 119.951 para danos materiais, R$ 44.000 para lucros cessantes e R$ 500 para responsabilidade civil.

25. Transações que não afetam caixa relacionados a incorporação

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2019	**2021**	2020	2019
Saldos de controladas incorporadas						
Contas a receber	(978)	-	(2.017)	-	-	-
Impostos a recuperar	(1.184)	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	(156)	-	(2.927)	-	-	-
Depósitos judiciais	(16)	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	(1.627)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	(9.848)	-	-	-
Imobilizado	(198)	-	(6.561)	-	-	-
Intangível	(3.071)	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-		1.290			
Fornecedores	118	-	355	-	-	-
Salários e encargos sociais	2.928	-	5.351	-	-	-
Obrigações tributárias	32	-	1.750	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	141	-	-	-
Empréstimos obtidos de controladas e coligadas	1.868	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.286	-	(2.184)	-	-	-
Saldos advindos de combinação de negócios						
Contas a receber	-	-	-	(7.191)	-	-
Total Contas a receber	-	-	-	(7.175)	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	(1.767)	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	(674)	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	(75)	-	-
Imobilizado	-	-	-	(750)	-	-
Intangível	-	-	-	(2.373)	-	-
Ativo de direito de uso	-	-	-	(58)	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	3.446	-	-
Fornecedores	-	-	-	527	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	2.333	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-	1.646	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	121	-	-
Outras contas	-	-	-	4.421	-	-
Aumento de capital com mútuo	12.654	-	-	-	-	-
Contraprestação por compra de negócios a prazo	45.319	-	-	6.360	-	-
Pagamentos no ano por aquisições de negócios	(43.679)	(23.353)	-	-	-	-
Compensação de mutuo a pagar com controlada	(5.104)	-	-	-	-	-
Contraprestação paga com troca de ações	(5.400)	-	-	(5.400)	-	-
Adição de contratos de arrendamento	(23.954)	-	(7.642)	(24.736)	-	(10.554)
Remensuração de contratos de arrendamento	402	(194)	(18)	479	(194)	(18)

26. Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2022 a Companhia realizou reunião de Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovada a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e também foi aprovada a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, de modo a criar o capital autorizado da Companhia com limite de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480

Declaro, na qualidade de Diretor da **SENIOR SISTEMAS S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referentes às demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Blumenau, 31 de janeiro de 2022.

Carlênio Bezerra Castelo Branco
Diretor Presidente e Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 08

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS
DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15
3.7 - Nível de Endividamento 16
3.8 - Obrigações 17
3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 49
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 50
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 53
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 54
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 55
4.7 - Outras Contingências Relevantes 56

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 58

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 59

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 64

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 65

5.4 - Programa de Integridade 67

5.5 - Alterações significativas 70

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 71

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 74

6.3 - Breve Histórico 75

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 77

6.6 - Outras Informações Relevantes 78

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 79

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 90

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 91

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 92

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 102

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 103

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 107

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 108

7.8 - Políticas Socioambientais 109

7.9 - Outras Informações Relevantes 110

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 111

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 112

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 113

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 114

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 115

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 116

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 117

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 121

9.2 - Outras Informações Relevantes 122

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 123

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 146

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 149

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 151

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 152

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 154

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 155

10.8 - Plano de Negócios 156

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 158

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 159

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 160

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 161

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 170

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 174

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 176

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 177

12.7/8 - Composição Dos Comitês 184

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 187

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 188

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 193

12.12 - Outras informações relevantes 194

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 202

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 209

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 213

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 215

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 221

13.6 - Opções em Aberto 223

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 224

13.8 - Precificação Das Ações/opções 225

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 226

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 227

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 228

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 230

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 231

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 232

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 233

13.16 - Outras Informações Relevantes 234

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 238

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 240

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 241

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 242

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 243

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 244

15.3 - Distribuição de Capital 252

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 253

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 254

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 258

15.7 - Principais Operações Societárias 259

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 263

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 264

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 266

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 268

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 270

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 271

17.2 - Aumentos do Capital Social 272

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 273

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 274

17.5 - Outras Informações Relevantes 275

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 276

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 277

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 279

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 280

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 281

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 282

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 283

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 284

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 285

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 286

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 287

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 288

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 289

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 290

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 291

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 293

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 294

20.2 - Outras Informações Relevantes 296

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 297

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 299

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 301

21.4 - Outras Informações Relevantes 302

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Carlênio Bezerra Castelo Branco**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alencar Berwanger**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Carlênio Bezerra Castelo Branco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, nascido em 10/09/1970, portador da Cédula de Identidade RG n° 7.923.627, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF/ME sob o n° 620.642.584-34, residente e domiciliado na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.012-001, na qualidade de Diretor Presidente da **Senior Sistemas S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua São Paulo, n° 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência que:

(i) reviu o formulário de referência;

(ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

(iii). o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Carlênio Bezerra Castelo Branco
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Alencar Berwanger, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, nascido em 22/04/1972, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.948.555, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF/ME sob o nº 640.946.770-20, residente e domiciliado na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.012-001, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Senior Sistemas S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 80.680.093/0001-81 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência que:

(i) reviu o formulário de referência;

(ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

(iii). o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Alencar Berwanger
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/09/2021
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) procedimentos previamente acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia; (iii) consultoria relativa a estruturação societária relativa ao processo de IPO; (iv) consultoria relativa diagnóstico de riscos corporativos; e (v) auditoria das demonstrações financeiras da Novasoft SAS, controlada da Companhia com sede em Bogotá-Colômbia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de: 1) serviços de auditoria descritos no item (i): R$564.121,00; 2) serviços relativos aos procedimentos previamente acordados descritos no item (ii): R$1.300.000,00; 3) serviços adicionais descritos nos itens (iii) e (iv): R$274.000,00; e 4) serviços de auditoria da Novasoft SAS descritos no item (v): R$133.000,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Cleverson Luis Lescowicz	01/09/2021	936.426.289-15	Rua Dr. Amadeu da Luz, 100, sala 801, Centro, Blumenau, SC, Brasil, CEP 89010-910, Telefone (47) 21110700, Fax (47) 21110700, e-mail: cleverson.lescowicz@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

A Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores independentes, visando evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de seus auditores independentes. Adicionalmente, conforme o art. 3º da Instrução da CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, o auditor independente da Companhia deverá declarar à administração das entidades auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria.

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2019. O Comitê de Auditoria da Companhia é o órgão responsável por opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente ou qualquer outro serviço, verificando as qualificações e independência do auditor independente.

Adicionalmente, a Companhia reitera que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre o auditor e partes relacionadas da Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2019, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Na data deste Formulário de Referência, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas na seção 2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	250.599.000,00	217.827.000,00	163.447.000,00
Ativo Total	419.695.000,00	345.481.000,00	300.038.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	582.475.000,00	412.396.000,00	381.603.000,00
Resultado Bruto	378.314.000,00	284.828.000,00	261.069.000,00
Resultado Líquido	103.374.000,00	88.063.000,00	64.138.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.241.671	1.237.600	1.238.988
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	201,824000	176,007600	131,919800
Resultado Básico por Ação	82,220000	70,910000	51,530000
Resultado Diluído por Ação	82,22	70,91	51,53

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(a.1) EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), consistindo no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas (receitas) financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada como o EBITDA dividido pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela ICVM 527 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia poderão não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA divulgados por outras companhias. Além disso, empresas estrangeiras não estão sujeitas à ICVM 527 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	**2020**	**2019**
EBITDA	162.031	136.235	98.449
Margem EBITDA	27,8%	33,0%	25,8%

(a.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Bruta é representada pelo somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e participações societárias a pagar (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde à Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia nas datas indicadas:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta	77.927	54.437	79.929
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(47.812)	(81.790)	(4.673)

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(b.1) EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta as conciliações referentes ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**103.374**	**88.063**	**64.138**
(+/-) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(1.310)	2.256	1.267
(+) Depreciação e amortização	24.809	17.610	15.832
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	35.158	28.306	17.212
EBITDA	**162.031**	**136.235**	**98.449**
Receita líquida	582.475	412.396	381.603
Margem EBITDA	**27,8%**	**33,0%**	**25,8%**

(b.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A tabela abaixo apresenta as conciliações referentes à Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) apresentados pela Companhia nas datas indicadas:

(Em milhares de reais	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (circulante)	11.401	356	6.576
Passivo de arrendamento (circulante)	4.412	1.293	1.660
Participações societárias a pagar (circulante)	10.784	18.576	21.429
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	-	11.017	8.069
Passivo de arrendamento (não circulante)	21.309	2.470	5.820
Participações societárias a pagar (não circulante)	30.021	20.725	36.375
Dívida Bruta	**77.927**	**54.437**	**79.929**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(121.642)	(136.227)	(84.602)
(-) Aplicação financeira	(4.097)	-	-
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(47.812)**	**(81.790)**	**(4.673)**

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

(c.1) EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA, como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita serem medidas práticas para medir desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que correspondem, conforme aplicável, a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia reforça que o EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como alternativas e/ou substitutos ao lucro líquido, aos fluxos de caixa ou como medidas de desempenho operacional ou de liquidez, nem como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar o resultado financeiro, os impostos sobre o lucro, despesas de depreciação e amortização. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

(c.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia utiliza a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) como indicadores gerenciais (não contábeis) para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis com medidas semelhantes utilizadas por outras companhias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 31 de janeiro de 2022.

Foi verificado o seguinte evento subsequente às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Em 24 de janeiro de 2022 a Companhia realizou reunião de Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovada a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e também foi aprovada a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, de modo a criar o capital autorizado da Companhia com limite de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2021	2020	2019
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por acionistas titulares de ações com direito a voto representativas de mais da metade do capital social.		
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, será proposto à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que do total de lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R$ 101.894 mil seja retido como segue (i) R$ 5.095 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R$ 63.734 mil destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R$ 87.818 mil foi retido como segue (i) R$ 4.082 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R$ 62.802 mil destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R$ 64.054 mil foi retido como segue (i) R$ 3.203 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R$ 45.638 mil destinados à reserva de lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os percentuais das retenções a serem propostas à AGO em relação ao lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores são como segue (i) 5 % destinados à constituição de reserva legal (reserva constituída até o limite de 20% do capital social); e (ii) 62,55% destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores foram como segue (i) 4,65% destinados à constituição de reserva legal (reserva constituída até o limite de 20% do capital social); e (ii) 71,51% destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido doexercício atribuível aos acionistas controladores foram como segue (i) 5,00% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) 71,25% destinados à reserva de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
	percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, será proposto à AGO que seja distribuído a título de dividendos 34,16% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).	nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi distribuído a título de dividendos 25% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).	seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi distribuído a título de dividendos 25% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	96.799.000,00	83.736.000,00	60.851.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	34,160000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	41,140000	40,450000	39,280000
Dividendo distribuído total	33.065.000,00	20.934.000,00	15.213.000,00
Lucro líquido retido	68.829.000,00	66.884.000,00	48.841.000,00
Data da aprovação da retenção		30/03/2021	15/06/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	23.874.894,00	11/10/2021	3.183.132,63	05/04/2021	2.470.667,86	20/04/2020
Ordinária			2.096.633,95	25/05/2021		
Ordinária			2.033.368,12	25/06/2021		
Ordinária			1.938.530,68	26/07/2021		
Ordinária			1.794.551,13	25/08/2021		
Ordinária			1.721.095,62	27/09/2021		
Ordinária			1.693.407,39	25/10/2021		
Ordinária					1.604.089,43	20/05/2020
Ordinária					1.224.566,99	22/06/2020
Ordinária					1.177.564,18	20/07/2020
Ordinária					1.141.664,72	20/08/2020
Ordinária					1.077.564,18	21/09/2020
Ordinária					1.077.564,18	20/10/2020
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	6.185.574,00	11/10/2021	2.870.969,40	26/02/2021	2.861.292,46	26/02/2020
Ordinária			265.126,61	26/04/2021		
Ordinária			159.712,04	26/07/2021		
Ordinária			127.176,95	26/10/2021		
Ordinária			2.558.529,66	26/02/2021		
Ordinária			236.309,49	26/04/2021		
Ordinária			142.352,63	26/07/2021		
Ordinária			113.103,70	26/10/2021		
Ordinária					297.906,37	27/04/2020
Ordinária					162.905,82	27/07/2020
Ordinária					153.351,58	26/10/2020
Ordinária					1.616.719,26	26/02/2020
Ordinária					168.326,37	27/04/2020
Ordinária					92.046,86	27/07/2020
Ordinária					86.769,74	26/10/2020

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 17.441 mil foi distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos adicionais propostos de 2020 utilizando parte do saldo da conta de reservas de lucros retidos, conforme assembleia geral ordinária realizada em 30 de março de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o montante de R$12.652 mil foi distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos adicionais propostos de 2019 utilizando parte do saldo da conta de reservas de lucros retidos, conforme assembleia geral ordinária realizada em 15 de junho de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante de R$11.136 mil foi distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos adicionais propostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que já havia sido destacado em conta específica de “dividendos adicionais” dentro do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa distribuição foi aprovada em assembleia geral ordinária realizada em 09 de abril de 2019.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	169.096.000,00	Índice de Endividamento	0,67476700	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Carta Fiança	11.401.000,00	0,00	0,00	0,00	11.401.000,00
Total			11.401.000,00	0,00	0,00	0,00	11.401.000,00

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo descrito acima refere-se a um empréstimo junto ao BNDES. Para mais informações sobre o referido empréstimo, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Esclarecimentos adicionais – itens 3.4 e 3.5

Até a data deste Formulário de Referência, ainda não foi realizada a assembleia geral ordinária que aprovará a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, os números constantes dos itens 3.4 e 3.5 deste Formulário de Referência se referem à proposta da administração a ser submetida à aprovação dos acionistas em sede de assembleia.

Por questões de restrição de sistema, no campo valores pagos e respectivas datas do item 3.5, não foi possível a inclusão do saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 relativo aos juros sobre capital próprio, no valor de R$ 3.004.532,00 (R$ 2.554.117,00 líquido de IRRF) cuja data de pagamento ainda está em aberto.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um "efeito adverso" ou um "efeito negativo" para a Companhia, "afetará adversamente" a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção "4. Fatores de Risco".

Os fatores de risco apresentados nesta seção "4. Fatores de Risco" encontram-se organizados em ordem decrescente de relevância (ou seja, do mais relevante para o menos relevante), considerando cada um de seus itens.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia causada pelo COVID-19 e por suas variantes, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio - MERS e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes da Companhia atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto da doença diminuir, (ii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (iv) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (v) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vi) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e consequentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de empregados em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia, desde março do ano de 2021, passou a permitir o trabalho presencial de seus empregados, sendo que pouco mais de 50% destes, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades.

Após a efetiva diminuição do surto ocasionado pelo COVID-19, a Companhia poderá ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, fusões e aquisições ou falência de clientes, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer, resultando em uma diminuição do número de atuais e potenciais de clientes. Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Se ocorrer algum desses surtos, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas e/ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Por fim, não é possível garantir que, no futuro, não ocorrerão outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Caso ocorram, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia de COVID-19.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1 Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia, inclusive ocasionando riscos reputacionais e financeiros visto que, além de estar sujeita à rescisão antecipada de contratos com clientes, a Companhia estará obrigada a indenizar e/ou reembolsar os prejuízos financeiros causados aos clientes em razão dos danos causados pela indisponibilidade.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de *software*, *data centers*, internet, telecomunicações e de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, problemas de telecomunicações, vírus, *worms*, *ransomware* e outros *softwares* mal intencionados, entre outros fatores. Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar uma interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Qualquer incidente de segurança no ambiente computacional que resulte em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware, phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia podem sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades expressivas, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Ainda, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, poderá exigir investimentos financeiros significativos. Ademais, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo.

A infraestrutura de rede de hospedagem da Companhia é uma parte crítica das operações comerciais. Portanto, caso haja qualquer interrupção significativa, por qualquer tipo de incidente, nos serviços, produtos e/ou na estrutura da Companhia, a Companhia estará sujeita à rescisão antecipada de contratos e poderá figurar como parte passiva em ações de natureza indenizatória ajuizadas por clientes, além de custos operacionais e desvio de receitas, o que poderá afetar negativamente o resultado operacional e situação financeira da Companhia, bem como a sua imagem perante os clientes.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia, inclusive quanto à não realização de testes de vulnerabilidade e invasão de seus sistemas, poderá prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia poderá não obter o sucesso esperado em suas estratégias de negócios e inovações, bem como poderá falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes, o que poderá afetar adversamente seus resultados, a sua competitividade e o valor das ações de sua emissão.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de novos negócios e inovações depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes; (c) dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; e (e) criação de novos produtos, baseada na capacidade de detectar e incorporar tecnologias mais modernas.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas estratégias e inovações, inclusive em razão de seu planejamento acabar por não prever de forma adequada e/ou suficiente os recursos a serem destinados para inovação, diante de alterações nas circunstâncias acima e, portanto, não pode garantir que continuará mantendo os seus resultados em linha com os resultados de exercícios anteriores.

Também como consequência a Companhia poderá estar sujeita à insuficiência de mecanismos de captura de oportunidades em novos produtos e/ou melhoria dos produtos já existentes, assim como insuficiência de agilidade para aproveitá-las; sujeita à concorrência com empresas emergentes e/ou *startups* no setor de tecnologia; sujeita a equívoco/falha na construção anual do *roadmap* de produtos; sujeita a estruturar arquitetura tecnológica em desacordo com o exigido para novos produtos e/ou mercado.

Adicionalmente, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter um *portfólio* de *softwares* que atenda completamente às necessidades de seus clientes, assim como não é possível garantir que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no *portfólio* ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e novas tecnologias, a sua competitividade e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não concretizar operações de M&A essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e o plano de crescimento inorgânico e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis em momento anterior a conclusão da aquisição, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações de Fusões e Aquisições são elementos essenciais a estratégia de expansão de negócios e mercado, e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de *softwares* para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Outras empresas do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que pode aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de a Companhia ter sucesso na implementação de tal estratégia.

Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A partir do crescimento de *market share* e do desenvolvimento de novos produtos, determinadas operações societárias que venham a ser realizadas e/ou sejam pretendidas pela Companhia, poderão estar sujeitas à aprovação do CADE. Caso o CADE entenda que uma potencial aquisição e/ou associação da Companhia poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua, o CADE poderá rejeitar operações que a Companhia vier a realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos interesses da Companhia. Dessa forma, a Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira, a estratégia e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de acompanhar a evolução tecnológica de seu setor, modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica, aperfeiçoar os produtos, serviços e softwares já existentes, desenvolver novos produtos e serviços e promover a integração de novos produtos e serviços adquiridos, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de *softwares*, principal mercado em que a Companhia atua, em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento da infraestrutura de comunicações, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que será capaz de prever e desenvolver melhorias, de acompanhar a evolução tecnológica e a atualização da legislação, de aperfeiçoar e incrementar seus *softwares* e serviços oferecidos atualmente em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado ou ter a capacidade de integrar os novos produtos e serviços adquiridos aos seus atuais produtos. Os *softwares* da Companhia poderão se tornar obsoletos em comparação com os oferecidos pelos concorrentes, de modo que os clientes da Companhia poderão deixar de subscrever pelo uso do *software* e contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir a competição de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, bem como o atraso ou não adoção de novas tecnologias, inclusive aquelas consideradas disruptivas, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas e depende da qualificação dos seus profissionais para obter sucesso em seu negócio, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a alta demanda do mercado para esses profissionais e a competição mais globalizada por esses talentos. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de sua estratégia de crescimento (orgânico e inorgânico), o que poderá afetar negativamente seus planos para aumentar sua receita e rentabilidade.

O setor de tecnologia da informação é influenciado por diversos fatores, como condições econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores. Alguns aspectos de estratégia de crescimento orgânico (por meio da expansão de seus negócios) e inorgânico (por meio de potenciais aquisições que podem ser avaliadas pela Companhia) também podem resultar no aumento dos gastos operacionais da Companhia, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e tecnologia, que pode não ser compensado por um aumento equivalente da receita da Companhia, tendo como resultado a diminuição de suas margens operacionais.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependem, portanto, do sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia de crescimento, que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a capacidade da Companhia de: (i) proteger sua marca e cultura, (ii) consolidar e ampliar sua participação no mercado nacional e internacional, (iii) alavancar as vendas de seus produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de suas operações, (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos e serviços para sua base de clientes, e (v) iniciar e fortalecer operações em novos mercados.

A falha da implementação de suas estratégias poderá acarretar desvantagens competitivas à Companhia, bem como impactar adversamente os seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e estão em vigor desde o dia 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem vir a ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para o tratamento de dados dos titulares. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza atividades de tratamento. Para concretizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a segurança da informação e proteção de dados pessoais, a Companhia vem implementando um sistema de gestão e adotando uma estrutura de governança de segurança da informação, o que pode gerar custos ainda não previstos. Em virtude dos últimos acontecimentos relacionados a incidentes envolvendo dados pessoais no Brasil e no mundo, os valores das apólices de seguro cibértico contratradas pela Companhia podem vir a ser majorados, também implicando em custos extraordinários para a Companhia.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio de avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do encarregado pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do encarregado pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; e (vi) responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

Desde agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, e por não estar em total conformidade com a lei, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma gradativa, isolada ou cumulativamente, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação.

Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, mas não pode garantir o cumprimento integral dos requisitos de segurança, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades de tratamento, o que poderá afetar negativamente a reputação; imagem e os resultados da Companhia.

As políticas e o código de conduta da Companhia, bem como os seus procedimentos internos, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia. Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados.

A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus controladores, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Além disso, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, que incluem, mas não se limitam à Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei n.º 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), à Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), ao Decreto-Lei n.º2.848/1940 ("Código Penal"), à Lei n.º8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), ao Decreto n.º 3.698/2000 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, Lei de Licitações e Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE") e a Lei nº 12.529/2012 ("Lei de Defesa da Concorrência", em conjunto com a Lei de Improbidade Administrativa, com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, com a Lei Anticorrupção, com o Código Penal, com a Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária e com a Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, Lei de Licitações e Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, "Legislação Anticorrupção").

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio (incluindo canais de distribuição) e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, conforme alterada ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Atualmente a Companhia não conta com um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro e está sujeita às seguintes sanções, na hipótese de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: (i) advertências; (ii) multa monetária variável (a) não superior ao dobro do valor da operação em questão ou ao dobro do lucro auferido ou que seria presumivelmente auferido com a realização da operação ou (b) no valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (iii) a revogação ou suspensão de seus alvarás de funcionamento e (iv) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de usuários, contrapartes, acionistas ou administradores, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus usuários, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em danos adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares* ou *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo.

Destaca-se ainda, que referidos incidentes de segurança cibernética podem não estar segurados, serem seguráveis ou estarem cobertos pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Para informações sobre o gerenciamento de riscos relacionados à ataques cibernéticos, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As receitas da Companhia dependem substancialmente das receitas relativas a serviços e mensalidades geradas pelos softwares de ERP (Enterprise Resource Planning) e de HCM (Human Capital Management), o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais, fluxos de caixa e liquidez da Companhia.

As receitas da Companhia dependem substancialmente do licenciamento dos *softwares* de *ERP* e de *HCM*, e de serviços a eles relacionados, sendo que a maior parcela da receita da Companhia provém de mensalidades pela utilização de seus *softwares* (que correspondem à receita bruta de manutenção do uso dos *softwares*), as quais compõem parte significativa da receita bruta operacional da Companhia.

Caso a Companhia tenha queda da receita quanto aos valores relativos as suas mensalidades, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda de *softwares* de *ERP* e *HCM*, e serviços a eles relacionados, os resultados operacionais, fluxos de caixa e liquidez da Companhia poderão ser prejudicados de maneira adversa.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software, que é altamente competitivo, o que poderá causar efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa.

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos e serviços. Além disso, a Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria, assim como *startups* voltadas a tecnologia.

Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses ou se novos *players* surgirem no mercado.

Ademais, especificamente quanto ao *software* de Gestão Empresarial (*ERP*), em decorrência de sinais de crescimento desacelerado deste mercado para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito adverso relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A utilização de terceiros na prestação de serviços de implantação de softwares da Companhia e eventuais decisões desfavoráveis em ações relacionadas a este tipo de terceirização de serviço, podem afetar negativamente a Companhia e implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza da contratação de terceiros (pessoas jurídicas – "PJ") para atuação em projetos de implantação nos clientes.

A terceirização de atividades-fim é autorizada pela legislação trabalhista brasileira, especificamente pela Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017 ("Lei 13.429"). De acordo com a Lei 13.429, a sociedade contratante de um prestador de serviços terceirizado é subsidiariamente responsável pelo pagamento das verbas e indenizações trabalhistas não pagas por tal prestador de serviços a seu empregado.

Adicionalmente, em 30 de agosto de 2018, o Supremo Tributal Federal reconheceu, em processo com repercussão geral, a legalidade de terceirização de qualquer atividade, mesmo anteriormente à Lei 13.429, mantendo a responsabilidade subsidiária da sociedade contratante pelo pagamento das verbas e indenizações trabalhistas não pagas pelo prestador de serviços a seu empregado.

No entanto, caso verifiquem a existência de subordinação ou relacionamento direto entre a Companhia e os terceiros que atuam em seus projetos de implantação no cliente, os tribunais trabalhistas poderão reconhecer a existência de vínculo empregatício direto entre a Companhia e tais trabalhadores, passando a Companhia a ser diretamente responsável pelo pagamento das respectivas verbas e indenizações trabalhistas (por exemplo, férias, 13º salário, INSS, FGTS e demais verbas trabalhistas e reflexos aplicáveis), o que pode resultar em contingências que podem impactar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia pode ser objeto de fiscalização e/ou investigação pelas autoridades trabalhistas quanto à contratação de prestadores de serviço. Se verificada irregularidade, pode ser lavrado auto de infração em face da Companhia pela Superintendência Regional do Trabalho, com imposição de multa, e/ou ser proposto Termo de Ajustamento de Conduta ou ajuizada Ação Civil Pública em face da Companhia pelo Ministério Público do Trabalho.

A Companhia figura como parte passiva em 04 (quatro) processos judiciais trabalhistas tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício por consultores de implantação que, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam o valor de R$4,3 milhões, estando R$986 mil provisionados. Um resultado adverso em tais procedimentos pode resultar em perdas em montantes significativos para a Companhia, afetando adversamente seus resultados operacionais e reputação. Para mais informações vide item 4.6 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que novas leis, regulamentos ou políticas governamentais que proíbam, restrinjam ou tornem mais difícil a terceirização de serviços pela Companhia, não serão implementados no futuro.

Caso a Companhia tenha de celebrar contratos de trabalho com os terceiros que atuam em seus projetos de implantação no cliente, por meio de pessoas jurídicas ou outros colaboradores que atualmente prestam serviços por meio de prestadores de serviços terceirizados, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser material e adversamente afetados.

Ainda, a utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumar poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a falhas na implementação das atualizações de natureza legal, erros e/ou mal funcionamento de seus* softwares *que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos, podendo afetar adversamente sua reputação, seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia entende que os seus *softwares,* quando apresentados ao mercado pela primeira vez ou lançados por meio de novas versões, podem conter falhas na implementação das atualizações legais e/ou defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa ou impossível execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos e/ou propostas comerciais; (ii) despesas adicionais relativas a indenizações de prejuízos diretos e/ou indiretos causados aos clientes; (iii) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (iv) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) relevantes problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais erros e/ou mal funcionamento de seus *softwares,* aliados com a impossibilidade de corrigi-los, podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de fintechs e novos mercados, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia considera ser parte importante de sua estratégia a sua entrada em novos mercados, incluindo o mercado de *fintechs*. O sucesso da Companhia nesses segmentos dependerá de sua capacidade de firmar parcerias comerciais estratégicas, se atualizar e adequar em relação as práticas regulatórias e de mercado, assim como em sua capacidade de escalar essas operações com seus clientes e terceiros. A Companhia poderá ter dificuldades para executar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros para estruturação e *funding*.

A Companhia poderá não dispor de força de vendas suficiente e com conhecimento técnico desses novos produtos e ofertas, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados. Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas de determinados segmentos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar e expandir os pilares de *fintechs* e outros novos mercados conforme planejado, os investimentos realizados nesses segmentos poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, inclusive para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia precisa de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos, ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações, bem como por meio de associações a parceiros estratégicos que atendam adequadamente às necessidades da Companhia e sua visão de mercado.

Financiamentos futuros, poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode precisar de receitas adicionais no futuro, sendo que esta captação de recursos poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

Caso a Companhia tenha necessidade, no futuro, de captar recursos para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos seus canais de distribuição e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento por parte de seus canais, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de canais de distribuição não exclusivos, que comercializam e implementam *softwares* da Companhia. Os canais de distribuição contribuem de forma relevante para as receitas relativas as vendas e por tal motivo a Companhia entende que seus negócios e resultados podem ser afetados diretamente pela performance destes terceiros.

Os canais de distribuição participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação dos *softwares* diretamente aos clientes da Companhia. A perda de canais de distribuições pode prejudicar o relacionamento da Companhia com os clientes, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos que já são clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Caso os canais de distribuição da Companhia não atuem em cumprimento da legislação aplicável às transações que realiza e sejam responsabilizados por tais descumprimentos, a Companhia poderá ser também implicada, e afetada, tanto no âmbito financeiro, quanto no âmbito reputacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços por parte dos canais de distribuição pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pela Companhia, inclusive no que se refere ao nível de especialização adequado para vender determinados produtos segmentados, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelos terceiros, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus clientes ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual ou autoral sem autorização e/ou de forma inadequada, poderá afetar negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, segredos comerciais, software e *know-how*, nos quais se incluem, mas sem se limitar, os direitos de propriedade intelectual listados no item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que os ativos de propriedade intelectual detidos por ela e suas controladas são valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente.

Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor das marcas da Companhia, bem como ocasionar um declínio nos negócios da Companhia.

A Companhia não garante que as eventuais medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade da Companhia. Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais. Ainda, caso algum de seus ativos de propriedade intelectual sejam questionados judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso, a Companhia pode vir a ser proibida de continuar a explorá-la.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de direitos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que terceiros contestem e obtenham êxito na invalidação de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia ou a ela licenciados. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e fazer valer os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que seus clientes, parceiros e fornecedores utilizarão sua propriedade intelectual de forma adequada, tomando medidas para protegê-la. O uso inadequado da propriedade intelectual da Companhia, ou ainda o uso sem autorização, pode resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

Além disso, a Companhia utiliza software de código aberto (*open source software*) em conexão com alguns de seus softwares. Empresas que incorporam software de código aberto em seus produtos têm, de tempos em tempos, enfrentado reclamações desafiando a propriedade de software de código aberto e/ou o cumprimento dos termos da licença. Como resultado, a Companhia pode estar sujeita a processos por partes que reclamam a propriedade do que acreditam ser *software* proprietário ou não conformidade com os termos da licença do software de código aberto. Algumas licenças de software de código aberto exigem que os usuários que distribuem ou utilizam esse software como parte de seu software revelem publicamente todo ou parte do código fonte a tal software e/ou disponibilizem qualquer trabalho derivado do software de código aberto em termos desfavoráveis ou sem custo. Qualquer exigência de divulgar o código-fonte proprietário da Companhia ou pagar danos por quebra de contrato pode ter um efeito adverso material em nossos negócios, condição financeira e resultados de operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Companhia não conseguir proteger seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Logo, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode resultar em um efeito adverso em seus resultados operacionais.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R$ 183.879 mil, o que representava 43,8% do ativo total da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de ágios e outros intangíveis identificados nas operações de combinações de negócio (CPC 15), além de intangível gerado internamente (CPC 04).

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil, e os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* de ágio são realizadas pela Companhia anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos intangíveis que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, baseadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção. Para mais informações sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade de tais ativos, vide item 10.5 deste Formulário de Referência - Perda (*Impairment*) do ágio.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos seus ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas da própria Companhia, como por exemplo, estimativas de previsibilidade de receita, custos, despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa além da definição de estrutura de capital para mensuração do custo médio ponderado do capital (taxa de desconto). Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital, que leva em conta fatores como: risco país, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento.

Além do risco inerente das estimativas de receitas, custos e despesas da própria Companhia não se materializarem no futuro, seja por erro humano, omissão profissional ou por efeitos externos adversos, a taxa de desconto também pode sofrer impactos derivados das mudanças dos fundamentos econômicos do cenário global, alterando o balizamento das expectativas de risco dos agentes econômicos. Movimentos de alta nas taxas de inflação, juros e risco país podem reduzir consideravelmente o valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia entende que as novas estruturas e processos adotados para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar sua reputação de maneira adversa e os seus resultados de forma relevante.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraudes. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, toda a estrutura de área, colaboradores e o conjunto de políticas, procedimentos e métodos utilizados para a identificação, análise, avaliação, monitoramento e gerenciamento de riscos foram aprovados recentemente pela Companhia, não sendo possível assegurar que as novas políticas e estruturas serão adequadas ou eficazes após sua implementação.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantem modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, assim como as políticas e as estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos podem apresentar falhas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

Os requisitos e procedimentos a serem observados pela Companhia após sua abertura de capital, incluindo as exigências impostas pela CVM e pela B3 e boas práticas do mercado de capitais, exigirão a aplicação de recursos significativos e atenção da administração.

Após a conclusão da oferta pública inicial das ações de sua emissão, a Companhia estará sujeita a determinadas regras de divulgação de informações de acordo com a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas no Brasil, incluindo regras e regulamentos expedidos pela CVM e pela B3 e as boas práticas do mercado de capitais. Tais regras, regulamentos e práticas poderão aumentar os custos da Companhia com conformidade legal, contábil e financeira e tornar algumas atividades mais demoradas e custosas. A título exemplificativo, tais regras e regulamentos podem tornar mais difícil e mais custosa a obtenção ou renovação de seguro de responsabilidade dos membros da administração da Companhia, e a Companhia pode ser obrigada a aceitar limites e cobertura de apólices reduzidos ou incorrer em custos substanciais para manter a cobertura igual ou semelhante.

Novas regras e regulamentos relacionados à divulgação de informações, relatórios, controles financeiros, *compliance* e governança corporativa, que podem ser adotados e/ou recomendados pela CVM, B3 ou outros órgãos reguladores ou autorreguladores, podem resultar em um aumento significativo nos custos da Companhia, o que poderia afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Essas novas obrigações também exigirão atenção substancial da administração da Companhia e poderão diluir a atenção dos membros da administração da Companhia em seus negócios. Esses aumentos de custos e o desvio da atenção da administração podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais ou administrativos, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações e seu modelo de negócio, afetando adversamente seus resultados, suas operações e sua reputação.

Decisões desfavoráveis nos processos ou procedimentos judiciais, arbitrais e administrativos em que a Companhia, suas controladas, suas coligadas, suas investidas, seus representantes, seus colaboradores ou seus administradores são partes podem criar obrigações relevantes para a Companhia e suas controladas, seus administradores e acionistas. A Companhia e seus administradores são e poderão ser, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas, coligadas, investidas, representantes, colaboradores e controladores da Companhia, parte em processos administrativos, judiciais e arbitrais e/ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

Além disto, não podemos assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados, parceiros comerciais, representantes ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reguladores tais como CVM e Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF"), bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente a imagem e reputação da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores ou lhe causar um efeito adverso relevante. No caso específico de eventuais processos de natureza criminal envolvendo um ou mais dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia.

No caso de eventuais processos envolvendo matérias administrativas relativas a contratações com o Poder Público, eventual decisão desfavorável poderá impor sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administraçãopública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras da Companhia e sua imagem.

Decisões condenatórias ou a celebração de acordos que afetem a reputação da Companhia, suas controladas e/ou seus respectivos administradores e acionistas, ou contrárias aos seus interesses, que impeçam a realização de seus negócios como inicialmente planejados, ou decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia e de suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento ou provisionamento suficiente, podem causar um efeito adverso relevante na situação financeira, na reputação e nos negócios da Companhia, incluindo pagamentos substanciais de valores em disputa, afastamento de seus administradores, aumento da carga tributária, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou acesso a quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

Haja vista que o valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é e poderá ser inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá as provisões atualmente acumuladas pela Companhia.

Ademais, a Companhia pode estar sujeita a contingências ocasionadas por aquisições de outras empresas, tanto em razão da assunção de passivo, quanto do próprio processo de aquisição. Estas contingências potenciais podem não ser previstas com a antecedência necessária. Dessa forma, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais e processos administrativos, veja os itens 4.3 a 4.7, 12.5/6 e 15.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de gerir o complexo regulatório ao qual a está sujeita, bem como pode não ser capaz de detectar e adaptar-se integralmente a alterações regulatórias relevantes, não possuindo tempo hábil ou capacidade para realizar todas as adequações necessárias nos seus processos, o que poderá afetá-la de maneira adversa.

A Companhia está sujeita às normas externas nos segmentos em que atua. A necessidade de observância do ciclo de aderência regulatória (prospecção, análise de impacto, internalização e divulgação), aplica-se a todos os processos regulados da Companhia. É possível a ocorrência de eventuais descumprimentos regulatórios ou nos reportes que possam implicar multas ou sanções.

Além disso, os negócios da Companhia podem sofrer impactos negativos em função das alterações legais e regulatórias que venham a ser divulgadas pelo Governo/reguladores, bem como de decisões proferidas por determinados Tribunais. Determinados projetos de lei, já em tramitação ou a tramitar, podem trazer insegurança jurídica, operacional e negocial às operações firmadas pela Companhia. Os efetivos impactos dos riscos vinculados a tais possíveis alterações legais/regulatórias são imprevisíveis, o que poderá afetar a Companhia de maneira adversa.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou, ainda, recebê-los em montante inferior ao esperado.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas um dividendo anual obrigatório de, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não seja aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária. A isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos pela Companhia, quanto os por ela distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pela Companhia e/ou pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

Em 01 de setembro de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda. O Projeto de Lei agora segue para aprovação no Senado Federal e, posteriormente, será remetido à sanção presidencial. Dentre as alterações propostas é a tributação da distribuição dos dividendos. Assim, caso seja aprovado em 2022, a partir de 1º de janeiro de 2023, os lucros ou dividendos pagos ou creditados por pessoas jurídicas ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 15%. Assim, os dividendos pagos ou creditados poderão passar a ser tributados, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados. Outra alteração proposta relativa ao referido Projeto de Lei, se refere à revogação do artigo 9 º da Lei 9 249 2021, eliminando a possibilidade de remuneração dos sócios por meio de juros sobre capital próprio.

Caso qualquer dos eventos descritos acima ocorra, os titulares de ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou, ainda, recebê-los em montantes inferiores aos quais eram esperados. Além disso, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos do valor devido dos tributos incidentes em suas operações, seja em razão de reforma tributária, modificação de incentivos e isenções fiscais que usufrui ou por força de alteração das alíquotas ou base de cálculo de tributos devidos.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior, interrupção de certas atividades e ataques cibernéticos), danos não segurados ou danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices vigentes na data deste Formulário de Referência. Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, para os quais a Companhia não tenha cobertura contratada ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não garante que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir gerenciar adequadamente o crescimento de suas operações, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

A Companhia não pode ter certeza de que estima, qualitativa ou quantitativamente, de forma correta, os custos e riscos associados com a sua expansão, ou que os seus sistemas, procedimentos, processos de negócios e controles gerenciais serão suficientes para suportar a rápida expansão de suas operações, incluindo a expansão para novos mercados e verticais. A Companhia não pode assegurar que os sistemas atuais e planejados, procedimentos e controles, pessoal e relacionamento com terceiros serão adequados para apoiar as operações futuras. Além disso, a Companhia pode e poderá

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entrar em novas linhas de negócios, que podem envolver complexidades associadas a novos produtos, serviços e regulamentos, o que pode colocar pressão sobre a administração da Companhia, recursos operacionais e financeiros no futuro. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com sucesso a expansão, os resultados de suas operações podem ser adversamente afetados.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento de suas filiais poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais filiais e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação de suas filiais. Se a Companhia não obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de suas filiais. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento das filiais, poderá ter um efeito reputacional negativo relevante. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações ou alvarás em tempo hábil com relação a suas filiais, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal filial específica, enquanto registros, licenças, autorizações ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações, finanças e a imagem da Companhia.

A Companhia opera em imóveis locados, e a incapacidade de renovar as locações em termos comercialmente aceitáveis pode afetar adversamente a Companhia.

A Companhia opera em imóveis locados, inclusive sendo o de sua sede de propriedade da Senior Imóveis Ltda, cujo quadro acionário é o mesmo da Companhia. O aluguel de sua sede é reajustado anualmente pela variação do IGP-M/FGV. Em um cenário de hiperinflação, os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia podem ser afetados adversamente em razão do reajuste aplicável aos aluguéis devidos.

A Companhia possui outros contratos de locação, sendo relevantes para seus negócios os das filiais de Porto Alegre/RS e de Itu/SP. Caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos dos seus contratos de locação, tais contratos de locação podem ser rescindidos antecipadamente.

Além disso, o contrato de locação da sede foi firmado com prazo de vigência de 120 (cento e vinte) meses e o contrato de locação da filial de Porto Alegre/RS com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, e em ambos o valor poderá ser revisado a cada 5 (cinco) anos ou no âmbito de renovações (seja por meio de negociações comerciais com os proprietários ou no âmbito judicial, caso sejam aplicáveis e propostas ações renovatórias), sendo que a Companhia não pode garantir que tais negociações ou ações terão sucesso.

Não obstante os contratos estarem vigendo por prazo determinado, de acordo com a Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei do Inquilinato"), o locador poderá solicitar a desocupação antecipada dos imóveis nos seguintes casos: (i) caso as autoridades competentes considerarem que devem ser realizadas obras significativas no local que transformariam significativamente o local ou no caso de tais obras aumentarem o valor do negócio ou do imóvel ou (ii) o imóvel for utilizado pelo locador ou transferido para uma entidade comercial, que já exista há mais de um ano, e que seja detida pelo locador ou por seu cônjuge, seus ascendentes ou seus descendentes.

Ainda, com relação ao contrato de locação da sede, por envolver parte relacionada à Companhia, está sujeito à possibilidade de negociação de seus termos e condições em termos desfavoráveis à Companhia. Vide o fator de risco descrito no item "b" abaixo, "*A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode ter um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia".*

Ademais, os contratos de locação não estão registrados nas respectivas matrículas, o que pode resultar na necessidade de desocupação dos imóveis em até 90 dias da data do recebimento de notificação nesse sentido, caso o atual proprietário venda o imóvel e o adquirente não tenha interesse em manter a locação do respectivo imóvel para a Companhia.

Caso não seja capaz de (i) manter seus contratos de locação; (ii) celebrar novos contratos; ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas, em especial com relação aos considerados relevantes descritos acima, a Companhia pode ser adversamente impactada, em razão de custos decorrentes da realocação de operações, perda ou diminuição de receita,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Se não renovar os contratos de locação, a Companhia pode não localizar propriedades para substituição adequada e com a velocidade adequada, o que pode afetar suas operações e resultados em razão de (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados; (iii) renová-los em condições que entenda serem inadequadas. A falha em renovar ou celebrar novos contratos de locação em termos que a Companhia julgue aceitáveis pode ter um impacto adverso sobre a Companhia, inclusive a interrupção de suas atividades e, portanto, resultar em um impacto adverso nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de fintechs e novos mercados, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia considera ser parte importante de sua estratégia a sua entrada em novos mercados, incluindo o mercado de *fintechs*. O sucesso da Companhia nesses segmentos dependerá de sua capacidade de firmar parcerias comerciais estratégicas, se atualizar e adequar em relação as práticas regulatórias e de mercado, assim como em sua capacidade de escalar essas operações com seus clientes e terceiros. A Companhia poderá ter dificuldades para executar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros para estruturação e *funding*.

A Companhia poderá não dispor de força de vendas suficiente e com conhecimento técnico desses novos produtos e ofertas, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados. Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas de determinados segmentos.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar e expandir os pilares de *fintechs* e outros novos mercados conforme planejado, os investimentos realizados nesses segmentos poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de sua estratégia de crescimento (orgânico e inorgânico), o que poderá afetar negativamente seus planos para aumentar sua receita e rentabilidade.

O setor de tecnologia da informação é influenciado por diversos fatores, como condições econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores. Alguns aspectos de estratégia de crescimento orgânico (por meio da expansão de seus negócios) e inorgânico (por meio de potenciais aquisições que podem ser avaliadas pela Companhia) também podem resultar no aumento dos gastos operacionais da Companhia, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e tecnologia, que pode não ser compensado por um aumento equivalente da receita da Companhia, tendo como resultado a diminuição de suas margens operacionais.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependem, portanto, do sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia de crescimento, que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a capacidade da Companhia de: (i) proteger sua marca e cultura, (ii) consolidar e ampliar sua participação no mercado nacional e internacional, (iii) alavancar as vendas de seus produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de suas operações, (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos e serviços para sua base de clientes, e (v) iniciar e fortalecer operações em novos mercados.

A falha da implementação de suas estratégias poderá acarretar desvantagens competitivas à Companhia, bem como impactar adversamente os seus negócios.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

A gestão da Companhia é fortemente influenciada por seus acionistas controladores.

A gestão da Companhia é influenciada de maneira significativa por seus acionistas controladores, que orientam vários aspectos da condução dos negócios da Companhia. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente o bloco de controle e que estão entre os principais executivos e conselheiros poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, assim como quaisquer problemas de relacionamento entre seus acionistas controladores com os colaboradores e clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Imediatamente após a realização de sua oferta pública inicial, a Companhia continuará sendo controlada por seus atuais acionistas controladores. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, o que pode impactar adversamente os negócios da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia detém a maioria do capital votante e após a conclusão da oferta, continuarão a deter o poder de, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo exercer o controle geral sobre a administração, determinar as políticas da Companhia e aprovar operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode ter um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia.

A Companhia possui e, pode vir a possuir, no futuro, receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, tais como, por exemplo, o contrato de locação do imóvel onde está sediada sua matriz, celebrado com a Senior Imóveis Ltda., cujos sócios são os mesmos acionistas da Senior Sistemas S.A., o que representa um potencial conflito de interesse que pode afetar de forma adversa e relevante a Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Companhia, cujo acervo cindido foi avaliado em R$ 26.718 mil. Após a cisão a Companhia arrendou o terreno e imóvel onde está estabelecida a sua sede administrativa, no valor mensal de R$ 320 mil, pelo prazo de 60 meses, podendo ser renovado. Os valores dos aluguéis estão sujeitos a reajuste, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos, de forma a permitir ajustes à evolução dos preços praticados no mercado.

Os mecanismos, processos e procedimentos da Companhia para avaliação de transações com partes relacionadas podem se mostrar ineficazes ou insuficientes para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância a todas as regras e boas práticas de governança (por exemplo as recomendações constantes do Código Brasileiro de Governança Corporativa), incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado. As situações de conflito de interesses com partes relacionadas, podem causar impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso em seus negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais, bem como a seus acionistas.

A Política de Transação com Partes Relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2022 e, portanto, inexistiam procedimentos ou políticas formais adotados pela Companhia quando da celebração das transações entre partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, o que potencializa o risco de tais transações não terem observado o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Para informações adicionais a respeito de transações entre partes relacionadas, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Salvo pelos riscos descritos no item (b) acima, a Companhia entende não estar exposta a riscos cuja origem sejam seus acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

***A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

Conforme mencionado anteriormente, em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu a Convenix Benefícios Corporativos Ltda., empresa que tem como única sócia a Senior Serviços de Pagamentos Ltda. ("Convenix"), e que atua no fornecimento de benefícios corporativos. Ademais, em 16 de dezembro de 2019, a Companhia fundou sua *startup*, Senior Sistemas de Pagamentos Ltda., que atua como intermediadora de produtos financeiros ("Wiipo").

Considerando o volume de recursos transacionados e operações realizadas, a Wiipo e a Convenix, apesar de se enquadrarem como instituição de pagamentos, ainda não estão diretamente sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), uma vez que ainda não atingiram a volumetria indicada para requerer sua autorização de funcionamento perante tal órgão. Entretanto, (i) a volumetria mínima para concessão da autorização foi reduzida a partir de 1º de janeiro de 2022 para considerar, em qualquer período de 12 meses, (a) R$300 milhões em transações de pagamento; ou (b) R$30 milhões em saldo dos recursos mantidos pela instituição em contas de pagamento, considerando a média dos 30 maiores saldos apurados durante o período em referência (12 meses); (ii) caso a Wiipo e a Covenix venham a atingir a volumetria indicada acima, estarão sujeitas a autorização e à regulamentação expedida pelo BACEN para instituições de pagamento; e (iii) ainda que não atinjam a volumetria indicada acima, deverão solicitar tal autorização ao BACEN até 31 de março de 2023.

Os principais riscos relacionados à regulação do setor são a emissão de novas leis, as Resoluções emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BACEN, regulamentos e alterações tributárias que vierem a ser editados para alterar a regulamentação do setor de meios de pagamento no Brasil, o que poderia impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de *compliance*.

Além disso, a identificação do acionista controlador é relevante para o BACEN e foco de dois pilares fundamentais do regime de supervisão: (i) viabilidade e sustentabilidade do empreendimento; e (ii) responsabilidade patrimonial. Como acionista controladora de Wiipo e Convenix, em uma situação de crise, a Companhia poderá vir a responder com seu patrimônio por dívidas contraídas por tais instituições e/ou prejuízos causados a terceiros, caso o BACEN decrete algum dos regimes especiais previstos no artigo 13 da Lei nº 12.865/13 (intervenção extrajudicial, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária – RAET). A partir da decretação de quaisquer dos regimes especiais acima, os bens do acionista controlador e dos administradores da instituição objeto da medida (i) se tornam indisponíveis até a apuração definitiva do passivo; e (ii) caso o patrimônio da instituição não seja suficiente para cobrir os valores apurados, os bens do seu acionista controlador e dos administradores poderiam ser afetados, de forma solidária, para abatimento do passivo.

Por fim, a Wiipo e a Convenix estão sujeitas às normas externas e regulamentações específicas nos segmentos em que atuam. É possível a ocorrência de eventuais descumprimentos regulatórios ou nos reportes que possam implicar multas ou sanções. Ainda, a Wiipo e a Convenix podem não ser capazes de detectar e de se adaptarem integralmente a alterações regulatórias relevantes, não possuindo tempo hábil ou capacidade para realizarem todas as adequações necessárias nos seus processos, bem como eventualmente cometer falhas em reportes ou descumprir leis, inclusive as relacionadas às funções de empresa pública, o que poderá acarretar, inclusive, na impossibilidade de continuidade do negócio, caso não haja a aderência regulatória necessária.

O não cumprimento a tais regulamentações também poderiam sujeitar a Companhia a multas e sanções, bem como a alteração das leis e regulamentos existentes podem impor um aumento dos custos para as operações das controladas da Companhia, o que poderá afetar negativamente as operações e situação financeira da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, são aplicáveis às sociedades controladas da Companhia, aqueles riscos já mencionados neste Formulário de Referência no item (a) acima.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades, bem como da consequente capacidade destas sociedades em disponibilizar caixa para a Companhia na forma de pagamentos de juros sob capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Sendo assim, o resultado não satisfatório das referidas sociedades, bem como a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios poderão afetar negativamente o resultado das operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias e controladas. Se essa limitação se verificar, isso poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Os fornecedores da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode gerar um impacto negativo relevante na Companhia.

Os negócios dos fornecedores da Companhia incluem o armazenamento e o tratamento de dados pessoais de clientes, inclusive de informações financeiras. Partes não autorizadas podem conseguir obter acesso aos seus sistemas de informação por diferentes formas, dentre eles, por meio de ataques de *hackers* aos sistemas de informação ou por meio da indução de seus empregados, clientes, parceiros ou outros usuários de seus sistemas. Assim, tais partes não autorizadas podem, indiretamente, obter acesso a dados pessoais dos clientes da Companhia.

Qualquer violação dos sistemas de segurança dos fornecedores da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente a prestação dos serviços pela Companhia e, consequentemente, o seu negócio. Os ataques cibernéticos aos fornecedores da Companhia podem também resultar na paralisação dos sistemas operacionais da Companhia ou na indisponibilidade temporária ou permanente dos seus serviços, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de prover serviços aos seus clientes e, por conseguinte, impactar adversamente seus resultados operacionais. Em razão da pandemia da COVID-19, os fornecedores da Companhia aumentaram o número de funcionários trabalhando remotamente, o que pode resultar em aumento na indisponibilidade dos respectivos sistemas, falhas generalizadas do sistema de segurança e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais, bem como qualquer falha ou não cumprimento de leis, políticas ou padrões da indústria sobre privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, pode prejudicar as operações e a reputação da Companhia, bem como pode resultar em violação às normas de sigilo bancário, ao direito de privacidade, segurança de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas, além de danos causados por publicidade negativa e perda de confiança dos clientes, impactando adversamente os negócios da Companhia.

Em razão do exercício de atividades de tratamento de dados pessoais, na hipótese de haver danos patrimoniais ou morais aos titulares, a Companhia será obrigada a repará-los. Além disso, a Companhia pode assumir a posição de controladora de dados pessoais perante terceiros, inclusive perante seus fornecedores que atuam na qualidade de operadores de dados e, portanto, tratam os dados conforme instruções da Companhia. Nos casos em que a Companhia for controladora dos dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser solidariamente responsável às violações causadas por seus operadores no âmbito do tratamento de dados pessoais acordados.

A Companhia depende de prestadores de serviços de tecnologia da informação, infraestrutura e de telecomunicações para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de telecomunicações e de tecnologia da informação da Companhia são parte fundamental das infraestruturas de *SaaS*, *cloud* e *on-premise.* A Companhia depende deles para a prestação desses serviços e, portanto, eles constituem elemento fundamental para a sua estratégia de negócios, e para que sua infraestrutura e outras infraestruturas que utiliza para hospedar suas soluções sejam seguras, não sofram falhas de sistema e sejam percebidas pelos seus clientes e parceiros como seguras e confiáveis.

As operações e, consequentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência de fornecedores de serviços essenciais às operações da Companhia pode gerar um grau de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente a qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço por tais fornecedores. Caso tais fornecedores ou prestadores de serviços apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometa o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente e de forma relevante em suas operações, seus resultados, sua reputação junto aos clientes e ao mercado eem seu percentual de retenção de clientes.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

A Companhia pode vir a ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, bem como pode ter sua imagem associada a práticas irregulares efetuadas por fornecedores que mantenham relação comercial com a Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser considerada solidariamente responsável por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem lhe causar efeitos materialmente adversos, inclusive à sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalho abusivas, utilização de trabalho infantil, trabalho em condições análogas às de trabalho escravo, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e fazer com que a Companhia celebre termos de ajustamento de conduta, seja inserida em listas do Ministério do Trabalho e Emprego e, por consequência, afetar negativamente sua capacidade de obter financiamento, elegibilidade a benefícios fiscais, capacidade de contratar com o poder público, resultados financeiros e operacionais.

Vale ressaltar que a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia, incluindo as construções e reparo ou, ainda, a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo terceiro contratado no exercício das atividades contratadas pela Companhia. Passivos ambientais existentes em imóveis utilizados pela Companhia ou fornecedores podem impactar nas suas operações, gerando impacto adverso nas atividades e reputação da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos e não tenha sucesso em seu eventual direito de regresso contra o terceiro contratado, sua reputação e seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

A ocorrência de casos fortuitos, casos de força-maior, pandemias, guerras, ou desastres naturais e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos de tecnologia e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor tecnológico, incluindo a Companhia. Além disso, tais eventos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia.

Casos fortuitos, força maior, pandemias, guerras ou desastres naturais podem ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Podem ainda ameaçar a produção de produtos de tecnologia e a interrupção da cadeia de peças/suprimentos para empresas do setor tecnológico. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na sua receita.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados, pela Companhia, em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, ou decidam não priorizar os produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a imagem, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente de forma relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais são fenômenos frequentes no setor de atuação da Companhia e afetam computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos e serviços oferecidos pela Companhia (ou da Internet de modo geral), particularmente no que diz respeito ao armazenamento seguro de dados pessoais, podem levar determinados clientes a buscar reduzir ou postergar contratações e/ou compras futuras junto à Companhia ou a contratação e/ou compra de produtos de concorrentes da Companhia.

Além disso, os clientes atuais e futuros da Companhia também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderá postergar a adoção de novos serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

Na hipótese de a Companhia não conseguir oferecer capacidade de atendimento e suporte de qualidade, sua imagem, reputação e negócios poderão ser afetados adversamente.

Os clientes da Companhia contam com uma equipe de suporte para ajudá-los a implantar, utilizar e resolver problemas técnicos e operacionais relacionados a seus produtos e serviços. A manutenção de um serviço de suporte de qualidade é fundamental para a expansão dos negócios da Companhia e na busca de novos clientes. Conforme a Companhia vai expandindo suas operações é esperado que sua base de clientes aumente, trazendo desafios do ponto de vista de capacidade e agilidade de atendimento e suporte aos clientes. Dessa forma, a Companhia precisará investir na atual estrutura de suporte existente, o que pode aumentar significativamente seus custos e despesas operacionais. Adicionalmente, eventuais falhas em auxiliar os clientes da Companhia a resolver seus problemas técnicos e operacionais ou em prestar suporte eficiente, de qualidade e de forma condizente com a demanda decorrente de seu crescimento, poderão prejudicar sua imagem, reputação, a captação de novos clientes e a renovação e expansão do relacionamento com clientes existentes, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

Se a Companhia não identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos clientes, pode ter seus negócios afetados de maneira adversa e material.

O sucesso dos resultados de operações da Companhia depende da sua capacidade de identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo, mas não se limitando, ao design, ao estilo, à qualidade e à tecnologia) e preferências de seus clientes. Se a Companhia não gerenciar seus produtos com precisão, não se mantiver atualizada com as tendências mais recentes ou não ajustar seus produtos com êxito às preferências dos clientes, pode ter seus negócios, resultados operacionais, condição financeira e imagem de suas marcas afetadas de maneira adversa e relevante.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais.

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto de mudanças setoriais ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial de seus negócios depende da demanda pelos softwares da Companhia e pelos serviços a eles relacionados, sendo que a Companhia não pode garantir que tal demanda continuará a ocorrer e nem que os níveis de demanda observados historicamente serão mantidos.

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19, o que pode afetar adversamente a Companhia.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a companhia atue

Caso a Companhia deixe de se beneficiar dos incentivos fiscais proporcionados pela Lei nº 11.196/2005 – Lei do Bem e do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, seus resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia conta com os incentivos fiscais estabelecidos pela Lei Federal nº 11.196/2005 – Lei do Bem e pelo Programa de Alimentação do Trabalhador. Dessa forma, a Companhia usufrui do incentivo de dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e dedução do Imposto de Renda devido com base no lucro real o valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre a soma das despesas de custeio realizadas na execução do PAT, diminuída a participação dos empregados no custo das refeições, respectivamente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, esses incentivos fiscais totalizaram R$ 9.641 mil.

A Companhia não pode assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Eventual elevação nos tributos incidentes sobre o setor de tecnologia no Brasil e em outros mercados em que a Companhia atua, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na rentabilidade da Companhia. A majoração de tributos incidentes sobre seus negócios, em especial sobre o setor de tecnologia, normalmente resulta em uma majoração de preços para os clientes finais, podendo resultar em um menor uso de produtos e serviços tecnológicos afetando negativamente as receitas da Companhia. Uma receita menor pode resultar em menores margens de lucro sobre os serviços prestados ou produtos vendidos. A Companhia não pode assegurar que o Governo Federal, Estaduais ou Municipais não criarão tributos nem elevarão as alíquotas atuais dos tributos incidentes sobre as atividades da Companhia em suas respectivas esferas de competência. Caso os impostos aplicáveis às suas operações, receitas, produtos ou serviços aumentem sem que a Companhia consiga alterar sua estrutura de custos para evitar repassar esses aumentos de tributos aos clientes, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente discutido e realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais, o que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem alterar alíquotas vigentes, bem como aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em seus mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia se beneficia atualmente de determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem controversamente as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa projetado.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre as receitas financeiras; (iii) sobre a lucratividade bruta; e, principalmente, (iv) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e competividade da Companhia frente aos seus concorrentes.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (“IBS”) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (“CBS”), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

3.887/2020. E, ainda, o Projeto de Lei nº 2.337/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados em 01 de setembro de 2021, propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados, são imprevisíveis e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, ou em suas interpretações, que eventualmente poderão alterar sua carga tributária.

Se a Companhia não for capaz de liberar atualizações anuais ou periódicas em tempo hábil para refletir mudanças nas leis e regulamentos trabalhistas ou outras disposições regulamentares aplicáveis a seus produtos, a aceitação dos produtos da Companhia pelo mercado pode ser adversamente afetada.

Os produtos da Companhia são afetados por mudanças nas leis e regulamentos trabalhistas e geralmente devem ser atualizados anual ou periodicamente para manter sua precisão e competitividade.

O não cumprimento adequado da obrigação contratual de atualização legal do *software* pode acarretar em prejuízos financeiros aos clientes da Companhia, seja em decorrência de (i) interpretação não assertiva das leis tributárias e/ou fiscais e/ou trabalhistas configuradas pela Companhia em seus *softwares e/ou* (ii) pela ausência de atualização legal anual ou periódica dos *softwares*, o que acarretará em ações indenizatórias contrárias a Companhia.

A Companhia não pode garantir que poderá divulgar atualizações anuais ou periódicas de seus produtos em tempo hábil no futuro. Não fazê-lo poderia ter um efeito adverso material na aceitação de seus produtos pelo mercado, bem como pode sujeitar a Companhia a reclamações e responsabilização por falhas por parte de seus clientes. Além disso, mudanças significativas nas leis e regulamentos trabalhistas ou outras disposições regulamentares aplicáveis aos produtos da Companhia poderiam exigir investimento significativo para a modificações dos produtos, o que poderia resultar em custos inesperados significativos para a Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a companhia atue

A Companhia atualmente possui operações na Colômbia, além de clientes faturados internacionalmente, mas atendidos através do Brasil. A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes relacionados a países estrangeiros, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 3,5% do total de sua receita líquida em tal período, não possuindo representatividade expressiva em relação aos ativos totais da Companhia. Para mais informações, vide item 7.6 deste Formulário de Referência.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

(k) Riscos macroeconômicos

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias pode afetar de forma relevante os negócios da Companhia.

A Companhia opera predominantemente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de crescimento do Brasil e, por conseguinte, o consumo dos produtos e serviços da Companhia, sua estratégia de negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O governo brasileiro frequentemente interveio e continua a intervir na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, estimular a expansão econômica e implementar outras políticas incluem, dentre outros, controles de salários e preços, valorização ou desvalorização do real, ajustes cambiais, controle sobre remessas ao exterior e intervenção do Banco Central para alterar as taxas de juros básicas. A Companhia não pode prever ou controlar quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. A Companhia poderá ser negativamente afetada por mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) controles de importação; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio e controles de câmbio; e (xi) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

Esses fatores, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações a serem adotadas pelo governo brasileiro com relação a esses fatores, poderão afetar de maneira adversa e relevante a Companhia.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios. Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou condenações criminais e restaurou direitos políticos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o que pode vir a permitir com que ele se candidate nas próximas eleições presidenciais.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Em 26 de outubro de 2021, mediante a aprovação do relatório final pelo Colegiado, a CPI foi encerrada. No relatório final, foram solicitados os indiciamentos de duas empresas e setenta e oito pessoas, incluindo o Presidente Jair Bolsonaro, que foi indiciado por nove crimes.

O referido relatório foi encaminhado à Procuradoria Geral da República, a quem compete a análise dos pedidos de indiciamento do presidente Jair Bolsonaro e de deputados, à outras instâncias do Ministério Público, e ao Supremo Tribunal Federal. Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de *impeachment*, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios e o cenário político no Brasil, e pode ter consequências adversas para a Companhia.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para contê-la historicamente afetaram de forma adversa a economia brasileira. Altos níveis de inflação no futuro podem afetar adversamente a Companhia e o preço de mercado das ações ordinárias de sua emissão.

No passado, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente elevadas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal brasileiro buscando controlá-la impactaram material e negativamente a economia brasileira em geral. A inflação, as políticas adotadas para controlá-la e incertezas com relação a uma possível intervenção governamental no futuro contribuíram para um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), os índices de inflação no Brasil foram de 10,06%, 4,52% e 4,3% em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. O Brasil pode experimentar altos níveis de inflação no futuro, o que pode levar o Governo Federal brasileiro, em resposta a pressões inflacionárias, a intervir na economia e introduzir políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e os negócios da Companhia.

No passado, as intervenções do Governo Federal brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, resultando em volatilidade das taxas de juros. Como exemplo, a taxa básica de juros no Brasil variou de 7,25%, em 2012, para 14,25%, em 2015, de acordo com o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil ("COPOM"). Na data deste Formulário de Referência a referida taxa básica de juros básica atingiu o patamar de 9,25%, segundo o COPOM, entretanto, o passado recente leva a crer que o cenário volátil de altas taxas de juros possa retornar a qualquer momento.

Por outro lado, políticas e reduções, da taxa, de juros mais brandas pelo Governo Federal brasileiro e Banco Central do Brasil, causaram e podem continuar causando aumentos na inflação e, consequentemente, aumento da volatilidade e necessidade de aumentos repentinos e materiais na taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de sua margem operacional líquida.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

A rigidez legislativa, particularmente nos mercados de bens e trabalho, continua a impactar negativamente a competitividade e produtividade da economia brasileira e dificultar a alocação de recursos ao seu mais eficiente uso. Tributos distorcidos sobre o consumo, tributação sobre investimentos e ausência de flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro são entraves para um crescimento contínuo e robusto da economia brasileira. Adicionalmente, o arcabouço legal e administrativo com base no qual indivíduos, empresas e governos interagem permanece onerado por restrições burocráticas. Além disso, o baixo nível de confiança nas autoridades públicas e no Estado de Direito continua a impor desafios adicionais. Não há garantias que o Governo Federal brasileiro implementará reformas adequadas, endereçando tais impedimentos, com o fim de um maior crescimento econômico, o que, como resultado, pode afetar a Companhia adversamente.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultado operacional da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor. Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das ações da Companhia.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o negócio da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sofrer queda.

A pandemia da COVID-19 acrescentou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades ao redor do mundo têm adotado medidas para tentar conter a disseminação da doença desde que o vírus se espalhou pelo mundo. As restrições provavelmente permanecerão em vigor se o contágio não diminuir. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e poderá diminuir o interesse dos investidores em ativos no Brasil, o que afetou negativamente o preço de mercado dos títulos da Companhia (incluindo valores mobiliários), possivelmente tornando mais difícil para a Companhia o acesso aos mercados de capitais e, como consequência, o financiamento das operações da Companhia no futuro.

Um mercado líquido para as ações poderá não se desenvolver, fazendo com que os acionistas possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas pela Companhia ao preço e na ocasião em que desejarem.

O mercado de ações brasileiro é significativamente menos líquido do que os principais mercados de ações internacionais, tal como o dos Estados Unidos e de certos países da Europa. Algumas características do mercado de ações brasileiro podem limitar substancialmente a liquidez desse mercado.

Caso um mercado líquido para as ações não se desenvolva, os acionistas poderão enfrentar dificuldades para vender suas ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião em que desejarem. Inclusive, caso um dos acionistas relevantes decida vender parcela significativa de suas ações em bolsa, a ausência de liquidez pode afetar negativamente os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações da Companhia.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação as ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*.

- *Standard & Poor´s* inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BBpositivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, *Standard & Poor'*s rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Em dezembro de 2015, *Moody´s* colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.

- *Fitch* rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em Maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19. Na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB-estável, BA2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de *rating* e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos.

A Companhia não pode garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *rating* de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros: (a) alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (b) restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2021, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão era cerca de R$ 4,516 bilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 43% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 5,570 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 7,3% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R$ 5,193 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 28,8% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2019. Após o início da pandemia de COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao Dólar, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e crise política. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispõe da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas possuem exposição às aplicações financeiras expostas à variação do CDI e IPC, empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados à taxa de juros vinculada a indexadores, como o TJLP/TLP, bem como saldo de contas a pagar de aquisições, com juros à taxa CDI.

Conforme disposto no CPC 40/IFRS 7, que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade à mudança nas taxas de juros às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no boletim FOCUS de dezembro de 2021 foi extraída a projeção do indexador TJLP / CDI para o ano de 2022 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

(Em milhares de R$, exceto índices e percentuais)		**Consolidado**					
Operação	**Risco**	**Saldo Contábil 31/12/2021**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**
Aplicações financeiras	CDI	109.866	2.428	3.642	4.856	6.070	7.284
Participações societárias a pagar	CDI	(40.805)	(902)	(1.353)	(1.804)	(2.254)	(2.705)
Aplicação financeira	IPC	4.097	115	172	229	286	344
		73.158	**1.641**	**2.461**	**3.281**	**4.102**	**4.923**
Empréstimos e financiamentos	TLP	(11.401)	(234)	(351)	(467)	(584)	(701)
		(11.401)	**(234)**	**(351)**	**(467)**	**(584)**	**(701)**
Exposição líquida		**61.757**	**1.407**	**2.110**	**2.814**	**3.518**	**4.222**
Indexador	CDI		2,21	3,32	4,42	5,53	6,63
	TLP		2,05	3,08	4,10	5,13	6,15
	IPC		2,80	4,20	5,60	7,00	8,40

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas eram parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, comercial, cível e trabalhista.

Na opinião da administração da Companhia, são considerados relevantes no aspecto financeiro os processos judiciais e administrativos contenciosos que envolvam valores superiores a R$ 2,5 milhões (os quais representam 1% do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021), ou que envolvam matérias que, caso decididas desfavoravelmente à Companhia, podem impactar adversamente suas operações ou imagem.

A análise do prognóstico do risco processual, assim como o cálculo dos valores a serem provisionados, refletem a melhor expectativa de perda nas ações judiciais, e foram realizadas pelos advogados externos da Companhia, responsáveis pela condução/gerenciamento desses processos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte, no polo passivo, de processos de natureza cível, trabalhista e tributária, com risco provável e possível, que totalizavam o valor de R$27.020 mil, sendo R$8.540 mil com risco provável, devidamente provisionados conforme demonstrativo abaixo, e R$18.480 mil com risco possível. Os processos relevantes estão relacionados nos itens 4.3 a 4.7 a seguir deste Formulário de Referência.

A Companhia apresentava as seguintes provisões para ações de natureza cível, trabalhista e tributária vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, na data indicada:

(R$ mil)	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2021	5.712	2.475	353	**8.540**

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não eram parte de processos judiciais de natureza cível individualmente relevantes.

(ii) Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas eram parte de processos judiciais de natureza trabalhista, sendo os seguintes relevantes:

Ação Civil Pública n° 0000702-18.2019.5.12.0002	
a. Juízo	Justiça do Trabalho de Santa Catarina – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	13/09/2019
d. Partes do Processo	Réu: Companhia Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") – Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado dos pedidos: R$541.739,08 Indenização por dano moral coletivo.
f. Principais fatos	A Ação Civil Pública é resultado de uma apuração promovida nos autos do Inquérito Civil nº 000392.2015.12.005/6, instaurado pelo Ministério Público do Trabalho em face da Companhia. Trata-se de ação para verificar possível ocorrência de subordinação com resultado de "falsa terceirização" quando da contratação de empregados subordinados via pessoa jurídica. A Companhia apresentou contestação e, em 05 de abril de 2021, foi proferida sentença que julgou a ação totalmente improcedente.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública n° 0000702-18.2019.5.12.0002	
	Inconformado com a sentença prolatada, em 08 de abril de 2021 o MPT interpôs Recurso Ordinário. Em 14 de setembro de 2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – SC deu parcial provimento ao Recurso Ordinário do MPT (i) para condenar a Companhia a abster-se de contratar e manter trabalhadores pessoalmente subordinados por meio do denominado processo de "pejotização", isto é, por intermédio de pessoas jurídicas criadas ou utilizadas para tal fim, assegurando-se aos trabalhadores que já prestam serviços pessoais e subordinados à ré via pessoa jurídica, quando da cessação do ilícito, a anotação do contrato de emprego em CTPS, observada a irredutibilidade salarial, sob pena de multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação e por trabalhador encontrado em situação irregular, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador; (ii) na obrigação de pagar indenização por dano moral coletivo no importe de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), corrigido pela SELIC desde a citação, a ser destinada ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 18 de novembro de 2021 a Companhia interpôs Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho, que não foi admitido em 08 de dezembro de 2021.
g. Chance de perda	Provável: R$ 325.043,45 Possível: R$ 216.695,63
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do referido processo poderá causar prejuízos financeiros relevantes à Companhia.

Ação Trabalhista n° 0001366-67.2017.5.12.0051	
a. Juízo	Justiça do Trabalho de Santa Catarina – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	25/10/2017
d. Partes do Processo	Autor: R.R. Réu: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado dos Pedidos: R$7.644.379,75 Pedidos: Adicional de periculosidade; reconhecimento da natureza salarial do vale alimentação; reconhecimento de acúmulo de função; pagamento de diferenças salariais; pagamento de feriados; horas extras; intervalo interjornada; férias em dobro; reconhecimento de vínculo empregatício; expedição de ofícios; pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias; multas dos artigos 467 e 477 da CLT; honorários advocatícios de sucumbência; e indenização por dano moral.
f. Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por trabalhador terceirizado que prestou serviços de consultoria de implantação para a Companhia no período de 1995 a 2016. O Reclamante pleiteia o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia durante o período indicado, bem como o pagamento de todas as verbas rescisórias, salariais e reflexos trabalhistas. Em 25 de fevereiro de 2020, foi proferida sentença favorável à Companhia, que julgou a ação improcedente. Em 13 de março de 2020, o Reclamante apresentou Recurso Ordinário face à sentença, sendo que, em 5 de setembro de 2020 o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – SC conheceu e negou provimento ao recurso, por unanimidade de votos, mantendo a sentença proferida pelo juízo de 1ª instância. O Reclamante, então, opôs Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do referido processo poderá causar prejuízos financeiros relevantes à Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3 acima, era de R$325.043,45.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não eram partes em nenhum processo sigiloso relevante.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

O item abaixo apresenta uma descrição de processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto instaurados até 31 de dezembro de 2021.

Nesta seção 4.6 do Formulário de Referência, estão destacados os valores envolvidos nos processos de natureza repetitiva ou conexos.

Considerando o critério de relevância estabelecido pela Companhia, mencionado no item 4.3 deste Formulário de Referência, foram considerados processos repetitivos ou conexos que, em conjunto, representam valor igual ou superior a R$ 2,5 milhões (os quais representam 1% do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021), descritos na tabela abaixo:

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não eram parte de processos judiciais de natureza cível repetitivos ou conexos relevantes em conjunto.

(ii) Trabalhistas

Fato e/ou causa jurídica	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte, no polo passivo, em 4 processos judiciais trabalhistas tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício por consultores de implantação.
Valores envolvidos	R$4.340.353,49
Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Os processos em questão são resultantes do modelo de atuação utilizado pela Companhia em relação aos serviços de implantação dos softwares desenvolvidos pela Companhia, utilizando profissionais terceirizados, contratados como prestadores de serviços (PJ).

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado para os processos considerados repetitivos ou conexos descritos no item 4.6 acima é de R$985.776,35.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta Relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	
(i) Signatários	Mega Sistemas Corporativos S.A. (CNPJ nº 54.652.177/0001-00) e Ministério Público do Trabalho
(ii) Data da celebração	20 de março de 2018
(iii) Descrição dos fatos que levaram à celebração do termo	Cumprimento de obrigações trabalhistas.
(iv) Obrigações assumidas	1.1. Abster-se de prorrogar a jornada de trabalho além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal, sendo observadas as normas coletivas pactuadas dentro dos limites da lei; 1.2. Conceder o período Inter jornada de 11 (onze) horas; 1.3. Conceder descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, coincidente com o domingo (salvo necessidade imperiosa de serviço); 1.4. Abster-se de efetuar descontos superiores a um mês de remuneração do empregado quando do pagamento da rescisão, salvo as excepcionalidades previstas pelo MTE; 1.5. Não prorrogar a jornada normal de trabalho do empregado mantido sob regime de tempo parcial; 1.6. Conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas.
(v) Prazo, se houver	Não se aplica.
(vi) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.
(vii) Consequências em caso de descumprimento	O descumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta resultará na aplicação de multa à Companhia no importe de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por empregado em cada situação irregular encontrada, atualizados conforme índice aplicado pela Justiça do Trabalho.

Demais procedimentos relevantes

Inquérito Policial nº 2280856-70.2020.020128 (Processo nº 1533801-76.2020.8.26.0050)	
a. Juízo	Foro Central Criminal de São Paulo – Departamento de Inquéritos Policiais 3 (DIPO 3)
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	11/11/2020
d. Partes do Processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Representante: Telemática Sistemas Inteligentes Ltda. ("Telemática") Réus: Fábio Nikel (Head de Produto Acesso e Segurança da Companhia), Rogério Dimas (era Executivo de Vendas da Companhia, não sendo mais colaborador desde abril/2021), Elias Leite do Nascimento Júnior (Coordenador de Vendas da Companhia) e Carlênio Bezerra Castelo Branco (Diretor Presidente da Companhia)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Inquérito Policial nº 2280856-70.2020.020128 (Processo nº 1533801-76.2020.8.26.0050)	
f. Principais fatos	Em 10 de novembro de 2020, a Telemática, empresa produtora de softwares e hardware (equipamentos) ligados à gestão de pessoas, apresentou notícia-crime requerendo a instauração de Inquérito Policial por fatos supostamente ocorridos no bojo do edital de pregão eletrônico NF 1836-19, realizado pela Itaipu Binacional ("Itaipu"), para a aquisição de relógios de ponto e respectivos acessórios. No referido processo competitivo, a noticiante não se sagrou vencedora e foi desclassificada por não atender ao requisito de homologação dos seus equipamentos com o sistema da Companhia, o qual já era utilizado pela Itaipu há diversos anos. Vale ressaltar que tal requisito estava previsto no edital do pregão eletrônico. A Telemática alegou, em síntese, que referido requisito restringia o caráter competitivo do certame, tendo beneficiado ilegalmente a empresa que, por fim, se sagrou vencedora do pregão eletrônico. Foi instaurado inquérito policial em virtude da notícia-crime apresentada pela Telemática contra os Réus (representantes e colaboradores da Companhia) para a apuração dos crimes de estelionato e organização criminosa. Atualmente, o inquérito policial se encontra em curso e ainda não houve apresentação de denúncia.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão desfavorável poderá acarretar riscos reputacionais à Companhia ou acarretar a instauração de outras ações, inclusive de natureza criminal contra os Réus.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados na gestão de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia: na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina; e (ii) internet: site Companhia (https://ri.senior.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

A Companhia adota ainda normativos complementares destinados ao gerenciamento de seus riscos, tal como o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") que é disponibilizado para todos os colaboradores, os quais tomam ciência do propósito, visão e valores da Companhia, bem como das diretrizes de comportamento e responsabilidade.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a disseminar a atitude geral da Companhia na abordagem de riscos ("Cultura de Riscos") e permitir implementar o adequado processo de identificação, avaliação, monitoramento e tratamento dos riscos, possibilitando a continuidade dos negócios da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos: (i) Estratégicos; (ii) Financeiros; (iii) de Conformidade/*Compliance*; (iv) Operacionais; e (v) de Segurança da Informação.

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

- *Riscos de Mercado:* decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e dos preços das ações, por exemplo;
- *Riscos de Crédito:* são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;
- *Riscos de Liquidez:* consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

Riscos de Conformidade/*Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas, perda financeira em razão de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos ou de reputação quando decorrentes de eventos que possam prejudicar a imagem da Companhia.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (*marketing*, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).

Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuadas por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita são identificados, analisados e quantificados, bem como tratados, reportados e monitorados trimestralmente. O processo utilizado pela Companhia para gerenciamento dos riscos inerentes a sua atividade tem por finalidade a preservação de seu negócio e manutenção de sua reputação. A aplicação de controles gerenciais para mitigar os riscos é baseada em diversas etapas, quais sejam:

- identificação dos principais riscos, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;
- quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos parâmetros de probabilidade de ocorrência e impactos: financeiro, estratégico, operacional e de *compliance* adverso aos seus negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas da Companhia com o intuito de promover a mitigação dos riscos identificados;
- identificação de iniciativas e de controles já existentes para a mitigação dos riscos mapeados, e monitoramento dos planos de ações a serem implementados pelos Donos dos Riscos em relação a cada um dos riscos identificados; e
- difusão da Cultura de Riscos e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

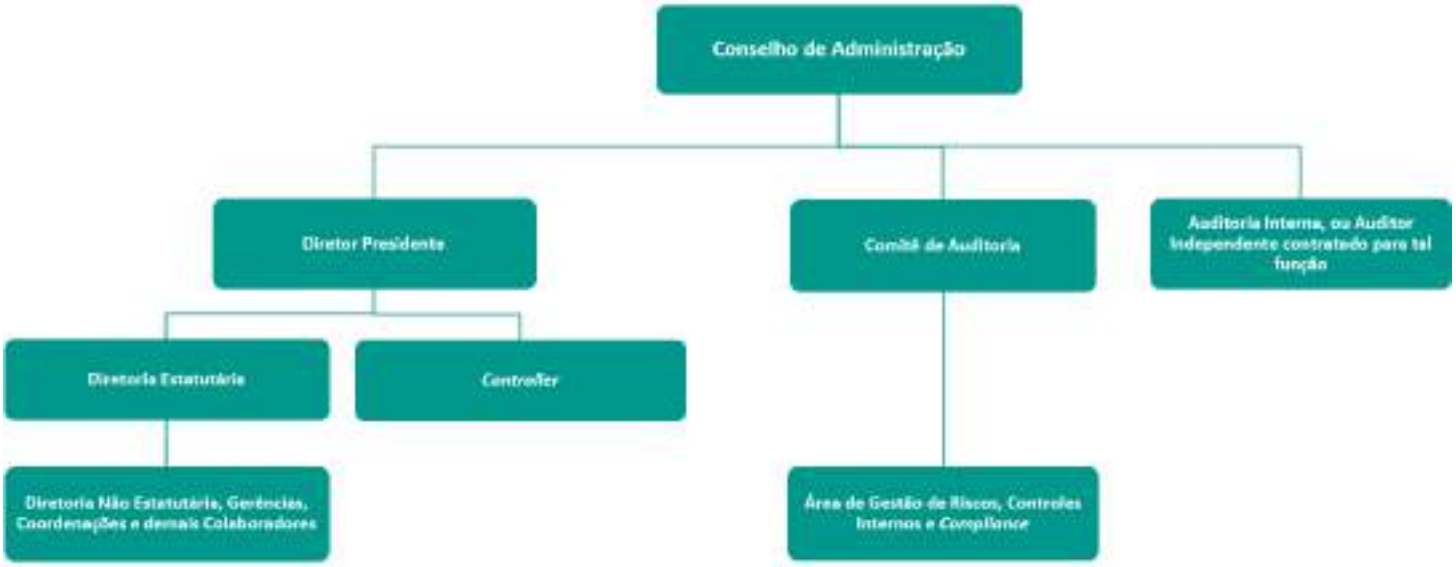
Com a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos em 24 de janeiro de 2022 pelo Conselho de Administração, a Companhia constituiu uma estrutura que ficará responsável pela execução e acompanhamento das atividades de gerenciamento de riscos previstas em referida Política.

A Companhia entende que em todo o processo de gestão de riscos e de acordo com o definido em sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, as áreas envolvidas possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

A Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela condução do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, em diferentes níveis da organização, que abrange: (i) o Conselho de Administração, (ii) o Diretor Presidente, (iii) a Diretoria Estatutária, (iv) o *Controller*, (v) a Diretoria Não Estatutária, (vi) o Comitê de Auditoria, (vii) a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, (viii) a Auditoria Interna e (ix) Gerências, Coordenações e demais Colaboradores da Companhia. Seu propósito é permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e a confiabilidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia apresenta as estruturas internas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos:



Conselho de Administração: órgão responsável por:

(i) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e *Compliance* e suas revisões futuras;

(ii) definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios;

(iii) em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*;

(iv) Aprovar anualmente a Matriz de Riscos tomando conhecimento das priorizações dos riscos e das respectivas ações mitigatórias e de gerenciamento;

(v) Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados da avaliação da estrutura operacional de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; e

(vi) Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, bem como do programa de *compliance* da Companhia, e aprovar eventuais sugestões de alterações, se necessário.

Diretoria Estatutária (incluindo o Diretor Presidente): responsável por:

(i) Adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas pelo Conselho de Administração, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos;

(ii) Avaliar anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de *compliance* e prestar contas ao Conselho de Administração sobre referida avaliação;

(iii) Validar a Matriz de Riscos, reportando-a ao Conselho de Administração;

(iv) Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de *compliance* da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e

(v) Manifestar-se sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados da avaliação da estrutura operacional de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso necessário.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Controller: responsável por:

(i) Manifestar-se sobre as recomendações de aprimoramentos de controles internos realizadas pelos auditores independentes e recomendar à Diretoria sugestões de aprimoramento, caso necessário; e

(ii) Adotar mecanismos para gerenciamento de riscos com relação a aspectos contábeis e financeiros, seguindo as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Diretoria Não Estatutária, Gerências, Coordenações e Demais Colaboradores: responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo:

(i) Suprir o Conselho de Administração com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, inclusive com monitoramento e controle, acerca da qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, das informações trimestrais, dos controles internos, do processo de gerenciamento de riscos e do programa de *compliance*;

(ii) Acompanhar as atividades da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções;

(iii) Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles, os planos de ação mitigatórios e seus indicadores, reportando-os ao Conselho de Administração;

(iv) Aprovar a Matriz de Riscos da Companhia, preparada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, reportando-a à Diretoria para validação e, anualmente, ao Conselho de Administração; e

(v) O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*: área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria.

(i) Preparar a Matriz e Riscos da Companhia e submetê-la ao Comitê e Auditoria e Diretoria;

(ii) Auxiliar os gestores de processo na definição dos Planos de Ação necessários para tratamento dos Riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na implementação de referidas medidas mitigatórias;

(iii) Conjuntamente com a Administração, analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades;

(iv) Monitoramento quanto a implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia;

(v) Disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; e

(vi) Desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos.

Área de Auditoria Interna: área responsável por:

(i) verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia;

(ii) avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;

(iii) prestar contas ao Conselho de Administração.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos e de controles internos apresenta certo grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos serão ajustados e adaptados à medida que a Companhia entender necessário.

Para mais informações sobre os riscos relativos às políticas e às estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos vide item 4.1 deste Formulário de Referência – Fatores de Riscos – "*A Companhia entende que as novas estruturas e processos adotados para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar sua reputação de maneira adversa e os seus resultados de forma relevante.".*

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 24 de janeiro de 2022 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual descreve o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de gerenciamento de riscos no item 5.1 “b” acima.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e dos preços das ações, por exemplo.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, do câmbio e dos preços das ações. No entanto, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, a administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado a mesma estrutura organizacional detalhada para fins de gerenciamento de riscos no item 5.1 “b” “(iii)” acima.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não há estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado a mesma estrutura organizacional detalhada para fins de gerenciamento de riscos no item 5.1 “b” “(iii)” acima, portanto, vide item 5.1 “c” acima para uma descrição da adequação de tal estrutura.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Compete ao Diretor Financeiro (o qual faz parte da Diretoria Estatutária) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como elaborar e revisar relatório anual da administração da Companhia, a ser submetido à aprovação em reunião da Diretoria.

A área de Contabilidade (coordenada pelo Controller) é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

O Controller é responsável também por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos com relação a aspectos contábeis e financeiros, seguindo as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, reportando-se ao Conselho de Administração, quando necessário.

A Auditoria Interna (ou auditor independente registrado na CVM contratado para essa função, como é o caso atualmente), atua de forma independente e se reporta ao Conselho de Administração, tendo por responsabilidade verificar a eficácia do gerenciamento de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos adotados são periodicamente supervisionados pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Além disso, o Conselho de Administração, em conjunto com o Comitê de Aditoria, monitora e controla a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

A Auditoria Interna, atualmente terceirizada a auditor independente registrado na CVM, é responsável por verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia e avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia.

As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Ainda, o Controller é responsável por manifestar-se sobre as recomendações de aprimoramentos de controles internos realizadas pelos auditores independentes e recomendar à Diretoria sugestões de aprimoramento, caso necessário.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

Em relação à supervisão, a Companhia entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica. Adicionalmente, todos os gestores têm o papel de disseminar as regras, políticas, e normas da Companhia para seus colaboradores.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe apontamentos sobre as deficiências e recomendações dos controles internos presentes em relatório circunstanciado dos auditores independentes e, a partir disso, propõe um plano de ação, bem como trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação à existência de deficiências nos controles internos identificadas no decorrer da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria, a qual ocorreu em 31 de janeiro de 2022. Por esta razão, informamos que a versão final e emitida do relatório circunstanciado está em processo de obtenção, observados os prazos legais.

Adicionalmente, destaca-se que em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia no relatório circunstanciado apresentado pelos auditores independentes.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, tão logo a Companhia tenha acesso à versão final do relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Em 24 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela aprovação do Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de fraudes e ilícitos contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Ética, questões de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas em nossas demais políticas, conforme descrito no item "i" a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias descrito no item (b) abaixo.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos, aprovados em reunião realizada em 24 de janeiro de 2022, os membros do Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos: (i) política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

É de atribuição do Comitê de Auditoria, dentre outros, o monitoramento e controle, acerca do processo de gerenciamento de riscos e do programa de *compliance* da Companhia, reportanto ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas, bem como avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia, relacionadas aos termos de sua competência.

Possuímos, ainda, a Área de Auditoria Interna, a qual compete, dentre outros, avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Ética são de responsabilidade do Comitê de Pessoas, com o apoio da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, e em conjunto com o Comitê de Auditoria da Companhia.

Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como Leis Anticorrupção.

5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da nossa Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

• **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

• **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Realizamos treinamentos periódicos, com frequência mínima anual, a todas as pessoas que mantém vínculo estatutário ou empregatício com a nossa Companhia, a fim de recordar as normas e princípios do nosso Código de Ética, além de esclarecer eventuais questionamentos. Os treinamentos deverão ser também realizados novamente sempre que houver revisão e atualização do Código de Ética em aspectos relevantes, conforme avaliação da Companhia.

• **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções encontram-se previstas no Código de Ética e incluem: (i) advertência verbal; (ii) advertência escrita; (iii) suspensão com ou sem perda de remuneração; (iv) dispensa com ou sem justa causa, ou, ainda, (vi) propositura de ações judiciais.

A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do Código de Ética será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: https://canaldeeticaeconduta.senior.com.br/.

• **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

A responsabilidade pela apuração de denúncias é do Comitê de Pessoas, com o apoio da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*. Casos denunciados, que possuem por escopo questões contábeis e fiscais, devem ser reportados também ao Comitê de Auditoria da Companhia.

• **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.4 - Programa de Integridade

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de nossos colaboradores e de terceiros.

• **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. Fica a critério do denunciante, manter o seu nome em sigilo ou não.

Todos as denúncias recebidas são formalmente e imparcialmente investigadas, independentemente da função ou do nível hierárquico do investigado, sendo assegurado ao denunciante que este não será prejudicado por relatar suspeita de irregularidade. O esclarecimento de disposições constantes do Código de Ética, bem como realização de denúncias a violações de nossas políticas e normas e/ou auxiliar uma investigação, é uma conduta apreciada e incentivada pela Companhia, nos seguintes termos:

(i) Qualquer medida de represália contra denunciante que tenha feito a denúncia será punida, exceto se este tiver agido de má-fé, com culpa ou dolo;

(ii) Qualquer suspeita de que alguém esteja sofrendo algum tipo de represália deve ser informada imediatamente por meio do Canal de Denúncia; e

(iii) São exemplos de medidas de represálias: ameaças; negativa injustificada de promoção, sobretudo em épocas destinadas ao tratamento do assunto; assédio moral e/ou constrangimento; avaliação de desempenho ruim, não condizente com a realidade; redução, sem motivo plausível, de responsabilidades; rescisão sem justa causa; exclusão de reuniões e calls de sua responsabilidade; exclusão de eventos sociais do escritório; comportamento desrespeitoso.

• **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Comitê de Pessoas, com o apoio da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. O Comitê de Pessoas analisa e delibera sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe ao Comitê de Pessoas decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de denúncia.

Casos denunciados, que possuem por escopo questões contábeis e fiscais, devem ser reportados também ao Comitê de Auditoria da Companhia.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias de que participa, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Riscos Adicionais

Adicionalmente aos riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2, a Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de fluxo de caixa, relacionado com a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos, correntes e futuros, em virtude de indisponibilidade de caixa, tendo como consequência, o impacto em suas operações.

A administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos excedentes em ativos líquidos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nas datas dos balanços os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	Em 31 de dezembro de 2021			
(Em milhares de reais)	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Mais de 3 anos**	**Total**
Fornecedores	4.528	-	-	4.528
Empréstimos e financiamentos	11.458	-	-	11.458
Participações societárias a pagar	23.640	14.241	6.052	43.933
Passivos de arrendamento	5.815	10.729	36.301	52.845
	45.441	**24.970**	**42.353**	**112.764**

	Em 31 de dezembro de 2020			
(Em milhares de reais)	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Mais de 3 anos**	**Total**
Fornecedores	3.248	-	-	3.248
Empréstimos e financiamentos	357	6.453	4.596	11.406
Participações societárias a pagar	18.878	21.459	595	40.932
Passivos de arrendamento	1.421	1.747	2.237	5.405
	23.904	**29.659**	**7.428**	**60.991**

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

	Em 31 de dezembro de 2019			
(Em milhares de reais)	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Mais de 3 anos**	**Total**
Fornecedores	2.571	-	-	2.571
Empréstimos e financiamentos	15.619	-	-	15.619
Participações societárias a pagar	21.730	38.820	-	60.550
Passivo de arrendamento	2.173	2.728	6.722	11.623
	42.093	**41.548**	**6.722**	**90.363**

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, tanto na controladora quanto no consolidado, para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito, atuando de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado de primeira linha.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais)	**2021**	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	121.642	136.227	84.602
Contas a receber de clientes	59.513	39.310	38.884
Aplicação financeira	4.097	-	-
	185.252	**175.537**	**123.486**

Gerenciamento de Riscos

Riscos Cibernéticos

A Companhia está em estágio avançado no seu processo de adequação às disposições da LGPD, e vem atuando fortemente na mitigação de eventuais riscos, sendo que adotou melhorias das medidas técnicas e administrativas já existentes, assim como novas implementações, criou e revisou políticas e processos, nomeou Encarregado de Dados e criou um Grupo de Trabalho para apoiá-lo nas atividades, assim como vem trabalhando intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

Adicionalmente, a Companhia possui coordenação específica para *cyber security* e para segurança da informação e governança, formadas por profissionais tecnicamente capacitados. No ano de 2021 a Companhia também instituiu o Grupo Estratátegico de segurança da informação e Privacidade de Dados, a fim de (i) assegurar a aplicação das políticas relacionadas a Segurança da Informação, bem como de Proteção de Dados; (ii) implantar e monitorar práticas, estabelecer padrões e receber as infrações cometidas frente as políticas de segurança da informação; e (iii) ampliar o conhecimento sobre as melhores práticas de segurança da informação, compartilhar correções relativas a ataques e vulnerabilidades e trocar informações sobre novas tecnologias, produtos, ameaças e vulnerabilidades.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia também possui processo mensal de testes de invasão e avaliação de vulnerabilidades, tais como, *pentests*, *scans* de vulberabilidade dos fornecedores de *cloud*, *Security Score Card* (pontuação de avaliação de vulnerabilidade) e utiliza ferramentas relacionadas a segurança da informação, tais como *softwares* antivírus, *firewall* e MFA (*Multi Factor Authentication*).

Por meio de planos de comunicação e treinamentos periódicos acerca da segurança da informação, a Companhia trabalha intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

Covid-19

A Companhia tem adotado práticas que contribuem de forma efetiva para a segurança e saúde de seus colaboradores e com o pleno funcionamento das suas operações, sem qualquer prejuízo e/ou impacto para seus clientes. A Companhia realiza comunicações periódicas acerca da prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão, as quais foram amplamente divulgadas em sua rede social coorporativa em um canal específico denominado “Canal COVID-19”, bem como instituiu diversos protocolos, tais como, mas não se limitando ao uso preferencial do álcool a 70% para higienização das mãos; Higiene correta e frequente das mãos com água e sabonete, quando não possível uso do álcool a 70%; Uso obrigatório da máscara em todos os ambientes da Companhia, fornecimento de máscaras para quem estivesse realizando atividades presenciais; Limpeza frequente de todos os ambientes, especialmente os ambientes de uso comum e orientações para que se evitem tocar superfícies com alta frequência de contato como maçanetas, botões de elevador, corrimãos, entre outros; Distanciamento social em todos os nossos locais de trabalho, os quais foram demarcados com a informação quanto a sua autorização ou não para uso; Aferição de temperatura de todas as pessoas (funcionários, visitantes, fornecedores, clientes) nos estabelecimentos com maior concentração de profissionais (acima de 300 colaboradores).

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	24/05/1988
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Senior Sistemas S.A. ("Senior" ou "Companhia") foi constituída em 1988 por Guido Heinzen. Aos 23 anos, ele escreveu um programa de folha de pagamento e, em 1988, percebendo que havia espaço no mercado, decidiu empreender vislumbrando oportunidade no segmento de microinformática.

Juntaram-se a ele, em 1990, Nesio Roskowski, até então analista de sistemas, e Jorge Cenci, que naquele momento era gerente de TI. Neste momento, estava sendo implementado também o plano de expansão comercial da Companhia por meio de Canais e Revendas no Brasil. Até 1996, a Companhia atingiu mais de 720 clientes e 100 colaboradores.

Além de ser pioneira na atuação com o RH por meio da solução *Human Capital Management* (HCM), a Companhia lançou outros dois produtos, sendo o Gestão Empresarial (ERP) em 1996, e o Gestão de Acesso e Segurança em 2001. Na sequência, ainda em 2001, além de contar com sua rede de canais de distribuição (conforme detalhado no item 7.3(b)), a Companhia inicia a abertura de outras filiais para atender diretamente os clientes nos principais centros econômicos do Brasil, com sua primeira filial na cidade de São Paulo/SP.

No ano de 2011, a Companhia constituiu seu Conselho de Administração e realizou a transição da gestão. Foi então que, em 2012, Carlênio Castelo Branco assumiu como CEO, substituindo Jorge Cenci, atual presidente do Conselho de Administração.

Em 2013, a Companhia começou a comercialização de sistemas de gestão em *Cloud Computing*, ampliando a presença no mercado com soluções hospedadas na nuvem.

Neste mesmo ano, a Companhia abriu uma filial no Rio de Janeiro para atender o mercado local, alcançando de forma ainda mais atenciosa os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesta fase, a Companhia também investiu na consolidação das filiais Rio Grande do Sul e Nordeste, e efetivou a aquisição da *Performance Management System* (PMS), naquele momento um dos maiores canais de distribuição da Companhia no interior de São Paulo, localizado em Indaiatuba, que posteriormente se tornou a filial SP Interior.

Em outubro de 2014, a Senior deu seu primeiro passo na área de logística ao adquirir a Sythex, fornecedora nacional de *software* WMS, sigla para *Warehouse Management System*, ou Sistema de Gerenciamento de Armazém, que atende o segmento logístico, uma das mais importantes etapas da cadeia de suprimentos.

Atenta às transformações tecnológicas em curso, a Companhia iniciou, em 2015, o desenvolvimento da nova plataforma SeniorX, uma plataforma *cloud-native*, baseada em microserviços e APIs, voltada a experiência do usuário e transformação digital das corporações.

Dando sequência à estratégia de expansão do portfólio de sistemas para logística, em outubro de 2015 a Companhia adquiriu a SOFtran, especializada em *Transport Management System* (TMS) e, solução direcionada a transporte de carga, logística e frotistas.

Além dos investimentos em portfólio, a Companhia começou, em 2015, o investimento em *startups* com o Programa Inove Senior, de aceleração de *startups* em estágio inicial de crescimento. Através deste programa a Companhia realizou e mantém dois investimentos: (i) *startup* Conta Mínima, hoje parte do portfólio da investida VC-X Solution; (ii) *startup* Intelup, com foco em solução para indústria 4.0. Após esta experiência com investimento semente, a Companhia estruturou um processo de *Corporate Venture*, agora com foco em startups mais maduras, que culminou (i) na aquisição de controle da *startup* Obra Prima, com solução para pequenas construtoras e (ii) investimento na Mindsight, HRtech com foco em *analytics* para análise de perfil comportamental.

Já em fevereiro de 2016, a Senior fez o lançamento da Senior Store, com objetivo de comercializar soluções, treinamentos e serviços de maneira digital. Neste mesmo ano a Companhia fez a aquisição do canal Senior Unidade Minas Gerais, dando origem à filial MG e promovendo mais sinergia aos negócios da região Sudeste.

A Companhia também usou sua expertise em agronegócio para adquirir, em 2017, seu canal de distribuição Prodama. A novidade incrementou o portfólio de soluções da Senior com ofertas especializadas para o agronegócio e ampliou a presença da Senior no Brasil, já que o movimento deu origem às novas Filiais PR e MT.

6.3 - Breve Histórico

O ano de 2018 chegou marcando história para a Senior, que atingiu o patamar de empresa de grande porte com R$335 milhões de receita bruta. A Companhia também anunciou a aquisição da Mega Sistemas, com sede em Itu (SP) e com filiais e canais em diversas regiões, incluindo o Nordeste. A Mega foi reconhecida pelo Help Desk Institute (HDI), em 2016, como o Melhor Suporte do Brasil e sua principal linha de negócios é *software* de gestão para o segmento da construção.

Em fevereiro de 2019, a Senior seguiu com seu crescimento anunciando a aquisição da unidade de logística TMS da Opentech, com sede em Joinville (SC), reforçando sua atuação como fornecedora de soluções para gestão em logística.

Em 2020, a Senior lançou a sua primeira fintech, a Wiipo. A Wiipo nasceu para integrar as demandas financeiras das empresas e das pessoas com os sistemas de gestão, algo que otimiza processos e reduz o esforço operacional das organizações e gera uma nova experiência de uso para as pessoas.

Ainda em 2020, a Senior expandiu sua operação no centro oeste com aquisição da carteira de clientes da Next Brasil, canal de distribuição da Mega Sistemas, com o objetivo de impulsionar a atuação no mercado de construção e *facilities*.

Entre 2020 e 2021, a Companhia continuou sua expansão no Brasil, com o lançamento da nova geração do ERP Senior, baseada na Plataforma SeniorX. Utilizando uma tecnologia 100% *cloud*, baseada em microserviços e APIs, a plataforma é integrada com as demais soluções de gestão da Senior, possibilitando criar, automatizar e modificar soluções de acordo com a demanda de cada cliente.

A Senior foi apontada na Pesquisa Panorama Mercado ERP (*Enterprise Resource Planning* – sistema para gestão de empresas), realizada pelo Portal ERP, como uma das principais desenvolvedoras de *software* no país em 2020.

Em 2021, a Senior Sistemas começou o ano anunciando sua expansão internacional com a aquisição da empresa colombiana de solução de Gestão de Pessoas HCM e ERP, a Novasoft SAS. Na sequência, também comunicou quatro novas aquisições, sendo duas no segmento de logística: (i) WMS Alcis, de gestão de armazenagem; (ii) TMS Embarcador GKO, de gestão de transportes; (iii) Convenix, de benefícios flexíveis e convênios, primeira aquisição da *fintech* Wiipo; (iv) Obra Play, de solução de marketplace para construção civil, primeira aquisição da *startup* Obra Prima.

A Companhia também acumula 4 títulos consecutivos no *Great Place to Work*, se destacando desde 2018 na lista das melhores empresas de TI do Brasil para se trabalhar. No ano de 2021, a Senior alcançou a 16º posição nesta premiação, e o 6º lugar no recorte feito no estado de Santa Catarina. Também em 2021, o *Gartner*, em um guia de mercado com 40 provedores mundiais, elegeu a Companhia como “Representative Vendor” para “*Human Capital Management Suites*”.

No “Anuário Informática Hoje”, a Senior também foi campeã como a “Melhor Rentabilidade em 2021”, além de estar mais uma vez entre as “200 maiores empresas de TI do Brasil”, e receber o título de “Empresa destaque do Ano no segmento Desenvolvedores de *Software*”.

Com mais de 2.000 colaboradores, 25 aquisições, 10 filiais e diversos canais de distribuição, atualmente a Senior Sistemas é uma companhia de *software* para gestão com atuação nacional e internacional.

Salvo pelo disposto no item 7.5, a Companhia esclarece que não foram verificadas decisões de políticas setoriais ou macroeconômicas que tenham afetado de forma relevante a Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e até a data deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos a Senior Sistemas, uma companhia com 34 anos de experiência e foco na criação e desenvolvimento de soluções de *software* ("SaaS") que têm por finalidade promover a eficiência e viabilizar uma gestão assertiva e estratégica por nossos clientes de seus negócios e operações. Atuamos como um *one-stop-shop*, oferecendo soluções de gestão completas para nossos clientes e um amplo portfólio de produtos. Dessa forma, oferecemos soluções para gestão empresarial *Enterprise Resource Planning* ("ERP"), com forte atuação nos setores de Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, entre outros. No âmbito das nossas soluções de Gestão Empresarial ERP, oferecemos aos nossos clientes soluções de otimização logística, gestão de pessoas, gestão de acesso e segurança, e serviços financeiros.

Nossas soluções estão organizadas em três principais conjuntos de capacidades, as quais buscam potencializar os resultados dos nossos clientes: (i) *Capacidade de Gestão*, que envolve as aplicações *core* de gestão empresarial ERP, (ii) *Capacidade de Plataforma*, que habilita os nossos clientes a construir um ecossistema com soluções especialistas em torno do seu ERP, as quais podem ser integradas de forma oficial por meio de mais de 15 mil APIs (*Applications Protocol Interface – "API"s*), e a (iii) *Capacidade Financeira*, que visa prover serviços financeiros otimizados e integrados ao ERP e aos sistemas de Recursos Humanos.

A Senior Sistemas constituiu um considerável ecossistema tanto no Brasil quanto na Colômbia. Em 31 de dezembro de 2021, atendíamos aproximadamente 10 mil empresas e contávamos com 6,6 milhões de colaboradores e/ou usuários finais ("End-users") por meio das nossas soluções, conforme abaixo descrito:

- No Brasil, em 31 dezembro de 2021, superamos a marca de 8,9 mil clientes, atendendo a 30 das 100 maiores empresas de construção em 2021, conforme dados da INTEC[1], e 7 das 10 maiores empresas de *agribusiness,* em 2020, segundo a Forbes[2], utilizando nossas soluções, além de aproximadamente 6 milhões de *End-users*.

- Na Colômbia, contamos com 1,1 mil clientes em 31 dezembro de 2021, estando presentes com nossas soluções em 3 das 10 maiores empresas de auditoria em 2020, conforme dados do *La Nota Económica*, e, em 4 das 10 maiores empresas de emprego temporário em 2021, de acordo com *ranking* das 10 mil maiores empresas colombianas do *La Nota Económica*. Dessa maneira, nossas soluções servem de suporte para nossos clientes na gestão de seus mais de 600 mil *End-users na Colômbia.*

Além disso, em 31 de dezembro de 2021, contávamos com mais de 100 canais de distribuição e 52 parceiros conectados em nosso ecossistema, além dos nossos 2,2 mil colaboradores, distribuídos em nossas filiais em 9 estados brasileiros[3] e no Distrito Federal e uma filial na Colômbia.

Com relação aos nossos colaboradores, em 31 de dezembro de 2021, 34% (749) estão alocados para desenvolvimento constante de novas soluções, sendo 40 arquitetos de *software*, 625 líderes, desenvolvedores e analistas, 16 pesquisadores no time de *Data Science*, 68 analistas de negócios, em 8 centros de desenvolvimento[4].

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, registramos uma receita líquida de R$582,5 milhões e margem líquida (consiste no lucro líquido dividido pela receita líquida) de 17,8%, representando um crescimento anual composto - CAGR da receita operacional líquida de 2019 até 2021 de 23,9%.

Temos uma cultura interna centrada no cliente. Acreditamos que relacionamento próximo e atencioso com nossos clientes consiste em um grande diferencial no mercado de ERP que atuamos. Possuímos um índice de recomendação *Net Promote Score* ("NPS") 42 pontos, o qual é significativamente acima da média do NPS da indústria d tecnologia (30 pontos), conforme estudo divulgado pela Retently em 2021.

Fomos finalistas em 3 categorias (Melhor Assistente Virtual de Suporte, Melhor Coordenador de Suporte e Melhor Equipe de Suporte) do Troféu HDI Brasil 2021, prêmio referência de satisfação do cliente. Além disso, mantemos uma reputação

[1] Ranking INTEC 2021, que classifica as 100 maiores construtoras.

[2] Ranking das 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro de 2020 feito pela Forbes.

[3] Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro.

[4] Os centros de desenvolvimento estão localizados no (i) Brasil, nas cidades de Blumenau, Joinville, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Itu e (ii) na Colômbia, na cidade de Bogotá.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

sólida com os clientes, representada por um *churn* de 5,6% em 2021 e um tempo médio[5] de relacionamento com o cliente acima de 8,3 anos em 31 dezembro de 2021.

Os nossos conjuntos de capacidades, quais sejam, Capacidade de Gestão, Capacidade de Plataforma, e Capacidade Financeira, estão conectados de forma a gerar informações e *insights* importantes para os negócios e operações de nossos clientes, em especial na tomada de decisão baseada em dados, que consiste em uma ferramenta importante em uma era de transformação digital acelerada das empresas.

As soluções ofertadas por meio da Capacidade de Gestão consistem em nossa principal avenida de crescimento, uma vez que apresenta altos níveis de recorrência de receitas e de retenção de clientes. Além disso, por operarmos em setores da economia com potencial de mercado escalável, entendemos que nossos demais conjuntos de capacidades, Capacidade de Plataforma e Capacidade, funcionam como fontes complementares de receita, aumentando o valor agregado das nossas soluções de gestão empresarial.

A seguir, seguem abaixo as principais informações de um dos nossos conjuntos de capacidades.

Nosso Ecossistema

Capacidade de Gestão

Como nossa principal capacidade, destacamos a Capacidade de Gestão, por meio da qual buscamos prover as melhores soluções em gestão empresarial ERP para os setores estratégicos que atuamos e, em linha com o que entendemos ser o que há de mais moderno em tecnologia para gestão. Fornecemos um sistema que acreditamos ter grande capacidade de adequação aos processos de cada organização, preservando os seus diferenciais competitivos, e provendo a capacidade de integração com subsistemas/módulos especialistas, próprios do cliente ou de outros fornecedores, de forma transparente e segura, através do conceito de “plataforma”, conforme abaixo descrito.

Aliado ao movimento de mercado de migração de sistemas de ERP para a nuvem, nossa experiência nos permite concluir que existe uma busca por soluções cada vez mais especializadas para cada setor das empresas, exigindo uma capacidade de integração dos ERP’s cada vez maior à atividade e particularidade de cada setor de atuação das empresas.

Essas necessidades de flexibilização funcional e maior capacidade de integração com subsistemas especialistas se tornam ainda mais complexas de serem atendidas quando falamos de soluções na nuvem, pois exige uma arquitetura tecnológica nova, que consiga (i) atender ao *core* de gestão dos clientes, (ii) absorver a demanda de personalizações e processos especialistas, sem afetar a performance da nuvem como um todo ou onerar custos operacionais para o fornecedor de ERP e ainda (iii) garantir os requisitos relacionados à segurança digital.

Implementamos em nossa arquitetura os conceitos de micro serviço[6] e mensageria *multitenant*[7] necessários para atender a estes pré-requisitos tecnológicos de escolha de software nos próximos anos.

Outro aspecto importante da nossa Capacidade de Gestão é a interface de interação com os usuários. O acesso à informação para tomada de decisão passa a ser, cada vez mais importante para todos os níveis da organização. A fim de democratizar ao máximo o acesso aos sistemas, implementamos em nosso ERP uma rede social corporativa com características mais intuitivas e conhecidas pelos diversos membros de uma organização, desde alta gerência até os níveis operacionais.

Outra característica implementada neste sentido é o uso da SARA, *bot* de autoatendimento dos sistemas Senior que pode sanar dúvidas e responder a perguntas sobre a operação, em linguagem natural do ser humano, tanto pelo sistema quanto pelo *Whatsapp* e *Google Assistant*. A SARA também pode emitir alertas de situações de risco da operação, como uma quebra de fluxo de caixa futura, ou ainda um alerta de inovação de área restrita por pessoal não autorizado.

Todos os processos de negócios do sistema estão catalogados em um repositório de dados para serem utilizados em fluxos de automação de processos e autorizações, como Workflows. Essa característica tem por finalidade fornecer ao cliente a capacidade de gerenciar os processos e regras de acordo com suas diretrizes e garantir a governança da sua

[5] Calculado com base na média unitária, excluindo operação Obra Prima e Novasoft.

[6] Micro serviço consiste em uma pequena porção de software que roda de maneira independente, focada em um único e pequeno conjunto de funcionalidades dentro de um conjunto de serviços muito maior, formando uma arquitetura de micro serviços.

[7] Multitenant consiste na multilocação de software é uma arquitetura de software, na qual uma única instância do software é executada em um servidor e atende a vários locatários. Os sistemas projetados dessa maneira são "compartilhados".

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

organização de forma simplificada. Dessa forma, a título exemplificativo, apresentamos algumas soluções utilizadas no âmbito do ERP:

- *CRM.* Aplicamos esse conjunto de tecnologia em processos de negócios de forma a construir uma jornada fluida, integrada e agregadora de valor ao longo da cadeia de uma organização Quando potencializamos a capacidade de gestão com nossa tecnologia, consideramos como destaques a solução de CRM– gestão de clientes nativa do ERP Senior e integrada com soluções de marketing digital do mercado, permitido à organização expandir para novas regiões e novos mercados de forma estruturada, em um movimento providencial considerando as necessidades de adaptação dos negócios.

- WMS (*Warehouse Managemente System*) e TMS ("Transport Management System"). Para atendermos a jornada de expansão a novos mercados, principalmente considerando as dimensões e as condições de infraestrutura dos países que atendemos, temos soluções em otimização logística no mercado brasileiro. Tanto para gestão de centros de distribuição, onde temos grandes *players* de *e-commerce* do Brasil como clientes, por exemplo, quanto no que diz respeito à gestão de fretes e transportes, entendemos que nossas soluções atendem ao ciclo completo de suprimento da cadeia onde nosso cliente está inserido.

Desde a matéria-prima até o consumidor final, estamos presentes em empresas nas diversas etapas da cadeia produtiva e nos mais variados setores, como: manufatura, agronegócio, construção civil e pesada, logística, incorporação e urbanismo, atacado & varejo, portos e recintos alfandegados.

- *HCM.* Com relação a gestão de pessoas, o *Human Capital Management* ("HCM") da Senior se mostra como uma solução para empresas que desejam atuar com um RH Digital. O HCM viabiliza: (i) assertividade e agilidade em atração e retenção de talentos, (ii) praticidade ao lidar com alto volume de folhas de pagamentos, (iii) simplicidade para tratar assuntos relacionados a férias e benefícios, além de ser (iv) um apoio estratégico na prestação de contas necessárias para o eSocial. Por meio de um RH digital, o time de gestão de pessoas se posiciona de forma mais estratégica.

- *Acesso e Segurança.* Para controle e segurança do negócio, o Ronda Senior é a solução projetada para atender às políticas de segurança de empresas de diferentes setores, e ao mesmo tempo proporcionar fluidez e circulação de pessoas. Com essa tecnologia é possível validar e monitorar o acesso a áreas restritas, ter visibilidade em tempo real da entrada e saída de visitantes, colaboradores e todos que circulam pela empresa. Além disso, o Ronda também pode ser usado para monitorar veículos de colaboradores, terceiros ou visitantes, através do controle de estacionamentos e garagens. Com isso a Companhia disponibiliza uma tecnologia de (i) gestão de credenciais; (ii) reconhecimento facial; (iii) controle de nível e anti-passback; e (iv) controle de permissão de entrada e saída de colaboradores, o que pode inclusive auxiliar a reduzir passivos trabalhistas.

Pelo grande número de soluções integradas ofertadas em nosso ecossistema, geramos fortes oportunidades de *cross-selling*. Como resultado, em 31 de dezembro de 2021 ao menos 36%[8] dos clientes possuem mais de uma solução Senior em seus portfólios. Além de serem atraídos pela completude do nosso ecossistema, aumentamos a fidelidade dos nossos clientes pela quantidade de ofertas disponíveis no *marketplace* de soluções do ecossistema de parceiros, reforçando a estratégia de *one-stop-shop*. Com isso, possuímos um *churn rate* médio de 5,6%.

Capacidade de Plataforma

A Plataforma SeniorX é um ecossistema que oferece uma experiência completa de gestão e diversos ativos tecnológicos para nossos clientes, de forma a gerar valor por meio da transformação digital de seus negócios. Utilizando uma tecnologia 100% *cloud*, baseada em micro serviços e APIs, a plataforma é integrada com nossas soluções de gestão, possibilitando criar, automatizar e modificar soluções de acordo com a demanda de cada cliente.

Nossa plataforma conta com uma estrutura *low-code* / *no-code*[9]: podendo ser utilizada e customizada por usuários, sem que haja necessidade de conhecimento prévio e específico de programação. Os ativos tecnológicos que fazem parte da nossa plataforma são:

[8] Considera apenas a Senior. Não considera Obra Prima e Novasoft.

[9] "Low-code / no-code" consiste respectivamente em (i) uma plataforma de desenvolvimento de baixo código que fornece um ambiente de desenvolvimento usado para criar software aplicativo por meio de uma interface gráfica de usuário, em vez da programação de computador tradicional codificada à mão e (ii) uma plataforma sem código permite que programadores e pessoas sem conhecimento de programação criem software aplicativo usando interfaces gráficas e configurações em vez da programação de computador tradicional.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Social Network: a plataforma possui uma rede social corporativa totalmente integrada a todos os demais ativos tecnológicos da plataforma, permitindo uma maior fluidez nas trocas de informações e interação entre os diversos departamentos e equipes, especialmente para operações distribuídas em modelo *home office* ou híbrido;

- BPM Studio: a plataforma possui um motor completo de BPM (*business process management*) que é utilizado pelos nossos clientes para digitalizarem seus processos de negócio, fluxos de revisão, aprovação, integração entre áreas etc. O motor de BPM é também utilizado pelas nossas soluções de gestão que já entregam aos nossos clientes fluxos de negócio desenhados e integrados;

- BOT Studio: a plataforma possui também uma solução para construção e configuração de BOTs que permitem a construção de interfaces conversacionais (*CHATBOTS*) completamente integrados às nossas soluções de gestão. É possível assim, que um cliente configure um BOT que passa a interagir e responder em linguagem natural com seus clientes ou seus fornecedores sobre o status de seus pedidos de venda/compra;

- RPA Studio: a plataforma possui uma solução para construção e configuração de RPA (*robotic process automation*) que permite aos nossos clientes a automatização de processos de negócio em nossas soluções de gestão, reduzindo tempo, custos e erros de processos repetitivos;

- DOC Studio: a plataforma possui uma solução para gestão eletrônica de documentos (GED) que permite aos nossos clientes fazer toda a gestão do ciclo de vida de seus documentos, controle de alteração, leitura, distribuição etc. Esta solução integrada às soluções de gestão permite automatizar e digitalizar todo o fluxo de informação comumente em papel como contratos, pedidos, documentos de contratação, entre outros;

- CMS Studio: integrado à solução de DOC/GED e de *Social Network*, o CMS Studio permite aos clientes a configuração e personalização das informações que serão apresentadas a cada público, gerando assim uma experiência personalizada de uso da plataforma;

- SIGN Studio: nossa plataforma possui uma solução de assinatura digital com *blockchain*, que, integrada às soluções de BPM e GED, por exemplo, permite digitalizar todo e qualquer fluxo de negócio que envolva a revisão, aprovação e assinatura;

- Analytics Studio: a plataforma possui ainda uma solução de *analytics* que permite ao cliente personalizar os *dashboards* de informações de gestão ou ainda criar seus próprios, mesclando informações das soluções Senior com outros dados.

Todos estes ativos tecnológicos da plataforma SeniorX estão integrados ao nosso portfólio de *softwares* de gestão, entregando assim uma experiência de uso fluida e integrada aos nossos clientes e permeada de inovação tecnológica.

Recentemente a Senior decidiu abrir a plataforma para que desenvolvedores, canais, parceiros de *software*, e até mesmo os colaboradores das empresas, consigam criar soluções sobre a plataforma, integradas ou não às soluções de gestão da Senior.

Os desenvolvedores que optarem por desenvolver suas soluções sobre a plataforma SeniorX além de contar com toda a capacidade e robustez da plataforma (todos os ativos tecnológicos acima listados), contam ainda com um *marketplace*, em que as companhias ou desenvolvedores podem comercializar suas soluções personalizadas para outros usuários dentro do nosso ecossistema. Dessa forma, os clientes podem ter acesso aos benefícios das soluções personalizadas em nossa plataforma sem necessariamente desenvolvê-las internamente. Enxergamos assim claros efeitos de rede, uma vez que estão presentes desenvolvedores consistentemente criando e adicionando novas funcionalidades às soluções existentes e trazendo novas soluções e aplicativos para nossa base de clientes integrada na plataforma.

Até 31 dezembro de 2021, a plataforma SeniorX contava com 417 mil usuários ativos e 845 milhões de solicitações mensais de usuários *(user request).*

Capacidade Financeira

Nosso Wiipo app é responsável por ofertar as soluções financeiras a nossos clientes, consistindo em um ecossistema completo tanto para o colaborador quanto para a empresa. Operando em um formato de plataforma, conectamos diversas *fintechs*, bancos e estabelecimentos parceiros, buscando oferecer soluções financeiras para nossa base de clientes.

As soluções financeiras disponíveis para colaboradores consistem em folha de pagamento digital, antecipação salarial, crédito consignado e benefício flexíveis.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Dentro da folha de pagamento digital, ofertamos ferramentas tanto para o colaborador quanto para o time de Recursos Humanos das empresas, com integração do relatório de ganhos e férias no mesmo espaço.

Por meio do Wiipo App, os colaboradores podem realizar contratações de crédito consignado oferecidas por bancos e *fintechs* integrados no Wiipo app e já conectado com o portal de RH, para fins de acompanhamento eficiente dos clientes das contratações realizadas. Até 31 de dezembro de 2021, foram concedidos mais de R$ 8 milhões em créditos dentro da plataforma.

Com relação aos benefícios, contamos com a Convenix Benefícios Corporativos Ltda. ("Convenix"), empresa que adquirimos em 2021, que opera uma plataforma de benefícios corporativos com gestão automatizada e flexível (Wiipo Clube). Integrada ao Wiipo app, a plataforma de benefícios acima referida, consiste em um clube de vantagens via débito em folha, o qual conta mais de 955 instituições ativas conectadas em dezembro de 2021, e permite a cada empresa uma escolha personalizada dos benefícios para seus colaboradores de forma integrada com as práticas de *HCM.* Adicionalmente, ofertamos o Wiipo Flex, um cartão que consolida os benefícios a serem oferecidos (como por exemplo, benefícios de vale-alimentação, vale-refeição, vale transporte, vouchers para atividades culturais, vouchers para atendimento de necessidade de home office e voucher para promoção de bem-estar), observado que a empresa cliente possui autonomia e flexibilidade para escolher os benefícios que melhor se adequam aos seus colaboradores. Por consequência, ao adicionar novas ofertas e benefícios, entendemos haver o aumento do take rate (taxa cobrada sobre o valor transacionado) por colaborador quando comparado aos ganhos por usuário com somente as soluções de gestão.

Adicionalmente, para a empresa cliente oferecemos soluções que englobam: antecipação de recebíveis via parceiros e gestão de boleto automatizada integrados com nosso ERP, pagamento pré-agendado, reconciliação automática, conta digital no ERP, agendamento de PIX, transferências e pagamentos, tudo totalmente *online*.

Em 31 dezembro de 2021, atingimos uma avaliação de 4,9/5,0 do Wiipo na *Apple Store*, com 4.800 avaliações. Além disso, possuíamos mais de 1.000 empresas-clientes conectadas ao Wiipo App e 397 mil usuários ativos em 2021.

Expansão das Capacidades

Com nossas soluções de gestão sendo a base do modelo de negócios, objetivamos a expansão do modelo de monetização atual a partir do oferecimento da Capacidade de Plataforma e da Capacidade Financeira para nossos clientes, acreditando no *upselling* e *cross-selling* de nossas soluções como grande avenida para crescimento. Nos beneficiamos de efeitos de rede e escala a partir do crescimento dentro da base existente de clientes, e, ainda, almejamos o aumento do *share of wallet* (porcentagem do orçamento do cliente que é gasto com nossas soluções) com baixo custo de aquisição de cliente ("CAC") adicional

Além disso, diferentemente das soluções de ERP que conhecemos até o momento, desenvolvidas em módulos e adquiridas separadamente de acordo com a necessidade de cada cliente, o surgimento de tecnologias como a computação em nuvem permitiu a criação do ERP *Composable*[10]Baseado em uma arquitetura de *software* com diversos micro serviços interconectados dentro do mesmo módulo, este se diferencia do ERP usual uma vez que os diversos módulos que eram adquiridos separadamente agora se tornam partes dentro do mesmo ERP.

Estes conceitos de micro serviços e ERP *Composable* serão fundamentais para viabilizar a transformação digital das empresas, uma vez que o movimento de migração de soluções de gestão para nuvem vai exigir uma nova arquitetura que permita a integração com outras soluções especialistas, antes realizada em ambiente interno nas organizações, sob domínio das mesmas, e agora estão em nuvens públicas em ambientes *multitenant*, que precisam endereçar questões de segurança da informação, performance e consumo de infraestrutura na nuvem.

A Companhia direciona sua atuação no segmento para soluções de ERP *Composable*, como estratégia, e acreditamos ser a principal empresa da América Latina com tal arquitetura, ofertada por meio da nova geração do nosso sistema ERP, denominado "ERP X".

[10] O *Composable* ERP consiste em uma estratégia de tecnologia adaptativa que permite que os recursos digitais administrativos e operacionais fundamentais para uma empresa acompanhem o ritmo das mudanças nos negócios. Essa estratégia oferece um núcleo de aplicativos que podem ser compostos e, como serviço, plataformas de software altamente configuráveis, interoperáveis e flexíveis para se adaptarem às futuras tecnologias modernas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais setores e indústrias de atuação

Atuamos em setores de alto crescimento e indústrias de tamanho considerável, e, que por conseguinte, oferecem oportunidades a serem exploradas:

- **Recursos Humanos**: O Brasil conta com 88 milhões de empregos, dos quais 53 milhões são trabalhadores formais, segundo dados de julho de 2021 do IBGE (sendo que, 42 milhões estão na iniciativa privada enquanto 11 milhões se encontram na esfera pública). Nossas soluções eram responsáveis pelo gerenciamento de 11% de todos os brasileiros formalmente empregados em setembro de 2021.

- **Logística**: O *e-commerce* na América Latina apresentou a maior taxa de crescimento do planeta, com 37% em 2020, de acordo com a *Insider Intelligence*. Nesse contexto, vemos que 35% das vendas do *e-commerce* na *Black Friday* em novembro de 2020 no Brasil passaram por nossas soluções[11]. Em 2021, 2 das 5 maiores empresas de *e-commerce* se beneficiam do nosso ecossistema de transformação digital.

  - **Construção**: Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - Abrainc, houve 11.500 lançamentos imobiliários no segundo trimestre de 2021 no Brasil, o que representou um crescimento de 30% quando comparado com os lançamentos verificados no primeiro trimestre de 2021. Na data deste Formulário, atendemos 30 das 100 maiores empresas de construção do país, segundo ranking de 2021 da INTEC.

- **Agribusiness**: De acordo com o CEPEA-UESP, o setor de a*gribusiness* teve um crescimento de 33% entre 2014 e 2020, representando em 2020, 27% do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil. Conforme dados da Forbes em 2020, 7 das 10 maiores cooperativas de *agribusiness* usufruem de nossas soluções.

Além dos setores citados acima, serviços, varejo e manufatura também possuem relevância no nosso portfólio.

Crescimento Orgânico e Inorgânico

Crescimento orgânico é aquele obtido pela Companhia por meio do desenvolvimento de novos produtos, ganho de *marketshare*, expansão de vendas por crescimento da economia ou aumento da demanda. Crescimento inorgânico é aquele realizado pela aquisição total ou parcial de outras empresas.

A Senior cresce organicamente pela evolução das soluções atuais, desenvolvimento de novos produtos, evolução tecnológica e expansão da força de vendas. Desde 2001, realizamos a (i) abertura de novas filiais em 9 estados brasileiros[12] e no Distrito Federal e uma filial na Colômbia; e (ii) alcançamos mais de 100 canais de distribuição espalhados em todo território brasileiro que comercializam e prestam suporte/serviços às soluções da Companhia.

Quanto ao crescimento inorgânico, adquirimos empresas para complementar o nosso portfólio de produtos, ampliar a nossa atuação geográfica, bem como consolidar a nossa atuação e entrar em novos mercados. Devido à capilaridade de nossa força de vendas, tanto direta como indireta, conseguimos ampliar a comercialização das soluções das empresas adquiridas. Possuímos um relevante track record em aquisições e investimentos, por meio de 25 operações desde 2011, das quais 18 se referiram a operações de M&A realizadas e 7 consistiram em investimentos em startups.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aquisições por ano	1	1	1	1	1	3	2	2	1	1	4
Investimentos por ano	-	-	-	-	-	1	2	1	1	1	1

Apresentaremos a seguir algumas operações de destaque:

- **Mega Sistemas Corporativos S.A.** ("Mega Sistema"): A Mega Sistema atua em desenvolvimento de software, com foco no setor de construção. Com receita líquida pré-transação de R$45,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atingiu R$91,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um CAGR de 26,2% entre 2018 e 2021.

- **Zero One Tecnologia de Informação Ltda.** (**"**Obra Prima"): A Obra Prima atua em desenvolvimento de *software* para gestão de pequenas e médias construtoras. Com receita líquida pré-transação de R$848,5 mil no exercício

[11] Segundo dados da Ebit | Nielsen

[12] Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

findo em 31 de dezembro de 2018, atingiu R$6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um CAGR de 97,9% entre 2018 e 2021.

- **Novasoft SAS** ("Novasoft"): A Novasoft é uma empresa sediada na Colômbia, adquirida em 2021, que atua em desenvolvimento de *software* para ERP e Recursos Humanos. A Novasoft apresentou uma receita líquida de R$ 21,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de 45,5% em relação ao exercício de 2020, em que apresentou uma receita líquida de R$ 14,6 milhões[13].

Vantagens Competitivas

Enxergamos diversas barreiras de entrada para atuais e novos *players*, as quais listamos abaixo.

- **Reputação**: Reconhecimento de qualidade por nossos clientes e parceiros no oferecimento de soluções integradas. Alta satisfação dos clientes e relacionamentos sólidos, com NPS de 42 em 2021.

- **Tecnologia**: Portfólio de produtos através de um ecossistema completo (Senior X + Wiipo), com uma tecnologia estado-da-arte baseada em micro serviços e APIs.

- **Capilaridade**: Forte rede de distribuição no Brasil (+100 canais de distribuição), ao mesmo tempo com espaço de crescimento na América Latina.

- **Estratégia de Aquisições e de Investimentos**: Expertise relevante por meio da realização frequente de M&As e investimentos nos últimos anos, tendo realizado um total de 25 operações desde 2011 (dos quais, 7 foram investimentos em *startups*).

- **Parcerias**: Foco estratégico em setores segmentados e especializados em alto crescimento, através de relacionamentos fortes e duradouros com nossos mais de 50 parceiros.

- **Ambiente de negócios:** Companhia está adaptada às questões culturais, legais e fiscais nos países e regiões de atuação.

Obstáculos

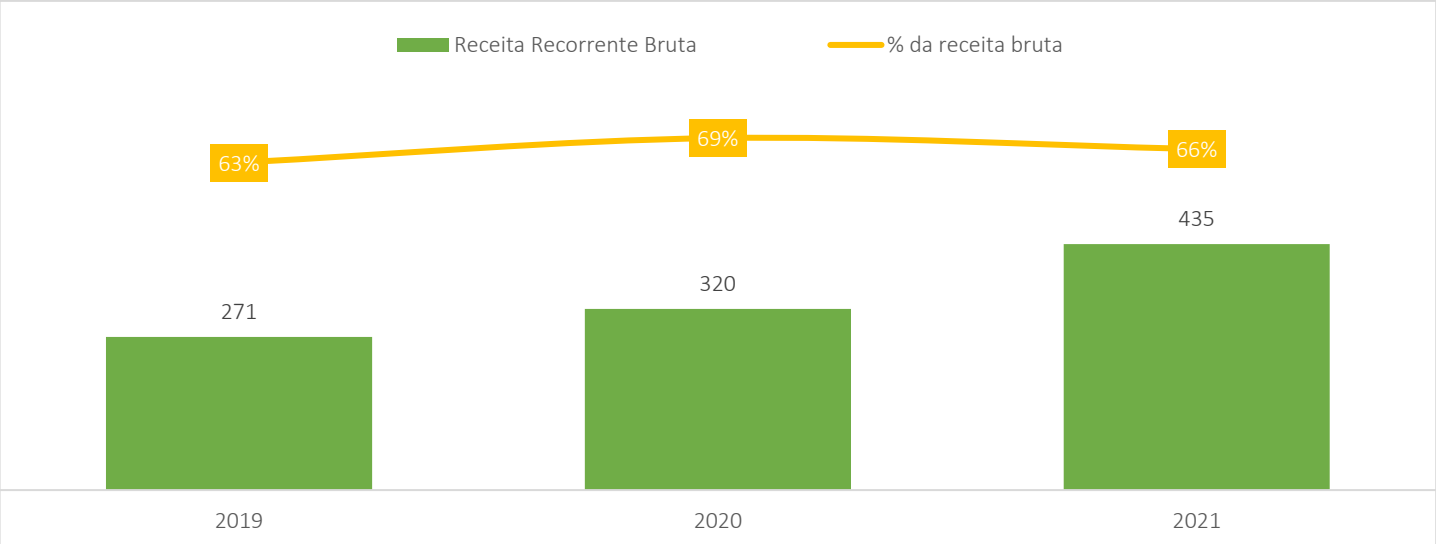
Para uma descrição dos pontos fracos e eventuais obstáculos enfrentados pela Companhia, devem ser analisadas cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, em particular os riscos mencionados na "Seção 4.1 – Fatores de Risco", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas.

Indicadores Financeiros e Operacionais

Devido ao nosso modelo de negócios, a maioria da nossa receita bruta é recorrente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o valor total da receita bruta recorrente foi de R$435,1 milhões, representando 66,2% do total da receita bruta. A receita recorrente, com uma característica de mensalidade decorrente de contratos com planos e assinaturas, vem crescendo a um crescimento anual composto - CAGR de 26,8% desde 2019 até 2021.

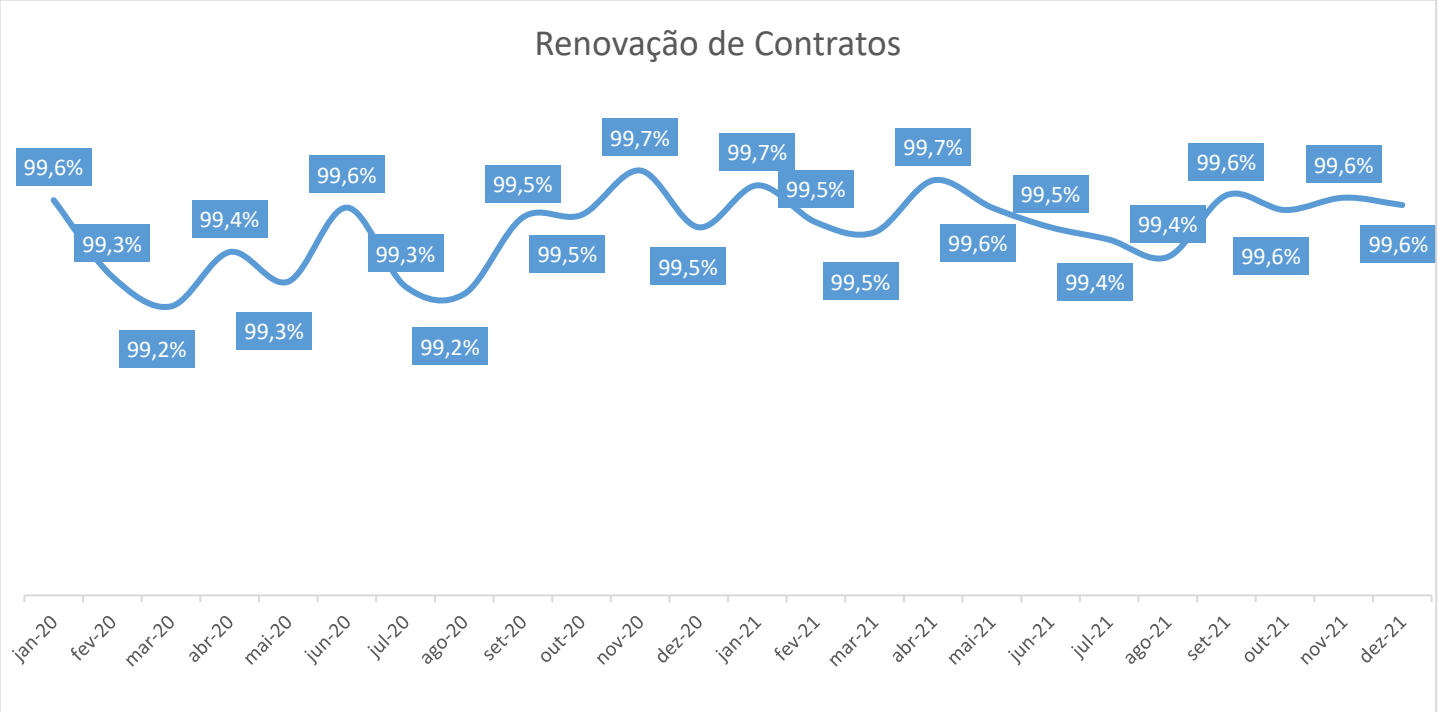
[13] Utilizou-se o câmbio médio de 2020, a uma taxa de 0,0014 COP/BRL.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



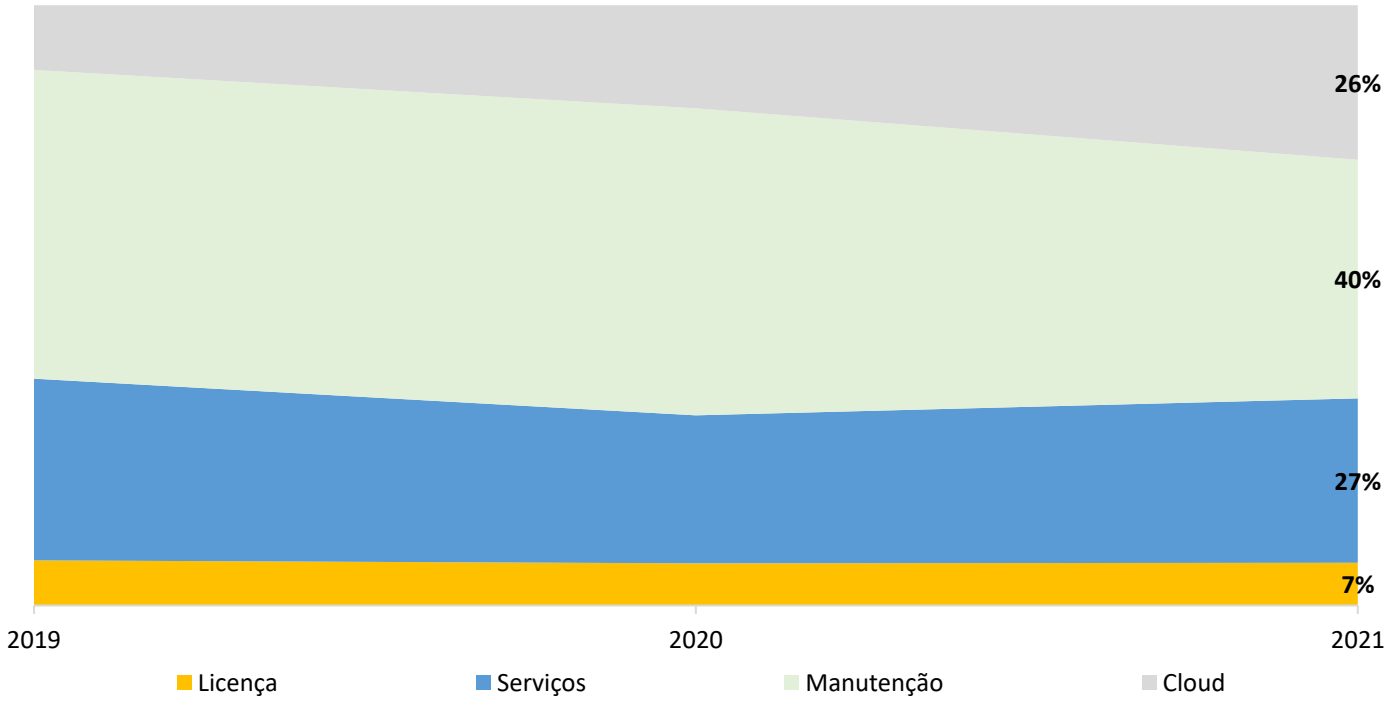
(1) Refere-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Valores informados estão apresentados em milhares de Reais.

A qualidade de nossas soluções e de nosso relacionamento com os clientes se prova pelo alto índice de renovação de contratos, que representou uma média de 94,4% em 2021, se mantendo acima de 99% em todos os meses desde 2020.



Adicionalmente, vemos as soluções de *Saas* direcionando nosso crescimento, representando 26% da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que impactou diretamente nas receitas recorrentes da Companhia, alcançando 66,2% de recorrência em 2021. Vimos um crescimento de 112,1% nesta avenida de 2020 para 2021, conjuntamente com a perda de espaço em receitas pontuais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



As tabelas a seguir apresentam um resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Para informações mais detalhadas sobre as variações patrimoniais, de resultado e fluxo de caixa da Companhia, veja a seção 10 deste Formulário de Referência.

Indicadores Financeiros (Em milhares de R$, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			AH [1] 2021 X 2020	AH [1] 2020 X 2019
	2021	2020	2019		
Receita líquida	582.475	412.396	381.603	41,2%	8,1%
Lucro líquido	103.374	88.063	64.138	17,4%	37,3%
EBITDA [2]	162.031	136.235	98.449	18,9%	38,4%

[1] Análise Horizontal, por meio da qual são comparadas informações ao longo de um período.

[2] O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM 527/12. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não representa os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez, nem como como base para distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela ICVM 527/12 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA divulgado pela Companhia poderá não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras companhias. Para uma reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, veja o item 3.2 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Indicadores Operacionais[2]	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			AH [1] 2021 X 2020	AH [1] 2020 X 2019
(Em milhares de R$, exceto percentual)	2021	2020	2019		
Receita recorrente bruta [3]	435.141	320.485	270.837	35,8%	18,3%
Renovação de contratos	94,4%	94,0%	92,1%	1,7%	2,0%
Regra dos 40 [4]	69,1%	41,1%	54,3%	68,1%	-24,3%

(1) Análise Horizontal, por meio da qual são comparadas informações ao longo de um período.

(2) Indicadores operacionais gerenciais provenientes de informações gerenciais da Companhia.

(3) Receita bruta com característica de mensalidade decorrente de contratos com planos e assinaturas

(4) Representa a soma da Margem EBITDA do ano com o crescimento da Receita Líquida (em %)

ESG – Meio ambiente, social e governança

Meio Ambiente

A computação na nuvem traz diversas economias, tanto financeiras como ecológicas, segundo estudo da *Accenture* (*The Green Behind the Cloud*) em 2020:

- Migração para nuvem pode reduzir a emissão de carbono global em 59 milhões de toneladas de CO2 por ano; e
- Equivale a uma redução de 5,9% na emissão total decorrente de TI.

Social

Com relação ao ambiente de trabalho, obtivemos uma satisfação geral de 88%, de acordo com dados de 2020 e 2021 da GPTW. Em adição, conquistamos o certificado altamente reconhecido de *"Great Place to Work"* em 2021, devido:

- Evolução de longo prazo e retenção
- DNA de inovação
- Treinamento constante

Acreditamos também gerar impactos positivos relevantes na comunidade em nossa volta, por meio da promoção da diversidade e inclusão de funcionários e usuários finais, criação de empregos, engajamento civil, filantropia e aumento da performance da gestão da cadeia de suprimentos dos nossos clientes.

Governança

Somos uma Companhia liderada pelos fundadores e suportada por uma equipe de gestão experiente. O Conselho de Administração (o qual foi criado em 2012) é formado por 7 membros, sendo 3 deles nossos fundadores (Jorge José Cenci, presidente do Conselho de Administração, conjuntamente com Guido Heizen e Nésio Roskowski, que contam com mais de 25 anos de experiência no mercado), e 3 deles membros independentes, acima do exigido pelo critério de independência do Novo Mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Possuímos uma remuneração variável direcionada por resultados e um programa de *partnership* para colaboradores.

Com *KPIs* individuais para cada área, transparência de dados e sendo auditada pelas *Big 4* desde 2018, apresentamos padrões de governança alinhados com as melhores práticas do mercado, evidenciado pelo ingresso da companhia no Novo Mercado, nível mais alto de governança da B3. Em adição, realizamos reuniões mensais com líderes, além de feedbacks, mentorias, treinamentos e novos programas de recrutamento.

A Companhia já contava em sua estrutura de governança com o Comitê de Pessoas e com o Comitê de Fusões e Aquisições, e, em janeiro de 2022, foi instalado o Comitê de Auditoria, em conformidade o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3;

Estratégia para crescimento futuro

Nossa estratégia de crescimento será pautada pelo reforço do nosso *core business*, composto pelas nossas três capacidades: Capacidade de Gestão, Capacidade de Plataforma e Capacidade Financeira.

Capacidade de Gestão:

- Estabelecer presença em novas localidades no Brasil e na América Latina
- Expandir para novas indústrias de alto crescimento;
- Consolidar setores de atuação estratégicos, como RH, logística, construção e *agribusiness;*
- Desenvolver canais digitais e vocacionados; e
- Promover o *cross-selling* e *up-selling*

Capacidade de Plataforma:

- Desenvolver soluções baseadas em dados;
- Investir em *Venture Building* em IoT, IA, Data e Blockchain;
- Aumentar as soluções complementares ao portfólio; e
- Fortalecer o ecossistema através da plataforma Senior X.

Capacidade Financeira:

- Monetizar os ativos da Senior (clientes e usuários);
- Expandir os serviços financeiros oferecidos
- Aumentar o volume de crédito consignado concedido; e
- Ampliar o leque de benefícios e recebíveis oferecidos.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de um único segmento operacional de prestação de serviços de tecnologia.

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do oferecimento de soluções em Gestão Empresarial, Logística, Gestão de Pessoas, e Gestão de Acesso e Segurança, além de serviços de consultoria empresarial e de negócios, do mapeamento de infraestrutura de TI (*on-premise*, *cloud* ou híbrida), e do desenvolvimento de soluções de *Softwares*, nos principais setores estratégicos da Companhia, como Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, dentre outros.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Apresentamos abaixo a receita líquida proveniente do único segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais, exceto %)	**2021**	**%**	**2020**	**%**	**2019**	**%**
Receita líquida	**582.475**	**100,0**	**412.396**	**100,0**	**381.603**	**100,0**

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido da Companhia advém de seu único segmento operacional. Apresentamos abaixo o lucro líquido proveniente deste único segmento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais, exceto %)	**2021**	**%**	**2020**	**%**	**2019**	**%**
Lucro líquido	**103.374**	**100,0**	**88.063**	**100,0**	**64.138**	**100,0**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Todos os processos que compõe a cadeia de produção e sustentação das soluções da Companhia são pensados de forma a gerar valor aos clientes, ao mesmo tempo fornecer uma experiência positiva e resultados incrementais para todo o ecossistema.

Concepção

O processo inicia na concepção dos produtos e serviços, onde, através dos *insights* da inteligência de mercado, monitoramento da legislação e entendimento dos desafios enfrentados pelos clientes em seus segmentos de mercado, bem com o desenho da experiência do usuário, os times de Produto são responsáveis pela elaboração das soluções de negócios e a tradução para os times de Desenvolvimento das visões de curto, médio e longo prazo da estratégia de evolução dos produtos.

Para promover o aprofundamento nos processos de negócio e na arquitetura tecnológica necessária, os times de Produto e Desenvolvimento realizam em conjunto o processo de *Discover* do produto, que tem como objetivo assegurar que determinado produto será realmente eficaz e interessante para o usuário final antes mesmo que tal produto seja desenvolvido. Para isso, deve-se entender quem são os usuários, perceber quais dores devem ser resolvidas e desenhar colaborativamente uma hipótese de solução.

O processo de concepção é ainda apoiado pela Pesquisa e Inovação (Senior Labs) que é responsável pela pesquisa e descoberta de novas aplicações tecnológicas e linhas de negócio. Essa equipe tem um time de desenvolvimento próprio para geração de MVPs (*Minimum Viable Product*) que validam hipóteses de aplicação junto aos clientes ou times de Produto.

Desenvolvimento

O processo macro de Desenvolvimento tem como objetivo traduzir os requisitos de negócio em soluções de *software*. Esse time, através de um processo de desenvolvimento ágil, mantem as APIs que acessam as informações da plataforma e geram ações que são consumidas pelos usuários e fornece *frameworks* tecnológicos para construção dos sistemas dentro de padrões de qualidade, UX, UI e Design, garantindo a compatibilidade e integração entre os diversos produtos e módulos dos sistemas, bem como a padronização da experiência dos clientes.com os sistemas da Senior.

Após o Desenvolvimento são realizados Testes com foco em garantir o funcionamento dos sistemas de cada mudança realizada. O processo é realizado por um time independente (*System Team*) com diferentes cenários e em sua maioria de forma automatizada, permitindo a confiabilidade através de diferentes tipos de testes.

O processo de *Cloud Service* fornece, planeja e administra os recursos de nuvem utilizados pelas aplicações e dados da Senior. Além disso, tal processo garante a otimização dos recursos no sentido de extrair o máximo deles, com um custo adequado a cada operação e prove estrutura tecnologia para conectividade, armazenamento e segurança da informação.

Para completar a transformação dos sistemas em produtos de *software*, em paralelo ao processo de Desenvolvimento, ocorrem as etapas de coleta de conteúdo e a transformação em Documentação de Produto e Treinamentos que irão capacitar todos os envolvidos, desde as equipes de suporte até os usuários finais.

E, a fim de assegurar as condições integras das ofertas para o mercado, finaliza-se o processo de produção com o processo de *Go to Market*. Esse processo reúne todas as partes envolvidas (Produto, Marketing, Universidade Corporativa, Mercado, Serviços e Suporte) a fim de preparar a oferta para o mercado. Nesse processo são definidas as estratégias de lançamento, pilotos, precificação, capacitação e alinhamento entre os times.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Companhia

(b) características do processo de distribuição

Conforme mencionado, a Companhia atua principalmente com o oferecimento de soluções em Gestão Empresarial, Logística, Gestão de Pessoas, e Gestão de Acesso e Segurança, além de serviços de consultoria empresarial e de negócios, do mapeamento de infraestrutura de TI (*on-premise*, *cloud* ou híbrida), e do desenvolvimento de soluções de *Softwares*, nos principais segmentos estratégicos da Companhia, como Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, dentre outros.

A Companhia possui um portfólio completo para alta performance e é referência em tecnologia para gestão.

No tema de vendas e distribuição, a Companhia possui um portfólio robusto de soluções em software para gestões de companhias de diversos setores. Como produto, temos entre as principais soluções, softwares para gestão de pessoas ("HCM"), gestão empresarial ("ERP"), gestão de logística (Armazenagem ("WMS") e Transporte ("TMS"), gestão de acesso e segurança, todos conectados à Plataforma de Gestão "Senior X" e com ofertas de serviços financeiros.

No âmbito de **marketing**, estamos voltados para vendas da seguinte maneira:

- **Branding:** ações de reforço de marca por meio de anúncios em meios de comunicação, eventos, patrocínios, *webinars*, vídeos, artigos e notícias, exposição em meios físicos como aeroportos e *outdoors*.
- **Inteligência Competitiva:** estudo de mercados potenciais, análise de base de clientes, estudo dos concorrentes, precificação, planejamento de campanhas de vendas, listas de prospecção, performance analítica de *marketing* e vendas.
- **Comunicação/Marketing Digital:** trabalho voltado para assessoria de imprensa, geração de conteúdos ricos, gestão de investimentos em palavras estratégicas de marketing, geração de MQLs (*Marketing Qualified Lead*), gestão de mídias sociais como Linkedin, Instagram, Facebook, Twitter.
- **Geração de Demandas/*Sales Development*:** área responsável pela geração de *leads* a área de venda por meio de conversão de MQLs em SQLs (*Sales Qualified Lead*), também atendem demandas reativas de clientes e prospecção ativa.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Na esfera de **distribuição**, vendemos direta e indiretamente das formas expostas abaixo:

Vendas Diretas

- **Filiais:** atuação por meio de mais de 10 filiais próprias, localizadas nos principais centros do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pernambuco. Executivos de venda atuam na base instalada de clientes e novos negócios, com modelo de venda consultiva, trabalham com todo portfólio da companhia.

- ***Inside Sales***: modelo de venda por meio de time interno de vendedores, que oferecem desde treinamento e soluções da companhia até horas de consultoria.

- ***Marketplace:*** oferece soluções da Companhia, relatórios, customizações, horas de consultoria, soluções de terceiros, por meio de *e-commerce* e no modelo de auto serviço.

Vendas Indiretas

- **Canais de Distribuição:** rede com mais de 100 empresas, no modelo de canal de distribuição, não exclusivos, com presença em praticamente todos os estados brasileiros e na Colômbia. Esta rede inclui (i) canais de BPO, que prestam serviço de *outsourcing* para outras empresas utilizando os *softwares* da Companhia como ferramenta de gestão, bem como (ii) empresas que trabalham com sistema de gestão, seja em sua revenda ou em sua fabricação, empresas de consultoria em geral, empresas de contabilidade e pessoas experientes da indústria de *software* que desejam empreender. Estes vendem todo o portfólio da Companhia, desde que devidamente capacitados e seguindo as regras do programa de excelência de canais da Companhia. Há canais que, além de vender, também prestam o primeiro nível de suporte e fazem implantação de sistemas. A relação comercial se dá por meio de repasses, de acordo com a rubrica de receitas geradas. A Companhia possui uma área dedicada à gestão dos canais de todo Brasil, com profissionais capacitados para apoio comercial, de gestão e de conhecimento técnico, ajudando os canais a se desenvolverem, seguindo as regras de seu programa de excelência.

- **Alianças Comerciais:** mais de 50 parceiros com quem a Companhia realiza a venda para complementar o seu portfólio de soluções aos clientes e suas verticais de atuação.

Após a implementação do sistema, o pós-venda se dá por meio de suporte operacional e técnico e pela área de *Costumer Success* que é responsável pelo acompanhamento do cliente em toda sua jornada, da venda até a operação do sistema, buscando manter as empresas do ecossistema satisfeitas com a Companhia.

(c) características dos mercados de atuação

1. Visão Geral do Setor de TI

O setor de Tecnologia da Informação vem se destacando no âmbito mundial por sua alta aplicabilidade nos mais diversos segmentos da economia, provendo serviços baseados puramente em tecnologia ou como empresas provedoras de serviço para empresas de economia real, dos mais diferentes portes e segmentos. Com a crescente utilização de dados, a tecnologia vem encontrando espaço para crescer cada vez mais, com grande eficiência em automatização de dados e rotinas operacionais nos mais diversos ramos da economia, promovendo o que economistas chamaram de revolução industrial 4.0, que consiste em um novo panorama da indústria em que tecnologias avançadas passam a integrar processos e transformar negócios ao redor do mundo, com a introdução de tecnologias como a Inteligência Artificial, Robótica, Computação em Nuvem, Big Data e Cibersegurança. As aplicabilidades da tecnologia introduzida nos últimos anos podem ser segmentadas entre (i) Software, (ii) Hardware e (iii) Serviços de tecnologia.

O processo de transformação digital das empresas tem se tornado uma realidade cada vez mais importante para se buscar soluções tecnológicas que busquem (i) otimizar processos, (ii) aumentar produtividade, (iii) trazer maior engajamento e fidelidade dos consumidores, (iv) aprimorar a tomada de decisão com suporte de dados e (v) acelerar o tempo de reação em um ambiente competitivo cada vez mais dinâmico.

Nesse aspecto, as ferramentas de software para gestão do dia a dia do negócio ganham notoriedade para auxiliar em todos os processos da empresa. De acordo com a pesquisa “IDC Latin America IT Investment Trends, 2021” publicada pelo IDC e pela ABES, 43% dos CIOs colocam como uma das prioridades para 2021 a modernização e consolidação dos ERPs da empresa, assim como avaliar a aderência às necessidades de negócio e novas ofertas de soluções, incluindo o modelo em SaaS. Outras prioridades dos CIOs incluem (i) Segurança de TI (70% dos respondentes), (ii) Computação em

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nuvem (39% dos respondentes), (iii) Consolidação / otimização de infraestrutura (38% dos respondentes), (iv) gestão de dados / Big Data, Analytics e BI (33% dos respondentes) e (v) mobilidade corporativa (22% dos respondentes).

Entre essas ferramentas para auxiliar os processos das empresas se destacam, entre outras, as seguintes ferramentas:

- *Enterprise Resource Planning* (ERP): *Software* que agrega todos os dados e processos da empresa para facilitar a gestão dos negócios a partir de uma gestão integrada que fornece maior visibilidade das operações e maior controle e produtividade na execução dos processos.

- *Human Capital Management* (HCM): solução que ajuda a gerir os processos relacionados ao RH da companhia, incluindo contratação de funcionários, promoções, pagamentos de salário e benefícios.

- *Transportation Management System* (TMS): sistema que gerencia a gestão logística do transporte de produtos e insumos para a companhia, automatizando processos e trazendo maior eficiência nas operações.

- *Warehouse Management System* (WMS): funções que administram e automatizam o gerenciamento dos estoques, otimizando o controle do quanto e do que se precisa para manter o processo produtivo sem rupturas nos pontos de venda.

- *Access and Security Management*: soluções que integram em uma única aplicação todas as rotinas de controle de acesso, gestão de segurança, controle de jornada e ponto.

Operamos em um mercado com enorme escala e potencial. Entendemos que o mercado endereçável onde atuamos totalizou US$ 13,4 bilhões em 2021 e vem se expandindo em um ritmo acelerado, com uma média de crescimento esperada até 2025 de 11,5% por ano. Esse número considera gastos com *software* e serviços de gestão no Brasil e na Colômbia estimados pela Gartner. Quando consideramos o mercado total da América Latina, a nossa oportunidade de mercado no mesmo período seria de US$ 28 bilhões, de acordo com a mesma fonte.

Considerando nossa receita líquida realizada no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2021 de R$ 582 milhões, somos ainda uma pequena fração desse mercado, evidenciando uma importante oportunidade com crescimento acelerado e amplo espaço para aumento de penetração impulsionados por tendências seculares em que as empresas continuam sua jornada de transformação digital.

Considerando os mercados em que já atuamos, temos uma presença marcante em setores de alta relevância no Brasil e com grande crescimento, dos quais podemos citar os mercados mais relevantes para a companhia, como soluções de logística, soluções para o setor de construção e soluções HCM.

- No segmento de soluções logísticas, é estimado um total de 24,1 milhões de pedidos gerados no comércio eletrônico brasileiro em novembro de 2020, conforme a EbitNielsen. Deste total, 8,6 milhões de pedidos passaram pela base Senior Sistemas no mesmo período.

- Dentro do setor de construção civil, 30 das 100 maiores empresas da indústria, conforme o ranking INTEC 2021, são nossos clientes utilizando as soluções da Mega Sistemas, tangibilizando a nossa presença no setor de construção. No total, geramos R$12,7 bilhões de Valor Geral de Vendas (VGV) nos 6 primeiros meses de 2021.

- Para o mercado de soluções de Recursos Humanos, estimamos que 11% do mercado de trabalho formal do Brasil passa pela nossa plataforma, considerando que temos 6 milhões de pessoas enquadradas nas nossas soluções de HCM dentro de um mercado de aproximadamente 52,6 milhões de vínculos formais de trabalho dos quais 41,2 milhões na esfera privada (CLTs) conforme dados do CAGED de Julho e 11,4 milhões de servidores públicos conforme a última pesquisa do IPEA.

2. Mercado de TI no Mundo

De acordo com estimativas do International Data Corporation (IDC), o mercado mundial de TI (*Software*, *Hardware* e Serviços de tecnologia) movimentou cerca de US$ 2,9 trilhões de faturamento no ano de 2021, dos quais os gastos com software representaram 26% desse total. Espera-se que o mercado total cresça a um ritmo de 6% de crescimento médio de 2021 a 2025, sendo que *software* deve ser o segmento com crescimento mais acelerado, estimado em 1% ao ano em média no período.

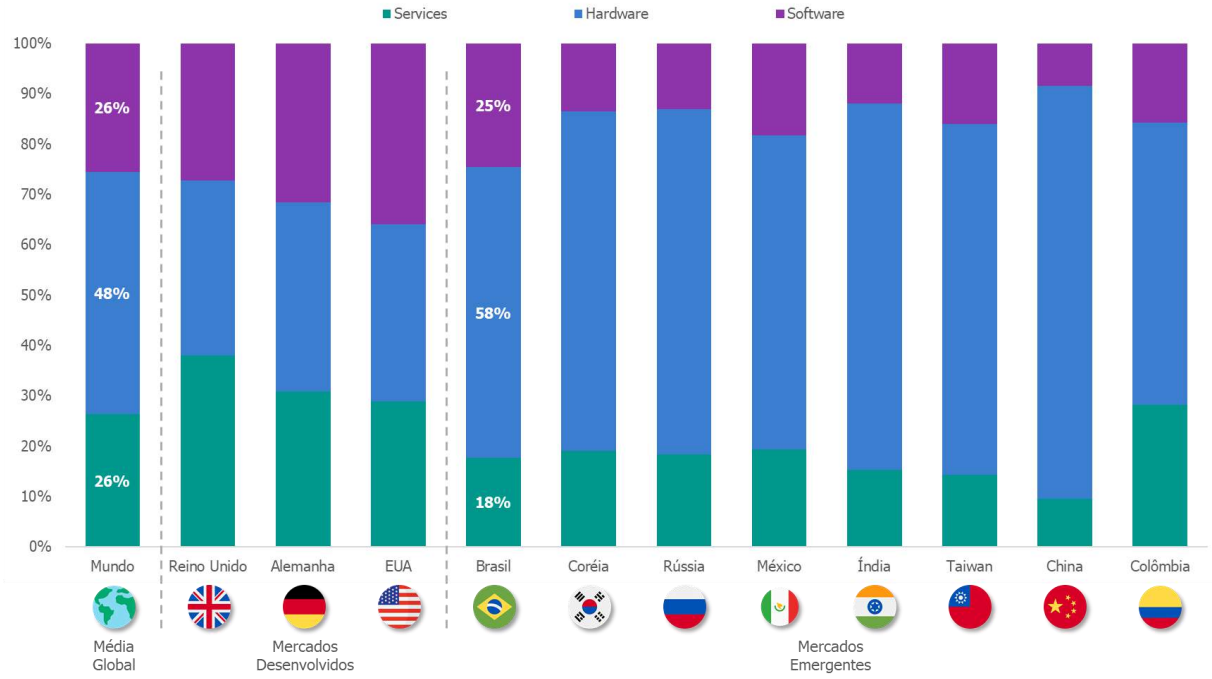
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução do Mercado Mundial de TI por Tipo de Ferramenta
Tamanho do mercado em bilhões de dólares

Fonte: IDC, “Worldwide Black Book: Live Edition – Dec21”

Ainda de acordo com o IDC, quando se observa como esses gastos em TI são feitos, nota-se que no Brasil boa parte deles são alocados para *hardware* (58%), assim como é observado em outros países emergentes. Nos países desenvolvidos, os gastos em serviços ocupam uma posição de maior destaque, com média de 36% dos gastos para essa vertical em países como Reino Unido, Alemanha e EUA.

Gastos do Mercado Mundial de TI por Tipo de Ferramenta em 2021
Segmentação em %

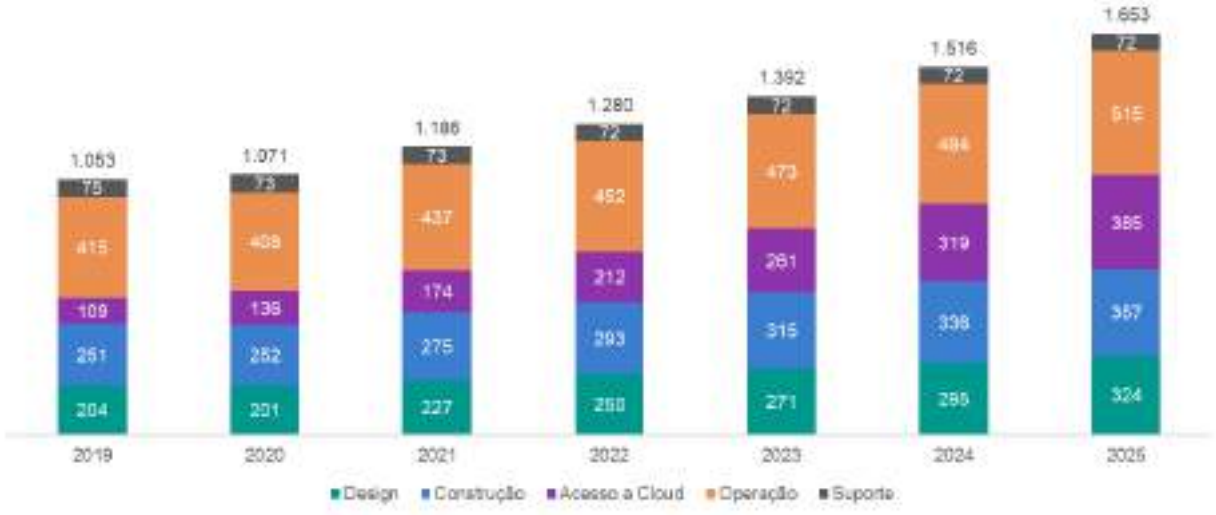


Fonte: IDC, “Worldwide Black Book: Live Edition – Dez21”

Como mencionado, dentro do grupo de TI, os *softwares* de gestão são importantes ferramentas para o processo de transformação digital das empresas. De acordo com estudo publicado pela Gartner, o mercado mundial de serviços de *software* para gestão em 2021 atingiu US$ 1,2 trilhões e deve crescer a uma taxa média de 8,9% ao ano considerando o período de 2021 a 2025.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução do Mercado Mundial de Serviços de TI para Gestão por Tipo de Serviço
Tamanho do mercado em bilhões de dólares

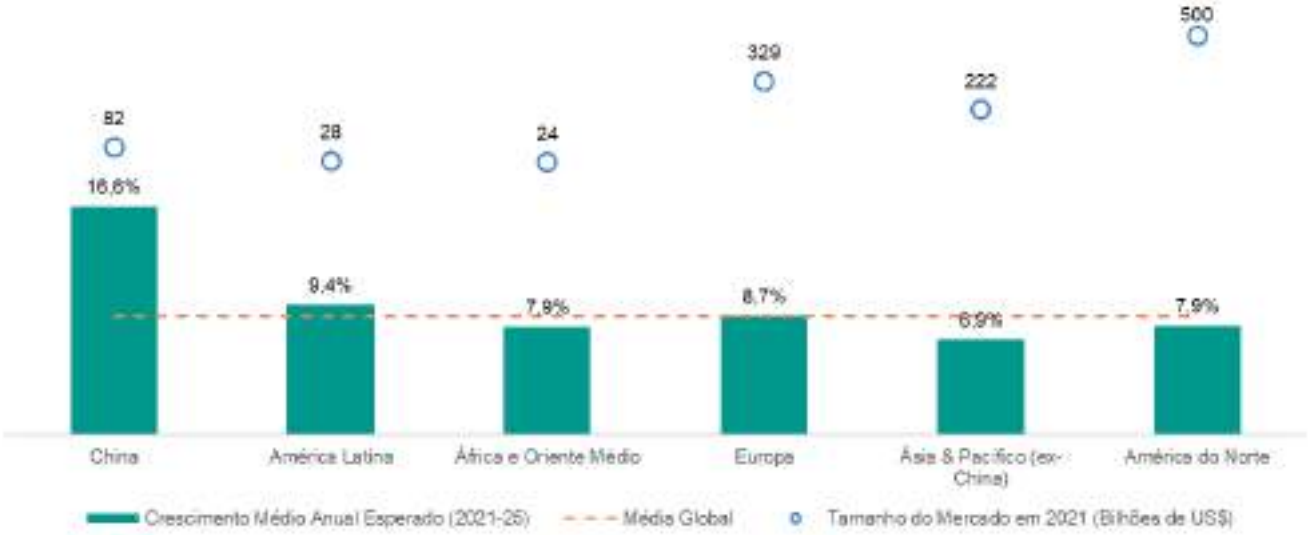


Fonte: Gartner, "Forecast - IT Services 4Q21 Gartner"

Mercado de *Software* de Gestão na América Latina

A América Latina é um mercado atrativo para o setor de software de gestão. De acordo com a Gartner, o mercado na América Latina atingiu US$ 28 bilhões em 2021 e apresentar um crescimento médio de 9,4% ao ano até 2025, o que compara com um crescimento de 8,7% para Europa e 7,9% nos EUA.

Crescimento Esperado dos Gastos com Software de Gestão por Região e Tamanho do Mercado
Crescimento esperado em percentual, tamanho do mercado em bilhões de dólares

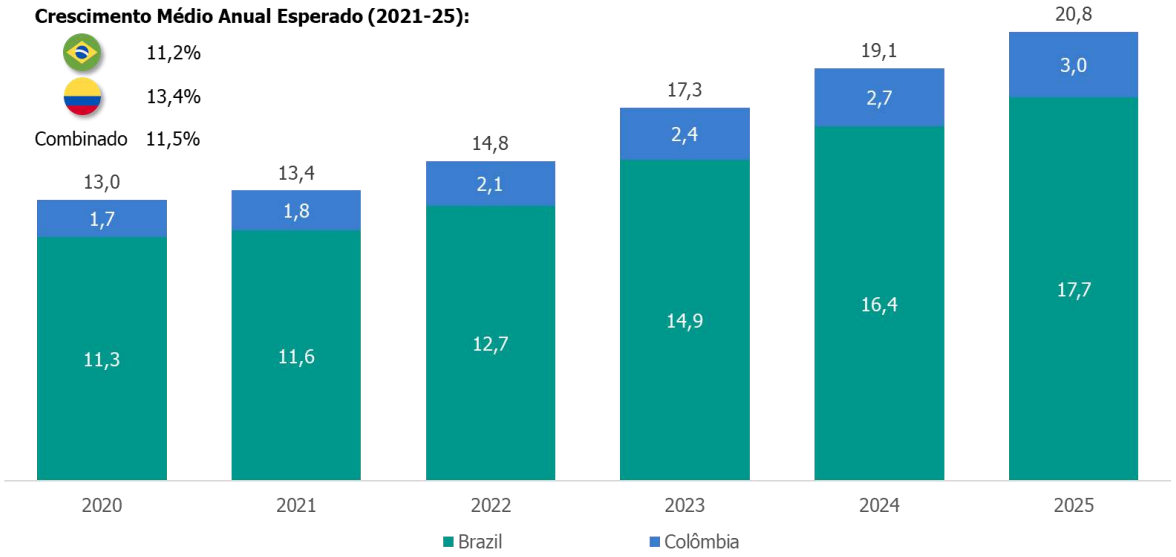


Fonte: Gartner, "Forecast - IT Services 4Q21 Gartner"

Brasil e Colômbia são países de grande importância dentro da região. O mercado combinado nos dois países atingiu US$ 13,4 bilhões em 2021, dos quais o Brasil representa US$ 11,6 bilhões e Colômbia US$ 1,8 bilhões. Também são países de grande importância para o crescimento da região, com uma expectativa de crescimento anual de 11% para o Brasil e 13% para a Colômbia, ambos acima do crescimento esperado de 9,4% ao ano considerando todos os países da região.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução do Mercado de Serviços de TI para Gestão no Brasil + Colômbia
Tamanho do mercado em bilhões de dólares

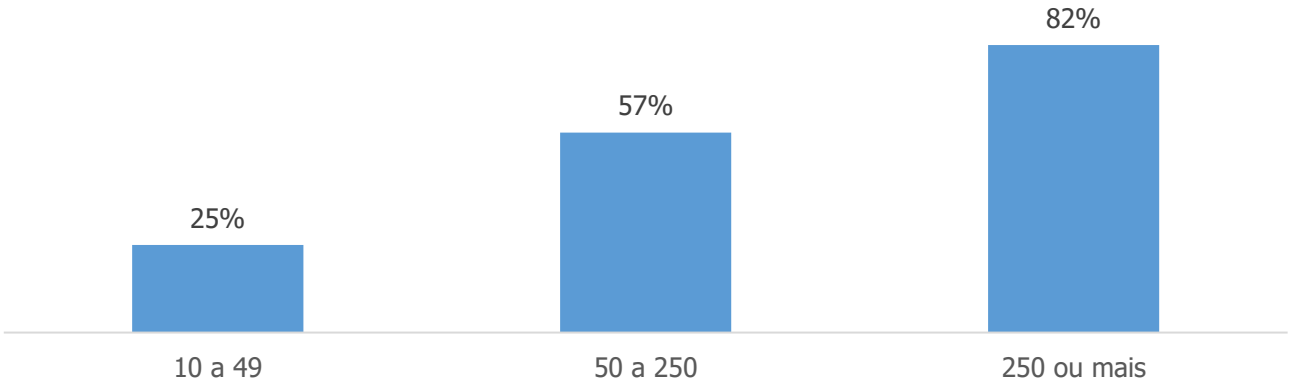


Fonte: Gartner, “Forecast - IT Services 4Q21 Gartner”

Um dos principais *drivers* para o crescimento do mercado de software para gestão é o processo de transformação digital das empresas. Conforme o gráfico abaixo, 82% das empresas de maior porte (empresas com 250 ou mais empregados), já utilizam pacotes de software ERP. Esse tipo de software possui menor penetração em empresas de pequeno e médio porte (10 a 49 empregados e 50 a 250 empregados, respectivamente). Quanto menor o porte da companhia, maior o potencial da mesma de se alavancar em recursos tecnológicos para transformar o seu modelo de negócios, visando se adaptar às tendências digitais do mercado atual.

Uso de Pacotes de Software ERP por Tamanho de Empresa

Tamanho da empresa em número de pessoas ocupadas, uso de pacotes de software ERP em porcentagem



Fonte: TIC Empresas, “Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas Brasileiras” (CGI.br, 2019; Meirelles, 2019.)

3. Setor de Serviços Financeiros

Como complemento aos softwares e serviços de gestão, a vertical financeira tem se mostrado uma importante fonte de demanda dos clientes, tendo em vista a necessidade deles de: (i) processar grande volume de operações financeiras com agilidade e confiabilidade, (ii) inovação constante com novas tecnologias para aumentar o grau de eficiência financeira da Companhia, (iii) ferramentas melhores para tomada e distribuição de crédito. Todos esses pontos impulsionados por uma tendência de terceirização no desenvolvimento de softwares financeiros ao invés do desenvolvimento interno.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado de serviços financeiros anciliares à nossa plataforma é grande e pode ser distribuído em uma série de sub-verticais a depender do tipo de serviço oferecido. De acordo com estatísticas do Banco Central do Brasil, o saldo total de operações de crédito no Brasil foi de R$ 4,0 trilhões em 2020, crescendo em média 6,8% ao ano no período iniciado em 2012 e encerrado em 2020. Crédito para pessoa física passou a representar mais de 50% do total a partir de 2016, correspondendo a 55,8% do saldo total de 2020.

Saldo Total de Operações de Crédito
Tamanho da carteira em bilhões de reais

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

Quando analisamos o saldo de crédito do sistema financeiro em relação ao PIB nacional, fica evidente a importância do crédito no Brasil. Em 2020, o saldo de crédito representou 54% do PIB, sendo 30% correspondente à crédito para pessoa física e 24% para pessoa jurídica.

Saldo de Crédito do Sistema Financeiro como Percentual do PIB
%

Nota: Valores do PIB consideram o acumulado nos últimos doze meses – valores correntes. Valores de saldo de operações de crédito são para o mês de dezembro de cada ano.

Fonte: Dados do saldo do crédito do sistema financeiro são do Banco Central do Brasil (foram usados os dados publicados nos seguintes períodos: abr/2021; jan/2020; dez/2017; dez/2015; e jan/2015). Dados do PIB foram obtidos pelo site do Ipea

No que tange o saldo de crédito consignado, em 2020 atingiu um montante de 439 bilhões de reais, sendo 57% correspondente ao saldo de crédito consignado público, 38% INSS e 6% consignado privado. O crédito consignado tem ganhado importância no Brasil e o principal motivo para isso é seu custo quando comparado com outras modalidades de crédito, reduzido principalmente pela estrutura legal e institucional atrelada a ele, simplificadas versus linhas tradicionais de crédito, e pelos menores riscos associados ao mesmo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

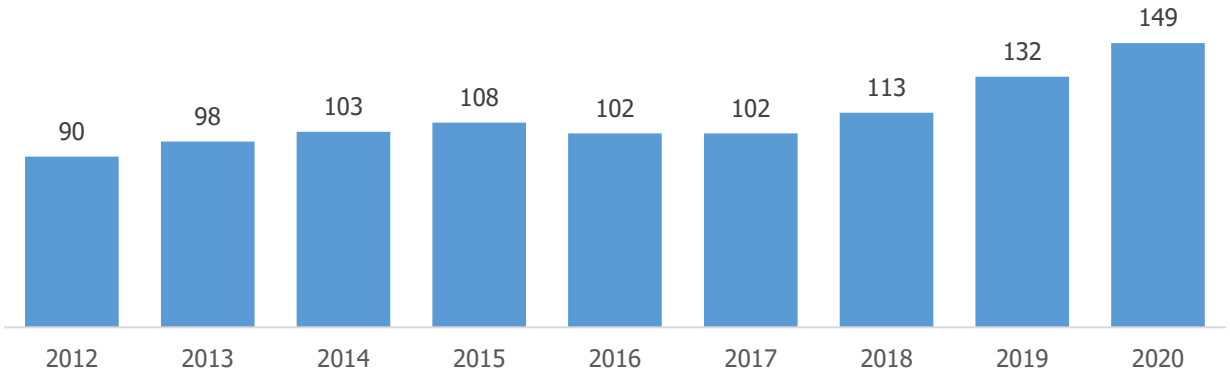
Saldo da Carteira de Crédito Consignado por Tipo
Saldo de crédito em bilhões de reais

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

Por outro lado, o saldo da carteira crédito pessoal totalizou 149 bilhões de reais em 2020, crescendo em média 6,6% ao ano no período iniciado de 2012 a 2020, modalidade de crédito essa que não envolve o pagamento descontado em folha e, portanto, mais caro comparado ao crédito consignado.

Saldo da Carteira de Crédito Pessoal (Não Consignado)

Crédito pessoal não consignado em bilhões de reais

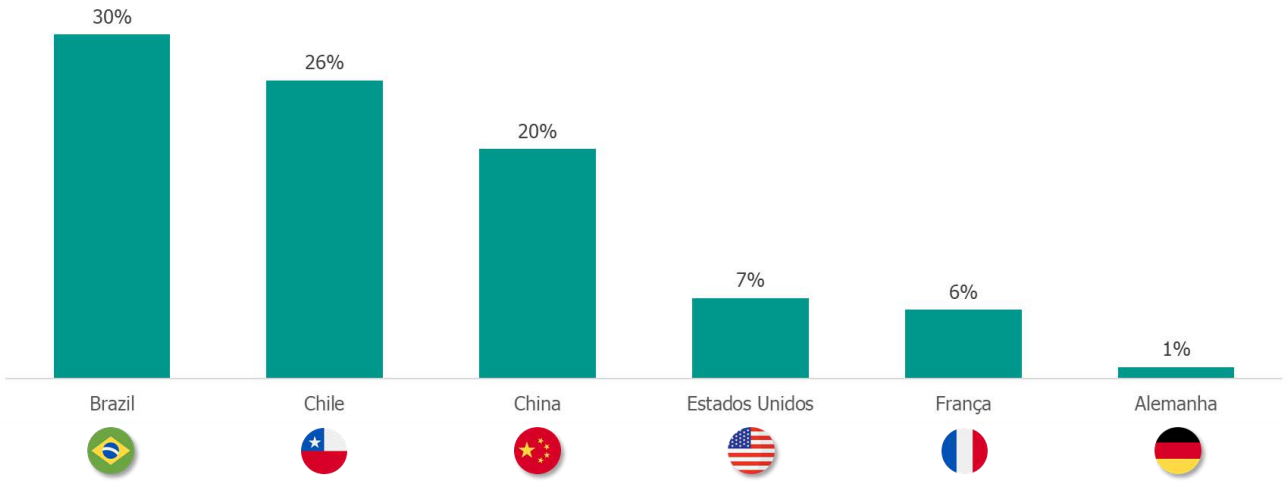


Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

O Brasil tem um elevado índice de desbancarização dentre a população adulta. Enquanto o Brasil apresenta um índice de 30%, países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Alemanha apresentam, respectivamente, 7%, 6% e 1%, o que concretiza o espaço para penetração de serviços financeiros no Brasil.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

População Adulta Desbancarizada
Porcentagem da população total do país que é desbancarizada



Fonte: World Bank Group - The Global Findex Database – 2017

(i) e (ii) participação em cada um dos mercados e condições de competição nos mercados

Ao analisar o ambiente competitivo em que estamos inseridos, é importante destacar que empresas de diferentes tamanhos tipicamente exigem níveis de serviços diferentes em que quanto maior a empresa, maior a necessidade de um software de gestão com capacidade de trazer soluções para uma ampla gama de serviços indo além da gestão para um ecossistema que traga soluções de *performance* das operações, otimização de arquitetura, análise de dados e auxiliem na tomada de decisão.

Ao longo da nossa história, acreditamos que conseguimos consolidar uma posição de destaque dentro de uma indústria altamente competitiva. Nossa base de clientes é composta por 10 mil empresas de diversos tamanhos e indústrias, sendo que grande parte delas tem porte médio ou grande. Nesse segmento de clientes, enfrentamos competição de empresas como TOTVS, SAP, entre outros concorrentes com menor representatividade que também oferecem ERP. Adicionalmente, algumas empresas também optam por desenvolver o software de gestão internamente.

Nos demais softwares de serviço de gestão, como RH e Logística, o ambiente competitivo é mais pulverizado e os competidores não necessariamente são os mesmos da linha de ERP, o que cria uma vantagem competitiva para a Senior Sistemas por termos essa plataforma completa de serviços com presença relevante no mercado.

(d) eventual sazonalidade

Item não aplicável, haja vista que não há sazonalidade que seja relevante para os negócios da Companhia.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Não há eventual dependência de poucos fornecedores por parte da Companhia, dada pela interoperabilidade dos *frameworks* e tecnologias utilizadas.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Considerando as atividades realizadas pela Companhia, a natureza dos serviços prestados aos seus clientes e o setor em que ela atua, a Companhia não está submetida a nenhuma Agência Reguladora, nem está sujeita a regulações específicas. Não obstante, algumas leis e regramentos geram maior impacto para a Companhia no exercício das suas atividades e na prestação dos seus serviços.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados pessoais no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, o tema era tratado pelo Judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de dispositivos constitucionais (direito à intimidade e à vida privada), além de uma série de disposições legais esparsas, tais como o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), e o seu Decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/16).

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – "LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem respeitadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, em ambientes digitais ou físicos, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados estão localizados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre os direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que vão desde uma simples advertência, passando pelo bloqueio ou pela eliminação dos dados, até a suspensão ou proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento, e imposição de multas, que podem chegar a 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil, limitada a R$ 50.000.000,00 por infração.

Importante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei nº 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a ANPD, órgão da administração pública responsável por assegurar o cumprimento da lei em todo o território nacional, exercendo um triplo papel de zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei, dentre outras atribuições relevantes previstas no art. 55-J da LGPD.

Neste contexto, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar na imposição das penalidades previstas na LGPD, em indenizações aos titulares, na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, dentre outros impactos negativos para os negócios da Companhia.

No âmbito das suas atividades a Companhia realiza o tratamento de dados pessoais de funcionários, clientes, fornecedores e de outros terceiros, para finalidades específicas e com fundamento em bases legais determinadas, tais como o cumprimento de obrigações legais e a execução de contratos, dentre outras, sendo que os maiores volumes se

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

referem a dados de colaboradores, utilizados no contexto das relações de trabalho, e de clientes, para fins da adequada prestação dos serviços, em especial na disponibilização de ambientes em nuvem (SaaS/cloud) para utilização dos sistemas desenvolvidos pela Companhia e armazenamento de bases de dados. Ainda que a Companhia adote medidas de segurança técnicas e administrativas visando proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, é certo que tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, tais como invasão, bloqueio, sequestro e vazamentos.

A Companhia está em estágio avançado no seu processo de adequação às disposições da LGPD, e vem atuando fortemente na mitigação de eventuais riscos, sendo que adotou melhorias das medidas técnicas e administrativas já existentes, assim como novas implementações, criou e revisou políticas e processos, nomeou encarregado de dados e criou um grupo de trabalho para apoiá-lo nas atividades, assim como vem trabalhando intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

De todo modo, a Companhia poderá enfrentar dificuldades no cumprimento integral da LGPD, devido à quantidade e complexidade das obrigações introduzidas pela lei, bem como devido à falta de regulamentação de alguns pontos da legislação e da ausência de segurança jurídica em razão das atividades ainda iniciais da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, ou ainda na hipótese de descumprimento das obrigações legais e/ou contratuais assumidas, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos imóveis ocupados pela Companhia está sujeita, dentre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia ocupa para o exercício das suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Imóveis que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regramentos Adicionais

Banco Central do Brasil

A Senior Serviços de Pagamentos Ltda., empresa do grupo da Companhia ("Wiipo") e a Convenix Benefícios Corporativos Ltda., empresa que tem como única sócia a Wiipo ("Convenix"), atuam como intermediadoras de produtos financeiros, sendo que a Convenix também atua como instituição de pagamento. Considerando o volume de recursos transacionados e operações realizadas, ainda não se enquadram como instituições de pagamentos, não estando diretamente sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil, mas é certo que já devem balizar suas atividades de acordo com a regulamentação do setor, devendo buscar o devido enquadramento e atendimento da legislação aplicável na medida em que aumentarem o número de transações e de recursos. Sendo assim, a Companhia, desde já, realiza o monitoramento quanto ao risco envolvendo o complexo regulatório a que poderá estar exposta quando do atingimento das volumetrias necessárias ao seu pedido de autorização perante o órgão regulador. Para mais informações acerca deste tema, vide o fator de risco "*A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de sanções em hipótese de não adequação ou descumprimento.*", no item 4.1, "d", deste Formulário de Referência.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT

A Convenix, adicionalmente, atua no fornecimento de benefícios corporativos, estando devidamente inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e, portanto, sujeita à respectiva regulamentação.

Em relação à inscrição no PAT e regulamentação correspondente à qual a Convenix está sujeita, cabe a ela observar, no exercício das atividades relacionadas ao fornecimento de benefícios corporativos, especificamente no que diz respeito ao vale-alimentação e vale-refeição, o Decreto 10.854/2021, que estabelece o Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT. Neste sentido, a Convenix possui inscrição no PAT, necessitando respeitar os requisitos de enquadramento e o cumprimento da regulamentação a fim de mantê-la. O eventual descumprimento dos requisitos atendidos para fins de inscrição no PAT, assim como da regulamentação correspondente, pode acarretar a perda do cadastro e a consequente impossibilidade da comercialização/fornecimento destes benefícios (vale-alimentação e vale-refeição).

Importante observar, por fim, que a Wiipo e a Convenix representam menos de 1% do faturamento da Companhia, e que, pela pouca relevância, representam um risco reduzido na sua operação, mas por terem algum tipo de impacto regulatório nas suas atividades, detalhamos abaixo os principais aspectos verificados.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza das suas atividades, a Companhia não está sujeita a regulações na esfera ambiental, não tendo aderido a padrões específicos de práticas ambientais e, portanto, não está sujeita a custos incorridos para cumprimento desta regulação. Não obstante, a Companhia adota como princípio essencial o cumprimento integral das leis e de toda a regulamentação aplicável aos seus negócios, assim como a legislação de caráter geral, aplicável a qualquer empresa estabelecida em território nacional.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Senior Sistemas S.A. é titular de 11 registros de marcas consideradas relevantes concedidos no Brasil pelo INPI, destacando-se a marca "Senior", registrada nas classes relativas a atividades relacionadas à tecnologia, incluindo a classe 42.

Nomes de domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos nomes dos domínios, registrados no Brasil e no exterior, dentre os quais destaca-se o nome de domínio: <senior.com.br>.

Softwares

Um programa de computador, ou *software*, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador ("*softwares*") são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75, e a Lei nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com Lei nº 9.609/98 ("Lei de *Software*"), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro. No entanto, o registro de software, concedido pelo INPI, é a forma mais segura de garantir a propriedade do software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos programas de computador desenvolvidos internamente ou por terceiros, todos regulares, nos termos da legislação vigente aplicável. A Companhia não possui, contudo, registro no INPI dos *softwares* por ela desenvolvidos, tendo em vista que, conforme supramencionado, não se trata de uma obrigação legal.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício encerrado em 31/12/2021	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$ mil)**	**Participação na Receita Líquida (%)**
Brasil	561.896	96,5%

	Exercício encerrado em 31/12/2020	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$ mil)**	**Participação na Receita Líquida (%)**
Brasil	412.396	100,0%

	Exercício encerrado em 31/12/2019	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$ mil)**	**Participação na Receita Líquida (%)**
Brasil	381.603	100,0%

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício encerrado em 31/12/2021	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$ mil)**	**Participação na Receita Líquida (%)**
Colômbia	20.579	3,5%

Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tendo em vista que a Companhia não possuía operações em países estrangeiros e os clientes faturados para outros países representavam cerca de 0,1% do faturamento da Companhia.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício encerrado em 31/12/2021	
	Soma de Receita Líquida (R$ mil)	**Participação na Receita Líquida (%)**
Total Países Estrangeiros	20.579	3,5%

Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tendo em vista que a Companhia não possuía operações em países estrangeiros e, portanto, não auferia receitas no exterior e os clientes faturados para outros países representavam cerca de 0,1% do faturamento da Companhia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a efeitos relevantes da regulação de países estrangeiros em suas atividades, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 3,5% do total de sua receita líquida.

Esclarece-se ainda que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía operações em países estrangeiros e, portanto, não auferia receitas no exterior.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não possui uma política de responsabilidade socioambiental e não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório específico, porque entende que as suas atividades não têm o potencial de causar impactos negativos significativos ao meio ambiente.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 7.8

A Administração considera que o reporte das iniciativas ESG é uma atividade importante, mesmo com baixo impacto ambiental nos negócios desenvolvidos, considerando o setor, porte e localização de atuação da Companhia. Apesar de não reportar, a Companhia desenvolve algumas iniciativas relacionadas e entende que sua estratégia de sustentabilidade está focada na geração de valor para a Companhia e suas partes interessadas, no apoio a educação, inclusão digital e empregabilidade através do apoio a projetos sociais e voluntariado, além do uso eficiente dos recursos naturais.

- **Ambiental:** adoção de coletiva seletiva e reciclagem de materiais, uso de energia 100% renovável e coleta de água de chuva na maior parte de nossas instalações, adoção de práticas para redução de emissões de carbono.
- **Social:** apoio a programas de acesso a carreira de TI como Entra 21 e P-Tech, voluntariado no programa Junior *Achievement*, apoio a campanhas do agasalho, natal solidário e material escolar, doação de computadores para entidades.
- **Trabalhadores:** 100% de trabalhadores assalariados, salário digno e política de remuneração, benefícios de saúde, práticas de desenvolvimento profissional, política de não discriminação, práticas de contratação e ambiente de trabalho inclusivos, apoio ao programa Meninas Digitais, gestão do clima, certificação *Great Place To Work*.
- **Governança:** política de direitos humanos, canal de denúncias, código de ética e conduta, auditorias de informações financeiras, transparência financeira com funcionários, verificação de práticas positivas na cadeia de fornecimento, priorização de fornecedores locais.
- **Clientes**: Monitoramento da satisfação e retenção de clientes, práticas de privacidade e uso de dados, práticas de segurança da informação. Uso das soluções da Companhia para gestão fiscal, de impostos, leis trabalhistas, permitindo aos clientes estarem em compliance com as legislações vigentes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 74,9% do capital da empresa Novasoft SAS, com sede em Bogotá - Colômbia, como parte da estratégia de internacionalização e expansão para a América Latina.

Como parte de expansão de negócios de serviços financeiros para empresas, através da subsidiária Senior Serviços de Pagamentos, em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital da Convenix Benefícios Corporativos para complementar o portfólio de ofertas de benefícios corporativos.

Para descrições completas das operações mencionadas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve qualquer contrato relevante celebrado pela Companhia ou suas controladas que não seja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve qualquer contrato relevante celebrado pela Companhia ou suas controladas que não seja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve qualquer contrato relevante celebrado pela Companhia ou suas controladas que não seja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

As informações acerca dos bens do ativo não circulante relevantes da Companhia encontram-se nos itens 9.1(a), 9.1(b) e 9.1(c) deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel matriz	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Imóvel unidade TMS	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Imóvel unidade Mega e Filial SP Interior	Brasil	SP	Itu	Alugada
Imóvel unidade WMS, Alcis, GKO e Filial SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Imóvel unidade Mega e Filial BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Imóvel unidade Mega, GKO e Filial RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel Filial RS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Imóvel Filial MT	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Imóvel unidade Mega e Filial PR	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Imóvel unidade Mega e Filial Nordeste	Brasil	PE	Recife	Alugada
Imóvel Filial DF	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Imóvel unidade WMS	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Imóvel Filial MS	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mega.com.br	16/05/2029	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Marcas	Registro 819765180, marca figurativa "Logotipo Senior "S", Classes Nacionais 40:25; 40:32, 40:34	até 13/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 818974133 para a marca mista “RONDA", na Classe Nacional 40:34.	até 18/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 819839680 para a marca mista “SAPIENS", na Classe Nacional 4.	até 27/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 814497730 para a marca mista “SENIOR", nas Classes Nacionais 40:15; 40:20 e 40:34.	até 12/02/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 912525371 para a marca mista "Senior", na Classe NCL(11) 42.	até 17/02/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 817245103 para a marca nominativa "RUBI", na Classe Nacional 40:34.	até 28/11/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 819108367 para a marca nominativa "VETORH", na Classe Nacional 40:34.	até 22/12/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Nome de domínio na internet	senior.com.br	até 17/04/2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	wiipo.com.br	até 17/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Marcas	Registro nº 920104193 para a marca mista "WIIPO", na Classe Nacional NCL(11) 09.	até 20/04/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 920104290 para a marca mista "WIIPO", na Classe Nacional NCL(11) 35.	até 20/04/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 920104355 para a marca mista "WIIPO", na Classe Nacional NCL(11) 36.	até 20/04/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 920104436 para a marca mista "WIIPO", na Classe Nacional NCL(11) 42.	até 20/04/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Intelectual) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de seu uso exclusivo pela Companhia, causando dificuldades significativas para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Novasoft SAS	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Desenvolvimento e licenciamento de softwares. Município sede: Bogotá.	74,900000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	4.830.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia passou a deter a participação na Novasoft SAS em 10 de fevereiro de 2021, por meio do investimento de R$17 milhões. A aquisição de 74,9% do capital social da Novasoft SAS se deu como estratégia de expansão da Companhia para a América Latina.

Senior Participações Ltda.	21.813.090/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Blumenau	Holding de instituições não financeiras.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	-284,330000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	5.718.000,00		
31/12/2020	36,050000	0,000000	0,00					
31/12/2019	72,460000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia constituiu a Senior Participações Ltda em 03 de fevereiro de 2015, por meio do investimento de R$499.950,00 em 2015 e R$15.000.000,00 em 2021. A constituição da Senior Participações Ltda se deu como estratégia para investimentos em startups.

Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Desenvolvimento e licenciamento de softwares voltados para construção civil.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	73,020000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	1.071.000,00		
31/12/2020	97,130000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-1,880000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia passou a deter a participação na Zero One Tecnologia de Informação Ltda em 14 de dezembro de 2018, por meio do investimento de R$1,1 milhão. A aquisição de 51% do capital social da Zero One Tecnologia de Informação Ltda se deu como um investimento em empresa de oferta complementar com soluções para construção civil.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os comentários dos Diretores da Companhia têm como objetivo fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. Os comentários constituem uma opinião sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com os dados apresentados, sendo que a Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigadoras em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Para maiores informações sobre impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 10.9 – “Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia” deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras e necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Liquidez Corrente (em R$ milhares, exceto indicador de liquidez)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo circulante	189.792	176.364	127.814
Passivo circulante	98.583	84.438	79.910
Liquidez Corrente [1]	1,93	2,09	1,60

[1] O índice de liquidez corrente corresponde a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, o Ativo Circulante da Companhia era de R$ 189.792 mil, sendo superior em R$ 91.209 mil em relação ao Passivo Circulante, que foi de R$ 98.583 mil, representando um Índice de Liquidez Corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante) de 1,93. Em 31 de dezembro de 2020, o Ativo Circulante era de R$ 176.364 mil, e superava o Passivo Circulante de R$ 84.438 mil em um montante de R$ 91.926 mil, representando um índice de liquidez corrente de 2,09. Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Circulante era de R$ 127.814 mil, e superava o Passivo Circulante de R$ 79.910 mil em um montante de R$ 47.904 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,60.

Endividamento Geral (em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Passivo circulante	98.583	84.438	79.910
Passivo não circulante	70.513	43.216	56.681
Ativo total	419.695	345.481	300.038
Endividamento Geral (em %) [1]	40,3%	36,9%	45,5%

[1] O índice de endividamento geral corresponde a soma do passivo circulante e do passivo não circulante divido pela ativo total.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice de Endividamento Total (representado pela soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante dividido pelo Ativo Total) foi de 40,3%, 36,9% e 45,5%, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente: (i) do aumento do Ativo Total da Companhia, decorrente, principalmente, do crescimento do saldo de caixa e equivalentes que, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R$ 84.602 mil; em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 136.227 mil e em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 121.642 mil, sendo menor que em 31 de dezembro de 2020 devido principalmente ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao ano anterior e ao ano de 2021.

Esse aumento de caixa e equivalentes de caixa é resultado do aumento do lucro líquido da Companhia, que no exercício encerrado em 31 dezembro de 2019 foi de R$ 64.138 mil, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 88.063 mil e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 103.374 mil; (ii) do aumento do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 que passou para R$ 229.903 mil, impactado majoritariamente pelo crescimento do ativo intangível em R$ 63.036 mil ou 52,2%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente pelas aquisições das empresas ocorridas no decorrer de 2021; e (iii) da redução do passivo circulante e passivo não circulante de R$ 136.591 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 127.654 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente principalmente da liquidação de contas a pagar por aquisições de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante e passivo não circulante totalizava R$ 169.096 mil, representando um aumento de R$ 41.442 mil, em relação à 31 de dezembro de 2020, o que decorreu principalmente do aumento de salários e encargos sociais, passivo de arrendamento pelo novo contrato de locação do prédio sede da Companhia, compensado pela redução de juros sobre capital próprio e dividendo pagos em tal período.

A administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às necessidades das operações e está alinhada com as expectativas dos planos de negócios e investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$ 163.447 mil, passando para R$ 217.827 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$ 54.380 mil decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$88.063 mil, reduzido de dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em tal ano, no valor de R$33.586 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$ 217.827 mil, passando para R$ 250.599 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R$ 32.772 mil decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 103.374 mil, reduzido de (i) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos referentes a 2021 no montante de R$ 33.065 mil mais dividendos adicionais com base nas reservas de lucros de R$ 17.441 mil e (ii) cisão parcial do capital da Companhia com a transferência de bens do imobilizado para os sócios utilizando a reserva de lucros no montante de R$ 26.718 mil.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	169.096	127.654	136.591
Capital próprio (patrimônio líquido)	250.599	217.827	163.447
Capital total (terceiros + próprio)	419.695	345.481	300.038
Parcela de capital de terceiros (1)	40,3%	36,9%	45,5%
Parcela de capital próprio (2)	59,7%	63,1%	54,5%

(1) A parcela de capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(2) A parcela de capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada em relação à suas operações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 índices de liquidez corrente (calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,93, 2,09 e 1,60, respectivamente. Seu fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi de, respectivamente, R$ 140.615 mil, R$ 129.633 mil e R$ 97.437 mil, conforme verificado em suas demonstrações de fluxos de caixa.

Considerando a estrutura de capital da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia possui plenas condições de honrar os compromissos financeiros de curto e de longo prazo, até a data deste Formulário de Referência, e caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar sua operação e os seus planos de investimentos.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, e a utilização de empréstimos e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que a sua geração de caixa operacional continuará a ser a principal fonte de recurso para financiar as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia.

Na avaliação da Administração a geração de caixa da Companhia continuará a ser consistente com seu histórico e será suficiente para financiar as suas necessidades de capital de giro e investir em ativos não circulantes, podendo, adicionalmente, utilizar empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos, participações societárias a pagar e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) da Companhia era de R$ 77.927 mil (R$ 54.437 mil em 31 de dezembro de 2020 e R$ 79.929 mil em 31 de dezembro de 2019), enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 121.642 mil (R$ 136.227 mil em 31 de dezembro de 2020 e R$ 84.602 mil em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicação financeira era de R$ 4.097 mil (não havia saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019). Em 31 de dezembro de 2021, 65,9% da dívida bruta representada pelo somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, participações societárias a pagar e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 62,8% em 31 de dezembro de 2020 e 62,9% em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre a Dívida Bruta, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que o perfil da dívida é adequado face seus compromissos e geração de caixa, e que está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para as operações e investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R$ 11.401 mil, R$ 11.373 mil e R$ 14.645 mil, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A seguir, a Companhia apresenta uma breve descrição dos empréstimos e financiamentos, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas:

Em milhares de R$ (exceto se indicado de outra forma)					
Credores	**% de encargos**	**Vencimento**	**Em 31 de dezembro de**		
			2021	**2020**	**2019**
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,32% a.a.	Julho/2022	-	-	14.489
FINAME	TJLP + 2,50% a.a. até 5,7% a.a.	Setembro/2022	-	78	152
BNDES	TLP + 1,55% a.a.	Fevereiro/2022	11.401	11.295	-
Outros	15,25% a.a até 19,56% a.a.	Fevereiro/2020	-	-	4
Empréstimos e financiamentos Total			**11.401**	**11.373**	**14.645**
Passivo Circulante			11.401	356	6.576
Passivo Não Circulante			-	11.017	8.069

BNDES

O contrato firmado com o BNDES tem prazo de amortização de 48 meses, com carência de 24 meses. A finalidade do financiamento é para investimento em Pesquisa e Desenvolvimento. O contrato vigente com o BNDES em 31 de dezembro de 2021 está garantido por uma carta fiança junto ao Banco Itaú, no montante de R$ 11.000 mil e não possui *covenants*.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia informa que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras.

Os contratos de empréstimos mantidos pela Companhia e suas controladas com instituições financeiras não impõem restrições à Companhia, seja com relação a limites de endividamento, à distribuição de dividendos, ou de outra natureza.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis e não tomados. Além disso, esclarece-se que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADO

Receita líquida

A receita líquida da Companhia deriva substancialmente da prestação de serviços de tecnologia, sendo composta por receitas de manutenção, *cloud*, licenças e serviços, consideradas receitas recorrentes pela Administração da Companhia e receita não recorrentes pela Administração da Companhia.

Os serviços de tecnologia prestados pela Companhia compreendem serviços relativos à venda de licenças de direito de uso de *software* desenvolvidos pela Companhia e por suas controladas, manutenção das soluções tecnológicas da Companhia, serviços de customização, implantação e consultoria e disponibilização de suas soluções em *cloud*. Em relação aos contratos que envolvem soluções em *cloud* e manutenção, adotam em sua quase totalidade o INPC como índice de reajuste inflacionário e tem duração média de 36 meses. Os produtos mais relevantes na composição da receita são as soluções HCM (gestão de pessoas), ERP (sistema de gestão empresarial) e Gestão de Logística - WMS TMS (gestão da cadeia logística).

Ademais, a tendência de expansão do mercado para soluções em *cloud*¸ migrando de um modelo mais tradicional com infraestruturas proprietárias, se consolidou, influenciando de forma positiva nossas receitas recorrentes, ainda que tal resultado tenha sido parcialmente compensado pela diminuição de nossas receitas não recorrentes. A Companhia considera como receitas recorrentes: (i) as receitas de licença e *cloud*, que se referem a contratos nos quais o cliente paga uma mensalidade pela disponibilização do *software*. A licença pode ser instalada nos servidores do próprio cliente, que recebe uma chave de acesso para utilizar a ferramenta. O cliente pode optar por instalar a licença nos servidores contratados e mantidos pela Companhia (junto a fornecedores como *Amazon Web Services* – AWS e Oracle), assim os aplicativos em uso pelo cliente processam as informações em ambiente *cloud***.** Os serviços de *cloud* também são pagos pelo cliente através de uma mensalidade; (ii) as receitas de manutenção, relacionadas a suporte e atualização tecnológica e reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos respectivos contratos. As receitas recorrentes brutas corresponderam à 66,2%, 69,0% e 62,8% da receita bruta dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

A Companhia considera como receitas não recorrentes: (i) receitas de licença quando a licença vendida aos clientes permite a disponibilização do *software* de forma permanente; e (ii) receitas de serviço, que compreendem serviços de implementação, incluindo customização dos *softwares*, treinamento e outros serviços (a exemplo de consultorias de negócios). As receitas de serviços de implantação e customização são reconhecidas ao longo do tempo à medida em que os serviços são prestados, segundo cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de treinamentos e consultorias são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

Nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi de R$582.475 mil, R$412.396 mil, e R$381.603 mil, respectivamente. Tal aumento foi principalmente suportado pelo crescimento expressivo de nossos serviços em *cloud* e de manutenção, além do incremento dos serviços já prestados dentro da nossa base de clientes. Para mais informações sobre nossa receita e modelo de negócios, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Custo dos serviços prestados

Conforme indicado na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o custo dos serviços é composto principalmente por salários e encargos (despesas de pessoal relativos a serviços de suporte), serviços de terceiros (consultores de implantação, customização e consultoria), custos dos *softwares* (utilização de servidores contratados e mantidos pela companhia para habilitar a disponibilização de soluções em *cloud* e custos de participação de canais*)* e depreciação e amortização, que totalizaram 94,2%, 88,1% e 85,6% do total dos custos, respectivamente. Dentro dos componentes dos custos acima citados, os custos de *software* relativos à disponibilização de soluções em *cloud*, referem-se a contratos que tipicamente estão sujeitos a oscilações cambiais por estarem lastreados a políticas de preço globais e representam 13,1%, 11,7% e 2,0% do total de custos da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas correspondem a despesas com pessoal das áreas comerciais da Companhia, despesas com participações sobre as vendas para os canais e despesas de *marketing,* as quais, em sua grande maioria, correspondem a campanhas e anúncios para a divulgação da marca.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas de produtos existentes são capitalizados quando atendidos os critérios indicados na nota explicativa nº 2, das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a exemplo de (i) demonstração de viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que este seja disponibilizado para venda, (ii) intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vende-lo, (iii) ser possível demonstrar a forma pela qual o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, (iv) estarem disponíveis os recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível, e (v) a Companhia possuir capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativa são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são as despesas com pessoal e de manutenção.

Outras receitas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais incluem principalmente itens não recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas receitas não-recorrentes os créditos tributários, créditos judiciais, receita de venda de imobilizados e intangível e indenização recebida de sinistro. São consideradas despesas não recorrentes as perdas de ações judiciais, despesas referentes ao plano baseado em ações entre outros.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As despesas financeiras são compostas principalmente por despesas bancárias e de cobrança, juros sobre financiamentos e empréstimos, juros sobre arrendamento, descontos concedidos, imposto sobre operações financeiras e outras despesas financeiras. As receitas financeiras são compostas principalmente por rendimentos sobre aplicações, receita financeira de ajuste a valor presente, juros recebidos, descontos recebidos e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia enquadra-se na tributação sobre o lucro real e apura o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável. A alíquota efetiva da Companhia é composta por imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

As informações financeiras apresentadas e as variações relevantes analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	**582.475**	**100,0%**	**412.396**	**100,0%**	**41,2%**
Custo dos serviços prestados	(204.161)	(35,1%)	(127.568)	(30,9%)	60,0%
Lucro bruto	**378.314**	**64,9%**	**284.828**	**69,1%**	**32,8%**
Receitas (despesas) operacionais	**(241.092)**	**(41,4%)**	**(166.203)**	**(40,3%)**	**45,1%**
Despesas com vendas	(90.884)	(15,6%)	(59.764)	(14,5%)	52,1%
Pesquisa e desenvolvimento	(73.317)	(12,6%)	(62.989)	(15,3%)	16,4%
Despesas gerais e administrativas	(74.981)	(12,9%)	(45.367)	(11,0%)	65,3%
Equivalência patrimonial	88	0,0%	(23)	0,0%	(482,6%)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas	(1.998)	(0,3%)	1.940	0,5%	(203,0%)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**137.222**	**23,6%**	**118.625**	**28,8%**	**15,7%**
Despesas financeiras	(7.170)	(1,2%)	(7.063)	(1,7%)	1,5%
Receitas financeiras	8.480	1,5%	4.807	1,2%	76,4%
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**138.532**	**23,8%**	**116.369**	**28,2%**	**19,0%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.128)	(5,2%)	(23.150)	(5,6%)	30,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.030)	(0,9%)	(5.156)	(1,3%)	-2,4%
Lucro líquido do exercício	**103.374**	**17,7%**	**88.063**	**21,4%**	**17,4%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida da Companhia aumentou em 41,2% ou R$ 170.079 mil, passando de R$ 412.396 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R$ 582.475 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)[1]	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)[1]	AH (%)
Receita Recorrente	**435.141**	66,2%	**320.485**	69,0%	**35,8%**
Manutenção	253.697	38,6%	231.938	49,9%	9,4%
Cloud	169.205	25,7%	79.771	17,2%	112,1%
Licenças	9.863	1,5%	7.257	1,6%	35,9%
Serviços	2.376	0,4%	1.519	0,3%	56,4%
Receita Não Recorrente	**222.041**	33,8%	**144.167**	31,0%	**54,0%**
Serviços	171.456	26,1%	108.421	23,3%	58,1%
Licenças	44.355	6,7%	31.112	6,7%	42,6%
Outras	6.230	0,9%	4.634	1,0%	34,4%
Receita bruta total	**657.182**	100,0%	**464.652**	100,0%	**41,4%**
Deduções sobre vendas	(74.707)	(11,4%)	(52.256)	(11,2%)	43,0%
Total receita líquida	**582.475**	88,6%	**412.396**	88,8%	**41,2%**

(1) Percentuais foram calculados em relação à receita bruta total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 as receitas recorrentes apresentaram um crescimento de R$ 114.656 mil ou 35,8% em relação ao exercício anterior, representando 66,2% da receita bruta total. Esse crescimento das receitas deu-se principalmente na linha de receita de *cloud*, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de R$ 89.434 mil ou 112,1%. A receita de manutenção também apresentou um crescimento de R$ 21.759 mil ou 9,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As receitas não recorrentes também apresentaram crescimento no período, em função de projetos que haviam sido postergados pelos clientes da Companhia no exercício social de 2020 em função da pandemia e retomados em 2021.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$ 204.161 mil, representando um aumento de R$ 76.593 mil ou 60,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizava R$ 127.568 mil. Esse crescimento se deu principalmente (i) pelo aumento de despesas com pessoal de R$ 40.353 mil ou 70,9%, em decorrência de aumento de pessoal, correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados em função de maior atingimento de metas, além custos de pessoal referente as empresas adquiridas que representam 30,5% do aumento de despesas com pessoal; (ii) pelo aumento de custos com serviços de terceiros em R$ 22.905 mil ou 79,4% decorrente principalmente maior volume em receita de serviços; e (iii) pelo aumento de custos de cloud em R$ 11.775 mil ou 79,1% decorrente principalmente de maior volume em receita de *cloud* no ano.

Lucro bruto

O Lucro Bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 378.314 mil comparado com R$ 284.828 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 93.486 mil ou 32,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de receita acima mencionado, parcialmente compensado pelo aumento dos custos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas operacionais

As Despesas Operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 241.092 mil comparado a R$ 166.203 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 74.889 mil ou 45,1%. Esta variação é atribuída substancialmente à:

- **Despesas com vendas** - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas aumentaram R$ 31.120 mil ou 52,1%, passando de R$ 59.764 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R$ 90.884 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando 15,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, frente a 14,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O crescimento deu-se principalmente pelo: (i) aumento de despesas com pessoal de R$ 11.471 mil em decorrência de correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados em função de maior atingimento de metas; (ii) aumento de despesas com *marketing* de R$ 3.448 mil relativo a campanha e anúncios para divulgação dos produtos da Companhia; (iii) aumento de despesas de participações sobre as vendas pagas aos canais de distribuição de R$ 9.212 mil devido parte pela migração de clientes do modelo *on-premises* para *cloud* e parte pelo crescimento da receita; e (iv) aumento de despesas com vendas de R$ 5.185 mil relativo as empresas adquiridas no ano de 2021.

- **Pesquisa e desenvolvimento** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R$ 10.328 mil ou 16,4%, passando de R$ 62.989 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R$ 73.317 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando 12,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, frente a 15,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, mantendo investimentos em inovação e desenvolvimento de novos produtos como ferramentas de marketplace Senior X, desenvolvimento do APP da Wiipo, desenvolvimento de ferramentas de gestão de logística, desenvolvimento de ofertas baseadas em dados e *machine learning*, entre outras. Os projetos que atendem ao critério de capitalização de acordo com o CPC 04 (IAS 38) são classificados como ativos intangíveis, e, portanto, não são lançados na rubrica de pesquisa e desenvolvimento do resultado.

- **Despesas Gerais e Administrativas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R$ 29.614 mil ou 65,3%, passando de R$ 45.367 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R$ 74.981 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando 12,9% da receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, frente a 11,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente ao: (i) aumento de despesas com pessoal e remuneração da administração de R$ 7.961 mil em decorrência de correção salarial e de maior provisão para participação nos resultados e bônus da diretoria em função de maior atingimento de metas; (ii) aumento de despesas com amortização de R$ 4.721 mil referente aos ativos intangíveis relativos às aquisições e ao direito de uso (ativo de arrendamento) - IFRS 16; (iii) aumento de despesas com provisão para contingências de R$ 3.450 mil relacionadas à processos cíveis discutindo questões comerciais; (iv) baixa de impostos não recuperáveis e doações à projetos culturais no montante de R$ 1.575 mil e R$ 515 mil, respectivamente; e (v) aumento de despesas administrativas de R$ 6.856 mil relativo as empresas adquiridas no ano de 2021.

- **Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as outras (despesas) receitas operacionais líquidas da Companhia passaram a representar uma despesa líquida de R$ 1.998 mil, comparado com uma receita líquida de R$ 1.940 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de despesa de R$ 3.938 mil. Essa variação ocorreu principalmente pela (i) baixa de depósito judicial, o qual foi revertido para o reclamante em processo que a Companhia figurava como parte no montante de R$ 1.650 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 referente processo em que a Companhia teve perda; (ii) reconhecimento de despesa dos planos baseados em ações no montante de R$ 1.946 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) baixa de investimento de participação societária na empresa Social Base que gerou uma perda de R$ 475 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Financeiro

- **Despesas financeiras -** As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R$ 7.170 mil, tendo um aumento de 1,5% ou de R$ 107 mil quando comparado com às despesas financeiras de R$ 7.063 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
- **Receitas financeiras –** As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R$ 8.480 mil, tendo um aumento de 76,4% ou de R$ 3.673 mil quando comparado com as receitas financeiras de R$ 4.807 mil verificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de rendimentos de aplicações financeiras em R$ 3.373 mil impactado pelo aumento das taxas de juros e maior saldo de aplicações ao longo dos meses de 2021 em relação à 2020.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 35.158 mil comparado com R$ 28.306 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 6.852 mil ou 24,2%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, que cresceu em R$ 22.163 mil ou 19,0% em linha com o crescimento do lucro da Companhia. Adicionalmente, são aplicadas exclusões ao imposto de renda e contribuição social, sendo os principais valores referente aos gastos com pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem) e valores pagos a título de juros sobre capital próprio no montante de R$ 8.759 mil e R$ 3.125 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, frente à R$ 8.036 mil e R$ 2.589 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 25%, ante 24% em 2020.

Lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 103.374 mil comparado com R$ 88.063 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 15.311 mil ou 17,4%, explicado pelos fatores acima descritos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	**412.396**	**100,0%**	**381.603**	**100,0%**	**8,1%**
Custo dos serviços prestados	(127.568)	(30,9%)	(120.534)	(31,6%)	5,8%
Lucro bruto	**284.828**	**69,1%**	**261.069**	**68,4%**	**9,1%**
Receitas (despesas) operacionais	**(166.203)**	**(40,3%)**	**(178.452)**	**(46,8%)**	**(6,9%)**
Despesas com vendas	(59.764)	(14,5%)	(64.273)	(16,8%)	(7,0%)
Pesquisa e desenvolvimento	(62.989)	(15,3%)	(55.845)	(14,6%)	12,8%
Despesas gerais e administrativas	(45.367)	(11,0%)	(58.380)	(15,3%)	(22,3%)
Equivalência patrimonial	(23)	0,0%	(1.095)	(0,3%)	(97,9%)
Outras receitas operacionais líquidas	1.940	0,5%	1.141	0,3%	70,0%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**118.625**	**28,8%**	**82.617**	**21,6%**	**43,6%**
Despesas financeiras	(7.063)	(1,7%)	(8.224)	(2,2%)	(14,1%)
Receitas financeiras	4.807	1,2%	6.957	1,8%	(30,9%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**116.369**	**28,2%**	**81.350**	**21,3%**	**43,0%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(23.150)	(5,6%)	(14.710)	(3,9%)	57,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.156)	(1,3%)	(2.502)	(0,7%)	106,1%
Lucro líquido do exercício	**88.063**	**21,4%**	**64.138**	**16,8%**	**37,3%**

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da Companhia aumentou em 8,1% ou R$ 30.793 mil, passando de R$ 381.603 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 412.396 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)(1)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)(1)	AH (%)
Receita Recorrente	**320.485**	**69,0%**	**270.837**	**62,8%**	**18,3%**
Manutenção	231.938	49,9%	216.345	50,2%	7,2%
Cloud	79.771	17,2%	46.481	10,8%	71,6%
Licenças	7.257	1,6%	6.750	1,6%	7,5%
Serviços	1.519	0,3%	1.261	0,3%	20,5%
Receita Não Recorrente	**144.167**	**31,0%**	**160.452**	**37,2%**	**(10,1%)**
Serviços	108.421	23,3%	119.894	27,8%	(9,6%)
Licenças	31.112	6,7%	31.172	7,2%	(0,2%)
Outras	4.634	1,0%	9.386	2,2%	(50,6%)
Receita bruta total	**464.652**	**100,0%**	**431.289**	**100,0%**	**7,7%**
Deduções sobre vendas	(52.256)	(11,2%)	(49.686)	(11,5%)	5,2%
Total receita líquida	**412.396**	**88,8%**	**381.603**	**88,5%**	**8,1%**

(1) Os percentuais foram calculados em relação à receita bruta total

Destaque para as receitas recorrentes que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um crescimento de 18,3% em relação ao exercício anterior, passando a representar 69,0% da receita bruta total contra 62,8% em 2019. Esse crescimento deu-se principalmente na linha de receita de *cloud*, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de 71,6%, e na linha de receita de manutenção, com crescimento de 7,2%.

O grupo de receitas não recorrentes apresentou uma queda de 10,1%, principalmente em função dos impactos da pandemia, devido às postergações realizadas por alguns clientes para implantação e customização de ferramentas, no período inicial da pandemia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ao considerar as receitas recorrentes e não recorrentes consolidados por linha de produtos, o maior crescimento se refere às soluções HCM e ERP. Este crescimento foi observado devido ao incremento da receita da Mega Sistemas Corporativos S.A., que fornece principalmente soluções ERP para o setor de construção civil (setor este que registrou aquecimento significativo em 2020), superando expectativas e indicando a consolidação do produto. Outro destaque importante é o produto Gestão de Logística - WMS TMS, que vem se consolidando entre os líderes de mercado. Dessa forma, o aumento de 18,3% nas receitas recorrentes derivado principalmente da tendência de migração do mercado para soluções em *cloud* foi parcialmente compensado pela diminuição de 10,1% nas receitas não recorrentes, em função dos impactos da pandemia sobre os serviços de implantação e customização de soluções.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 127.568 mil, representando um aumento de 5,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizava R$ 120.534 mil. A Companhia manteve uma gestão austera dos custos no ano de 2020, o que permitiu uma eficiência operacional maior, onde a receita operacional líquida cresceu 8,1%, mas os custos dos produtos vendidos e serviços prestados cresceram somente 5,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os custos relacionados as receitas de manutenção e *cloud* envolvem custos variáveis em menor escala que as receitas relacionadas a serviços. Considerando que em 2020 houve crescimento nas receitas de manutenção e *cloud* e queda na receita de serviços, houve um menor custo gerado no ano.

Lucro bruto

O Lucro Bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 284.828 mil comparado com R$ 261.069 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 23.759 mil ou 9,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de receita acima mencionado, sem o aumento proporcional de nossos custos, que em função de uma melhor gestão teve crescimento em menor proporção que a receita.

Despesas operacionais

As Despesas Operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$ 166.203 mil comparado a R$ 178.452 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 12.249 mil ou 6,9%. Esta redução é atribuída substancialmente à:

- **Despesas com vendas** - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas reduziram em 7,0%, passando de R$ 64.273 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 59.764 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 14,5% da Receita Líquida em 2020, frente a 16,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, confirmando o ganho de escala e de eficiência, e gestão austera de despesas principalmente de viagem com redução em relação à 2019, ocorridas devido “novo normal” com eventos e atendimentos remotos e suspensão de viagens.

- **Pesquisa e desenvolvimento** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em 12,8%, passando de R$ 55.845 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 62.989 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 15,3% da Receita Líquida em 2020, frente a 14,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, mantendo o nível de investimentos em inovação e desenvolvimento de novos produtos como ferramentas de RH que facilitam o trabalho *home office*, ferramentas para uso 100% cloud, entre outras. Os projetos que atendem ao critério de capitalização de acordo com o CPC 04 são classificados como ativos intangíveis, e, portanto, não são lançados na rubrica de pesquisa e desenvolvimento do resultado.

- **Despesas Gerais e Administrativas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram em 22,3%, passando de R$ 58.380 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 45.367 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução se deu, principalmente, em razão do controle das despesas nas contas de manutenção de equipamentos e instalações e utilidades e serviços, gerando uma economia em relação ao ano anterior. Esse controle de despesas foi desencadeado como uma medida de enfrentamento aos possíveis impactos causados pela pandemia do COVID-19. Adicionalmente, em 2019 houve a provisão para perda de *impairment* (redução ao valor recuperável do intangível) de R$ 3.332 mil, despesa essa que não ocorreu em 2020, contribuindo para o menor valor de despesas nesse grupo em 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Outras receitas operacionais líquidas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas operacionais líquidas da Companhia aumentaram em R$ 799 mil, passando de R$ 1.141 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 1.940 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O crescimento das receitas operacionais líquidas deu-se, principalmente, (i) pelo maior valor de venda de imobilizado liquida de custos no montante de R$ 182 mil, (ii) pelo valor de precatório tributário recebido no montante de R$ 330 mil e (iii) pelo valor de brinde recebido de R$ 147 mil, referente a contrato de comodato de celulares.

Resultado Financeiro

- **Despesas financeiras -** As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 7.063 mil, tendo uma redução de 14,1% ou de R$ 1.161 mil quando comparado com o valor de R$ 8.224 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada, principalmente, pela redução de juros sobre empréstimos e financiamentos. Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia liquidou empréstimos com taxas mais elevadas e contratou novas linhas com taxas menores. Adicionalmente, o saldo devedor médio ao longo do exercício social de 2020 foi menor que o verificado no exercício de 2019.

- **Receitas financeiras –** As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$ 4.807 mil, tendo uma redução de 30,9% ou de R$ 2.150 mil quando comparado com o valor de R$ 6.957 mil verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada, principalmente, pela redução de rendimentos de aplicações financeiras em R$ 1.922 mil e redução de receita financeira de ajuste a valor presente de contas a receber em R$ 354 mil, ambas impactadas pela redução das taxas de juros nos períodos analisados.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 28.306 mil comparado com R$ 17.212 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 11.094 mil ou 64,5%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, que cresceu em R$ 35.019 mil ou 43,0% em linha com o crescimento do lucro da Companhia. A alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de 24%, ante 21% em 2019. Essa variação é explicada pelo aumento nos valores de incentivos fiscais relacionados a inovação tecnológica e a juros sobre capital próprio em 2020 ante 2019.

Lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 88.063 mil comparado com R$ 64.138 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 23.925 mil ou 37,3%, explicado pelos fatores acima descritos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	121.642	29,0%	136.227	39,4%	(10,7)%
Contas a receber	51.646	12,3%	29.979	8,7%	72,3%
Estoques	826	0,2%	869	0,3%	(4,9)%
Impostos a recuperar	2.945	0,7%	4.471	1,3%	(34,1)%
Adiantamentos	6.172	1,5%	4.122	1,2%	49,7%
Aplicações financeiras	4.097	1,0%	-	0,0%	100,0%
Outros ativos	2.464	0,6%	696	0,2%	254,0%
Total do ativo circulante	**189.792**	**45,2%**	**176.364**	**51,0%**	7,6%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	1.219	0,3%	1.208	0,3%	0,9%
Empréstimos concedidos a controladas e coligadas	-	0,0%	454	0,1%	(100,0)%
Depósitos judiciais	-	0,0%	1.672	0,5%	(100,0)%
Outros ativos	22	0,0%	596	0,2%	(96,3)%
Investimentos	649	0,2%	476	0,1%	36,3%
Imobilizado	19.258	4,6%	40.518	11,7%	(52,5)%
Intangível	183.879	43,8%	120.843	35,0%	52,2%
Ativo de direito de uso	24.876	5,9%	3.350	1,0%	642,6%
Total do ativo não circulante	**229.903**	**54,8%**	**169.117**	**49,0%**	**35,9%**
TOTAL DO ATIVO	**419.695**	**100,0%**	**345.481**	**100,0%**	**21,5%**

Passivo e Patrimônio Líquido

Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	11.401	2,7%	356	0,1%	3102,5%
Participações societárias a pagar	10.784	2,6%	18.576	5,4%	(41,9)%
Passivos de arrendamento	4.412	1,1%	1.293	0,4%	241,2%
Fornecedores	4.528	1,1%	3.248	0,9%	39,4%
Salários e encargos sociais	54.040	12,9%	33.488	9,7%	61,4%
Obrigações tributárias	8.104	1,9%	5.835	1,7%	38,9%
Juros s/ capital próprio e dividendos	2.554	0,6%	20.934	6,1%	(87,8)%
Outras contas a pagar	2.760	0,7%	708	0,2%	289,8%
Total do passivo circulante	**98.583**	**23,5%**	**84.438**	**24,4%**	**16,8%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	11.017	3,2%	(100,0)%
Passivos de arrendamento	21.309	5,1%	2.470	0,7%	762,7%
Participações societárias a pagar	30.021	7,2%	20.725	6,0%	44,9%
Outras contas a pagar	530	0,1%	1.639	0,5%	(67,7)%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.540	2,0%	4.738	1,4%	80,2%
Provisão para passivo a descoberto em investida	430	0,1%	445	0,1%	-3,4%
Passivo fiscal diferido	9.683	2,3%	2.182	0,6%	343,8%
Total do passivo não circulante	**70.513**	**16,8%**	**43.216**	**12,5%**	**63,2%**
Total do patrimônio líquido	**250.599**	**59,7%**	**217.827**	**63,1%**	**15,0%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**419.695**	**100,0%**	**345.481**	**100,0%**	**21,5%**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 121.642 mil, apresentando uma redução de 10,7% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 136.227 mil. Essa redução decorreu, principalmente, pela geração de caixa líquido originado das atividades operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, na ordem de R$140.615 mil, o qual foi parcialmente utilizado para atividades de investimento no valor de R$ 78.941 mil, e R$ 76.259 mil foram utilizados na atividade de financiamento (principalmente, pelo pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos em 2021 no montante de R$ 68.886 mil), apresentado, assim, uma variação líquida de R$ 14.585 mil, do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber era de R$ 51.646 mil, apresentando um aumento de 72,3% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R$ 29.979 mil. Esse aumento decorreu, principalmente pelo aumento de receita em 2021 quando comparado com 2020.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicações financeiras era de R$ 4.097 mil, referente garantia para pagamento da aquisição da controlada no exterior Novasoft S.A.S. Em 31 de dezembro de 2020 não havia saldos dessa natureza.

Total do Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R$ 189.792 mil, representando 45,5% do ativo total, o que representou um aumento de 7,6% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2020. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento de contas a receber, parcialmente compensado pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

Ativo Não Circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imobilizado era de R$ 19.258 mil, representando uma redução de R$ 21.260 mil, ou 52,5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020 que era de R$ 40.518 mil. Essa redução é justificada principalmente por (i) baixas líquidas no montante de R$ 25.221 mil principalmente devido a cisão dos imóveis e terrenos no montante de R$ 24.718 mil; e (ii) depreciação no montante de R$ 4.808 mil; parcialmente compensado por (iii) aquisições no montante de R$ 7.903 mil referente principalmente equipamento de processamento de dados no montante de R$ 7.584 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de intangível era de R$ 183.879 mil, representando um aumento de R$ 63.036 mil, ou 52,2% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020 que era de R$ 120.843 mil. Esse aumento em 2021 é justificado principalmente por (i) aquisições e saldos advindos de combinação de negócios no montante total de R$ 81.794 mil, representado principalmente por intangíveis referentes aquisições de empresas (*software*, ágio, marca e carteira de clientes) e de *softwares* de desenvolvimento interno, parcialmente compensado por (ii) baixas líquidas no montante de R$ 1.464 mil e (iii) amortizações no montante de R$ 17.294 mil.

Ativo de Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ativo de direito de uso era de R$ 24.876 mil, representando um aumento de R$ 21.526 mil, ou 642,6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, que era de R$ 3.350 mil. Esse aumento se deu pela (i) adição de novos contratos no montante de R$ 24.736 mil; parcialmente compensado pela (ii) amortização no montante de R$ 2.707 mil; e (iii) baixas líquidas por encerramento de contratos e remensuração no montante de R$ 503 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Total do Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R$ 229.903 mil, representando 54,8% do ativo total, o que representou um aumento de 35,9% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2020. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento do intangível decorrente de aquisições e investimentos na operação e aumento de ativo de direito de uso decorrente principalmente de novo contrato de locação da sede administrativa da Companhia, parcialmente compensado pela redução do imobilizado devido a cisão dos imóveis e terrenos.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante era de R$ 11.401 mil, representando um aumento de R$ 28 mil em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020, que totalizava R$ 11.373 mil. Esse aumento decorreu da provisão de juros incorridos no montante de R$ 1.506 mil, parcialmente compensado pelo pagamento de principal e juros no montante de R$ 1.478 mil (majoritariamente do contrato firmado com o BNDES). Em 31 de dezembro de 2021 houve a classificação do saldo total de empréstimos no passivo circulante, pelo fato da Companhia ter planejado iniciar os trâmites legais junto ao BNDES para efetivar a liquidação do contrato em fevereiro de 2022.

Participações societárias a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de participações societárias a pagar no passivo circulante era de R$ 10.784 mil e no passivo não circulante R$ 30.021 mil, totalizando R$ 40.805 mil, representando um aumento de R$ 1.504 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, cujo saldo no passivo circulante era de R$ 18.576 mil e no passivo não circulante R$ 20.725 mil, totalizando R$ 39.301 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, de novos compromissos assumidos no montante de R$ 61.314 mil, provisão de juros de R$ 2.323 mil e pagamento das obrigações assumidas com os vendedores das empresas adquiridas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R$ 54.954 mil referente a pagamento de principal em caixa, R$ 5.400 mil referente a pagamento de principal em ações e R$ 1.779 mil referente a pagamento de juros.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de salários e encargos sociais era de R$ 54.040 mil, apresentando um aumento de R$ 20.552 mil ou 61,4% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R$ 33.488 mil. Esse aumento decorreu, substancialmente, em virtude de uma maior provisão para participação nos lucros em 2021, em função do percentual de atingimento das metas em 2021 ter superado o resultado do ano anterior.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de juros sobre capital próprio e dividendos era de R$ 2.554 mil, apresentando uma redução de R$ 18.380 mil ou 87,8% em relação a 31 de dezembro de 2020, cujo saldo era de R$ 20.934 mil. Essa redução se deu principalmente pelo pagamento do saldo em aberto, compensado pelo montante de juros sobre capital próprio destinado no mês de dezembro de 2021 que permaneceu em aberto.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante era de R$ 4.412 mil e no passivo não circulante R$ 21.309 mil, totalizando R$ 25.721 mil apresentando um aumento de R$ 21.958 mil ou 583,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 3.763 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude da celebração de contrato de locação do imóvel sede da Companhia, efetuado a partir de 1 de outubro de 2021.

Total do Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R$ 98.583 mil, representando 23,5% do passivo total, um aumento de 16,8% se comparado a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento se deve, principalmente pelo: (i) aumento de empréstimos e financiamentos pela reclassificação para o circulante, (ii) aumento de salários e encargos pela maior provisão de participação nos lucros e resultados, parcialmente compensado pela (iii) redução de participações societárias a pagar principalmente pelos pagamentos efetuados de acordo com os vencimentos dos contratos, e (iv) redução de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar pelo pagamento.

Total do Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R$ 70.513 mil, representando 16,8% do passivo total, um aumento de R$ 27.297 mil ou 63,2% se comparado a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi resultado, principalmente de: (i) aumento de passivo de arrendamento devido adição de novos contratos; (ii) aumento de participações societárias a pagar pelos novos compromissos assumidos pela aquisição das empresas; parcialmente compensado pela (iii) redução de empréstimos e financiamentos pela reclassificação para o circulante.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido era R$ 250.599 mil, apresentando um aumento de 15,0% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 217.827 mil. O aumento de R$ 32.772 mil desta conta decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 103.374 mil, parcialmente compensado pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em tal exercício no montante total de R$ 50.506 mil e cisão parcial do patrimônio da Companhia com entrega de bens à conta de lucros acumulados no montante de R$ 26.718 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	136.227	39,4%	84.602	28,2%	61,0%
Contas a receber	29.979	8,7%	31.319	10,4%	(4,3%)
Estoques	869	0,3%	1.224	0,4%	(29,0%)
Impostos a recuperar	4.471	1,3%	7.305	2,4%	(38,8%)
Adiantamentos	4.122	1,2%	2.658	0,9%	55,1%
Outros ativos	696	0,2%	706	0,2%	(1,4)%
Total do ativo circulante	**176.364**	**51,0%**	**127.814**	**42,6%**	**38,0%**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	1.208	0,3%	1.533	0,5%	(21,2%)
Empréstimos concedidos a controladas e coligadas	454	0,1%	454	0,2%	0,0%
Depósitos judiciais	1.672	0,5%	2.345	0,8%	(28,7%)
Outros ativos	596	0,2%	11	0,0%	5.318,2%
Ativo fiscal diferido	-	-	2.974	1,0%	(100,0%)
Investimentos	476	0,1%	96	0,0%	395,8%
Imobilizado	40.518	11,7%	39.170	13,1%	3,4%
Intangível	120.843	35,0%	118.634	39,5%	1,9%
Ativo de direito de uso	3.350	1,0%	7.007	2,3%	(52,2%)
Total do ativo não circulante	**169.117**	**49,0%**	**172.224**	**57,4%**	**(1,8%)**
TOTAL DO ATIVO	**345.481**	**100,0%**	**300.038**	**100,0%**	**15,1%**

Passivo e Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	356	0,1%	6.576	2,2%	(94,6%)
Participações societárias a pagar	18.576	5,4%	21.429	7,1%	(13,3%)
Passivos de arrendamento	1.293	0,4%	1.660	0,6%	(22,1%)
Fornecedores	3.248	0,9%	2.571	0,9%	26,3%
Salários e encargos sociais	33.488	9,7%	26.875	9,0%	24,6%
Obrigações tributárias	5.835	1,7%	4.283	1,4%	36,2%
Juros sobre capital próprio e dividendos	20.934	6,1%	15.213	5,1%	37,6%
Outras contas a pagar	708	0,2%	1.303	0,4%	(45,7%)
Total do passivo circulante	**84.438**	**24,4%**	**79.910**	**26,6%**	**5,7%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo e Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	11.017	3,2%	8.069	2,7%	36,5%
Passivos de arrendamento	2.470	0,7%	5.820	1,9%	(57,6%)
Participações societárias a pagar	20.725	6,0%	36.375	12,1%	(43,0%)
Parcelamentos tributários	-	-	458	0,2%	(100,0%)
Outras contas a pagar	1.639	0,5%	668	0,2%	145,4%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.738	1,4%	5.013	1,7%	(5,5%)
Provisão para passivo a descoberto em investida	445	0,1%	278	0,1%	60,1%
Passivo fiscal diferido	2.182	0,6%	-	-	n.a.
Total do passivo não circulante	**43.216**	**12,5%**	**56.681**	**18,9%**	**(23,8%)**
Total do patrimônio líquido	**217.827**	**63,1%**	**163.447**	**54,5%**	**33,3%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**345.481**	**100,0%**	**300.038**	**100,0%**	**15,1%**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizava R$ 136.227 mil, apresentando um aumento de 61,0% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 84.602 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, da geração de caixa líquido originado das atividades operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, na ordem de R$ 127.712 mil, o qual foi parcialmente utilizado para atividades de investimento no valor de R$41.459 mil, e R$34.629 mil foram utilizados na atividade de financiamento, permanecendo o excedente em caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Contas a Receber era de R$ 29.979 mil, apresentando uma redução de 4,3% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R$ 31.319 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude do aumento em 31 de dezembro de 2020 da provisão para perdas de créditos esperadas (redutor do contas a receber) no montante de R$ 2.087 mil, passando de R$ 5.512 mil para R$ 7.599 mil, devido ao aumento de risco de perdas do contas a receber em virtude dos cenários incertos desencadeados pela pandemia do COVID 19.

Total do Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 176.364 mil, representando 51,0% do ativo total, o que representou um aumento de 38,0% se comparado a 31 de dezembro de 2019. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da geração de caixa ocorrida no período.

Ativo Não Circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imobilizado era de R$ 40.518 mil, representando um aumento de R$ 1.348 mil, ou 3,4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019 que era de R$ 39.170 mil. Esse aumento é justificado por aquisições no montante de R$ 5.689 mil, sendo principalmente equipamento de processamento de dados no montante de R$ 4.643 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de intangível era de R$ 120.843 mil, representando um aumento de R$ 2.209 mil, ou 1,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019 que era de R$ 118.634 mil. Esse aumento em 2020 é justificado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

por aquisições no montante de R$ 14.339 mil, principalmente de *softwares* de desenvolvimento interno e de carteira de clientes adquirida no montante de R$ 12.657 mil.

Ativo de Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ativo de direito de uso era de R$ 3.350 mil, representando uma redução de R$ 3.657 mil, ou 52,2% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, que era de R$ 7.007 mil. Essa redução se deu pela amortização durante o prazo dos contratos de arrendamentos no montante de R$ 1.777 mil e baixas líquidas por encerramento de contratos e remensuração no montante de R$ 1.880 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Total do Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 169.117 mil, representando 49% do ativo total, o que representou uma redução de 1,8% se comparado a 31 de dezembro de 2019. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento de imobilizado e intangível decorrente de aquisições e investimentos na operação, em contrapartida da redução de ativo de direito de uso pela amortização e baixa de contratos devido encerramento.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante era de R$ 356 mil e no passivo não circulante R$ 11.017 mil, totalizando R$ 11.373 mil, representando uma redução de R$ 3.272 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, cujo saldo no passivo circulante era de R$ 6.576 mil e no passivo não circulante R$ 8.069 mil, totalizando R$ 14.645 mil. Essa redução decorreu do pagamento de principal e juros no montante de R$ 15.619 mil (majoritariamente do contrato firmado com o BNDES, cujo vencimento era previsto para 2022 e foi antecipado no ano de 2020,), parcialmente compensado pela provisão de juros incorridos no montante de R$ 1.347 mil e captação de novo empréstimo no montante de R$ 11.000 mil.

Participações societárias a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de participações societárias a pagar no passivo circulante era de R$ 18.576 mil e no passivo não circulante R$ 20.725 mil, totalizando R$ 39.301 mil, representando uma redução de R$ 18.503 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, cujo saldos de passivo circulante era de R$ 21.429 mil e no passivo não circulante R$ 36.375 mil, totalizando R$ 57.804 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de pagamento das obrigações assumidas com os vendedores das empresas adquiridas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R$ 23.353 mil pagamento de principal, R$ 1.420 mil pagamento de juros, R$ 1.347 mil provisão de juros e R$ 4.923 mil novos compromissos assumidos.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de salários e encargos sociais era de R$ 33.488 mil, apresentando um aumento de 24,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R$ 26.875 mil. Esse aumento decorreu, substancialmente em virtude de uma maior provisão para participação nos lucros em 2020, em função do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 ser maior que o exercício anterior e, também, pelo fato do percentual de atingimento das metas em 2020 ter superado o resultado do ano anterior.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de juros sobre capital próprio e dividendos era de R$ 20.934 mil, apresentando um aumento de 37,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R$ 15.213 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude valores a pagar de dividendos mínimos obrigatórios serem maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que no exercício anterior, como consequência do maior lucro líquido apurado no ano de 2020.

Total do Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 84.438 mil, representando 24,4% do passivo total, um aumento de 5,7% se comparado a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente pelo: (i) aumento de salários e encargos pela maior provisão de participação nos lucros e resultados, e (ii) aumento de juros sobre capital

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

próprio e dividendos à pagar pelo maior lucro apurado no exercício, parcialmente compensado pela redução de empréstimos e financiamentos e contas a pagar de aquisições pelo pagamento de parcelas de acordo com vencimento.

Passivo Não Circulante

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Passivo de Arrendamento no passivo não circulante era de R$ 2.470 mil, apresentando uma redução de 57,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 5.820 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de pagamento das parcelas de acordo com o vencimento e baixa relativa a contratos encerrados.

Total do Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 43.216 mil, representando 12,5% do passivo total, uma redução de 23,8% se comparado a 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi resultado, principalmente pelo: (i) aumento de empréstimos e financiamentos pela diferença entre a liquidação e captação; parcialmente compensado pela (ii) redução de contas a pagar de aquisições pelo pagamento de parcelas de acordo com vencimento; e (iii) redução de passivo de arrendamento relativo principalmente à pagamentos e baixa de contratos.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o total do patrimônio líquido era R$ 217.827 mil, apresentando um aumento de 33,3% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 163.447 mil. O aumento de R$ 54.380 mil desta conta decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 88.063 mil, parcialmente compensado pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em tal exercício no montante de R$33.586 mil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	140.615	(964,1)%	129.633	251,1%	5,8%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(78.941)	541,2%	(43.380)	(84,0%)	82,0%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(76.259)	522,9%	(34.628)	(67,1%)	120,2%
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.585)	100,0%	51.625	100,0%	(128,3%)

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais totalizou R$ 140.615 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação a R$ 129.633 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, gerando um aumento de R$ 10.982 mil ou 8,5%. Esse aumento é explicado pelo aumento do lucro antes do imposto sobre a renda ajustado de R$ 32.851 mil. Esse resultado deve-se ao lucro antes dos impostos ter sido maior em R$ 22.163 mil ou 19,0%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os ajustes ao lucro antes do imposto sobre a renda foram superiores ao exercício anterior em R$ 10.688 mil, substancialmente devido ao (i) aumento dos custos e despesas com depreciações e amortizações de R$ 7.199 mil e (ii) do aumento da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de R$ 2.854 mil. O aumento do lucro foi reduzido em R$ 21.869 mil devido às variações nos saldos de ativos e passivos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O maior consumo de caixa dessas contas de ativo e passivo deu-se pelo aumento do saldo de contas a receber de R$ 14.776 mil, aumento nos saldos de outros ativos de R$ 4.517 mil, diminuição de outros passivos de R$ 6.076 mil, aumento nos valores pagos de imposto de renda e contribuição social de R$ 6.850 mil e redução em outras variações nos ativos e passivos de R$ 1.256 mil; as variações de consumo de caixa foram compensadas pelo aumento das obrigações sociais e trabalhistas a pagar de R$ 11.606 mil.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado (saída de caixa) nas atividades de investimento foi de R$ 78.941 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R$ 43.380 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento (saída de caixa) de R$ 35.561 mil ou de 82,0% decorreu, principalmente, do desembolso incorrido pela Companhia em 2021 para pagamento das empresas adquiridas em períodos anteriores e parcelas a vista e iniciais das empresas adquiridas em 2021 (principalmente aquisições do intangível).

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (saída de caixa) foi de R$ 76.259 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R$ 34.628 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$ 41.631 mil ou de 120,2% ocorreu principalmente em função de maior pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, representando um aumento de R$ 41.021 mil quando comparado ao exercício social anterior.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	129.633	251,1%	97.437	468,4%	33,0%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(43.380)	(84,0%)	(39.375)	(189,3%)	10,2%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(34.628)	(67,1%)	(37.262)	(179,1%)	(7,1%)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	51.625	100,0%	20.800	100,0%	148,2%

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais totalizou R$ 129.633 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação a R$ 97.437 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, gerando um aumento de R$ 32.196 mil ou 33,0%.

Esse aumento é explicado substancialmente pelo: (i) aumento do lucro antes dos impostos, em R$ 35.019 mil ou 43,0%; (ii) redução dos ajustes ao lucro antes do imposto sobre a renda de R$ 3.203 mil – composto substancialmente pela redução de valor recuperável de intangível em R$ 3.332 mil, parcialmente compensado pelo aumento de outros ajustes ao lucro antes do imposto sobre a renda de R$ 129 mil; (iii) aumento na variação nos saldos de ativos e passivos de R$ 380 mil – composto principalmente pela redução da variação das contas a receber de R$ 7.910 mil, aumento na variação em impostos a recuperar de R$ 5.719 mil, aumento na variação em outros ativos de R$ 4.638 mil, aumento na variação em obrigações sociais e trabalhistas de R$ 7.663 mil, , redução na variação em imposto de renda e contribuição social pagos de R$ 13.597 mil e aumento em outras variações nos ativos e passivos de R$ 3.867 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado (saída de caixa) nas atividades de investimento foi de R$ 43.380 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e de R$ 39.375 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento (saída de caixa) de R$ 4.005 mil ou de 10,2% decorreu, principalmente, do desembolso incorrido pela Companhia em 2020 para pagamento das empresas adquiridas em períodos anteriores (aquisições de investimentos e intangível).

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (saída de caixa) foi de R$ 34.628 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R$ 37.262 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 2.634 mil ou de 7,1% ocorreu em função de: (i) captação de novos empréstimos no montante de R$ 11.000 mil em 2020; (ii) maior pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos (aumento de R$ 5.878 mil, quando comparado ao exercício social anterior); (iii) maior pagamento de empréstimos e financiamentos (que resultou em uma diminuição de R$ 5.318 mil); e (iv) menor aquisição de ações em tesouraria (gerando um aumento de R$ 2.197 mil).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelas receitas recorrentes e não recorrentes associadas à venda de licenças de direito de uso de *softwares* desenvolvidos pela Companhia e por suas controladas, manutenção das soluções tecnológicas da Companhia, serviços de customização implantação e consultoria e disponibilização de suas soluções em *cloud*. O detalhamento sobre a classificação das receitas entre recorrentes e não recorrentes pela Companhia é como segue:

Receitas recorrentes

- Receita de licenciamento/cloud: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso de forma temporária. A licença vendida com disponibilização de forma temporária (i) pode ser instalada no servidor do cliente, o qual passa a pagar uma mensalidade para que sua chave de acesso continue a ter validade, ou (ii) pode ser instalada nos servidores contratados e mantidos pela Companhia, assim os aplicativos em uso pelo cliente passam a rodar em ambiente Cloud, onde o cliente paga uma mensalidade para ter acesso ao servidor virtual.

- Receitas de manutenções: são receitas relacionadas a suporte e atualização tecnológica. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

Receitas não recorrentes

- Receita de licenciamento: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso permanente.

- Receitas de serviço: compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento e outros serviços, bem como consultorias de negócios. As receitas de serviços de implantação e personalização são reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de treinamentos e consultorias são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

As receitas recorrentes possuem como base valores e datas mensais de pagamento, conforme aplicável, preestabelecidos em contratos firmados com seus clientes.

A origem das receitas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 decorrem da atividade de tecnologia da Companhia, e estão apresentadas conforme abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhares de Reais)	**2021**	**2020**	**2019**
Receita Recorrente	**435.141**	**320.485**	**270.837**
Manutenção	253.697	231.938	216.345
Cloud	169.205	79.771	46.481
Licenças	9.863	7.257	6.750
Serviços	2.376	1.519	1.261
Receita Não Recorrente	**222.041**	**144.167**	**160.452**
Serviços	171.456	108.421	119.894
Licenças	44.355	31.112	31.172
Outras	6.230	4.634	9.386
Receita bruta total	**657.182**	**464.652**	**431.289**
Deduções sobre vendas	(74.707)	(52.256)	(49.686)
Total receita líquida	**582.475**	**412.396**	**381.603**

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Aquisições: No ano de 2021, a Companhia adquiriu as empresas Novasoft S.A.S, Alcis Log Ltda., GKO Sistemas Logísticos Ltda., GKO Informática Ltda, Convenix e M. Cavallin. A receita líquida dessas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 representou 5,8% do total da receita líquida do exercício. Em 2020 e 2019, não houve aquisições de empresas que impactasse no resultado.

Benefícios fiscais: A Companhia usufrui de benefícios fiscais que a auxiliam em sua estratégia de crescimento. A Companhia faz uso do benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/2005, a Lei do Bem, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 80% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia usufrui da dedução instituída pelo Programa de Alimentação do Trabalhador, com a dedução do Imposto de Renda devido com base no lucro real o valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre a soma das despesas de custeio realizadas na execução do PAT, diminuída a participação dos empregados no custo das refeições. Tais benefícios fiscais permitiram à Companhia economizar R$ 9.641 mil, R$ 8.743 mil e R$ 7.070 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e desenvolver sua agenda de inovação em linha com o setor de tecnologia brasileiro.

Além dos fatores acima mencionados, não existem fatores externos que influenciaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Para uma análise detalhada das principais variações ocorridas nos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de manutenção e cloud da Companhia, em sua maioria são indexadas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), sendo reajustadas anualmente no “aniversário” de cada contrato com os clientes.

Com relação aos índices econômicos que afetam os negócios da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o INPC fechou o acumulado de 12 meses em 10,16% enquanto o IGP-M ficou em 17,78% no acumulado de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 respectivamente, esses índices fecharam em: INPC 5,45% e 4,48% e IGP-M 23,14% e 7,30%, respectivamente.

Mesmo considerando a variação dos índices econômicos, os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2021, 2020 e 2019 são decorrentes de alterações em volumes de vendas, com crescimento na receita recorrente, 18,3% de 2019 para 2020 e 35,8% de 2020 para 2021.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

As operações da Companhia podem ser afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. O impacto dessas mudanças nos resultados da Companhia não tem se apresentado significativo ao longo do tempo, devido a pulverização da base de clientes.

Os custos e despesas operacionais relativos principalmente a despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios), estão atrelados à variação do INPC, cujo impacto é parcialmente compensado pela correção das receitas recorrentes que em sua maioria são indexadas pelo mesmo índice INPC.

A maioria dos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Os custos de serviços prestados relativos à plataforma Cloud, podem ser impactados pela variação da taxa de câmbio, no entanto, a Companhia ao avaliar esse impacto e pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus clientes, quando considerado apropriado. Caso a Companhia não seja capaz de repassar esse aumento, os resultados podem ser impactados negativamente, e, eventualmente, serem absorvidos pelos clientes.

Em relação ao resultado financeiro, a Companhia possuí políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos e contas a pagar de aquisições estão atrelados ao TJLP e CDI. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita financeira da Companhia com rendimento sobre aplicações financeiras representou 63,0% de sua receita financeira (41,0% no exercício social encerrado em 31 de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

dezembro de 2020 e 56,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a despesa financeira da Companhia com juros sobre financiamentos e participações societárias a pagar representou 71,7% de sua despesa financeira (56,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 59,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

A tabela abaixo demonstra os principais fatores macroeconômicos brasileiros:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Inflação (IGP-M) (%) (2)	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) (%) (3)	10,1%	4,5%	4,3%
CDI Médio(1) (%) (4)	4,4%	2,8%	5,9%
TJLP (%) (5)	5,3%	4,6%	5,6%
Taxa SELIC Média (%) (6)	4,8%	2,8%	6,0%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	7,3%	28,8%	4,0%
Taxa de câmbio (fechamento) - R$ por US$1,00 (7)	5,5699	5,1926	4,0310

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV e IBGE

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor

(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NovaSoft SAS

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 74,9% do capital da empresa Novasoft SAS, com sede em Bogotá - Colômbia, pelo valor de R$ 17.260 mil, como parte da estratégia de internacionalização e expansão para a América Latina.

A empresa Novasoft S.A.S. traz expertise no mercado colombiano, especialmente pela atuação com sistemas de gestão dentro das legislações locais, o que viabiliza trazer outras soluções complementares para a gestão dessas empresas.

Alcis Log Ltda

Em 1º de janeiro de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 100% do capital social da Alcis Log Ltda, pelo valor de R$ 10.568 mil A empresa Alcis Log Ltda. atua no segmento de software para logística (WMS).

GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda

Em 13 de abril de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 100% do capital social da GKO Sistemas Logísticos S.A. e GKO Informática Ltda., pelo valor de R$ 27.000 mil. A GKO Informática e a GKO Sistemas atuam no mercado de *softwares* de gestão de logística e armazenagem.

Convenix

Em 17 de junho de 2021, a controlada da Companhia, Senior Sistemas de Pagamentos Ltda. concretizou a aquisição de 100% do capital social da Convenix Benefícios Corporativos Ltda., pelo valor de R$ 2.700 mil. A empresa Convenix atua no segmento de benefícios financeiros.

M. Cavallin

Em 16 de agosto de 2021, a controlada da Companhia, Zero One Tecnologia da Informação Ltda. concretizou a aquisição de 100% do capital social da M. Cavallin Marketplace Ltda., pelo valor de R$ 700 mil. A empresa atua no segmento de ERP voltado a indústria da construção civil.

Em 30 de setembro de 2021, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação das empresas Alcis Log Ltda, GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda pela Companhia.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial de ativos da Companhia, cujo acervo cindido foi avaliado em R$ 26.718 mil. A cisão teve como objetivo transferir os bens imóveis da Companhia para uma empresa de administração de ativos imobiliários controlada pelos atuais acionistas da Companhia. Em outubro de 2021, a Companhia acordou o aluguel do imóvel da sua sede administrativa no valor mensal de R$ 320 mil, pelo prazo contratual de 120 meses. Esse contrato foi celebrado com a Senior Imóveis Ltda., atual proprietária do imóvel, após a referida cisão (citada na nota 17.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021), a administração da Companhia tomou as devidas diligências quanto a celebração do contrato, num ambiente de transações entre partes relacionadas, prevalecendo as condições usuais e praticadas no mercado, entre empresas independentes. Para mais informações sobre este contrato, vide item 16 deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Fora o evento descrito acima, os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, ou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as mudanças das práticas contábeis e sobre as ressalvas e ênfases existentes nos relatórios do auditor independente nos últimos três exercícios sociais:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06(R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não houve mudanças de norma contábil em 2020 e 2021 que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial, e também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos em 01 de janeiro de 2019 resultou no aumento do Ativo de Direito de Uso no montante de R$ 10.363 mil em contrapartida de Passivo de Arrendamento no circulante e não circulante no mesmo montante.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Diretoria da Companhia afirma que não há ressalvas presentes no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A Diretoria da Companhia esclarece que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 possui o seguinte parágrafo de ênfase:

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.29, devido ao aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas e em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Adicionalmente, a Diretoria esclarece que não há parágrafo de ênfase no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, bem como a liquidação das transações envolvendo essas estimativas e premissas poderá afetar a situação patrimonial e financeira e os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras se encontram abaixo descritas:

Arrendamentos

A Companhia utiliza estimativas para determinar a taxa incremental quando não há taxas observáveis disponíveis, considerando a taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A determinação do prazo de arrendamento envolve julgamento, determinando o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa, sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Custos de desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre expectativa de geração futura de caixa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza um modelo de Monte Carlo para o Plano de Opções de Ações a Funcionários.

Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem a vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações me relação aos valores alocados quando da combinação.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos,

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro e 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetua investimentos em ativo imobilizado intangível e em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, para buscar crescimento e expansão dos negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as adições de ativo imobilizado e intangível (somado aos saldos advindos de combinação de negócios) totalizaram R$ 90.563 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as adições de ativo imobilizado e intangível totalizaram R$ 20.028 mil e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R$ 17.893 mil. As despesas com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R$ 73.317 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R$ 62.989 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R$ 55.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia passa por um processo de registro de oferta pública primária de ações ("Oferta"), sendo que, caso a Oferta seja efetivamente realizada, os recursos terão a seguinte destinação: (a) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação; e (b) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua prática investimento, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez.

Na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento e/ou dívida junto a instituições financeiras, os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios; e (ii) recursos de terceiros (empréstimos). Adicionalmente, a Companhia passa por um processo de registro de oferta pública primária de ações ("Oferta"), sendo que, caso a Oferta seja efetivamente realizada, os recursos terão a seguinte destinação: (i) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação e (ii)para potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, conforme citado no item 10.8 (a) (i) acima.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de seu fluxo de caixa. Para os investimentos a serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes da Companhia em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

No último ano intensificamos investimentos nas equipes de pesquisa e desenvolvimento para reforçar o portfólio de novas ofertas conectadas a transformação digital das soluções. Além disso a Companhia tem investido para entrar em novos mercados, buscar novos perfis de clientes, aproveitando as oportunidades de *cloud*, serviços financeiros e internacionalização. As principais iniciativas em desenvolvimento são: (i) desenvolvimento das soluções de folha e ponto 100% na nuvem, (ii) unificação das soluções da Mega com as soluções Senior para acelerar os projetos Senior X, (iii) potencializar a exploração de dados dos nossos sistemas com soluções inteligentes que gerem insights para a tomada de decisão dos clientes, bem como exploração de dados do *datalake* com produtividade e governança, (iv) ampliar a especialização do produto para o segmento atacado e distribuição, (v) avançar na conectividade com Bancos/*Fintechs*.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram de R$ 73.317 mil, R$ 62.989 mil e R$ 55.845 mil, respectivamente. Os investimentos que atenderam ao critério de capitalização previsto no CPC 04 são contabilizados no ativo intangível e representaram o montante de R$ 15.824 mil, R$ 9.314 mil e R$ 11.499 mil respectivamente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia cria e desenvolve soluções de *software* (SaaS) que entregam eficiência e permitem uma gestão assertiva e estratégica. Oferecemos soluções para Gestão Empresarial ERP, Logística, Gestão de Pessoas, Relacionamento com Clientes, Varejo e Supermercados, e Gestão de Acesso e Segurança. Os principais projetos desenvolvidos nos últimos anos foram: (i) plataforma Senior X como *marketplace*, (ii) habilitação do APP da nossa fintech WIIPO para colaboradores Senior, (iii) ampliação do desenvolvimento das soluções de transporte e logística, (iv) solução de admissão digital e (v) revitalização tecnológica do ERP e do HCM para a plataforma Senior X.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 10.8(c)(ii).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos causados pelo COVID-19 nas atividades da Companhia:

A Organização Mundial de Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia o surto do novo coronavírus ("COVID-19"). Desde essa data a Companhia monitorou os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e tomou medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (*home office*) para algumas de suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário que não se auto declaram como grupo de risco aos escritórios em segurança, com base diretrizes oficiais de saúde das cidades nas quais possuímos unidades; e (iii) suspensão das viagens internacionais (voltaram a ocorrer após vacinação, com adoção dos protocolos de segurança vigentes) e restrição de viagens nacionais.

Os principais riscos que pandemia representou aos negócios da Companhia foram: (i) a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; (ii) possível fechamento de cidades (*lockdown*) mais rigoroso; e (iii) o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado, tendo as operações da Companhia e de suas subsidiárias funcionado regularmente, sem interrupções ou paralisações. A pandemia não causou alterações nas atividades da Companhia e não revelou nenhum potencial risco à sua continuidade.

Além dos impactos causados pelo COVID-19 nas atividades da Companhia, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não fornece projeções quantitativas a respeito de seu desempenho financeiro futuro (*earnings guidance*), conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

a. Objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos 3 últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática como prática por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme detalhado abaixo, nas alíneas “a” e “b” deste Item 12.1, respectivamente, sendo vedada a acumulação, pelos membros do Conselho de Administração, de quaisquer cargos na Diretoria da Companhia, exceto na hipótese de vacância de cargo no Conselho de Administração, em que o Diretor Presidente poderá ser nomeado para ocupar o cargo vago, desde que a acumulação seja encerrada em um prazo máximo de 6 (seis) meses (observados os demais termos do Regulamento do Novo Mercado).

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá contar com o apoio de comitês de assessoramento, visando monitorar os controles internos e gerenciar riscos que podem afetar a nós e a nossas controladas.

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2022, o nosso Conselho de Administração aprovou a criação de um Comitê de Auditoria não estatutário, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, bem como um Comitê de Fusões e Aquisições e um Comitê de Pessoas. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria poderão contar, ainda, com o apoio de outros comitês de assessoramento.

(a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, nosso Conselho de Administração é composto por 7 membros efetivos, sendo ao menos dois ou 20% (vinte por cento), o que for maior, Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Os nossos membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleições.

Atualmente, o nosso Conselho de Administração é composto por 7 membros eleitos nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 15 de junho de 2020 e em 07 de dezembro de 2021.

O nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas gerais de negócios, incluindo nossa estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão de nossa Diretoria.

De acordo com o nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete ao nosso Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleição, substituição ou destituição do Diretores;

(iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas no Estatuto Social;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

(v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

(vii) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(viii) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(ix) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;

(x) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou joint ventures, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xi) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou joint ventures, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(xiii) regimento do Conselho de Administração;

(xiv) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;

(xv) aprovação do plano de distribuição de resultados (PLR) da Companhia, do Programa de Ações Restritas e da política de bônus da Companhia;

(xvi) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(xvii) emissão de (a) debêntures não conversíveis em ações, comercial papers, notas promissórias, bonds, notes e (b) debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;

(xviii) definição das funções e atribuições da área de auditoria interna da Companhia;

(xix) aprovação do orçamento do comitê de auditoria, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;

(xx) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(xxi) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxii) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(xxiii) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxiv) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou quando o valor agregado das operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

(xxv) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia ("Investidas"), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xxvi) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xxvii) locação de bens imóveis pela Companhia ou por suas controladas, cujo valor anual de custo, individualmente, seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxviii) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, quando o valor agregado das transações entre a Companhia e as partes relacionadas à Companhia nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxix) listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia;

(xxx) aprovar o plano estratégico de fusões e aquisições da Companhia;

(xxxi) resolução dos casos omissos no Estatuto Social;

(xxxii) aprovar o voto da Companhia nas seguintes deliberações societárias relativa às Investidas da Companhia (i) a eleição ou destituição de seus administradores, desde que a participação detida pela Companhia no capital social da Investida seja igual ou superior a 5% (cinco) por cento do capital social total e, cumulativamente, a receita operacional bruta da Investida seja igual ou superior a R$12.000.000,00 (doze milhões de reais) no 12 (doze) meses imediatamente anteriores, e (ii) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor agregado das operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores superar R$12.000.000,00 (doze milhões de reais);

(xxxiii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Diretoria

A composição e atribuições de cada um dos cargos da Diretoria da Companhia encontram-se devidamente descritas no item 12.1 (b) deste Formulário de Referência.

Comitês

A Companhia conta com os seguintes comitês não estatutários para assessoramento do Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Fusões e Aquisições; e (iii) Comitê de Pessoas.

A composição e atribuições do Comitê de Auditoria da Companhia encontram-se devidamente descritas no item 12.1 (a) (ii) deste Formulário de Referência.

(i) Regimento interno próprio

O nosso Conselho de Administração e o nosso Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados pela reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022. Os regimentos citados acima podem ser consultados no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

A Diretoria e os Comitês de Fusões e Aquisições e de Pessoas, por sua vez, não possuem regimento interno.

(ii) Comitê de auditoria não estatutário

Contamos com Comitê de Auditoria não estatutário, o qual foi aprovado em reunião do nosso Conselho de Administração, realizada em 24 de janeiro de 2022. O nosso Comitê de Auditoria tem como atribuições: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como os nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes.

O nosso Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, devendo ser composto por 3 membros indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Comitê de Auditoria, (i) ao menos um deles deve ser membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e o relacionamento com os auditores independentes. O nosso Comitê de Auditoria conta também com um coordenador indicado pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Comitê de Auditoria, ainda:

(i) elaborar relatório trimestral resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizada e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser enviado ao Conselho de Administração;

(ii) sugerir alterações ao seu Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

(iv) avaliar as recomendações feitas pelas auditorias interna ou auditoria independente contratada para tal função, emitindo orientação ao Conselho de Administração acerca da resolução de eventuais divergências entre os agentes envolvidos;

(v) monitorar (a) a execução do plano de trabalho da auditoria interna da Companhia ou auditoria independente contratada para tal função, analisando a necessidade de mudanças no seu escopo e/ou no seu planejamento e (b) os relatórios dos trabalhos da auditoria interna ou auditoria independente contratada para tal função, dando conhecimento de suas conclusões ao Conselho de Administração;

(vi) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca de escolhas ou de mudanças de práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia;

(vii) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;

(viii) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;

(ix) acompanhar as atividades da auditoria independente, a fim de avaliar (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; (c) o cumprimento da legislação vigente e aplicável, bem como dos documentos internos da Companhia; e (d) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

(x) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;

(xi) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;

(xii) supervisionar as atividades da equipe responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, monitorando a qualidade e a integridade das informações periódicas da Companhia e fazendo as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(xiii) analisar o relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, emitindo parecer para o Conselho de Administração;

(xiv) gerenciar e acompanhar os trabalhos da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e da auditoria interna ou auditoria independente contratada para tal função;

(xv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(xvi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(xvii) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia, relacionadas aos termos de sua competência, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xviii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a auditoria interna, ou auditoria independente contratada para tal função, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(xix) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, incluindo riscos tributários e trabalhistas;

(xx) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;

(xxi) opinar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

(xxii) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria;

(xxiii) acompanhar os ofícios e os questionamentos dirigidos ao Conselho de Administração, pelos órgãos públicos competentes e/ou pelos órgãos internos da Companhia, sobre as matérias relacionadas à área de atuação do Comitê de Auditoria;

(xxiv) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

(iii) Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade (i) do Comitê de Auditoria opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação, e (ii) do Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Compete ao Comitê de Auditoria auxiliar permanentemente o Conselho de Administração, monitorando a efetividade dos processos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e ao cumprimento da legislação tributária aplicável, analisando os relatórios e acompanhando/supervisionando os auditores externos e internos da Companhia, preservando sempre sua relação de independência para com a Companhia.

(b) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por até 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Mercado, um Diretor de Marketing e Produto, um Diretor de Serviços, um Diretor de Desenvolvimento, um Diretor de Novos Negócios, um Diretor de Pessoas e Organização, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Financeiro, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e a cumulação de cargos. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada:

(i) pelo Diretor Presidente, isoladamente; ou

(ii) por quaisquer 2 Diretores em conjunto; ou

(iii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento; ou

(iv) por 2 procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada e à competência para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens descritos no Estatuto Social, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas em lei e no Estatuto Social:

(i) elaborar e submeter para aprovação do Conselho de Administração diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico da Companhia;

(ii) buscar a ampliação do valor do Negócio, acompanhando os cenários interno e externo, bem como identificando tendências e oportunidades para aumentar a participação da Companhia no mercado;

(iii) assegurar competitividade, lucratividade e qualidade dos produtos/serviços oferecidos pela Companhia ao mercado, visando à maximização dos resultados e fortalecimento das marcas da Companhia;

(iv) direcionar ações que promovam a satisfação e fidelização de clientes da Companhia;

(v) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive no que se refere ao cumprimento do planejamento estratégico, promovendo o engajamento dos colaboradores no atingimento das metas estabelecidas;

(vi) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(vii) atuar visando a assegurar o retorno financeiro previsto nas teses de investimento em projetos, aquisições, novos negócios e demais iniciativas;

(viii) acompanhar o desempenho dos indicadores e resultados, estabelecer correções e, quando necessário, propor ao Conselho de Administração a revisão dos planos de negócios e/ou de investimentos;

(ix) disseminar a cultura organizacional e garantir que os programas de gestão de pessoas tenham foco na sustentabilidade da Companhia (capacitação, sucessão, participação nos resultados, desempenho e clima);

(x) buscar a melhoria contínua da qualidade nos produtos e serviços da Companhia, visando a satisfação dos clientes;

(xi) observados o plano de negócios, o plano de investimentos, o orçamento e as deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, responsabilizar-se pela elaboração, acompanhamento e cumprimento das metas e do programa orçamentário da Companhia, visando à geração de valor;

(xii) assegurar que sejam implementados os procedimentos necessários para a segurança das pessoas, do patrimônio, das informações, bem como à confidencialidade da estratégia da Companhia;

(xiii) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;

(xiv) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

(xv) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração e as regras de representação da Companhia previstas no Estatuto Social.

Dependerão de deliberação favorável em reunião da Diretoria as seguintes matérias:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) aprovação do relatório da administração a ser apresentado anualmente;

(ii) aprovação de pedidos para convocação de reuniões do Conselho de Administração, ressalvada a competência individual do Diretor Presidente para realizar tais pedidos;

(iii) elaboração do plano de distribuição de resultados da Companhia e a política de bônus da Companhia, a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

(iv) definição de alçadas e políticas comerciais dos Diretores;

(v) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às Investidas da Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 18, inciso (xxxii) do Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral da Companhia, observadas a política e a orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) formular solicitações para convocação de reuniões do Conselho de Administração; (iii) exercer, em caso de empate na reuniões da Diretoria, o voto de qualidade; (iv) submeter à aprovação do Conselho de Administração as estratégias de individualização da remuneração dos administradores da Companhia; (v) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (vi) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive no que se refere à definição de diretrizes e execução dos planos de negócios da Companhia e planos de investimentos; (vii) assegurar o cumprimento do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, bem como a utilização dos recursos da Companhia de forma responsável e visando à geração de valor; (viii) avaliar a performance das Investidas, e implementar ações visando à sustentabilidade do negócio, quando necessárias; (ix) aprovar as diretrizes de gestão econômico-financeiro, mercado e imagem, patrimônio humano, tecnologia, processos e compliance, considerando impactos na visão de longo prazo; (x) participar de negociações estratégicas com clientes da Companhia; (xi) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (xii) avaliar a análise de riscos, retorno financeiro estimado e investimentos necessários nas oportunidades de negócio com fusões e aquisições.

Competem ao Diretor de Mercado, entre outras, as seguintes atribuições: (i) definir estratégias e política comercial para o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios, antecipando tendências de mercado; (ii) buscar constante evolução do modelo de gestão de canais de vendas, alinhado com tendências de mercado e visando ao atingimento das metas estabelecidas; (iii) implementar políticas de relacionamento que promovam a fidelização de clientes; (iv) direcionar ações visando à presença da Companhia nos mercados definidos como prioritários ou estratégicos; (v) Garantir que as negociações comerciais sejam executadas conforme políticas vigentes, incluindo no que se refere a *compliance*, bem como observando limites de alçada previstos no Estatuto Social, nas políticas da Companhia e/ou em deliberações do Conselho de Administração (incluindo plano de negócios e orçamento); (vi) direcionar ações para implementar o crosselling entre as Investidas e linhas de produto; (vii) responsabilizar-se pelas estratégias de segmentação da Companhia, considerando o contexto de mercado, diretrizes do planejamento e metas de faturamento.

Competem ao Diretor de Marketing e Produto, entre outras, as seguintes atribuições: (i) direcionar as estratégias de produtos tendo como objetivo o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios; (ii) buscar a ampliação do portfólio de soluções da Companhia através da gestão de alianças e parcerias; (iii) buscar a geração de demandas e o executar um planejamento de vendas voltado para a prospecção de novos clientes e negócios; (iv) responsabilizar-se pela estratégia e validação de recursos necessários para estimular a cultura da inovação na Companhia; (v) garantir o monitoramento de mercado, detectando ameaças e oportunidades que possam produzir diferencial estratégico para as soluções da Companhia; (vi) responsabilizar-se pelas campanhas desenvolvidas pelo marketing da Companhia, buscando retorno sobre o investimento através do reforço das marcas da Companhia e geração de receita; (vii) responsabilizar-se pelo relacionamento institucional da Companhia, divulgando e promovendo o a Companhia e seu grupo econômico, visando ao posicionamento de mercado.

Competem ao Diretor de Serviços, entre outras, as seguintes atribuições: (i) estabelecer diretrizes para a prestação de serviços da Companhia que assegurem o atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios; (ii) buscar o atingimento dos resultados estabelecidos e a satisfação dos clientes com a execução dos serviços de suporte, gerenciamento dos projetos, implantação customização, consultoria especializada, outsourcing e fábrica de software; (iii) responsabilizar-se pelo cumprimento da receita de serviços, associado ao crescimento de mercado; (iv) assegurar o fornecimento e disponibilidade de infraestrutura do ambiente de TI para a Companhia; (v) direcionar ações para evolução da prestação de serviços monitorando tendências de mercado e promovendo a inovação; (vi) buscar, junto a área de Novos Negócios, novas formas de atuação e novas ofertas de serviços em consonância às demandas do mercado e requisitos da economia digital; (vii) assegurar o desenvolvimento dos canais de vendas no que se refere a suporte e serviços, padronizando e gerando um aumento de produtividade dos times, qualidade dos serviços e satisfação dos clientes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Competem ao Diretor de Desenvolvimento, entre outras, as seguintes atribuições: (i) responsabilizar-se pelo desenvolvimento de sistemas e as implementações atuais e futuras que garantam a competitividade da Companhia de acordo com as definições na gestão da release e planejamento estratégico; (ii) assegurar a evolução do desenvolvimento dos sistemas, avaliar demandas, recursos, prioridades, complexidade e necessidade da capacidade instalada, para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos; (iii) responder pelo desdobramento das intenções estratégicas, relacionadas à tecnologia, em projetos de sistemas, alinhando com as demais áreas; (iv) assegurar que os processos de manutenção dos sistemas sejam realizados de acordo com os níveis de serviço, com busca contínua da melhoria da eficiência a fim de atender as necessidades do cliente; (v) garantir que as metodologias utilizadas no desenvolvimento de sistema estejam alinhadas com o mercado e tenham foco em produtividade e satisfação do cliente; (vi) responsabilizar-se pelo *roadmap* tecnológico da Companhia; (vii) assegurar a pesquisa e prática das melhores estratégias para a evolução do desenvolvimento tecnológico, alinhado às tendências e diretrizes da organização.

Competem ao Diretor de Novos Negócios, entre outras, as seguintes atribuições: (i) prospectar novos negócios, identificando oportunidades de crescimento alinhados a estratégia da Companhia; (ii) propor a estratégia de fusões e aquisições, com base no planejamento estratégico, para aprovação pelo Conselho de Administração; (iii) responsabilizar-se pela evolução da gestão das novas Investidas de forma integrada com as outras estruturas da Companhia, cumprindo o planejamento estratégico e gerando crescimento do negócio; (iv) promover e desenvolver estratégias de transição para o modelo de negócio alinhadas às tendências e demandas da economia digital; (v) direcionar a busca e construção de relacionamentos e parcerias necessárias para o desenvolvimento de novas Investidas; (vi) definir a estratégia e diretrizes para a internacionalização, em conjunto com as áreas responsáveis, de modo a expandir a atuação da Companhia em mercados e segmentos aderentes a estratégia; (vii) buscar resultados de desempenho, atuação e evolução das Investidas nas quais a Companhia não possui participação majoritária; (viii) buscar, nas oportunidades de negócio com fusões e aquisições e demais teses de investimento, o retorno financeiro estimado.

Competem ao Diretor de Pessoas e Organização, entre outras, as seguintes atribuições: (i) promover a cultura de alto desempenho, gestão do clima e ações para o bem-estar dos colaboradores alinhadas aos valores da Companhia e ao planejamento estratégico; (ii) garantir que a gestão do orçamento de pessoal cumpra as diretrizes do plano de negócios e do orçamento, assegurando resultados sustentáveis; (iii) assegurar o cumprimento da legislação trabalhista, bem como definir as estratégias de remuneração e benefícios, assegurando o equilíbrio interno e a competitividade externa; (iv) assegurar que o plano de sucessão sustente o planejamento estratégico da Companhia; (v) liderar ações relacionadas aos processos de gestão do conhecimento, através da formalização e padronização das informações e documentação técnica necessárias bem como efetivação das ações da Universidade Corporativa visando à sustentação das soluções da Companhia; (vi) conduzir a elaboração e execução da estratégia de gestão por processos, garantindo o aprimoramento dos processos da Companhia bem como viabilizar a execução visando aumento na produtividade; (vii) potencializar a solução de gestão de pessoas da Companhia através de recomendações de evolução do produto e serviços, antecipação de tendências, aderir às melhores práticas e manter relacionamentos com entidades e clientes.

Competem ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras, as seguintes atribuições: (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior; (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Competem ao Diretor Financeiro, entre outras, as seguintes atribuições: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia; (ii) gerir as finanças da Companhia; (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como elaborar e revisar relatório anual da administração da Companhia, a ser submetido à aprovação em reunião da Diretoria, conforme disposições do Estatuto Social; (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos; (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas; (vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia; (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ix) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

A Companhia não conta com Conselho Fiscal permanente, bem como esclarece que na data deste Formulário de Referência não há Conselho Fiscal instalado.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

(d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato da Administração, ou seja, ao menos 1 (uma) vez a cada 2 (dois) anos, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente.

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê deverá realizar a sua autoavaliação de desempenho, tanto individual como coletivamente, e o Conselho de Administração realizará anualmente a avaliação de desempenho do Comitê.

Já a Diretoria, será avaliada anualmente, sendo atribuição do Presidente do Conselho de Administração assegurar a sua eficácia.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

(i) Periodicidade da avaliação e sua abrangência

A avaliação é realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato da Administração, ou seja, ao menos 1 (uma) vez a cada 2 (dois) anos e compreende a avaliação geral do órgão e a avaliação individual de cada um dos seus membros, compreendendo a avaliação do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e a Diretoria serão avaliados anualmente.

(ii) Metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Baseado no resultado das avaliações, a Companhia identifica os pontos de melhoria do órgão e as ações a serem implementadas.

(iv) Contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros dos comitês de assessoramento.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes.

As Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas com a antecedência mínima prevista na Lei das Sociedades por Ações. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) Competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social;
- deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no Estatuto Social;
- deliberar sobre a abertura de capital das Subsidiárias da Companhia; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia: na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(d) Identificação e administração de conflito de interesses

Nós utilizamos das práticas mencionadas abaixo para administração de conflitos de interesse, as quais estão previstas em nosso Código de Ética e Conduta, no Regimento Interno do Conselho de Administração e em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todos aprovados em sede de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022, e cujo inteiro teor pode ser acessados no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

De acordo com a nossa “Política de Transações com Partes Relacionadas” caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os nossos administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar imediatamente seu potencial conflito de interesses e abster-se de votar a respeito.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em função de conflito de interesses ou benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionado a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido ou pela Companhia.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras específicas, além daquelas previstas em lei e na regulação aplicável, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais. Nossos acionistas podem ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, seja ele acionista ou membro da nossa administração, advogado ou uma instituição financeira ou administrativo de fundos de investimento que represente os condôminos. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e documento de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio previstos no Estatuto Social para envio da documentação que comprove a qualidade de acionista da Companhia.

(f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os procuradores de acionistas deverão enviar as respectivas procurações e documento de identidade por e-mail à Companhia, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral. Não obstante tal disposição estatutária, o procurador que comparecer à Assembleia Geral, munido dos documentos referidos no Artigo 11, Parágrafo Quinto, do Estatuto Social, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na sede da Companhia: na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) Sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@senior.com.br.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(j) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, bimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

As reuniões da Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente, quando aplicável, inclusive a pedido da Diretoria, ou por quaisquer 2 conselheiros em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 dias úteis.

No último exercício social, foram realizadas 13 reuniões do Conselho de Administração, sendo 11 ordinárias e 2 extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Para informações sobre disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia mantém Política de Transações com Partes Relacionadas, voltada ao monitoramento e tratamento adequado de eventuais situações de conflitos de interesses, porém não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

Ainda, o Regimento Interno do Conselho de Administração prevê que os Conselheiros deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia.

Os Conselheiros manifestarão eventual conflito de interesse no início de cada reunião do Conselho de Administração, indicando as matérias da Ordem do Dia com as quais possuam conflito de interesses e ficando, relativamente a tais matérias, impedidos de votar, devendo tal impedimento constar na ata da reunião do Conselho de Administração.

Qualquer dos Conselheiros poderá alegar existência de conflito de interesses de outro Conselheiro, sendo certo que, em não havendo consenso com relação à existência do conflito, os demais Conselheiros (exceto o agente e o paciente) votarão pela existência, ou não, do conflito, determinando, assim, a possibilidade ou não da participação de tal Conselheiro na discussão e deliberação acerca da respectiva matéria.

Manifestado ou caracterizado o conflito de interesses, os demais Conselheiros poderão deliberar sobre a vedação da participação do Conselheiro conflitado nas discussões relativas à matéria objeto do conflito.

(d) Política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação") a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

(i) Órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia: na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.senior.com.br) e da CVM.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(ii) Principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatuária deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria da Companhia, sendo que, de uma maneira geral, busca garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

Cumpre ressaltar, ainda, o processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do artigo 40 do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal , estamos obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada com ou oriunda da condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma da seção 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Carlênio Bezerra Castelo Branco	10/09/1970	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	5
620.642.584-34	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Fusões e Aquisições.		Diretor-Presidente e Financeiro			
Alencar Berwanger	22/04/1972	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	5
640.946.770-20	Analista de Sistemas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Fusões e Aquisições.		Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios			
Carlos Valle	07/05/1978	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	2
003.851.689-69	Analista de Sistemas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Pessoas		Diretor de Desenvolvimento			
Jean Paul Vieira	03/06/1972	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	4
684.152.579-53	Analista de Sistemas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
		Diretor de Marketing e Produto			
Jussara Aparecida de Almeida Dutra	12/10/1965	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	2
503.719.919-00	Psicóloga	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Pessoas		Diretora de Pessoas e Organização			
Hermínio Gastaldi	25/07/1964	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	5
366.766.081-20	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
		Diretor de Mercado			
Marcelo Carvalho Martins	26/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2022	2 anos	1
921.283.279-20	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	24/01/2022	Sim	0.00%
		Diretor de Serviços			
Jorge José Cenci	04/04/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	4
255.454.340-20	Analista de Sistemas	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/06/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Guido Heinzen	26/01/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	4
432.915.119-72	Analista de Sistemas	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/06/2020	Sim	100.00%
Nesio Gilberto Roskowski	02/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	4
418.840.009-91	Analista de Sistemas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/06/2020	Sim	100.00%
Rubens Abrahão Barhum	14/01/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	1
900.354.968-00	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/06/2020	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria.					
Luis Augusto Lobão Mendes	30/11/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	1
718.525.496-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/06/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria.					
Hevertom Fischer	29/04/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/06/2020	30/04/2022	0
561.112.159-49	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/06/2020	Não	100.00%
Claudia de Souza Ferris	17/03/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/12/2021	30/04/2022	0
737.410.196-15	Bacharel em Ciências da Computação	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/12/2021	Não	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34

O Sr. Carlênio Bezerra Castelo Branco é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco, com pós-graduação em Administração Financeira pela Universidade de Pernambuco e MBA em Gestão Empresarial pela Universidad Mayor do Chile. Possui mais de 20 anos de experiência em estratégia, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Desde 04 de junho de 2012, ocupa o cargo de Diretor Presidente e desde 24 de janeiro de 2022, o cargo de Diretor Financeiro, de membro do Comitê de Fusões e Aquisições e do Comitê de Pessoas na Senior Sistemas. Já teve passagem em cargos de gestão em outras empresas, atuando como Executive Commercial & Marketing Director e General Director GetNet Chile na empresa Get Brasil, Nacional Sales Manager na empresa Oi/Telemar e Sales Manager no Grupo Carlos Lyra, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Alencar Berwanger - 640.946.770-20

O Sr. Alencar Berwanger é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com pós graduação em Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral – INSEAD, Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós Graduação (INPG)/Fundação Getúlio Vargas, além de ter cursado Fusões e Aquisições pelo INSPER, Xponencial Business Administration – XBA pela Startse University, Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral, Inteligent Organizations: Collaboration and the Future of Work pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), Building, Leading, and Sustaining the Innovative Organization pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Managing Technical Professionals and Organizations. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de equipes, processos de prospecção, aquisição e incorporação de novos negócios no Brasil e no exterior. Está na Senior Sistemas desde 1º de agosto de 1992 e atuou em diversos cargos de gestão na empresa, sendo Líder de Desenvolvimento, Gerente de Produto, Gerente da área de Produtos e Diretor de Marketing e Produto, em 20 de março de 2018 passou a ocupar a posição atual de Diretor de Novos Negócios e, atualmente, também é membro do Comitê de Fusões e Aquisições. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Carlos Valle - 003.851.689-69

O Sr. Carlos Valle é graduado em Técnico em Sistemas da Informação pela Escola Técnica Tupy e Bacharel em Ciências da Computação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com pós-graduação e MBA em Business, Change Management e Marketing pela Universidade Castelo Branco (UCB), além de ter cursado Negociação – Changing the Game pela Harvard Business School, Platform Strategies no MIT Sloan School of Management e XBA - Xponential Business Administration pela Nova School of Business and Economics. Possui mais de 25 anos de experiência como executivo em empresas de desenvolvimento de software e possui expertise em varejo, manufatura e logística. Desde 18 de junho de 2018 ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento na Senior Sistemas, bem como é membro do Comitê de Pessoas. Tem passagem em cargos de gestão em outras empresas, hoje é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VC-X Solutions Tecnologia S/A. desde fevereiro de 2021, indicado pela Companhia em razão do Acordo de Acionistas celebrado entre os acionistas da VC-X, e Diretor para Assuntos de Tecnologia da Informação da ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau, desde maio de 2021, e já atuou como Diretor de Seg. Moda, Food e Varejo de Serviços na Linx, Diretor de Segmento Manufatura e Logística na TOTVS, Diretor de Produto e Serviços na Datasul Serviços e foi Sócio Diretor na Datasul Tecnologia, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Jean Paul Vieira - 684.152.579-53

O Sr. Jean Paul Vieira é graduado em Processamento de Dados pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral (FDC), MBA em Administração Global pela Universidade de Lisboa, Engenharia de Produção pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Gestão Comercial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG). Possui mais de 28 anos de experiência na área de tecnologia da informação em gestão de pessoas, estratégia, planejamento e criação de novas soluções tecnológicas. Está na Senior Sistemas desde 21 de janeiro de 2015, quando iniciou como Diretor de Desenvolvimento, e em 17 de julho de 2018 passou a exercer o cargo de Diretor de Marketing e Produto, que ocupa atualmente. É membro suplente do Conselho de Administração da Novasoft SAS desde março de 2021, indicado pela Companhia em razão do Acordo de Acionistas celebrado entre os sócios da Novasoft. Possui experiência em cargos de gestão em outras empresas, atuando como Diretor de Produto na Linx, Diretor de Desenvolvimento na Datasul/TOTVS e Gerente de Desenvolvimento na Datasul, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Jussara Aparecida de Almeida Dutra - 503.719.919-00

A Sra. Jussara Aparecida de Almeida Dutra é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, com MBA – Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestrado Business Psychology pela University of Westminster (Londres-UK), Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral (FDC) e Especialização Treinamento e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Possui mais de 25 anos de experiência com implementação de estratégias e processos nas áreas de Gestão de Pessoas, Universidade Corporativa, Gestão do Conhecimento e Gestão de Processos. Desde 1º de setembro de 2008 está na Senior Sistemas e durante a sua trajetória na empresa ocupou os cargos de Gerente de Gestão de Talentos, Gerente Desenvolvimento Humano e Organizacional e em 1º de maio de 2018 passou a exercer a posição de Diretora de Pessoas e Organização, bem como, atualmente, é membro do Comitê de Pessoas. Foi conselheira consultiva da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Santa Catarina de 2019 a 2021, bem como sócia administradora do Instituto Crescitá Ltda até 2017. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Diretora também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Hermínio Gastaldi - 366.766.081-20

O Sr. Hermínio Gastaldi é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com MBA Gestão em Negócios pelo INPG Business School - São Paulo, Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral (FDC), MBA em Gestão Comercial pela Febracorp University, MBA em AI and Data Science for Leaders pela Universidade de Chicago e MBA em Xponential Business Administration pela StartSE University – Portugal. Possui mais de 30 anos de experiência em estratégia, gerenciamento de equipes de vendas e planejamento corporativo. Está na Senior Sistemas desde 26 de novembro de 1998 e atuou em diversos cargos de gestão na empresa, sendo Gerente de Negócios, Gerente de Contas, Gerente de Canais e Gerente Nacional de Canais e em 02 de maio de 2011 passou a ocupar a posição que ocupa atualmente, de Diretor de Mercado. O Diretor declara não possuirnos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Marcelo Carvalho Martins - 921.283.279-20

O Sr. Marcelo Carvalho Martins é graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com pós graduação em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral (FDC) e MBA Project Management pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possui mais de 20 anos de atuação no setor de tecnologia com experiência em estratégia, gerenciamento de projetos e planejamento corporativo. Está na Senior Sistemas desde 02 de fevereiro de 2015, tendo iniciado como Gerente de PMO de Serviços, posteriormente passou a exercer o cargo de Gerente de Suporte, e em 1º de maio de 2020 foi promovido a posição de Diretor de Serviços, que ocupa atualmente. Possui experiência em cargo de gestão em outra empresa, atuando como Gerente na Deloitte, sendo que tal empresa não integra o grupo econômico do emissor, nem é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Jorge José Cenci - 255.454.340-20

O Sr. Jorge José Cenci, com formação em Administração de Empresas, participação em MBA (Curso de Formação Geral para Altos Executivos) pela Fundação Instituto de Administração – Banco do Brasil, e formação como Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral. Está há mais de 30 anos atuando com estratégia de negócios, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Atua na Senior Sistemas desde 1990, sendo que durante o período de 2003 a 2012 ocupou o cargo de Diretor Presidente, e a partir de 2012 está na posição de Presidente do Conselho de Administração da empresa. Além de sua vivência na Senior Sistemas também atuou como Presidente da Assespro-SC, membro da Câmara Brasil Alemanha, membro da ACIB e do Sindicato Patronal das empresas de tecnologia de Blumenau. Exerceu ainda o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Blumenau/SC no período de janeiro de 2013 a abril de 2015. De forma voluntária exerceu o cargo de Presidente do Conselho Curador do Hospital Santo Antônio de Blumenau, entidade sem fins lucrativos, no período de abril de 2019 a agosto de 2021. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Guido Heinzen - 432.915.119-72

O Sr. Guido Heinzen é graduado em Ciências da Computação pela FURB de Blumenau, com especialização em Recursos Humanos pelo INPG e especialização em Gestão pela FGV, com participação no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência em estratégia, desenvolvimento, produtos e inovação e planejamento corporativo. Fundador da Senior, atuou na empresa desde o ano de 1988, sendo responsável por desenvolvimento e produto. No período de 2011 a 2012 ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e atualmente ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Entretanto, o Sr. Guido esclarece que é réu (i) nas ações penais nº 5006356-17.2021.8.24.0075 e 5005379-25.2021.8.24.0075, perante as 1ª e 2ª Varas Criminais da Comarca de Tubarão/SC, que versam sobre o não-pagamento de ICMS no âmbito da empresa Madeiral Indústria e Comércio de Portas EPP (a qual não é uma empresa do grupo da Senior) e (ii) na ação penal nº 5001813-10.2021.8.24.0159, perante a Vara única da Comarca de Armazém/SC, que versa sobre o não-pagamento de ICMS e suposta falsidade ideológica no âmbito da empresa Kleiner Schein Artesanatos em Madeira Eireli (a qual não é uma empresa do grupo da Senior). Caso sejam julgados de forma desfavorável, poderão ser aplicadas penas restritivas de direito. Esclarece-se que (i) o Sr. Guido não integra quadro societário das empresas envolvidas; (ii) os três processos se encontram em fase de instrução, não tendo havido decisões condenatórias em face do Sr. Guido; (iii) no âmbito tributário os valores em discussão não foram atribuídos como devidos pelo Sr. Guido e (iv) o pagamento dos montantes em discussão em tais processos promoveriam o arquivamento de tais processos. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Nesio Gilberto Roskowski - 418.840.009-91

O Sr. Nesio Gilberto Roskowski é graduado em Ciências da Computação pela FURB, de Blumenau, com participação no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência em tecnologia e desenvolvimento, foi idealizador da fintech Wiipo, atuando na estruturação do negócio. Na Senior Sistemas desde 1991, esteve à frente de temas de tecnologia e desenvolvimento, exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento e Tecnologia de 2000 ao ano de 2010 e desde 2011 ocupa a posição de membro do Conselho de Administração na Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Rubens Abrahão Barhum - 900.354.968-00

O Sr. Rubens Abrahão Barhum é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo, e especialização em Administração Financeira pela FGV-SP e pelo IMD – Lausanne – Suíça. Atuou como gerente da Divisão de Controladoria e Planejamento Econômico-Financeiro da Bahia Sul Celulose, CFO da Bunge Alimentos, da Vicunha Têxtil e da Coimex Trading. Atua desde 2005 como consultor na Barhum Consultoria Empresarial Ltda da qual é sócio-fundador. Participa do conselho de administração da Papirus Indústria de Papel e da Senior Sistemas, e participou também dos conselhos da Fibra Dupont, Agrenco e Weg Cestari, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Atualmente, também é coordenador do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Luis Augusto Lobão Mendes - 718.525.496-53

O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes é professor de estratégia, desenvolvimento organizacional e Governança Corporativa da HSM Educação Executiva e do Centro Universitário Una. Foi professor da Fundação Dom Cabral, no período de 2000 a 2014. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2000), Pós-graduado em Gestão pela Qualidade (CEFET) e Política Estratégica (ADESG). Engenheiro Mecânico (Universidade de Itaúna, 1992) com participação no programa Colloquium on Participant Cetered Learning (Harvard Bussines School). Examinador do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ (1999, 2000, 2001, 2003), Examinador Relator 2004 e Examinador Sênior 2005. Diretor de planejamento da Partnership & Associados. Atualmente, também é membro do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. Vem participando da elaboração de planejamento estratégico e desdobramento de planos em mais de uma centena de empresas de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Atuando nos setores público, privado e instituições sem fins lucrativos. Professor Convidado da Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidad SanAndrés (Argentina) e Univerdad del Desarrollo - UDD (Chile) e Olin Business School (EUA), nas disciplinas de planejamento estratégico, controle de gestão e redesenho de processos, e na Escola de Gestão do Porto - EGP (Portugal), no Programa Parceiros para Excelência (PAEX), sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Hevertom Fischer - 561.112.159-49

O Sr. Hevertom Fischer é graduado Tecnólogo em Processamento de Dados, Tecnologia da Informação pela FURB, em Informática aplicada a Gestão de Negócios, Tecnologia da Informação pela Uniasselvi, tem Pós-Graduação em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. É profissional de Tecnologia da Informação com ampla experiência no mercado de software corporativo ao longo de uma sólida carreira de mais de 30 anos. Atualmente participando no Conselho de Administração da Senior Sistemas SA. Anteriormente atuou por 4,5 anos na IBM, tendo como responsabilidade o atendimento de ISVs da região sul do Brasil, com foco nas tecnologias de Cloud, IA, Blockchain e IoT, sendo que tal empresa não integra o grupo econômico do emissor, nem é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Além disso, é professor de Inteligência Artificial da ESPM, no curso de pós-graduação, desde dezembro de 2019. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Claudia de Souza Ferris - 737.410.196-15

A Sra. Claudia Ferris é graduada em Ciência da Computação pela PUC/MG, Mestrada em Telecomunicações pelo ITA/SP,com MBA em General Management, pela Fundação Getúlio Vargas/SP, e pós-graduação em Digital Bussiness pela Columbia/MIT,tem cursos profissionais realizados no MIT, Singularity, Wharton, Saint Paul, Kellog e Universidade de Toronto. Carreira construída em mais de 30 anos de experiência em Multinacionais de Tecnologia, em destaque 21 anos na Microsoft em posições estratégicas como Vice-Presidente de Canais de Consumo Latam e Vice Presidente de Marketing e Operações no Canadá. Atuação relevante em ambientes B2B (Enterprise) e B2C (Consumer) e um sólido histórico de construção de negócios com crescimento exponencial e turnarounds. Nos últimos anos participando do ecossistema de inovação como investidora anjo, empreendedora, mentora e advisor. Participação no Bossa Nova Investimentos (Angel Investor and Fund Advisor), EqualWeb Brasil (Member Of The Board Of Advisors) BBX Brasil (Mentor and Investor), BiosisHub (Member Of The Board Of Advisors), sendo que sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Conselheira declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Conselheira também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34	
N/A	
Alencar Berwanger - 640.946.770-20	
N/A	
Carlos Valle - 003.851.689-69	
N/A	
Jean Paul Vieira - 684.152.579-53	
N/A	
Jussara Aparecida de Almeida Dutra - 503.719.919-00	
N/A	
Hermínio Gastaldi - 366.766.081-20	
N/A	
Marcelo Carvalho Martins - 921.283.279-20	
N/A	
Jorge José Cenci - 255.454.340-20	
N/A	
Guido Heinzen - 432.915.119-72	
N/A	
Nesio Gilberto Roskowski - 418.840.009-91	

N/A

Rubens Abrahão Barhum - 900.354.968-00

N/A

Luis Augusto Lobão Mendes - 718.525.496-53

N/A

Hevertom Fischer - 561.112.159-49

N/A

Claudia de Souza Ferris - 737.410.196-15

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Carlênio Bezerra Castelo Branco	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/09/1970	24/01/2022	2 anos
620.642.584-34	Comitê de Fusões e Aquisições	Administrador de empresas		24/01/2022	0	0.00%
Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e membro do Comitê de Pessoas.						
Alencar Berwanger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/04/1972	24/01/2022	2 anos
640.946.770-20	Comitê de Fusões e Aquisições	Analista de Sistemas		24/01/2022	0	0.00%
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios						
Gilvanio Ballmann	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/02/1973	24/01/2022	2 anos
898.114.889-91	Comitê de Fusões e Aquisições	Contador		24/01/2022	0	0.00%
Controller						
Carlênio Bezerra Castelo Branco	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/09/1970	24/01/2022	2 anos
620.642.584-34	Comitê de Pessoas	Administrador de empresas		24/01/2022	0	0.00%
Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e membro do Comitê de Fusões e Aquisições.						
Carlos Valle	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/1978	24/01/2022	2 anos
003.851.689-69	Comitê de Pessoas	Analista de Sistemas		24/01/2022	0	0.00%
Diretor de Desenvolvimento						
Jussara Aparecida de Almeida Dutra	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/10/1965	24/01/2022	2 anos
503.719.919-00	Comitê de Pessoas	Psicóloga		24/01/2022	0	0.00%
Diretora de Pessoas e Organização, Gerente de Gestão de Talentos e Gerente de DHO.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34						

Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34

O Sr. Carlênio Bezerra Castelo Branco é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco, com pós-graduação em Administração Financeira pela Universidade de Pernambuco e MBA em Gestão Empresarial pela Universidad Mayor do Chile. Possui mais de 20 anos de experiência em estratégia, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Desde 04 de junho de 2012, ocupa o cargo de Diretor Presidente e desde 24 de janeiro de 2022, o cargo de Diretor Financeiro, de membro do Comitê de Fusões e Aquisições e do Comitê de Pessoas na Senior Sistemas. Já teve passagem em cargos de gestão em outras empresas, atuando como Executive Commercial & Marketing Director e General Director GetNet Chile na empresa Get Brasil, Nacional Sales Manager na empresa Oi/Telemar e Sales Manager no Grupo Carlos Lyra, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Alencar Berwanger - 640.946.770-20

O Sr. Alencar Berwanger é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com pós graduação em Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral – INSEAD, Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós Graduação (INPG)/Fundação Getúlio Vargas, além de ter cursado Fusões e Aquisições pelo INSPER, Xponencial Business Administration – XBA pela Startse University, Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral, Inteligent Organizations: Collaboration and the Future of Work pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), Building, Leading, and Sustaining the Innovative Organization pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Managing Technical Professionals and Organizations. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de equipes, processos de prospecção, aquisição e incorporação de novos negócios no Brasil e no exterior. Está na Senior Sistemas desde 1º de agosto de 1992 e atuou em diversos cargos de gestão na empresa, sendo Líder de Desenvolvimento, Gerente de Produto, Gerente da área de Produtos e Diretor de Marketing e Produto, em 20 de março de 2018 passou a ocupar a posição atual de Diretor de Novos Negócios e, atualmente, também é membro do Comitê de Fusões e Aquisições. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Gilvanio Ballmann - 898.114.889-91

O Sr. Gilvanio Ballmann é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com pós-graduação em Finanças e Controladoria e Mestrado em Controladoria pela mesma instituição. Possui formação em Advanced Management Program da Faculdade de Administração e Economia (FAE) /ESADE e é certificado como Chief Financial Officer pelo INSPER. Está na Senior Sistemas desde 1º de dezembro de 1993, em 2009 assumiu como Gerente Administrativo Financeiro e desde 2018 atua como Controller.
O Sr. Gilvanio Ballmann não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Gilvanio Ballmann também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia

Carlos Valle - 003.851.689-69

O Sr. Carlos Valle é graduado em Técnico em Sistemas da Informação pela Escola Técnica Tupy e Bacharel em Ciências da Computação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com pós-graduação e MBA em Business, Change Management e Marketing pela Universidade Castelo Branco (UCB), além de ter cursado Negociação – Changing the Game pela Harvard Business School, Platform Strategies no MIT Sloan School of Management e XBA - Xponential Business Administration pela Nova School of Business and Economics. Possui mais de 25 anos de experiência como executivo em empresas de desenvolvimento de software e possui expertise em varejo, manufatura e logística. Desde 18 de junho de 2018 ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento na Senior Sistemas, bem como é membro do Comitê de Pessoas. Tem passagem em cargos de gestão em outras empresas, hoje é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VC-X Solutions Tecnologia S/A. desde fevereiro de 2021, indicado pela Companhia em razão do Acordo de Acionistas celebrado entre os acionistas da VC-X, e Diretor para Assuntos de Tecnologia da Informação da ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau, desde maio de 2021, e já atuou como Diretor de Seg. Moda, Food e Varejo de Serviços na Linx, Diretor de Segmento Manufatura e Logística na TOTVS, Diretor de Produto e Serviços na Datasul Serviços e foi Sócio Diretor na Datasul Tecnologia, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Jussara Aparecida de Almeida Dutra - 503.719.919-00

A Sra. Jussara Aparecida de Almeida Dutra é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, com MBA – Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestrado Business Psychology pela University of Westminster (Londres-UK), Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral (FDC) e Especialização Treinamento e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Possui mais de 25 anos de experiência com implementação de estratégias e processos nas áreas de Gestão de Pessoas, Universidade Corporativa, Gestão do Conhecimento e Gestão de Processos. Desde 1º de setembro de 2008 está na Senior Sistemas e durante a sua trajetória na empresa ocupou os cargos de Gerente de Gestão de Talentos, Gerente Desenvolvimento Humano e Organizacional e em 1º de maio de 2018 passou a exercer a posição de Diretora de Pessoas e Organização, bem como, atualmente, é membro do Comitê de Pessoas. Foi conselheira consultiva da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Santa Catarina de 2019 a 2021, bem como sócia administradora do Instituto Crescitá Ltda até 2017. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Diretora também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34	
Carlênio Bezerra Castelo Branco - 620.642.584-34 N/A	
Alencar Berwanger - 640.946.770-20 N/A	
Gilvanio Ballmann - 898.114.889-91 N/A	
Carlos Valle - 003.851.689-69 N/A	
Jussara Aparecida de Almeida Dutra - 503.719.919-00 N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Carlênio Bezerra Castelo Branco	620.642.584-34	Subordinação	Controlada Direta

Diretor Presidente e Financeiro.

Pessoa Relacionada

Novasoft SAS

Membro Titular do Conselho de Administração

Observação

A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.

Administrador do Emissor

Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios

Pessoa Relacionada

Novasoft SAS

Membro Titular do Conselho de Administração

Observação

A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.

Administrador do Emissor

Jean Paul Vieira	684.152.579-53	Subordinação	Controlada Direta

Diretor de Marketing e Produto

Pessoa Relacionada

Novasoft SAS

Membro Suplente do Conselho de Administração

Observação

A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67		
Diretor			
Observação			
A empresa Zero One Tecnologia da Informação Ltda. é controlada pela Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Jorge José Cenci	255.454.340-20	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
EBC Administradora de Bens Ltda	06.173.840/0001-32		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa EBC Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Guido Heinzen	432.915.119-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
G3MPR Administradora de Bens Ltda.	07.310.502/0001-68		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa G3MPR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Nesio Gilberto Roskowski	418.840.009-91	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
NGR Administradora de Bens Ltda.	08.629.001/0001-01		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa NGR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas majoritárias da Senior Sistemas S.A.			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67		
Diretor			
Observação			
A empresa Zero One Tecnologia da Informação Ltda. é controlada pela Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Jorge José Cenci	255.454.340-20	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
EBC Administradora de Bens Ltda	06.173.840/0001-32		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa EBC Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Guido Heinzen	432.915.119-72	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
G3MPR Administradora de Bens Ltda.	07.310.502/0001-68		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa G3MPR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Nesio Gilberto Roskowski	418.840.009-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
NGR Administradora de Bens Ltda.	08.629.001/0001-01		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa NGR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas majoritárias da Senior Sistemas S.A.			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67		
Diretor			
Observação			
A empresa Zero One Tecnologia da Informação Ltda. é controlada pela Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Jorge José Cenci	255.454.340-20	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
EBC Administradora de Bens Ltda	06.173.840/0001-32		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa EBC Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Guido Heinzen	432.915.119-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
G3MPR Administradora de Bens Ltda.	07.310.502/0001-68		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa G3MPR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			
Administrador do Emissor			
Nesio Gilberto Roskowski	418.840.009-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
NGR Administradora de Bens Ltda.	08.629.001/0001-01		
Sócio Controlador			
Observação			
A empresa NGR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas majoritárias da Senior Sistemas S.A.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nesta data a Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores e Diretores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das Perdas Indenizáveis.

A garantia está condicionada ao atendimento das disposições do contrato de seguro, observadas as exclusões e limitações previstas na apólice contratada.

Para fins de definição da cobertura básica da apólice, entendem-se como Perdas Indenizáveis os itens indicados abaixo quando decorrentes de uma Reclamação contra o Segurado coberta pela Apólice:

a) custos de defesa (custas judiciais, os honorários advocatícios e periciais, e as despesas necessárias para apresentar, junto ao órgão competente, a defesa do Segurado, inclusive recursos);

b) indenização a que o Segurado seja obrigado a pagar, a título de reparação a terceiro, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de decisão arbitral final, pela qual o Segurado seja civilmente responsabilizado incluindo-se atualização monetária, lucros cessantes, juros e honorários advocatícios da parte vencedora; ou

c) valores resultantes da celebração de acordo em reclamação coberta na apólice, a título de reparação de danos a terceiros, desde que o acordo tenha prévia anuência por escrito da Seguradora.

A apólice, com vigência até 22 de maio de 2022, foi contratada junto à Liberty Seguros S/A. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R$ 20.939,10, com limite máximo de garantia no valor de R$ 15.000.000,00. Em caso de Sinistro coberto pela apólice, a Seguradora poderá realizar o pagamento das Perdas Indenizáveis conforme especificado:

a) De forma direta ao Segurado, através da Cobertura A (Indenização ou Reembolso ao Segurado);

b) Através de reembolso à Sociedade caso essa tenha adiantado, para o Segurado, total ou parcialmente, as quantias correspondentes às indenizações cobertas por este seguro, através da Cobertura B (Reembolso ao Tomador);

c) De forma direta ao Terceiro se a indenização ainda não tiver sido paga através de nenhuma das hipóteses (a) ou (b) acima listadas.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

(i) capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

(ii) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;

(iii) adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;

(iv) definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;

(v) atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

(vi) utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter em circulação, no mínimo, (a) 25% do capital social; ou (b) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; (iii) constituir um Comitê de Auditoria; (iv) aprovar regimento interno do Conselho de Administração; (v) instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar o contrato, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado.

12.12 - Outras informações relevantes

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três anos e no exercício corrente até a data de arquivamento deste Formulário de Referência:

Data	09 de abril de 2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	92,17%
Ordem do Dia	**1.** Prestação de contas dos administradores, exame e discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **2.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31/12/2018; **3)** Aprovar a remuneração dos Administradores.

Data	09 de abril de 2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	92,17%
Ordem do Dia	**1.** Alterar o Estatuto Social: a) alterar endereços das filiais de Indaiatuba/SP, Ribeirão Preto/SP, Belo Horizonte/MG e Joinville/SC; **2.** Alterar a cláusula 5ª (Capítulo II – do Capital Social, das Ações e dos Acionistas); **3.** Apresentação dos resultados do 1º bimestre e acumulado de 2018; e **4.** Consolidação do Estatuto Social.

Data	25 de novembro de 2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	85,15%
Ordem do Dia	**1.** Incorporações: Mega Sistemas Corporativos S/A – CNPJ 54.652.177/0001-00; SNR100 Participações Ltda – CNPJ 21.656.613/0001-51; SNR200 Participações Ltda – CNPJ 22.119.625/0001-00; SNR300 Participações Ltda – CNPJ 18.416.756/0001-81; SNR400 Participações Ltda – CNPJ 17.135.893/0001-85; SNR500 Participações Ltda – CNPJ 17.135.877/0001-92; **2.** Deliberar sobre modificações de membros do Conselho de Administração; **3.** Alterar o Estatuto Social, a) consolidação das informações referentes à criação das novas filiais em Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Itu/SP, Recife/PE e Rio de Janeiro/RJ, b) consolidação da informação referente à alteração de endereço da filial em Campo Grande/MS, c) alterar a denominação e endereço da filial Senior Silt, inscrita no CNPJ 80.680.093/0011-53 e NIRE 3590500955-9; d) alterar as atividades da filial Senior SP-I/SP, inscrita no CNPJ 80.680.093/0008-58 e NIRE

12.12 - Outras informações relevantes

	3590469819-9; **4.** Deliberação sobre o financiamento junto ao BNDES; **5.** Apresentação dos resultados do 3º trimestre e acumulado de 2019; **6.** Aprovar contratação de operação de crédito com BNDES para investimento em Pesquisa e Desenvolvimento; **3.** Deliberar sobre modificação de membros do Conselho de Administração; **7.** Incorporações: Mega Sistemas Corporativos S/A – CNPJ 54.652.177/0001-00; SNR100 Participações Ltda – CNPJ 21.656.613/0001-51; SNR200 Participações Ltda – CNPJ 22.119.625/0001-00; SNR300 Participações Ltda – CNPJ 18.416.756/0001-81; SNR400 Participações Ltda – CNPJ 17.135.893/0001-85; SNR500 Participações Ltda – CNPJ 17.135.877/0001-92.

Data	15 de junho de 2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	71,90%
Ordem do Dia	**1.** Prestação de contas dos administradores, exame e discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; **2.** Ratificação da deliberação do Conselho de Administração relacionada a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios (25%), do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **3.** Deliberação sobre a destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31/12/2019; **4.** Aprovar a remuneração dos Administradores.

Data	15 de junho de 2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	71,90%
Ordem do Dia	**1.** Alterar o Estatuto Social: a) alterar endereço da filial de Recife/PE; **2.** Incluir a Seção IX – Plano de Incentivo de Longo Prazo e Cláusula 38, no Capítulo VII – da Alienação de Ações; **3.** Apresentação dos resultados até o dia 31 de maio de 2020; e **4.** Consolidação do Estatuto Social.

Data	15 de junho de 2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	71,90%
Ordem do Dia	**1.** Deliberar sobre modificação de membros do Conselho de Administração.

12.12 - Outras informações relevantes

Data	30 de março de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	85,89%
Ordem do Dia	**1.** Aumento do capital social a partir das reservas de lucro; **2.** Alterar o Estatuto Social: a) alteração da composição das Filiais: encerramento das filiais Itaúna, Uberlândia, Bauru e PR-I; b) alteração da clausula 5ª; **3.** Apresentação dos resultados até fevereiro/2021 e **4.** Consolidação do Estatuto Social.

Data	30 de março de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	85,89%
Ordem do Dia	**1.** Prestação de contas dos administradores, exame e discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, conforme publicações realizadas no dia 25/02/2021 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – Nº 21.466 – página 41 e no Jornal de Santa Catarina – página 02; **2.** Deliberação sobre a destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **3.** Aprovar a remuneração dos Administradores.

Data	30 de abril de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	78,37%
Ordem do Dia	**1.** Aprovação do “Protocolo de Intenção e Justificação de Incorporação” da empresa Work Labs Tecnologia e Sistemas LTDA.; **2.** Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa Incorporada; **3.** Aprovação do laudo de avaliação de incorporação da empresa incorporada elaborado pelo perito; **4.** A Incorporação da empresa Work Labs Tecnologia e Sistemas LTDA.

Data	30 de setembro de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	90,08%
Ordem do Dia	**1.** Incorporações: As incorporações foram tratadas em Ata específica datada de 30/09/2021; **2.** Comunicação sobre transação de capital: A comunicação sobre a transação de capital foi tratada em Ata específica datada de 30/09/2021; **3.** Aprovação da Cisão Parcial da empresa Senior Sistemas S.A.: A Cisão Parcial da empresa Senior Sistemas S.A. foi deliberada em Ata

12.12 - Outras informações relevantes

	específica datada de 30/09/2021; **4.** Deliberação sobre a revisão do ILP - Incentivo de Longo Prazo (programa Partnership) e emissão de novas ações; **5.** Deliberação sobre a antecipação de dividendos; **6.** Aprovação do "Protocolo de Intenção e Justificação de Incorporação" da empresa ALCIS LOG LTDA. – CNPJ 26.723.390/0001-11; **7.** Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa Incorporada; **8.** Aprovação do laudo de avaliação de incorporação da empresa incorporada elaborado pelo perito; **9.** A Incorporação da empresa ALCIS LOG LTDA; **10.** Aprovação do "Protocolo de Intenção e Justificação de Incorporação" da empresa GKO INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ 31.334.600/0001-10; **11.** Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa Incorporada; **12.** Aprovação do laudo de avaliação de incorporação da empresa incorporada elaborado pelo perito; **13.** A Incorporação da empresa GKO INFORMÁTICA LTDA.; GKO SISTEMAS LOGÍSTICOS LTDA. **14.** Aprovação do "Protocolo de Intenção e Justificação de Incorporação" da empresa GKO SISTEMAS LOGISTICOS LTDA. - CNPJ 09.028.690/0001-61; **15.** Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa Incorporada; **16.** Aprovação do laudo de avaliação de incorporação da empresa incorporada elaborado pelo perito; **17.** A Incorporação da empresa GKO SISTEMAS LOGISTICOS LTDA.; **18.** Aprovação do "Protocolo de Intenção e Justificação de Cisão Parcial" da empresa SENIOR SISTEMAS S.A. (CNPJ 80.680.093/0001-81); **19.** Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa parcialmente cindida; **20.** Aprovação do laudo de avaliação de cisão parcial; **21.** A cisão parcial da empresa SENIOR SISTEMAS S.A. e reorganização societária grupo, relativa aos imóveis pertencentes a empresa Senior Sistemas S.A.

Data	07 de dezembro de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	100%
Ordem do Dia	**1**. Alterar a composição do Conselho de Administração; **2**. Aumentar o capital social da Companhia mediante emissão de ações para tesouraria a partir da reserva de lucros; **3**. Alterar o caput da cláusula 39 do Estatuto Social da Companhia.

Data	24 de janeiro de 2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	88,17%
Ordem do Dia	**1**. o registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); **2.** a admissão e listagem da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"); **3**. a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia; **4**. a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia; **5**. a definição da remuneração global anual da administração referente

12.12 - Outras informações relevantes

	ao exercício social de 2022; **6**. a rerratificação dos valores já pagos aos administradores da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021; **7**. a ratificação do jornal no qual são realizadas as publicações da Companhia ordenadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"); **8**. a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

12.12 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 12.7 / 12.8

Cumpre esclarecer que o Comitê de Auditoria entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Dessa forma, com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Comitê de Auditoria da Companhia passará a ser composto pelos membros abaixo indicados, eleitos na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data de posse**	**Número de mandatos consecutivos**	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Rubens Abrahão Barhum	Comitê de Auditoria não Estatutário	Coordenador	Administrador de empresas	24/01/2022	2 anos	0,00%
900.354.968-00	N/A	-	14/01/1956	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
Membro Independente do Conselho de Administração						
Luis Augusto Lobão Mendes	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	Professor	24/01/2022	2 anos	0,00%
718.525.496-53	N/A	-	30/11/1967	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
Membro Independente do Conselho de Administração						
Luiz Carlos Passetti	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro Especialista (Efetivo)	Contador	24/01/2022	2 anos	0,00%
001.625.898-32	N/A	-	07/10/1958	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
N/A						

12.12 - Outras informações relevantes

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Rubens Abrahão Barhum **CPF 900.354.968-00**
O Sr. Rubens Abrahão Barhum é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo, e especialização em Administração Financeira pela FGV-SP e pelo IMD – Lausanne – Suíça. Atuou como gerente da Divisão de Controladoria e Planejamento Econômico-Financeiro da Bahia Sul Celulose, CFO da Bunge Alimentos, da Vicunha Têxtil e da Coimex Trading. Atua desde 2005 como consultor na Barhum Consultoria Empresarial Ltda da qual é sócio-fundador. Participa do conselho de administração da Papirus Indústria de Papel e da Senior Sistemas, e participou também dos conselhos da Fibra Dupont, Agrenco e Weg Cestari, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Atualmente, também é coordenador do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.
Luis Augusto Lobão Mendes **CPF 718.525.496-53**
O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes é professor de estratégia, desenvolvimento organizacional e Governança Corporativa da HSM Educação Executiva e do Centro Universitário Una. Foi professor da Fundação Dom Cabral, no período de 2000 a 2014. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2000), Pós-graduado em Gestão pela Qualidade (CEFET) e Política Estratégica (ADESG). Engenheiro Mecânico (Universidade de Itaúna, 1992) com participação no programa Colloquium on Participant Cetered Learning (Harvard Bussines School). Examinador do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ (1999, 2000, 2001, 2003), Examinador Relator 2004 e Examinador Sênior 2005. Diretor de planejamento da Partnership & Associados. Atualmente, também é membro do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. Vem participando da elaboração de planejamento estratégico e desdobramento de planos em mais de uma centena de empresas de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Atuando nos setores público, privado e instituições sem fins lucrativos. Professor Convidado da Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidad SanAndrés (Argentina) e Univerdad del Desarrollo - UDD (Chile) e Olin Business School (EUA), nas disciplinas de planejamento estratégico, controle de gestão e redesenho de processos, e na Escola de Gestão do Porto - EGP (Portugal), no Programa Parceiros para Excelência (PAEX), sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.
Luiz Carlos Passetti
O Sr. Luiz Carlos Passetti é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (FACESP), tem Especialização em Corporate Finance e Planejamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Strategic Leadership for Partners – Harvard University, Cambridge. Possui mais de 35 anos de experiência em Auditoria e Consultoria, sendo 25 anos como sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, saindo da sociedade em 30 de junho de 2019 (mandatória por idade). Com ampla experiência trabalhou em diversos segmentos da indústria, atuando tanto com empresas familiares em expansão quanto com grandes empresas multinacionais e brasileiras de capital aberto. Foi Presidente do Conselho de Governança da Ernst & Young América do Sul e membro do Conselho de Governança da Ernst & Young Américas e Ernst & Young Global, por 2 mandatos. É membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e também atua como Membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Natura & Co., Marilan. O Sr. Luiz Carlos Passetti não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Luiz Carlos Passetti também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Em 24 de janeiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável às seguintes pessoas ("Pessoas Sujeitas à Política"): (i) membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), (ii) membros da Diretoria Estatutária ("Diretoria", em conjunto com o Conselho de Administração, "Administradores"), (iii) membros da Diretoria Não Estatutária (em conjunto com a Diretoria Estatutária, "Diretoria"), (iv) membros do Conselho Fiscal (caso instalado); (iv) membros do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não estatutários, caso instalados ("Comitês").

A Política de Remuneração visa estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas.

Os elementos que compõem as remunerações dos administradores visam: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e que sejam competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A nossa Administração entende que a remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da nossa Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm), na categoria Política de Remuneração.

(b) Composição da Remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

As Pessoas Sujeitas à Política poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política poderá ser constituída pelos seguintes componentes, conforme aplicável a cada órgão (nos termos previstos nessa Política): (i) remuneração fixa (incluindo benefícios); (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada em ações e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Honorários. Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração podem receber Remuneração Fixa diferente devido a (i) políticas internas dos acionistas que representam; e (ii) tempo dedicado às atividades do Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Diretos e Indiretos. Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus a plano de saúde e seguro de vida, oferecido pela Companhia. Despesas com locomoção, hospedagem e alimentação dos membros do Conselho de Administração são reembolsadas conforme a política de viagens da Companhia.

Participação em Comitês. Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a receber remuneração por participação no Comitê de Auditoria.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Remuneração Fixa

Honorários ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários ou salário, conforme aplicável), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as práticas do mercado. Os honorários fixos têm como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade e consistem no principal elemento da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária poderão fazer jus aos seguintes benefícios: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, previdência privada, vale-refeição, vale alimentação. Adicionalmente, os Diretores Estatutários, poderão fazer jus a checkup anual.

Participação em Comitês. Os Diretores Estatutários e os Diretores Não Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os Diretores Estatutários e os Diretores Não Estatutários poderão fazer jus à remuneração variável. O objetivo da Remuneração Variável é recompensá-los pelos resultados globais da Companhia e das áreas sob sua responsabilidade.

A remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária consiste no pagamento de bônus ("Bônus"). O Bônus é pago, caso atingidas as metas previamente definidas, mediante adiantamento no mês de agosto e pagamento integral até o mês de março do ano subsequente.

A remuneração variável da Diretoria Não Estatutária consiste no pagamento de participação nos resultados ("PLR"). A PLR é paga, caso atingidas as metas previamente definidas, mediante adiantamento no mês de agosto e pagamento integral até o mês de março do ano subsequente.

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões e comissões.

Remuneração Baseada em Ações

Os Diretores poderão ser elegíveis à participação em planos de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre a remuneração baseada em ações, vide o item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Pós-Emprego

Os Diretores não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os Diretores não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

No caso de instalação do Conselho Fiscal, será conferida remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Para tal, os membros do Conselho Fiscal receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os membros do Conselho Fiscal serão, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes comitês para assessoramento ao Conselho de Administração, conforme descritos no item 12 deste Formulário de Referência: (i) Comitê de Auditoria, em conformidade o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3; (ii) Comitê de Pessoas; (iii) Comitê de Fusões e Aquisições.

O Conselho de Administração poderá atribuir remuneração a membros dos Comitês.

Os membros dos Comitês, quando instalados, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal, sendo que os membros dos Comitês que exerçam outros cargos na Companhia não receberão remuneração adicional por sua participação em tais comitês, salvo se o Conselho de Administração deliberar de forma diversa ou conforme previsto na Política de Remuneração.

Os membros do Comitê de Auditoria (i) farão jus a remuneração fixa e (ii) podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida.

Adicionalmente, todos os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total nos últimos três exercícios sociais foi a seguinte:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal					-
Salário ou pró-labore	95,03%	42,79%	-	68,26%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	4,97%	2,24%	-	4,40%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	46,07%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	27,34%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	8,90%	-	-	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**-**	**100,00%**	**-**

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	**-**	**-**	-	-	-
Salário ou pró-labore	96,17%	59,67%	-	68,07%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	3,83%	2,71%	-	3,45%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros (1)	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	30,93%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	28,48%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-		-	-	-
Outros (2)	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	6,69%	-	-	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**-**	**100,00%**	**-**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Salário ou pró-labore	97,69%	64,10%	-	76,99%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	2,31%	3,03%	-	3,20%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros (2)	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	32,87%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	19,81%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros (2)	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**-**	**100,00%**	**-**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (caso instalado).

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

O Conselho de Administração é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria. A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária por sua vez, será reajustada conforme convenção coletiva aplicável aos empregados da Companhia, baseada em uma análise comparativa em relação ao mercado e avaliação do desempenho individual.

A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo objeto de apreciação anual pelo Conselho de Administração

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento e ao desempenho no curto prazo.

(v) membros não remunerados

Não aplicável, tendo em vista que todos os membros da Administração da Companhia são remunerados pelo exercício de suas respectivas funções.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da remuneração fixa e variável dos Diretores, tanto estatutários quanto não estatutários, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são definidas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos e a qualificação do profissional para o exercício da função.

Os principais indicadores de desempenho considerados para fixação da remuneração variável consistem em indicadores financeiros, tais como Receita Liquida, EBITDA, e indicadores operacionais de qualidade e de entrega de projetos.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: a Companhia analisa a performance e o desempenho dos Administradores regularmente, por meio de uma avaliação formal de desempenho ao final de cada ano, de forma a acompanhar o atingimento das metas acordadas para as áreas sob a responsabilidade de cada Administrador e das metas da Companhia como um todo. O percentual de aumento do pró-labore e data de aplicação é definido pelo Diretor Presidente. O valor da bonificação segue regras de remuneração variável de curto prazo e o atingimento das metas objetivas, conforme descrito no item sobre indicadores.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável visa estimular, em conjunto com a remuneração baseada em ações, a melhor gestão, atratividade e retenção dos membros da Administração, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo. O Objetivo da remuneração fixa mensal é de promover o equilíbrio entre os valores praticados pela Companhia e pelo mercado para executivos em posições similares em empresas do mesmo porte e segmento. A remuneração variável de curto prazo incentiva o atingimento das metas e o alinhamento com os desafios do planejamento anual. A remuneração de longo prazo, através dos planos de remuneração baseados em ações, confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável no longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O Plano de Concessão de Ações Restritas, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, tem a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia durante o exercício social de 2022.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral").

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

Os membros dos Comitês serão remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração e a Política de Remuneração, conforme aplicável.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o nosso Conselho de Administração analisa pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos nossos Administradores, observará as regras gerais previstas na nossa Política de Remuneração, não estando sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento de metas, sendo estabelecida conforme nossos resultados e de nossa administração. Para isso, nossos indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na nossa estratégia e nosso planejamento de resultados.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	0,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.037.520,00	6.286.407,36	0,00	7.323.927,36
Benefícios direto e indireto	46.173,20	308.840,82	0,00	355.014,02
Participações em comitês	138.600,00	0,00	0,00	138.600,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.579.195,85	0,00	3.579.195,85
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.336.663,61	0,00	5.336.663,61
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não conta Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	1.222.293,20	15.511.107,64	0,00	16.733.400,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,83	12,67	0,00	19,50
Nº de membros remunerados	6,83	12,67	0,00	19,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	614.800,00	6.873.663,03	0,00	7.488.463,03

Benefícios direto e indireto	32.164,01	360.368,14	0,00	392.532,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A.		N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.400.557,21	0,00	7.400.557,21
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A.		N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.429.457,18	0,00	1.429.457,18
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	
Total da remuneração	646.964,01	16.064.045,56	0,00	16.711.009,57

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,92	12,00	0,00	18,92
Nº de membros remunerados	6,92	12,00	0,00	18,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	607.800,00	5.795.611,87	0,00	6.403.411,87
Benefícios direto e indireto	24.224,86	262.834,65	0,00	287.059,51
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.004.525,35	0,00	3.004.525,35

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	649.857,96	0,00	649.857,96
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	
Total da remuneração	632.024,86	9.712.829,83	0,00	10.344.854,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,83	13,00	0,00	19,83
Nº de membros remunerados	6,83	13,00	0,00	19,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	607.800,00	5.995.349,39	0,00	6.603.149,39
Benefícios direto e indireto	14.352,16	283.969,52	0,00	298.321,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.074.463,62	0,00	3.074.463,62
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	
Total da remuneração	622.152,16	9.353.782,53	0,00	9.975.934,69

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para o exercício social corrente (a ser encerrado em 31/12/2022)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7	8	0,00	15
Nº de membros remunerados	0,00	8	0,00	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.368.793,77	0,00	5.368.793,77
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.579.195,85	0,00	3.579.195,85
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,83	12,67	0,00	19,50
Nº de membros remunerados	0,00	12,67	0,00	12,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.489.932,25	0,00	5.489.932,25
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.659.954,83	0,00	3.659.954,83
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	7.400.557,21	0,00	7.400.557,21
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,92	12	0,00	18,92
Nº de membros remunerados	0,00	12	0,00	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.730.561,65	0,00	4.730.561,65
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.153.707,77	0,00	3.153.707,77
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	3.004.525,35	0,00	3.004.525,35
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,83	13	0,00	19,83
Nº de membros remunerados	0,00	13	0,00	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0	0,00	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.661.733,25	0,00	4.661.733,25
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.107.822,17	0,00	3.107.822,17
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	3.074.463,62	0,00	3.074.463,62
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP")

O Plano de Incentivo de Longo Prazo foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de abril de 2019, e tem como objetivo a retenção de profissionais estratégicos e sucessão de lideranças da Companhia. Em Assembleia Geral realizada em 15 de junho de 2020 foi aprovada a possibilidade conceder ações restritas aos participantes e que cabe ao Conselho de Administração, no ano do primeiro *vesting* de cada programa, decidir sobre a liquidação se dará em ações restritas ou fantasmas.

Esclarece-se que nos Programas de 2019, 2020 e 2021, foram adotados os mesmos termos e condições gerais do Plano de Incentivo de Longo Prazo. No âmbito destes programas foram aprovados, anualmente pelo Conselho de Administração as metas, os participantes e o formato de liquidação.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, a partir de 2022 será concedido através de um novo Plano de Ações que entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2022, tendo a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia durante o exercício social de 2022 e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano de Ações não afetará os direitos plenamente adquiridos em relação às Ações Restritas objeto de Contratos Individuais já celebrados.

(i) Programas de 2019, 2020 e 2021

Os participantes são selecionados anualmente pela diretoria e pelo *controller* e apresentados pelo Diretor Presidente para o Conselho de Administração para aprovação final. Os critérios utilizados para tal seleção são o desempenho, a análise do potencial de carreira e sucessão, e o conhecimento estratégico e crítico para o negócio.

O plano permite a entrega de ações restritas ou ações fantasmas, mediante aprovação do Conselho de Administração. A definição ocorre por ocasião do *vesting* que inicia a partir do 2ª ano, com pagamentos realizados no mês de abril, conforme os percentuais descritos na tabela abaixo:

Plano de Incentivos de Longo Prazo

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
0	20%	20%	30%	30%	

O limite de investimento/teto de diluição do plano é pré-definido conforme valor aprovado para o ciclo e, caso não seja utilizado o total previsto, o valor restante permanece em tesouraria.

O beneficiário adquire o direito de receber as ações mediante o atingimento de meta atrelada ao EBITDA (50%) e à Receita (50%) do grupo Senior – o acionamento ocorre com o atingimento de 90% da meta.

O valor a ser recebido pelo beneficiário equivale aos múltiplos de remuneração. Os múltiplos podem variar de 2,5 a 9 vezes a remuneração, conforme o cargo. A forma de cálculo considera que cada (*) 1 ponto percentual acima de 90% do atingimento da meta, equivale a 6,6 % do valor referente aos múltiplos de remuneração do cargo do beneficiário. A tabela abaixo exemplifica o cálculo do percentual de atingimento do ILP, que é aplicado aos múltiplos de remuneração de cada beneficiário:

Forma de Cálculo (*)

% Atingimento da meta	% Atingimento ILP
91%	6,66%
100%	66,66%
105%	100% (Limite)

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Após identificado o valor a ser recebido por cada beneficiário, para a definição da quantidade de ações a serem entregues, o método de valorização por ação aplicado é o de múltiplo de EBITDA de 12x, dividido pela quantidade de ações totais emitidas pela companhia.

Administradores Participantes no Plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP)

ILP - Programa de 2019: Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2019. Fazem parte deste programa 7 (sete) dos Diretores Estatutários da Companhia, que estão entre os 20 (vinte) participantes (limite do programa para o referido ano).

ILP - Programa de 2020: Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2020. Fazem parte deste programa 8 (oito)) dos Diretores Estatutários da Companhia, que estão entre os 22 (vinte e dois) participantes (limite do programa para o referido ano).

ILP - Programa de 2021: Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021. Fazem parte deste programa 9 (nove) dos Diretores Estatutários da Companhia, que estão entre os 25 (vinte e cinco) participantes (limite do programa para o referido ano).

Incentivos de Longo Prazo - Plano de Concessão de Ações Restritas de 2022

O Plano de Incentivo de Longo Prazo - Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de setembro de 2021 ("Plano de Ações"). O Plano de Ações, entrou em vigor na data de 1º de janeiro de 2022, tendo a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia e permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2024, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. Esta vigência segue a alteração aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 07 de dezembro de 2021.

O término de vigência do Plano de Ações não afetará os direitos plenamente adquiridos em relação às Ações Restritas objeto de Contratos Individuais já celebrados. Quaisquer outros planos de outorga de ações da Companhia anteriormente aprovados pelos acionistas da Companhia e ainda vigentes mantém-se válidos e inalterados.

São elegíveis ao Plano de Ações os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas, eleitos pelo Conselho de Administração para participar do Plano de Ações, e que tenham manifestado a vontade de aderir ao Plano de Ações e ao respectivo Programa, mediante a celebração do Contrato Individual, em favor dos quais a Companhia entregará Ações Restritas ("Participantes").

O Plano de Ações e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração e/ou pelo Comitê, que terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Ações e dos Programas, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas às Ações Restritas, nos termos deste Plano de Ações, bem como esclarecimento de qualquer dúvida de interpretação do Plano de Ações e/ou do Programa; (b) a indicação das Pessoas Elegíveis e a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações Restritas, nos termos do Plano de Ações, da lei e regulamentação aplicáveis; (c) caso a Companhia não detenha, em sua tesouraria, ações ordinárias necessárias ao cumprimento deste plano, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações, respeitado o percentual de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano de Ações; (d) a definição de opções de recompra e/ou direitos de preferência da Companhia, bem como outras eventuais restrições adicionais às Ações Restritas; (e) a aprovação de outras providências necessárias para a administração deste Plano de Ações e dos Programas; (f) a proposta de eventuais alterações deste Plano de Ações a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; e (g) a criação de Programas e a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada Programa.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos apenas aos limites estabelecidos em lei e aos termos do Plano de Ações, podendo tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar e não estando obrigados, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Participantes, a seu exclusivo critério.

Esclarece-se que dois programas foram aprovados no âmbito do referido Plano de Ações, quais sejam:

Programa Partnership:

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2021.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

No âmbito do Programa *Partnership*, deverá ser considerado o limite de 75 (setenta e cinco) participantes, os quais serão selecionados anualmente e validados pelo Conselho Administração.

Poderão ser entregues aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 1,25% do capital social total da Companhia.

Já o valor a ser recebido pelo participante equivale aos múltiplos de remuneração, que seguem o mesmo critério do programa de remuneração variável de curto prazo e que podem variar conforme o cargo.

O período de *vesting* deste programa se inicia a partir do 2º ano com pagamentos realizados no mês de abril, conforme percentuais descritos abaixo:

Plano de ações 2022 - Programa *Partnership - Vesting*

Condicionado ao IPO

Ano 1 IPO	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
0	20%	20%	30%	30%

Programa Discricionário:

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2021. No âmbito do Programa Discricionário, poderão ser outorgadas até 9.523 ações restritas, representativas de 0,75% do capital Social da Companhia.

O direito do participante em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido e a Companhia transferirá as Ações Restritas se (i) a Companhia efetivamente realizar sua oferta pública inicial de ações (IPO); e (ii) se o participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle no período compreendido entre a data da outorga e as datas descritas a seguir:

O período de *vesting* deste programa se inicia a partir do 1ª ano após realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, com pagamentos realizados conforme descrito abaixo:

- 20% (vinte por cento) após a data do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 1º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 2º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 3º aniversário do IPO; e
- 20% (vinte por cento) no 4º aniversário do IPO

(b) principais objetivos dos Incentivos de Longo Prazo:

ILP– Programas de 2019, 2020 e 2021: O Incentivos de Longo Prazo (ILP) tem como objetivo a retenção dos profissionais que atendam a um ou mais critérios tais como: desempenho diferenciado; conhecimentos críticos para a companhia; mapeados para sucessão de lideranças da Companhia; com responsabilidades diferenciadas em projetos estratégicos.

Plano de Ações: O Plano de Ações tem por objetivo conceder aos Participantes uma oportunidade de receber Ações Restritas, de modo a promover o estímulo da produtividade sustentável, ou da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas, conforme vier a ser definido em cada programa.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma vez que o ILP e o Plano de Ações possibilitam aos beneficiários se tornarem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes beneficiários se sintam incentivados em promover a criação de valor para a Companhia a longo prazo e de forma sustentável e exerçam suas funções de forma alinhada aos interesses dos acionistas da Companhia bem como aos objetivos sociais e de estratégias de crescimento para a Companhia e suas controladas. O fato de os beneficiários terem a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também faz com que eles compartilhem riscos e ganhos de forma equitativa.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O ILP e o Plano de Ações são elementos importantes da estratégia de remuneração da Companhia, uma vez que aumentam a competitividade na retenção e atração de talentos, além de estar em linha com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O ILP e o Plano de Ações trazem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo), fazendo com que os beneficiários atuem constantemente em prol da criação de valor sustentável para Companhia e nossos acionistas, nos diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

(f) número máximo de ações abrangidas

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Para cada programa foi aprovado, em reunião do no Conselho de Administração da Companhia, o valor limite em espécie a ser destinado ao aos participantes, considerando as metas estabelecidas. Por ocasião do primeiro *vesting* é calculado o número de ações, respeitado o limite aprovado. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia decidir sobre a liquidação em ações restritas ou fantasmas, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

Plano de Ações 2022

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações representativas de,no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data da aprovação do Plano de Ações, o qual poderá ser ajustado nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Observado o limite no item “f” acima, a aprovação é número de ações a que cada beneficiário terá direito no âmbito do ILP será definido pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada programa, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários.

Plano de Ações 2022

Observado o limite no item “f” acima, o número de ações a que cada Participante terá direito no âmbito do Plano de Ações será definido pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato Individual, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes.

(h) condições de aquisição de ações

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Ainda que o plano não contemple a aquisição de ações, a entrega de ações restritas ou ações fantasmas ficará condicionada à celebração de contratos entre a Companhia e cada beneficiário, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de ações restritas ou ações fantasmas a ser recebida e os demais termos e condições relacionados.

Plano de Ações 2022

Ainda que o plano não contemple a aquisição de ações, a entrega de Ações Restritas ficará condicionada à celebração de Contratos Individuais entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Não aplicável, pois, tendo em vista tratar-se de plano de concessão de ações restritas, ao final do período de carência, os Participantes receberão as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos para os programas ILP 2019, 2020 e 2021.

Plano de Ações 2022

Não aplicável, pois, tendo em vista tratar-se de plano de concessão de ações restritas, ao final do período de carência, os Participantes receberão as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos no Plano de Ações.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Os prazos de carência para plena aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas, assim como os demais termos e condições, foram determinados pelo Conselho de Administração quando da aprovação para os programas ILP de 2019, 2020 e 2021

Plano de Ações 2022

Os prazos de carência para plena aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas, assim como os demais termos e condições, serão determinados pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa. Os critérios para fixação dos prazos de carência a serem utilizados pelo Conselho de Administração devem observar o objetivo do Plano de Ações em alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia no longo prazo.

(k) forma de liquidação

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

O plano permite a liquidação mediante a entrega de ações restritas ou ações fantasmas, sendo que a definição ocorre por ocasião do *vesting* de cada ciclo. Com o propósito de satisfazer a entrega de ações, a Companhia, sujeita à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada. Alternativamente, caso a Companhia não detenha em sua tesouraria ações ordinárias necessárias, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações.

Plano de Ações 2022

Com o propósito de satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano de Ações, a Companhia, sujeito à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada. Alternativamente, caso a Companhia não detenha em sua tesouraria ações ordinárias necessárias ao cumprimento do Plano de Ações, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações.

(l) restrições à transferência das ações

Incentivos de Longo Prazo (ILP) – Programas de 2019, 2020 e 2021

O Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral de Acionistas podem impor restrições à transferência das Ações Restritas procedendo a liquidação dos *vestings* com ações fantasmas.

Plano de Ações 2022

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Incentivos de Longo Prazo – Programas 2019 a 2021

O Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral de Acionistas podem decidir pela liquidação ou encerramento antecipado do ILP sem prejuízo de quaisquer direitos eventualmente devidos aos participantes.

Plano de Ações 2022

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano de Ações, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes. O Conselho de Administração também avaliará a necessidade de propor à Assembleia Geral ajustes no Plano de Ações ou realizar ajustes nos Programas, no caso de a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

Adicionalmente, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de entrega de ações restritas, poderá levar à revisão integral deste Plano de Ações, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Incentivos de Longo Prazo – Programas de 2019, 2020 e 2021

Até a data em que a propriedade das Ações Restritas for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Programa de Incentivo de longo prazo, respectivos Programas e Contratos Individuais, os participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas.

Plano de Ações 2022

Até a data em que a propriedade das Ações Restritas for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Plano de Ações, respectivos Programas e Contratos Individuais, os Participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas.

Cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às opções, de modo que os direitos conferidos ao participante de acordo com o Plano de Ações poderão ser extintos ou modificados conforme determinado no programa.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações restritas 2021 – Plano 2022 - *Programa Discricionário*		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7	8
N° de membros remunerados	0	1
Data de outorga	N/A	17/11/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	9.523
Prazo para que se tornem exercíveis	N/A	20% em 2022* 20% em 2023* 20% em 2024* 20% em 2025* 20% em 2026*
Prazo máximo para exercício	N/A	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
b. Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
c. Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
d. Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de cada outorga	N/A	R$ 1.578,70
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,75%

* O Programa Discricionário está condicionado à realização do IPO da Companhia.

Outorga de ações restritas 2021 – Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2021 (1)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	6,83	12,67
N° de membros remunerados	0	9
Data de outorga	N/A	16/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.930
Prazo para que se tornem exercíveis	N/A	20% em 2022 20% em 2023 30% em 2024 30% em 2025
Prazo máximo para exercício	N/A	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
b. Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
c. Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
d. Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de cada outorga	N/A	R$ 1.665,54
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,2176%

(1) No Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2021, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 16 de abril de 2021 a outorga de 777 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 2.707 ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Outorga de ações restritas 2021 – Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2020 (1)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	6,92	12
N° de membros remunerados	0	8
Data de outorga	N/A	25/02/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.839
Prazo para que se tornem exercíveis	N/A	20% em 2021 20% em 2022 30% em 2023 30% em 2024
Prazo máximo para exercício	N/A	31/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
b. Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
c. Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
d. Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de cada outorga	N/A	R$ 1.036,50
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,2008%

(1) No Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2020, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 25 de fevereiro de 2021 a outorga de 659 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 2.498 ações.

Outorga de ações restritas 2020 – Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2019 (1)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	6,83	13
N° de membros remunerados	0	7
Data de outorga	N/A	15/06/2020
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.275
Prazo para que se tornem exercíveis	N/A	20% em 2020 20% em 2021 30% em 2022 30% em 2023
Prazo máximo para exercício	N/A	31/12/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
b. Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
c. Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
d. Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de cada outorga	N/A	1.053,47
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,1025%

(1) No Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2019, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 16 de junho de 2020 a outorga de 392 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 1.667 ações.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, plano de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, plano de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores.

Ações entregues - Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros (1)	6,83	12,67
Nº de membros remunerados (2)	**0**	**8**
Ações entregues		
Número de ações	N/A	620
Preço médio ponderado de exercício	N/A	728,48
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao Programa da Companhia.

As ações entregues em 2021 à Diretoria Estatutária referem-se ao Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2019 (251 ações) e ao Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2020 (369 ações). Foram entregues ainda 217 ações à executivos que ocupam outras posições na Companhia, sendo 83 ações referente ao Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2019 e 134 ações ao Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2020. Ao todo foram entregues 837 ações em 2021 através de remuneração baseada em ações restritas.

Ações entregues - Exercício Social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros (1)	6,92	12
Nº de membros remunerados (2)	0	7
Ações entregues		
Número de ações	N/A	286
Preço médio ponderado de exercício	N/A	658,49
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao Programa da Companhia.

As ações entregues em 2020 à Diretoria Estatutária referem-se ao Plano Incentivos à Longo Prazo - Programa 2019. Foram entregues ainda 83 ações à executivos que ocupam outras posições na Companhia. Ao todo foram entregues 369 ações em 2020 através de remuneração baseada em ações restritas.

Em 2019 não houve ações entregues relativas à pagamentos baseados em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O nosso modelo utilizado para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir:

	Plano Incentivos à Longo Prazo – Programa 2019	Plano Incentivos à Longo Prazo – Programa 2020	Plano Incentivos à Longo Prazo – Programa 2021	Plano 2022 – Programa Discricionário
Preço médio das ações	1.120,86	1.125,53	1.814,30	1.704,18
Preço do exercício	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
Volatilidade Esperada	157,39%	138,90%	71,90%	47,28%
Prazo de vida da opção	3,87 anos	4,5 anos	4,75 anos	4,25 anos
Dividendos esperados	2,26%	1,83%	1,80%	1,80%
Taxa de juros livre de risco	4,24%	4,59%	7,79%	11,52%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O modelo de programa de remuneração escolhido pela Administração da Companhia não requer que o participante pague pela ação, transferindo-os de forma gratuita a ação, se atingidas as condições de desempenho (*performance condition*) e o período de aquisição de direito (*vesting period*). Desta forma o preço de exercício é equivalente a zero, e simbolicamente representado por R$ 0,0001 para efeitos de cálculo.

Para ter direito ao recebimento da ação, o participante deve cumprir o período de *vesting* determinado pelo plano (entre 4 e 5 anos), exercendo o direito de forma escalonada conforme quadros apresentados no item 13.4 deste Formulário de Referência de forma que os planos não permitem o exercício antecipado do direito de receber a ação.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatidade esperada, considerando que a Companhia, na data de realização do cálculo, era uma sociedade anônima de capital fechado, utilizou-se a volatilidade apurada por empresas comparáveis listadas na B3, no período de 16/06/2019 a 15/06/2020.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

(a) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Ações emitidas pela Companhia:

Exercício Social encerrado em 31/12/2021	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	966.257
Diretoria Estatutária	34.194
Conselho Fiscal	N/A

(b) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Cotas emitidas pela Senior Serviços de Pagamentos Ltda:

Exercício Social encerrado em 31/12/2021	Cotas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	700.000
Conselho Fiscal	N/A

Cotas emitidas pela Senior Sistemas de Pagamentos Ltda:

Exercício Social encerrado em 31/12/2021	Cotas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	300.000
Conselho Fiscal	N/A

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

O plano de previdência ofertado pela Companhia: (i) pode ser resgatado em momento prévio à saída do administrador da Companhia; (ii) é extensivo a todos os integrantes da Senior; (iii) a adesão do participante é de natureza voluntária.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	14
Nº de membros remunerados	0	9
Nome do plano	Não aplicável	SENIOR PREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não aplicável	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	O participante terá direito ao saldo constituído pelas contribuições básicas da Companhia quando atingir 55 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens. O participante perderá o saldo, caso resgate o valor ou transfira os recursos para outra instituição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	842.233,71
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	126.560,54
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não aplicável	A efetivação do resgate e/ou portabilidade pelo Participante de parte ou totalidade do saldo da Conta - Parte Participante Básica Mensal implicará na transferência para a Conta Coletiva do saldo Parte Instituidora Básica Mensal na mesma proporção do valor resgatado pelo Participante. Mesmo após o término do vínculo com a Companhia, essa regra será aplicável. O Participante terá direito ao saldo constituído pelas contribuições básicas da Companhia quando atingir 55 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens, ou se aposentar pelo INSS por idade ou tempo de serviço. O participante perderá o saldo, caso resgate o valor ou transfira os recursos para outra instituição, mesmo que opte por essas opções após o encerramento do contrato com a Senior.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	12,67	12,00	13,00	6,83	6,92	6,83	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	12,67	12,00	13,00	6,83	6,92	6,83	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.066.717,84	2.550.919,14	2.303.710,49	129.856,59	128.538,24	128.403,04	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	422.948,09	359.578,50	279.466,57	84.000,00	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.268.214,12	809.402,49	719.521,73	94.677,66	91.377,09	91.046,66	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que nem todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.
31/12/2020	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que nem todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.
31/12/2019	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que nem todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.

Conselho de Administração

31/12/2021	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.
31/12/2020	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.
31/12/2019	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não firmamos com os membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	1,86%	2,96%	3,07%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Natureza do Pagamento	**Diretoria**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Palestras	0,00	R$15.000,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Natureza do Pagamento	**Diretoria**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Natureza do Pagamento	**Diretoria**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
N/A	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

(i) Número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais;

(ii) Número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram (conforme aplicável) atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

(I) NÚMERO DE MEMBROS TOTAL

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2022 (previsão)

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	7	8	0
Fevereiro de 2022	7	8	0
Março de 2022	7	8	0
Abril de 2022	7	8	0
Maio de 2022	7	8	0
Junho de 2022	7	8	0
Julho de 2022	7	8	0
Agosto de 2022	7	8	0
Setembro de 2022	7	8	0
Outubro de 2022	7	8	0
Novembro de 2022	7	8	0
Dezembro de 2022	7	8	0
Média	**7**	**8**	**0**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	7	12	0
Fevereiro de 2021	7	12	0
Março de 2021	7	11	0
Abril de 2021	7	11	0
Maio de 2021	7	12	0
Junho de 2021	7	12	0
Julho de 2021	7	12	0
Agosto de 2021	7	14	0
Setembro de 2021	7	14	0
Outubro de 2021	6	14	0
Novembro de 2021	6	14	0
Dezembro de 2021	7	14	0
Média	**6,83**	**12,67**	**0**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	6	12	0
Fevereiro de 2020	7	12	0
Março de 2020	7	12	0
Abril de 2020	7	12	0
Maio de 2020	7	12	0
Junho de 2020	7	12	0
Julho de 2020	7	12	0
Agosto de 2020	7	12	0
Setembro de 2020	7	12	0
Outubro de 2020	7	12	0
Novembro de 2020	7	12	0
Dezembro de 2020	7	12	0
Média	**6,92**	**12**	**0**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2019	7	13	0
Fevereiro de 2019	7	13	0
Março de 2019	7	13	0
Abril de 2019	7	13	0
Maio de 2019	7	13	0
Junho de 2019	7	13	0
Julho de 2019	7	13	0
Agosto de 2019	7	13	0
Setembro de 2019	7	13	0
Outubro de 2019	7	13	0
Novembro de 2019	6	13	0
Dezembro de 2019	6	13	0
Média	**6,83**	**13**	**0**

13.16 - Outras Informações Relevantes

(II) NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2022

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	7	8	0
Fevereiro de 2022	7	8	0
Março de 2022	7	8	0
Abril de 2022	7	8	0
Maio de 2022	7	8	0
Junho de 2022	7	8	0
Julho de 2022	7	8	0
Agosto de 2022	7	8	0
Setembro de 2022	7	8	0
Outubro de 2022	7	8	0
Novembro de 2022	7	8	0
Dezembro de 2022	7	8	0
Média	**7**	**8**	**0**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	7	12	0
Fevereiro de 2021	7	12	0
Março de 2021	7	11	0
Abril de 2021	7	11	0
Maio de 2021	7	12	0
Junho de 2021	7	12	0
Julho de 2021	7	12	0
Agosto de 2021	7	14	0
Setembro de 2021	7	14	0
Outubro de 2021	6	14	0
Novembro de 2021	6	14	0
Dezembro de 2021	7	14	0
Média	**6,83**	**12,67**	**0**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	6	12	0
Fevereiro de 2020	7	12	0
Março de 2020	7	12	0
Abril de 2020	7	12	0
Maio de 2020	7	12	0
Junho de 2020	7	12	0
Julho de 2020	7	12	0
Agosto de 2020	7	12	0
Setembro de 2020	7	12	0
Outubro de 2020	7	12	0
Novembro de 2020	7	12	0
Dezembro de 2020	7	12	0
Média	**6,92**	**12**	**0**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

MÊS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2019	7	13	0
Fevereiro de 2019	7	13	0
Março de 2019	7	13	0
Abril de 2019	7	13	0
Maio de 2019	7	13	0
Junho de 2019	7	13	0
Julho de 2019	7	13	0
Agosto de 2019	7	13	0
Setembro de 2019	7	13	0
Outubro de 2019	7	13	0
Novembro de 2019	6	13	0
Dezembro de 2019	6	13	0
Média	**6,83**	**13**	**0**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

As informações deste subitem são prestadas de forma consolidada, visando permitir uma melhor compreensão e avaliação pelos investidores dos negócios da Companhia e de seus resultados. Desta forma, as informações reportadas abrangem outras empresas ligadas à Companhia.

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Por Atividade			
Desenvolvimento	852	654	667
Serviços	702	506	478
Vendas	367	303	317
Administrativo/ Outros	289	264	280
Por Localização Geográfica			
Belo Horizonte	29	30	21
Blumenau	1.239	981	1.014
Brasília	16	12	11
Campo Grande	6	7	8
Cuiabá	8	5	3
Curitiba	75	78	70
Itaúna	0	0	7
Itu	337	312	316
Joinville	102	96	69
Porto Alegre	36	38	42
Recife	36	33	39
Ribeirão Preto	77	52	47
Rio de Janeiro	76	14	14
São Paulo	173	69	77
Uberlândia	0	0	4
Número Total de Empregados	**2.210**	**1.727**	**1.742**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Por Atividade			
Limpeza	30	28	24
Segurança	6	4	4
Portaria	4	4	4
Implantação de sistemas	280	241	246
Por Localização Geográfica			
Belo Horizonte	29	22	27
Blumenau	61	54	58
Brasília	1	2	3
Campo Grande	6	5	5
Cuiabá	2	5	5
Curitiba	19	21	10
Itu	81	55	49
Joinville	9	9	11
Porto Alegre	31	31	33
Recife	6	9	10
Rio de Janeiro	7	4	5
São Paulo	68	60	62
TOTAL	**320**	**277**	**278**

(c) índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
37,19%	25,25%	25,55%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia mantém a competitividade adotando uma estratégia de remuneração de acordo com práticas de mercado, que são identificadas através de pesquisas realizadas com base em outras companhias. Os salários dos colaboradores da Companhia são corrigidos anualmente, os quais, são, de forma geral, baseados nos índices de inflação e nos reajustes previstos nos instrumentos coletivos aplicáveis. Não obstante, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, em razão de meritocracia, baseados na avaliação de desempenho, potencial e engajamento.

A remuneração variável é paga em um Programa Anual de Participação nos Lucros e Resultados, e reconhece os resultados globais da Companhia e cumprimento de metas de sua área de atuação. O pagamento ocorre duas vezes ao ano, sendo o adiantamento em agosto e o valor integral no mês de março, do ano seguinte.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece certos benefícios aos seus empregados, os quais são definidos conforme região geográfica e previsão em instrumento coletivo de trabalho, visando atrair, motivar e manter seus talentos. Entre os principais benefícios oferecidos pela Companhia estão: assistência médica e odontológica, seguro de vida, vale alimentação ou refeição, vale transporte, previdência privada, auxílio educação e auxílio creche.

Adicionalmente, um número restrito de empregados da Companhia é elegível ao recebimento do Incentivo de Longo Prazo. Para informações sobre este plano, vide o item 13 deste Formulário de Referência.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores grupos de beneficiários

(i) condições para o exercício

(ii) preços de exercício

(iii) prazos de exercício

(iv) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovado Plano de Entrega de Ações Restritas da Companhia, que conta com os empregados da Companhia como beneficiários elegíveis. Para mais informações sobre este plano, vide o item 13 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos:

SINDICATO	SIGLA	UF
Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Informática do Distrito Federal	SINPD	DF
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais	SINDADOS	MG
Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul	SPPDMS	MS
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso	SINDPD	MT
Sindicato dos Trabalhadores Em Processamento De Dados, Informática E Tecnologia Da Informação do Estado De Pernambuco	SINDPD	PE
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana	SITEPD	PR
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços, Públicos e Privados, de Informática e Internet, e Similares, do Estado do Rio de Janeiro	SINDPD	RJ
Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Rio Grande do Norte	SINDPD	RN
Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados	SINDPPD	RS
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina	SINDPD	SC
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento De Dados, Informática e Similares de Joinville e Região	SINDPD	SC-Joinville
Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado e São Paulo	SINDPD	SP

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos aplicáveis, respeitando suas iniciativas e práticas e reconhecendo a importância de sua função. Relacionamento, este, pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus colaboradores, mas também na busca em fortalecer o segmento agregando valor ao negócio.

Tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e pilares da nossa cultura como ganha-ganha-ganha e clientes para vida toda, no decorrer da nossa história, sempre buscamos estar em conformidade com as diretrizes estipuladas em convenção coletiva. Buscamos encontrar soluções que atendam de forma favorável todos os envolvidos, observando sempre a legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Dessa forma, garantimos, sem qualquer intervenção, a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

Além disso, desde a data de nossa constituição, não houve nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossa atividade.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes – Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Guido Heinzen					
432.915.119-72	Brasileira	Sim	Sim	04/06/2019	
Não					
4.555	0,359%	0	0,000%	4.555	0,359%
Nesio Gilberto Roskowski					
418.840.009-91	Brasileira	Sim	Sim	20/12/2021	
Não					
64.209	5,057%	0	0,000%	64.209	5,057%
NGR Administradora de Bens Ltda.					
08.629.001/0001-01	Brasileira	Sim	Sim	20/12/2021	
Não					
268.189	21,123%	0	0,000%	268.189	21,123%
EBC Administradora de Bens Ltda					
06.173.840/0001-32	Brasileira	Sim	Sim	15/01/2020	
Não					
330.889	26,061%	0	0,000%	330.889	26,061%
G3MPR Administradora de Bens Ltda.					
07.310.502/0001-68	Brasileira	Sim	Sim	07/03/2016	
Não					
295.410	23,266%	0	0,000%	295.410	23,266%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
OUTROS					
278.419	21,928%	0	0,000%	278.419	21,928%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 07/12/2021					
28.012	2,206%	0	0,000%	28.012	2,206%
TOTAL					
1.269.683	100,000%	0	0,000%	1.269.683	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
EBC Administradora de Bens Ltda				**06.173.840/0001-32**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Eduardo de Bacco Cenci					
051.090.419-03	Brasileira	Não	Não	10/09/2021	
Não					
4.229.675	99,000	0	0,000	4.229.675	99,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Jorge José Cenci					
255.454.340-20	Brasileira	Não	Sim	10/09/2021	
Não					
42.725	1,000	0	0,000	42.725	1,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EBC Administradora de Bens Ltda				06.173.840/0001-32	
TOTAL					
4.272.400	100,000	0	0,000	4.272.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
G3MPR Administradora de Bens Ltda.				**07.310.502/0001-68**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Guido Heinzen					
432.915.119-72	Brasileira	Não	Sim	11/08/2016	
Não					
285.400	98,950	0	0,000	285.400	98,950
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Márcia Regina Cardoso					
601.560.159-00	Brasileira	Não	Não	11/08/2016	
Não					
3.000	1,050	0	0,000	3.000	1,050
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
G3MPR Administradora de Bens Ltda.				07.310.502/0001-68	
TOTAL					
288.400	100,000	0	0,000	288.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
NGR Administradora de Bens Ltda.				**08.629.001/0001-01**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Gabriel Felipe Roskowski					
047.957.039-65	Brasileira	Não	Não	19/11/2021	
Não					
104.880	40,000	0	0,000	104.880	40,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Nesio Gilberto Roskowski					
418.840.009-91	Brasileira	Não	Sim	19/11/2021	
Não					
52.440	20,000	0	0,000	52.440	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
NGR Administradora de Bens Ltda.				**08.629.001/0001-01**	
TOTAL					
262.200	100,000	0	0,000	262.200	100,000

Vitória Costella Roskowski					
133.878.179-08	Brasileira	Não	Não	19/11/2021	
Não					
104.880	40,000	0	0,000	104.880	40,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/01/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	56
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	21
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

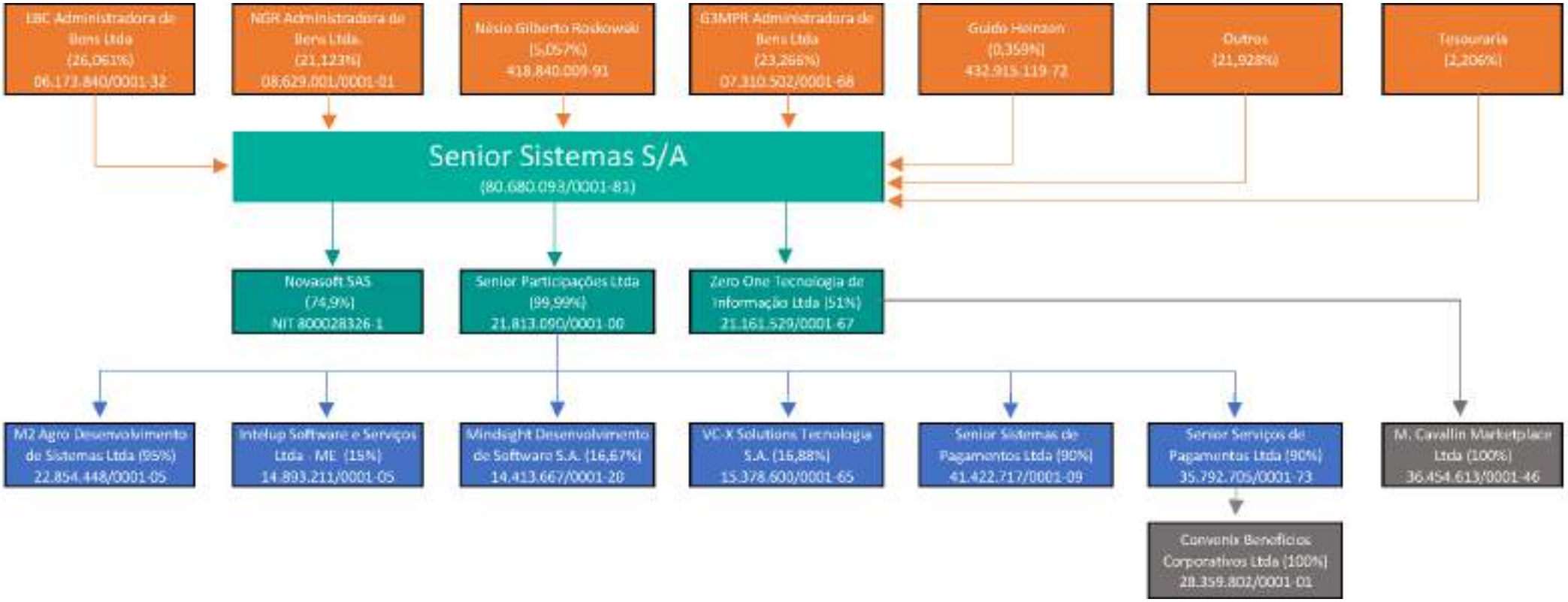
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	246.179	19,389%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	246.179	19,389%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas da Senior Sistemas S.A	
Partes	O Acordo de Acionistas foi celebrado por EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., Guido Heizen, NGR Administradora de Bens Ltda. e Nesio Gilberto Roskowski (em conjunto, os "Acionistas Originais") e Agnaldo Montibeler, Eliege Montibeler, Mayara Montibeler Gottardo, Alencar Berwanger, Berwanger Administradora de Bens Ltda., Cacio Packer, Alliance Administradora de Bens Ltda., Carlênio Bezerra Castelo Branco, Castelo Branco Administradora de Bens EIRELI, Carlo Eduardo Spethmann Corrêa, Grade Administradora de Bens Ltda., Hevertom Fischer, Juarez Santos Moyses, Sapiens Administradora de Bens Ltda. e Solaris Administradora de Bens Ltda. ("Acionistas Relevantes" e, em conjunto com os Acionistas Originais, os "Acionistas"), os quais são titulares de ações que representam, na data de celebração do Acordo de Acionistas, 92,58862% do capital social total e votante da Companhia. Celebrou, ainda, o Acordo de Acionistas, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia. O Acordo de Acionistas atual vincula todas as ações de propriedade dos Acionistas na data de sua celebração, quaisquer ações que vierem a ser detidas pelos Acionistas no futuro, e outros títulos, valores mobiliários ou instrumentos que concederem aos seus detentores o direito de subscrever ações e/ou de votar por, ou consentir com, deliberações relacionadas à Companhia, ou que estiverem sujeitos à conversão em ou sejam permutáveis por ações, subscritos ou adquiridos pelos Acionistas durante o prazo de vigência do Acordo de Acionistas.
Data de celebração	29/01/2022
Prazo de vigência	O Acordo de Acionistas deverá entrar em vigor na data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, e tal acordo permanecerá vigente por 20 (vinte) anos, sendo certo que tal prazo poderá ser automaticamente prorrogado por um período igual, se nenhum Acionista informar, por escrito, os outros Acionistas sobre sua intenção de não renová-lo, com até 6 (seis) meses de antecedência ao término do período de 20 (vinte) anos. Há previsão, ainda, no sentido de que as obrigações referentes à confidencialidade de informações da Companhia, não concorrência e não aliciamento, bem como disposições gerais e as disposições sobre leis aplicáveis e resolução de controvérsias, sobreviverão ao término do Acordo.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Os Acionistas deverão deliberar em reuniões prévias a serem realizadas entre os Acionistas nos termos do Acordo de Acionistas toda e qualquer matéria que seja submetida à assembleia geral da Companhia ("Assembleia Geral") ou reunião do Conselho de Administração da Companhia ("RCA" e, quando referido à uma RCA conforme o caso, ou uma Assembleia Geral, uma "Reunião Societária"), bem como obrigam-se a votar, e a fazer com que os membros do Conselho de Administração por eles indicados, excetuados aqueles indicados na qualidade de conselheiros independentes ("Conselheiros Vinculados") votem nas Reuniões Societárias de maneira uniforme, como um bloco de ações, de acordo com as decisões tomadas nas referidas Reuniões Prévias. Cada Ação representará 1 (um) voto em uma reunião prévia, e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo de, ao menos, Acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total de ações vinculadas ao Acordo. Cada grupo de Acionistas que (i) tenham relação de parentesco (seja consanguíneo, civil ou socioafetivo) até o segundo grau entre si, inclusive cônjuges e companheiros em regime de união estável, e/ou (ii) tenham vínculo de natureza societária entre si ("Grupo de Acionistas") deverá agir em bloco como uma parte única para fins do exercício do direito de voto nas reuniões prévias. As determinações de voto em reuniões prévias deverão ser realizadas única e exclusivamente por um representante de cada Grupo de Acionistas ("Representante do Bloco"), e vincularão o voto dos demais Acionistas membros do Grupo de Acionistas. As reuniões prévias serão consideradas regularmente instaladas, em 1ª (primeira) convocação e 2ª (segunda) convocação com a presença de, ao menos, Acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total de ações vinculadas ao Acordo. Na hipótese de não haver quórum de instalação da Reunião Prévia, os Acionistas deverão votar no sentido de rejeitar as matérias objeto da reunião prévia na respectiva Reunião Societária.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas da Senior Sistemas S.A	
	De cada reunião prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações, da qual fará parte, como anexo, uma orientação escrita de voto dos Acionistas, que vinculará todos os Acionistas e os conselheiros vinculados ao Acordo de Acionistas, ficando os mesmos obrigados, de forma irrevogável e irretratável, a manifestar seus respectivos votos na Reunião Societária de acordo com referida orientação de voto.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Os Acionistas deliberarão, em reunião prévia, a indicação dos membros do Conselho de Administração a ser submetida à Companhia, observado que cabe (i) aos Acionistas Originais, por maioria, indicar 6 (seis) Conselheiros, designando dentre eles aquele que deverá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, sendo que 2 (dois) Conselheiros deverão se enquadrar na definição de conselheiro independente, nos termos da regulamentação aplicável, e 1 (um) será indicado como conselheiro provisório, a ser desconsiderado em razão de eventual solicitação de votação em separado por acionistas minoritários da Companhia, nos termos do art. 141, §4º da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) aos Acionistas Relevantes, por maioria, indicar 1 (um) Conselheiro. Na hipótese de solicitação, por acionistas minoritários da Companhia, de eleição do Conselho de Administração por voto múltiplo, nos termos do art.141 da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser adotada a seguinte ordem de prioridade para eleição dos Conselheiros: (i) em primeiro lugar, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição dos Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que não se enquadrem na definição de conselheiros independentes e que não tenham sido indicados como candidatos provisórios; (ii) em segundo lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes; (iii) em terceiro lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição dos 2 (dois) Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que se enquadrem na definição de conselheiro independente, (iv) em quarto lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Originais como candidato provisório. O Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes poderá ser vetado 1 (uma) vez pelos Acionistas Originais, devendo este, na hipótese de veto, ser substituído por outra indicação dos Acionistas Relevantes. A qualquer tempo (i) poderão os Acionistas Originais, por maioria, pleitear a substituição dos Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que tenham sido eleitos em Assembleia Geral, e (ii) poderão os Acionistas Relevantes, por maioria, pleitear a substituição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes que tenha sido eleito em Assembleia Geral, casos em que os Acionistas se comprometem a deliberar em reunião prévia a indicação dos substitutos, e tomar todas as providências cabíveis para a realização de Assembleia Geral da Companhia destinada a eleger os novos Conselheiros no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da Reunião Prévia em que os Acionistas deliberarem e aprovarem a substituição dos Conselheiros. Em caso de renúncia, impedimento permanente ou falecimento de qualquer dos Conselheiros durante o mandato para o qual foi eleito, ou de vacância, por qualquer motivo, em um cargo no Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas deverão exercer seus direitos de voto, ou fazer com que os Conselheiros Vinculados exerçam seus direitos de voto, conforme o caso, de forma a eleger um novo Conselheiro, observado que: (i) caso a vacância seja verificada em um cargo anteriormente ocupado por um Conselheiro indicado pelos Acionistas Originais, ou em um cargo não ocupado por Conselheiro eleito nos termos do Acordo de Acionistas, o substituto deverá ser designado pelos Acionistas Originais, por maioria, (ii) caso a vacância seja verificada em um cargo anteriormente ocupado por um Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes, o substituto deverá ser designado pelos Acionistas Relevantes, sujeito a 1 (um) veto dos Acionistas Originais, devendo este Conselheiro, na hipótese de veto, ser substituído por outra indicação dos Acionistas Relevantes.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Durante todo o prazo de vigência do Acordo de Acionistas, os Acionistas não poderão constituir ônus sobre suas ações sem a aprovação prévia por escrito da totalidade dos Acionistas Originais. A restrição não se aplica à assunção, pelos Acionistas, no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, da obrigação de não transferir as ações por um determinado prazo (lock-up). Na hipótese de as ações de propriedade de qualquer Acionista vierem a ser objeto de imposição de um ônus involuntário, a exemplo de penhora, arresto, ou outra espécie de constrição judicial, o Acionista em questão deverá requerer ao juízo competente a liberação das

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas da Senior Sistemas S.A	
	suas ações penhoradas, com substituição do bem onerado, sendo que, se houver execução forçada, os demais Acionistas terão o direito de adquirir tais ações oneradas, conforme os prazos, preço e procedimentos previstos no Acordo. Os Acionistas também não poderão transferir a qualquer título ou por quaisquer meios, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, suas ações, sem observar as disposições do Acordo de Acionistas. Caso qualquer dos Acionistas Relevantes ("Acionista Relevante Ofertante") deseje transferir parte ou a totalidade de suas Ações em ambiente de mercado de balcão organizado ("Transferência em Bolsa"), deverá notificar por escrito os Acionistas Originais, que poderão exercer o direito de primeira oferta e adquirir as ações ofertadas. Tal notificação deverá conter, dentre outras informações, o preço pelo qual o Acionista Relevante Ofertante pretende transferir as ações ofertadas, observado que tal preço não poderá ser superior à média ponderada (pelo volume diário de negociação) dos preços de fechamento diários da cotação das ações de emissão da Companhia nos 15 (quinze) pregões da B3 imediatamente anteriores à data de envio da notificação em questão. O prazo para exercício do direito de primeira oferta pelos Acionistas Originais é de 2 (dois) dias úteis, sendo que a ausência de manifestação será entendida como renúncia. Caso mais de um Acionista Original exerça o direito de primeira oferta, deverá ser observado o procedimento previsto no Acordo de Acionistas para alocação das ações ofertadas entre os Acionistas Originais em questão. Caso o direito de primeira oferta não seja exercido tempestivamente pelos Acionistas Originais, ou tal direito não seja exercido sobre a totalidade das ações ofertadas, será assegurado ao Acionista Relevante Ofertante o direito de, em um prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, desvincular do Acordo de Acionistas para Transferir em Bolsa a totalidade das ações ofertadas sobre as quais não tenho sido exercido o direito de primeira oferta. O prazo para consumação da Transferência em Bolsa é de 30 dias, contados da data da desvinculação. Observado o direito de primeira oferta descrito no parágrafo abaixo, cada um dos Acionistas Originais estará autorizado a desvincular ações do Acordo de Acionistas para realizar Transferências em Bolsa até o limite de Ações representativas de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia. Não obstante, as Transferências em Bolsa realizadas por um Acionista Original em um mesmo exercício social estarão limitadas a ações representativas de 1% (um por cento) do capital social da Companhia ("Limite de Transferência em Bolsa"). Caso qualquer dos Acionistas Originais ("Acionista Original Ofertante") deseje realizar uma Transferência em Bolsa, observado o Limite de Transferência em Bolsa, deverá notificar por escrito os demais Acionistas Originais, que poderão, a seu exclusivo critério, exercer o direito de primeira oferta e adquirir as ações ofertadas. Serão aplicáveis ao direito de primeira oferta na aquisição de ações ofertadas por um Acionista Original os termos e condições aplicáveis ao direito de primeira oferta na aquisição de ações ofertadas por um Acionista Relevante, descritos acima. Caso qualquer dos Acionistas Originais deseje realizar uma transferência total ou parcial de ações que não seja uma Transferência em Bolsa em observância ao Limite de Transferência em Bolsa, os demais Acionistas Originais terão direito de preferência para adquirir as tais ações ("Direito de Preferência"). A notificação para exercício do Direito de Preferência deverá indicar, dentre outras, informações: (i) se o Acionista Original ofertante pretende realizar uma Transferência em Bolsa ou uma transferência privada das ações ofertadas, (ii) em se tratando de uma Transferência em Bolsa, o preço pelo qual o Acionista Original ofertante pretende transferir as ações ofertadas, observado que tal preço não poderá ser superior à média ponderada (pelo volume diário de negociação) dos preços de fechamento diários da cotação das ações de emissão da Companhia nos 15 (quinze) pregões da B3 imediatamente anteriores à data de envio da Notificação de Direito de Preferência; (iii) em se tratando de uma transferência privada, o preço oferecido por ação ofertada pelo potencial comprador, e o nome e identificação completa do potencial comprador e do grupo econômico ao qual pertence, hipótese em que a notificação deverá ser acompanhada, ainda, de oferta irrevogável e irretratável apresentada pelo potencial comprador. Em se tratando de uma transferência privada, o Direito de Preferência deverá ser necessariamente exercido sobre a totalidade das ações ofertadas. Caso o Direito de Preferência não seja exercido tempestivamente pelos Acionistas Originais ofertados, ou caso o Direito de Preferência não seja exercido sobre a totalidade das ações ofertadas, (i) em se tratando de uma Transferência em Bolsa, será assegurado ao Acionista Original ofertante o

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas da Senior Sistemas S.A	
	direito de, em um prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, desvincular do Acordo para Transferir em Bolsa a totalidade das ações ofertadas sobre as quais não tenho sido exercido o Direito de Preferência (observado que o prazo para consumação da Transferência em Bolsa é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da desvinculação), e (ii) em se tratando de uma transferência privada, será assegurado ao Acionista Original ofertante o direito de transferir a totalidade das ações ofertadas ao potencial comprador em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para exercício do direito de preferência. Caso qualquer dos Acionistas Relevantes deseje realizar uma transferência de suas ações que não seja uma Transferência em Bolsa, deverá, antes de celebrar qualquer documento vinculativo com um terceiro, notificar por escrito os Acionistas Originais, com cópia para a Companhia, para que os Acionistas Originais, a seu exclusivo critério, exerçam o direito de preferência e adquiram as ações ofertadas, sendo aplicável, *mutatis mutandis*, o procedimento previsto para o Direito de Preferência, acima descrito. Não obstante as vedações acima previstas, e observado o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Acordo de Acionistas, as restrições à transferência de ações previstas no Acordo de Acionistas não serão aplicáveis a transferências (i) entre um Acionista e entidades controladas, controladoras ou sob controle comum com tal Acionista, (ii) por um Acionista pessoa jurídica a seus respectivos sócios e/ou acionistas, na proporção da sua participação indireta no capital social da Companhia, ou (iii) em vida ou *causa mortis*, pelos Acionistas a cônjuges, companheiros em regime de união estável, ascendentes e descendentes em linha reta, naturais, civis (adotivos) ou socioafetivos. Por fim, na hipótese de transferência de ações a terceiros, pelos Acionistas Originais, que representem uma transferência de controle da Companhia, os Acionistas Originais ofertantes terão o direito de exigir que os Acionistas Relevantes transfiram ao terceiro, juntamente com as suas ações ofertadas, a totalidade da Ações de propriedade dos Acionistas Relevantes, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições. Exceto na hipótese de Transferência em Bolsa, qualquer transferência de ações feita a um terceiro nos termos do Acordo, somente será válida se o terceiro concordar plena e irrestritamente, por escrito, em aderir ao Acordo.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Vide itens acima.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente (a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022).

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não ocorreram eventos societários relevantes no emissor, controladas ou coligadas no exercício social de 2020 e no exercício social corrente.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

a. evento	**Cisão parcial da Companhia com transferência de ativos para a Senior Imóveis**
b. principais condições do negócio	Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, no montante total de R$26.718.291,05, representado na sua maioria pelo imóvel da sede da Companhia, em Blumenau, vertido para a Senior Imóveis Ltda., cujo quadro societário tem a mesma composição da Companhia.
c. sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Senior Imóveis Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A Senior Imóveis Ltda. foi constituída de forma a ter o mesmo quadro societário da Companhia.

a) evento	**Incorporação da Alcis Log Ltda.**
b) principais condições do negócio	Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Alcis Log Ltda., com o seu correspondente encerramento.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Alcis Log Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A incorporação da Alcis Log Ltda. foi aprovada por acionistas representando 90,08% do capital social com direito a voto.

a) evento	**Incorporação GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda.**
b) principais condições do negócio	Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a incorporação das subsidiárias integrais GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda., com o correspondente encerramento das sociedades incorporadas.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A., GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A incorporação da GKO Sistemas Logísticos Ltda. e da GKO Informática Ltda. foi aprovada por acionistas representando 90,08% do capital social com direito a voto.

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	Aquisição GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda.
b) principais condições do negócio	Em 16 de março de 2021 foi aprovada a aquisição integral das quotas representativas do capital social das sociedades GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda., pelo valor total de R$ 27.000.000,00, sendo R$ 4.050.000,00 por meio da transferência de 2.801 ações da Senior Sistemas S/A., e o saldo em dinheiro.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A., GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A transferência de 2.801 ações mantidas na tesouraria da Companhia para os sócios vendedores.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Considerando que o único movimento acionário decorrente da operação foi a transferência das ações já existentes em tesouraria, conforme descrito acima, não houve necessidade de utilização de nenhum mecanismo para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

a) evento	Aquisição Novasoft SAS
b) principais condições do negócio	Em 10 de fevereiro de 2021, foi aprovada a aquisição de 73,62% das ações ordinárias representativas do capital social da Novasoft SAS, pelo valor total de COP 10.306.800.000, equivalente a R$ 15.966.416,33. Adicionalmente à aquisição mencionada acima, a Companhia aportou COP 712.000.000,00, equivalente a R$ 1.102.969,72, de cash-in, em contrapartida à subscrição de 1.526 ações da Novasoft SAS, representativas de 1,28% do seu capital social. Em 31 de março de 2021 a Companhia passou a deter 74,9% do capital social da NovaSoft, por meio de investimento de R$17.069.386,05.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Novasoft SAS
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

a) evento	Aquisição Alcis Log Ltda.
b) principais condições do negócio	Em 01 de janeiro de 2021, foi aprovada a aquisição integral das quotas representativas do capital social da Alcis Log Ltda., pelo valor total de R$ 14.500.000,00, sendo R$1.350.000,00 por meio da transferência de 933 ações da Senior Sistemas S/A., e o saldo em dinheiro.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Alcis Log Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A transferência de 933 ações mantidas na tesouraria da Companhia para a empresa constituída pelos sócios vendedores (Remace Participações Ltda).
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Considerando que o único movimento acionário decorrente da operação foi a transferência das ações já existentes em tesouraria, conforme descrito acima, não houve necessidade de utilização de nenhum mecanismo para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	Aquisição da Convenix Benefícios Corporativos
b) principais condições do negócio	Em 30 de junho de 2021, foi aprovada a aquisição integral das quotas representativas do capital social da Convenix Benefícios Corporativos Ltda., pelo valor total de até R$ 3.200.000,00, dos quais R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) a título de earn-out, condicionado ao atingimento da meta estabelecida e cumprimento de requisitos.
c) sociedades envolvidas	Senior Serviços de Pagamentos Ltda. ("Wiipo") e Convenix Benefícios Corporativos Ltda., e Darwin Starter Investimentos S/A., como intervente anuente.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

a) evento	Exercício de Opção de Venda da Sociedade investida Social Base Soluções em Tecnologia S.A.
b) principais condições do negócio	Em 6 de abril de 2021 a Companhia notificou os demais acionistas da Social Base Soluções em Tecnologia S/A, inscrita sob o CNPJ nº 13.372.575/0001-87 ("Social Base"), do exercício da Opção de Venda da totalidade das ações de propriedade da Companhia detidas na Social Base, pelo valor total de R$ 1,00, conforme direito previsto no Acordo de Acionistas da Social Base celebrado entre a Companhia e os demais acionistas da Social Base em 26 de setembro de 2017, o que veio a se materializar no dia 28 de abril de 2021, mediante registro nos livros societários da Social Base. O investimento havia sido feito em 26 de setembro de 2017, quando a Companhia passou a ser detentora de 25% do capital social da Social Base, sem, contudo, ter uma participação direta ou exercício de controle na administração da Social Base. Em 19 de janeiro de 2021, foi deflagrada a 2ª fase da Operação Alcatraz, denominada "Operação Hemorragia", com a execução de mandados de busca e apreensão, tendo sido arrolado entre os investigados o acionista e Diretor-Presidente da Social Base à época (o qual não ocupava cargos na Companhia ou suas controladas). Esclarece-se que, em nenhum momento a Senior foi citada ou sequer objeto de referência no âmbito da operação acima citada, e conforme acima destacado, tendo em vista possuir uma participação minoritária na empresa, optou por exercer a opção de venda da totalidade de sua participação.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S.A. e Social Base Soluções em Tecnologia S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

a) evento	Incorporação Mega Sistemas Corporativos S/A. e de suas controladoras
b) principais condições do negócio	Em 25 de novembro de 2019, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Mega Sistemas Corporativos S/A., bem como de suas controladoras, SNR100 Participações Ltda., SNR200 Participações Ltda., SNR300 Participações Ltda., SNR400 Participações Ltda. e SNR500 Participações Ltda., com o correspondente encerramento das mesmas.
c) sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A., Mega Sistemas Corporativos S/A., SNR100 Participações Ltda., SNR200 Participações Ltda., SNR300 Participações Ltda., SNR400 Participações Ltda. e SNR500 Participações Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	As incorporações foram aprovadas por acionistas representando 85,15% do capital social com direito a voto.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Quadro acionário EBC Administradora de Bens Ltda.

Das 4.272.400 quotas da EBC Administradora de Bens Ltda., 4.214.675 de titularidade de Eduardo de Bacco Cenci encontram-se gravadas com usufruto vitalício a Jorge José Cenci, conforme quadro acionário consolidado:

Sócios	Quotas Livres	Quotas Gravadas	Total de Quotas	Part. Capital (%)
Jorge José Cenci	42.725	0	42.725	1
Eduardo de Bacco Cenci	15.000	4.214.675	4.229.675	99
Total	**57.725**	**4.214.675**	**4.272.400**	**100**

Quadro acionário NGR Administradora de Bens Ltda.

Das 262.200 quotas da NGR Administradora de Bens Ltda., 104.830 de titularidade de Gabriel Felipe Roskowski e 104.880 de titularidade de Vitória Costella Roskowski encontram-se gravadas com usufruto vitalício a Nesio Gilberto Roskowski, conforme quadro acionário consolidado:

Sócios	Quotas Livres	Quotas Gravadas	Total de Quotas	Part. Capital (%)
Nesio Gilberto Roskowski	52.440	0	52.440	20
Vitória Costella Roskowski	0	104.880	104.880	40
Gabriel Felipe Roskowski	50	104.830	104.880	40
Total	**52.490**	**209.710**	**262.200**	**100**

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em 24 de janeiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). A nossa Política tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que (i) se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010 e (ii) as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

Além disso, nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de Partes Relacionadas a Companhia deverá observar rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e também as condições de mercado, isto é, durante a negociação, também deverão ser observados pela Companhia os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas. Neste sentido, temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. Quando não houver parâmetro de mercado, as operações com partes relacionadas deverão se pautar em negociações assemelhadas anteriores.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração da Companhia, o acionista ou administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores da Companhia de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento do interesse da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomares os demais conselheiros.

Desta forma, caso seja identificada uma matéria que envolva Partes Relacionadas, nossos Administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração deverá aprovar a realização de qualquer negócio envolvendo a Companhia e uma parte relacionada à Companhia em valores materiais, conforme definidos no Estatuto Social.

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (https://ri.senior.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria Política de Transações entre Partes Relacionadas.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Senior Imóveis Ltda.	01/10/2021	38.400.000,00	R$21.240.962,95	R$38.400.000,00	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios controladores da Senior Imóveis Ltda. são acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Locação do Imóvel matriz localizado em Blumenau/SC no valor mensal de R$ 320 mil reajustado anualmente. O valor do contrato de locação será corrigido na forma prevista na cláusula contratual, que estipula a correção pela variação do IGP-M/FGV. A revisão em períodos inferiores ao estipulado para a vigência do referido contrato ocorrerá somente mediante mútuo acordo entre as Partes, não havendo valor mínimo ou máximo previsto para estes reajustes. Esta modificação contratual do preço, caso ocorra, será realizada nos moldes estabelecidos na Política de Transação com Partes Relacionadas e com adoção de critérios que garantam a comutatividade, podendo ser, por exemplo, contratados consultores externos para a elaboração de laudos e estudos que subsidiem o novo preço acordado.						
Garantia e seguros	A Companhia se comprometeu a, no prazo 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato, efetuar depósito caução no valor de 1 (um) mês de aluguel, em conta corrente a ser indicada pela locadora. Na desocupação do imóvel o referido valor será integralmente ressarcido, corrigido pelo mesmo índice de correção do valor da locação do contrato.						
Rescisão ou extinção	Rescisão do contrato antes de decorrido 2 anos de sua vigência ensejará a Companhia ao pagamento em favor da locadora o percentual correspondente a 30% do valor remanescente da locação para completar 4 anos. Após 2 anos de vigência do contrato a Companhia poderá rescindir o contrato sem qualquer ônus, desde que com aviso prévio de 4 meses (no caso de não cumprimento do aviso prévio, ensejará a Companhia ao pagamento, em favor da locadora, da quantia correspondente ao tempo do aviso prévio não cumprido, sem qualquer desconto ou insenção).						
Natureza e razão para a operação	O valor do saldo existente refere-se ao valor presente das prestações mensais em 31 de dezembro de 2021, conforme previsto no IFRS 16. O contrato se trata da locação do imóvel matriz da Companhia localizado em Blumenau/SC, celebrado em outubro de 2021, o qual pertence à Senior Imóveis Ltda., sendo os sócios controladores da Senior Imóveis Ltda. acionistas controladores da Companhia. Para informações sobre as medidas adotadas para garantia da comutatividade neste contrato, vide item 16.3 abaixo neste Formulário de Referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Senior Participações Ltda.	01/12/2021	5.000.000,00	R$2.345.292,91	R$5.000.000,00	31/12/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Em 01 de dezembro de 2021 foi autorizado o aumento de Capital Social na controlada Senior Participações em R$ 15.000.000,00, sendo R$ 10.000.000,00 integralizados no ato mediante a conversão dos adiantamentos existentes com a Companhia e saldo de R$ 5.000.000,00 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2023.						
Objeto contrato	Capital Social a integralizar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos.

Atualmente, nosso Estatuto Social estabelece que compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer negócio entre nós (ou nossas controladas) e partes relacionadas, assim definidas na nossa "Política de Transações com Partes Relacionadas", aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, em 24 de janeiro de 2022 ("Política de Transações com Partes Relacionadas").

Caso seja identificada, pelos nossos administradores, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre nós ou nossas controladas e qualquer parte relacionada, estes devem, obrigatoriamente, manifestar as razões de tal conflito de interesses, devendo, inclusive, se abster de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os nossos acionistas não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios com partes relacionadas da Companhia são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos os contratos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) ou, quando de prazo indeterminado, garantem o direito de rescindi-los a exclusivo critério da Companhia, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável).

No que se refere as transações descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para apurar o caráter comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado nas transações realizadas.

Todavia, cumpre destacar que quanto ao contrato de locação do imóvel onde se encontra a matriz da Companhia, descrito no item 16.2 acima, a Administração da Companhia ratifica que observou e tomou as devidas diligências quanto a celebração, num ambiente de transações entre partes relacionadas, prevalecendo as condições usuais e praticadas no mercado, entre empresas independentes. As cláusulas contratuais que definiram as obrigações e direitos entre as partes seguiram o padrão do mercado e da legislação que rege os contratos de locação, principalmente quanto: (i) ao prazo; (ii) renovação contratual, (iii) reajuste contratual; (iii) destinação do imóvel; (iv) execução de benfeitorias; (v) cessão, sublocação e comodato de imóvel; (vi) penalidades pelo não cumprimentos de clausulas, com aplicação de multas, juros e indenizações; (vii) garantias e, (viii) rescisão contratual.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Em relação ao preço do aluguel praticado no contrato, a Companhia contratou uma consultoria independente para a mensuração do valor justo do aluguel, usando como metodologia, o “Comparativo com Dados de Mercado”, previsto nas Normas Brasileiras da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, as quais consideram na avaliação, o levantamento de dados relativos a imóveis com características iguais ou semelhantes às dos imóveis objeto da avaliação, com consultas a empresas especializadas no ramo imobiliário e negócios realizados ou em oferta na mesma região. De posse do laudo de avaliação, as partes negociaram o valor dos aluguéis. O valor do Contrato será corrigido na forma prevista na cláusula contratual, que estipula a correção pela variação do IGP-M/FGV. A revisão em períodos inferiores ao estipulado para a vigência do Contrato ocorrerá somente mediante mútuo acordo entre as Partes, não havendo valor mínimo ou máximo previsto para estes reajustes. Esta modificação contratual do preço, caso ocorra, será realizada nos moldes estabelecidos na Política de Transação com Partes Relacionadas e com adoção de critérios que garantam a comutatividade, podendo ser, por exemplo, contratados consultores externos para a elaboração de laudos e estudos que subsidiem o novo preço acordado. Caso as Partes não concordem com tais reajustes, inicialmente o contrato vigorará pelo preço acertado, sujeito a correção monetária prevista, podendo ainda cada Parte, caso julgue necessário, adotar expedientes jurídicos visando buscar o reequilíbrio contratual, conforme autorizado na legislação.

Já com relação aos adiantamentos para futuro aumento de capital celebrados junto à Senior Participações Ltda. descritos no item 16.2 acima, a Companhia ressalta que foram observados os preceitos societários necessários à sua caracterização, em especial no que tange aos prazos e forma para sua capitalização.

Portanto, pode-se concluir que estas medidas foram feitas de acordo com as práticas de mercado, seguindo os maiores níveis de diligência.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes – Transações com partes relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
24/01/2022	165.058.790,00		1.269.683	0	1.269.683
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
24/01/2022	165.058.790,00		1.269.683	0	1.269.683
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
24/01/2022	165.058.790,00		1.269.683	0	1.269.683
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
24/01/2022	1.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/03/2021	AGE	30/03/2021	90.833.097,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

07/12/2021	AGE	07/12/2021	3.301.220,00	Subscrição particular	25.394	0	25.394	2,04000000	130,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Valor patrimonial da ação.

Forma de integralização Reserva de Lucros.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações nos três últimos exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções de capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além das informações já divulgadas nos demais itens dessa seção.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao remanescente do capital social, na proporção da sua participação no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderão retirar -se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia e nem tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar na distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na própria Lei das Sociedades por Ações, incluindo fusão ou incorporação.
Outras características relevantes	Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia. Esse direito pode ser excluído pelo Conselho de Administração ou ter o seu prazo de exercício reduzido, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

Obrigação de Realizar OPA por Alienação de Controle

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Após qualquer operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações referida acima, o adquirente, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro de até 18 meses subsequentes à aquisição do poder de controle, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Obrigação de Realizar OPA devido à Saída do Novo Mercado

A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Obrigação de Realizar OPA em decorrência de Atingimento de Participação Relevante

Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, investidor de outra natureza ou grupo de acionistas vinculados ou que atuem representando um mesmo interesse ("Grupo de Acionistas") que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, estará igualmente obrigado a realizar a Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, Grupo de Acionistas, ou investidor de outra natureza que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista ("Direitos de Natureza Societária") sobre quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia que deem direito a ações da Companhia representando 15% (quinze por cento) ou mais das ações da Companhia.

A Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição das ações na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Além disso, a realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins dos quóruns de instalação e deliberação exigidos pelo Parágrafo Quarto, do Artigo 37, do Estatuto Social da Companhia.

Na hipótese de o adquirente não cumprir com as obrigações impostas pelo Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta pelo Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas pelo Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia.

Nos termos do Artigo 37, Parágrafo Nono, do Estatuto Social da Companhia, a obrigação de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica nas hipóteses: (i) de incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) da recompra ou do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei e dentro do limite do capital autorizado, conforme faculta o Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, o Estatuto Social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos patrimoniais ou políticos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que outorga à Assembleia Geral, em seu Artigo 120, o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2021

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	6.639	
Quantidade adquirida	25.894	152,59
Quantidade alienada	4.571	764,72
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	27.962	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	5.301	
Quantidade adquirida	1.338	1.000,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	6.639	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	5.301	666,81
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	5.301
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Não há outras informações relevantes que não aquelas descritas nos itens 19.1 e 19.2 acima deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**24/01/2022**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia ("Política de Negociação") deverá ser compulsoriamente observada pela Companhia, Acionistas Controladores, Administradores, membros dos Conselho Fiscal, quando instalado, membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária e Colaboradores com Acesso à Informação Privilegiada, conforme definições constantes da Política (em conjunto "Pessoas Sujeitas à Política").Poderão estar sujeitas à Política também outras pessoas que possam ter conhecimento de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado, caso a Companhia, em ato de gestão discricionária da Política solicite que celebrem o Termo de Adesão e/ou contrato de confidencialidade e de não negociação de Valores Mobiliários ou documento similar, conforme aplicável.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas à Política para a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, a fim de assegurar a regularidade e transparência de tais negociações.

As regras da Política de Negociação também definem períodos nos quais as Pessoas Sujeitas à Política deverão abster-se de negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar qualquer questionamento ou suspeição com relação ao uso indevido de informações privilegiadas e informações relevantes não divulgadas ao público.

As Pessoas Sujeitas à Política devem zelar para que as regras da Política sejam cumpridas por seus cônjuges ou companheiros e/ou qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda.

As Pessoas Sujeitas à Política que descumprirem qualquer disposição constante na Política de Negociação, estão sujeitas a sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da Companhia, tais como sanções de orientação, advertência, suspensão ou dispensa por justa causa, conforme a gravidade da infração, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

É considerada "Informação Privilegiada" toda informação relativa a Ato ou Fato Relevante até que seja divulgada aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral. Considera-se também como informação privilegiada aquela relacionada: (i) às informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais ainda não divulgadas ao mercado, (ii) a partir do momento em que iniciados estudos ou análises sobre a matéria, informações sobre operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios, mudança no controle da Companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas, decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão, (iii) informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de autofalência, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos a tal pedido.

A Política poderá ser consultada no site da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br), e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.senior.com.br).

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a negociação de Valores Mobiliários nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (i) pelas Pessoas Sujeitas à Política desde a data da ciência da Informação Privilegiada até a divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante respectivo, (ii) pela Companhia, pelos Acionistas Controladores, pelos Administradores e pelos membros do Conselho Fiscal no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da Companhia, bem como no próprio dia da divulgação, antes que a informação se torne pública; (iii) pelas Pessoas Sujeitas à Política quando em conhecimento de decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir proventos (dividendos, juros sobre capital próprio, e bonificações), de desdobrar ações, ou de emitir Valores Mobiliários da Companhia; (iv) pelas Pessoas Sujeitas à Política sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Coligadas ou suas Controladas, ou qualquer outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo, nos dias em que a recompra estiver sendo, efetivamente, executada pela Companhia; e (v) pela Companhia, pelos Acionistas Controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal (bem como por qualquer outra Pessoa Sujeita à Política que tenha acesso à informação em questão) a partir do momento em que tenham sido iniciados estudos ou análises relativos a: (a) transferência do controle acionário da Companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordos de acionistas, ou houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, ou (b) incorporação, cisão total ou parcial da Companhia, fusão, transformação ou reorganização societária ou combinação de negócios, (c) cancelamento do registro de companhia aberto ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão, (d) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de autofalência. As vedações à negociação de Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, hipótese na qual o DRI deverá divulgar internamente decisão prorrogando o respectivo período de vedação.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não aquelas descritas no item acima deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia ("Política de Divulgação"), a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de janeiro de 2022.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas vinculadas às disposições da referida política assine um termo de adesão, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021 conforme alterada ("Resolução CVM 44"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os Atos ou Fatos Relevantes (conforme abaixo definidos), inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto. Tais regras:

- estabelecem o conceito de Ato ou Fato Relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de Ato ou Fato Relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; ou (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;

- dão exemplos de Atos ou Fatos Relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão, dentre outros;

- impõem à companhia aberta o envio de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, por meio do sistema Empresas.Net fornecido pela CVM e pela B3, bem como divulgá-los ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo criado por disposição estatutária) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 a titularidade e negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela referida companhia, suas controladoras e controladas (desde que sejam companhias abertas), inclusive aquelas detidas por seus cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na sua declaração anual de imposto de renda e sociedades controladas;

- exigem que qualquer acionista controlador, direto ou indireto, qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, divulgue a alteração de sua participação por meio negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual sua participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Ademais, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da B3 que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, dentre outras, impõe a necessidade de realização de reunião pública com analistas e demais interessados, ao menos uma vez ao ano, para divulgação de informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão: (i) pela própria Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus diretores; (iv) pelos seus conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, ou, em relação a acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas mencionadas no parágrafo acima no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras (DFP).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme informado no item 21.1 acima, a Companhia adota a Política de Divulgação, que tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para a divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, nos termos da Resolução CVM 44, a fim de evitar o uso indevido de Informações Privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

Tais diretrizes e procedimentos deverão ser compulsoriamente observados pela Companhia, seus Acionista(s) Controlador(es), Administradores, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária e Colaboradores com Acesso à Informação Privilegiada (em conjunto "Pessoas Sujeitas à Política"). Poderão estar sujeitas à Política também outras pessoas que possam ter conhecimento de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado, caso a Companhia, em ato de gestão discricionária da Política solicite que celebrem o Termo de Adesão e/ou contrato de ou documento similar, conforme aplicável.

Para os fins da Política de Divulgação, é considerada "Informação Privilegiada" toda informação relativa a Ato ou Fato Relevante até que seja divulgada aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral. Considera-se também como informação privilegiada aquela relacionada às demonstrações financeiras trimestrais ou anuais ainda não divulgadas ao mercado.

O objetivo da divulgação de Informação Privilegiada, por meio de Ato ou Fato Relevante, é assegurar aos investidores da Companhia a disponibilidade, em tempo hábil e de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, evitando-se, desta forma, o uso indevido de Informações Privilegiadas no mercado de Valores Mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia.

Ainda que o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, na hipótese de o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo escapar ao controle, ou, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os Acionistas Controladores ou os Administradores ficam obrigados a, por meio do Diretor de Relações com Investidores ou diretamente, providenciar para que o Ato ou o Fato Relevante seja imediatamente divulgado.

Os Acionistas Controladores ou os Administradores podem submeter à CVM sua decisão de manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Segundo a regulamentação em vigor e a Política de Divulgação da Companhia, compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado ao mercado. As Pessoas Sujeitas à Política serão responsáveis por comunicar ao Diretor de Relações com Investidores e/ou à Área de Relações com Investidores qualquer informação que entendam caracterizar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento, assim como deverão verificar se o Diretor de Relações com Investidores tomou as providências em relação à divulgação da respectiva informação, observadas as condições do item 6.1 da Política de Divulgação.

A Companhia divulga seus Atos ou Fatos Relevantes ao público investidor em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

As Pessoas Sujeitas à Política têm o dever de: (a) guardar sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante da Companhia ao qual tenha acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, sujeito à aplicação das penalidades previstas na legislação aplicável e a critério da Companhia; e (b) zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança guardem sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante e delas não se utilizem, respondendo solidariamente com estes em hipótese de descumprimento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O dever de sigilo permanece para as pessoas que se desligarem da Companhia, ou que deixarem de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as Informações Privilegiadas, até que tais informações sejam divulgadas na forma prevista na Política.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas que deverão observar as disposições da Política assine um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Em caso de omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do artigo 8º da Resolução CVM 44), as Pessoas Sujeitas à Política que tiverem conhecimento do Ato ou Fato Relevante devem comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Por fim, ressalta-se que, a violação às regras estabelecidas na Política de Divulgação, na Resolução CVM 44 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, poderão sujeitar o infrator a responder processo administrativo sancionador e à aplicação, pela CVM, das penalidades previstas em lei ou no regulamento pertinente, bem como sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da Companhia, tais como sanções de orientação, advertência, suspensão ou dispensa por justa causa, conforme a gravidade da infração.

A Política de Divulgação pode ser consultada no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.senior.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, acompanhamento e execução da Política de Divulgação da Companhia. Não obstante, caso os Acionistas Controladores, Administradores, Membros do Conselho Fiscal (caso instalado), Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária, tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.